



Universidade Católica do Salvador
Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação
Mestrado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social

LUIS HENRIQUE COUTO PAIXÃO

ATIVIDADE PESQUEIRA NO MUNDO RURAL CONTEMPORÂNEO
DO MUNICÍPIO DE CAIRU/BA

Salvador

2015

LUIS HENRIQUE COUTO PAIXÃO
ATIVIDADE PESQUEIRA NO MUNDO RURAL CONTEMPORÂNEO DO MUNICÍPIO
DE CAIRU/BA

2015

LUIS HENRIQUE COUTO PAIXÃO

**ATIVIDADE PESQUEIRA NO MUNDO RURAL CONTEMPORÂNEO
DO MUNICÍPIO DE CAIRU/BA**

Dissertação apresentada ao Mestrado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social, da Universidade Católica do Salvador, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre.

Orientadora: Prof.^a Dra. Cristina Maria Macêdo de Alencar.

Salvador

2015

UCSal. Sistema de Bibliotecas.

P149 Paixão, Luis Henrique Couto.

Atividade pesqueira no mundo rural contemporâneo do município de Cairu/ Ba/ Luis Henrique Couto Paixão. – Salvador, 2015.

207 f.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Católica do Salvador.
Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação. Mestrado em
Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social.

Orientação: Profa. Dra. Cristina Maria Macêdo de Alencar.



Universidade Católica do Salvador

Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação
Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social
Mestrado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social

TERMO DE APROVAÇÃO

LUIS HENRIQUE COUTO PAIXÃO

ATIVIDADE PESQUEIRA NO MUNDO RURAL CONTEMPORÂNEO DO MUNICÍPIO DE CAIRU/BA

Dissertação aprovada como requisito final para obtenção do grau de Mestre em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social.

Salvador, 24 de fevereiro de 2015

Banca Examinadora:

PROFA. DRA. CRISTINA MARIA MACÊDO DE ALENCAR (ORIENTADORA)
DOUTORA EM CIÊNCIAS SOCIAIS EM DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE
UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR - UCSAL

PROF. DR. DANTE SEVERO GIUDICE
DOUTOR EM GEOGRAFIA
UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR - UCSAL

PROFA. DRA. CATHERINE PROST
DOUTORA EM GEOPOLÍTICA
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA - UFBA

O modo de vida, suas relações de trabalho e os laços de pertencimento dos pescadores são construídos sobre as águas, sobre suas rotas, seus perigos e bonanças, limites e possibilidades, que permitem o surgimento de um povo distinto, por seus costumes, éticas, trabalho, cooperação, representação; de um povo singular.

(RAMALHO, 2006, p.170)

AGRADECIMENTOS

Todo caminho percorrido é feito por acertos e erros, e nesse caminho podemos encontrar pessoas fundamentais que de alguma forma contribuíram nesta caminhada, e nada mais justo que os sinceros agradecimentos.

Agradeço a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB) pelo apoio financeiro fornecido, pois sem o mesmo não seria possível a elaboração deste trabalho.

Aos meus pais e irmã, meu porto seguro, por toda força e apoio neste período.

Agradecimento especial a minha orientadora professora Cristina Macêdo de Alencar, pela paciência, respeito e apoio dado a mim não só no processo de elaboração do trabalho, mas na vida.

A professora Catherine Prost e ao Professor Dante Severo Giudice pela paciência, compreensão e ajuda na avaliação do presente trabalho.

A professora Silvana Sá de Carvalho por todo apoio dado a mim durante o mestrado.

Aos professores que compõe o programa de pós-graduação do Mestrado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social da UCSAL.

Aos meus amigos do Grupo de Pesquisa Desenvolvimento Sociedade e Natureza pela força dada durante todo o processo de pesquisa.

Aos meus amigos, em especial Silla Bonfim e Samara Samir por estarem presentes e ajudarem segurar as pontas nos momentos mais difíceis.

Agradeço a meus familiares de Salvador e também aos residentes em Cairu, pelas diversas ajudas imprescindíveis, principalmente nas visitas de campo.

Um agradecimento especial a meu primo Ângelo Couto pelo auxílio dado nas pesquisas de campo nas localidades, bem como ao amigo João de Senhorinho, pelo acompanhamento a uma visita de campo.

As lideranças das localidades visitadas, principalmente a dona Kátia Alexandria, Raimundo Siri e Roberto de Gamboa, que me acompanharam em campo, emprestaram bibliografias pessoais e forneceram outros apoios importantes.

Ao presidente da Colônia Z-55, Aurelino dos Santos, pela ajuda fornecida em algumas visitas de campo.

Agradeço também a direção das escolas visitadas, bem como os professores e alunos pela força dada no desenvolvimento das oficinas.

E por fim, não menos importantes e sim o motivo deste trabalho, um agradecimento aos pescadores e moradores das localidades. Agradeço a este povo tão receptivo e que colaboraram ao máximo com a minha pesquisa, desde entrevistas até almoço e lanches em suas residências.

Aos que não citei, por falha da memória, muito obrigado também.

Minha eterna gratidão a todos vocês!

RESUMO

A presente pesquisa demonstra a interação dos modos de vida dos pescadores de Cairu-BA às dinâmicas contemporâneas do município e suas perspectivas no projeto de desenvolvimento em vigor. Cairu, único município arquipélago do Brasil, está situado no litoral leste da Bahia, formado por 26 ilhas, três das quais (Tinharé, Boipeba e Cairu) abrigam as 13 localidades, dentre elas Gamboa, Garapuá, Moreré e São Sebastião, onde foi realizado o trabalho de campo. Os resultados da pesquisa confirmaram a perspectiva teórica de que relação entre o rural e o urbano configuram a dinâmica contemporânea do município, demonstrando a importância que tem as populações destas localidades e seus modos de vida no contexto municipal, compondo um espaço complexo. A pesquisa amplia as discussões sobre a atividade pesqueira contribuindo para a compreensão da tessitura das sociedades que possuem uma relação direta com a natureza em suas práticas sociais e econômicas.

Palavras-chave: Pesca artesanal. Cairu. Mundo Rural Contemporâneo.

ABSTRACT

This research demonstrates the interaction between the lifestyles of fishermen and the contemporary dynamics of the city Cairu in Bahia and its outlook in the existing development project. The city of Cairu, the only archipelago municipality of Brazil, is located on the east coast of Bahia. It has 26 islands, three of which (Tinharé, Boipeba and Cairu) contain 13 localities, among them Gamboa, Garapuá, Moreré and São Sebastião, where the field work was performed. The survey results confirm the theoretical perspective that the relationship between rural and urban areas shapes the contemporary dynamics of the city, showing the importance of the populations of these places and their ways of living in the municipal context, forming a complex space. The research extends the discussions about the contribution of fishing to the understanding of the fabric of societies that have a direct relationship with nature in their social and economic practices.

Keywords: Small-scale fishing. Cairu. Contemporary rural world.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Localização do município de Cairu na Bahia e no Território de Identidade do Baixo Sul	23
Figura 2: Levantamento de dados em campo.	34
Figura 3: Oficinas realizadas no ensino médio nas localidades: (A) Grupos do 3º ano em Gamboa, (B) Grupos do 2º ano em Gamboa, (C) Grupos do 1º ano em Gamboa, (D) Grupos do 3º ano em Garapuá, (E) Grupos do 2º ano em Garapuá, (F) Grupos do 1º ano em Garapuá, (G) Grupos do 3º ano em São Sebastião (H) Grupos do 2º ano em São Sebastião, (I) Grupos do 1º ano em São Sebastião.....	37
Figura 4: Mapa de inserção da exploração petrolífera no litoral oceânico do Município de Cairu/BA.....	78
Figura 5: Classificação quanto a sensibilidade ao derrame de óleo na zona costeira de Cairu/BA.	79
Figura 6: Mapa de setores de planejamento do município de Cairu/BA.....	82
Figura 7: Pirâmide etária do município de Cairu-2010.	87
Figura 8: Gráfico da população de Cairu de origem externa.	87
Figura 9: Mapa de divisão urbana e rural do município de Cairu/BA – 2010.....	89
Figura 10: Mapa de especificidade urbana e rural do município de Cairu/BA – 2010.	90
Figura 11: Mapa de divisão distrital do município de Cairu/BA – 2010	91
Figura 12: Mapa de concentração populacional do município de Cairu/BA – 2010 .	92
Figura 13: Mapa de densidade demográfica do município de Cairu/BA – 2010.....	93
Figura 14: Gráfico de número de estabelecimento agropecuários em Cairu – 2006	94
Figura 15: Gráfico de área dos estabelecimentos agropecuário em Cairu – 2006...	94
Figura 16: Gráfico do índice de Gini do Município de Cairu/BA – 1920 - 2006.	95
Figura 17: Mapa de alfabetizados por setor censitário no município de Cairu/BA – 2010	96
Figura 18: Gráfico da evolução histórica do PIB a preços correntes de Cairu/BA – 1999-2011.	97
Figura 19: Gráfico da evolução histórica do PIB por setor econômico, do Cairu.....	97
Figura 20: Mapa de distribuição de renda no município de Cairu/BA – 2010.....	99
Figura 21: Gráfico de faixa etária de indivíduos com RGP no ano de 2014 em Cairu/BA.	104
Figura 22: Gráfico de relação de indivíduos com RGP e os ambientes utilizados para pesca em Cairu/BA.	105
Figura 23: Gráfico de tipos de captura realizadas com RGP em Cairu/BA.	105

Figura 24: (A) Vista parcial do litoral estuarino na ilha de Cairu (sede municipal); (B) Foz do rio do Catu na ponta dos Castelhanos na ilha de Boipeba; (C) Vista parcial da zona de estuário.....	106
Figura 25: Mapa de hidrografia do município de Cairu/BA.....	107
Figura 26: Mapa de vegetação do município de Cairu/BA.....	108
Figura 27: Mapa de fertilidade do solo do município de Cairu/BA.....	109
Figura 28: Localização de Gamboa em Cairu/BA.....	114
Figura 29: (A) Área externa ao atracadouro e infraestrutura de apoio; (B) Terminal do atracadouro.....	115
Figura 30: Rua central com presença de comércio, calçamento e paisagismo.....	115
Figura 31: (A) Vista parcial do Loteamento Nova Gamboa; (B) Vista parcial da rua principal do Tendo; (B)Vista parcial do loteamento fonte do céu.....	116
Figura 32: Gráfico de tipo de domicílios em Gamboa 2010.....	116
Figura 33: (A) Gráfico de tipo de abastecimento de água de domicílios Gamboa (B) Gráfico de tipo de esgotamento sanitário de domicílios Gamboa.....	117
Figura 34: Despejo de esgoto em rio: (A) Rio com despejo de esgoto doméstico. (B) Rio com esgoto desaguardo no litoral da localidade.....	117
Figura 35: (A) Gráfico de tipo de descarte de lixo de domicílios Gamboa (B) Gráfico de tipo de fornecimento de energia dos domicílios Gamboa.....	118
Figura 36: Pirâmide etária da localidade de Gamboa.....	118
Figura 37: Gráfico relacional entre população alfabetizada com analfabetizada....	119
Figura 38: Telecentro.....	117
Figura 39: Posto Policial.....	119
Figura 40: Unidade de Saúde local.....	118
Figura 41: Colégio Municipal de Gamboa.....	120
Figura 42: Algumas das instituições religiosas encontradas na localidade.....	120
Figura 43: (A) Uso da praia por moradores, pescadores, turistas; (B) Hotel com vista para a praia; (C) Infraestrutura de bar e restaurante; (D) Bares.....	121
Figura 44: Moradoras locais utilizando a fonte para lavar roupas.....	122
Figura 45: Localização de Gamboa em Cairu.....	123
Figura 46: Porto da localidade de Garapuá e a presença de tratores utilizados para o transporte da população e objetos.....	124
Figura 47: Gráfico de tipo de domicílios em Garapuá.....	124
Figura 48: Rua principal de Garapuá.....	123
Figura 49: Estrada que liga os dois adensamentos.....	125
Figura 50: Expansão de Garapuá.....	124
Figura 51: Criação de caprinos na fazenda que circunda a localidade.....	126
Figura 52: Colégio Municipal local.....	124
Figura 53: Posto de Saúde de Garapuá.....	126

Figura 54: Posto da Prefeitura em Garapuá.....	126
Figura 55: Presença de bares na praia	125
Figura 56: Plataforma Manati vista da praia.....	127
Figura 57: Pirâmide etária da localidade de Garapuá.	127
Figura 58: Gráfico relacional entre população alfabetizada com analfabeta.	128
Figura 59: Diferentes usos da Lagoa Garapuá: (A) Para lazer; (B) Para atividades domésticas como lavar roupas e utensílios domésticos.....	128
Figura 60: (A) Gráfico de tipo de abastecimento de água de domicílios Garapuá; (B) Gráfico de tipo de fornecimento de energia dos domicílios Garapuá.	129
Figura 61: Instituições religiosas locais: (A) Congregação Batista; (B) Igreja evangélica; (C) Igreja Católica.	129
Figura 62: Procissão do padroeiro local em dia de novena.....	129
Figura 63: Pescadores realizando treinamento de contenção de mancha de óleo na enseada de Garapuá.....	130
Figura 64: Localização de Moreré em Cairu.....	131
Figura 65: Ruas de areia: (A) Rua do Cajueiro; (B) Rua das flores (acesso à praia de Bainema)	132
Figura 66: Escola Municipal de ensino infantil.....	132
Figura 67: Pirâmide etária da localidade de Moreré.....	133
Figura 68: Gráfico relacional entre população alfabetizada com analfabeta de Moreré	133
Figura 69: Gráfico de tipo de domicílios em Moreré.....	134
Figura 70: Fonte de água utilizada pela população.....	134
Figura 71: (A) Gráfico de tipo de abastecimento de água de domicílios Moreré; (B) Gráfico de tipo de esgotamento sanitário de domicílios Moreré.....	135
Figura 72: (A) Gráfico de tipo de descarte de lixo de domicílios; (B) Gráfico de tipo de fornecimento de energia dos domicílios.	135
Figura 73: Camping situado com vista para a praia.....	134
Figura 74: Conjunto de bares e restaurantes.	136
Figura 75: Presença de turistas nos recifes de corais.....	136
Figura 76: Instituições religiosas locais: (A) Igreja evangélica em construção; (B) Igreja católica.	137
Figura 77: Localização de Moreré em Cairu.....	138
Figura 78: Pirâmide etária da localidade de São Sebastião	139
Figura 79: Gráfico relacional entre população alfabetizada com analfabeta em São Sebastião.	139
Figura 80: Gráfico de tipo de domicílios em São Sebastião.....	140

Figura 81: (A) Gráfico de tipo de abastecimento de água de domicílios São Sebastião; (B) Gráfico de tipo de esgotamento sanitário de domicílios de São Sebastião.	140
Figura 82: Despejo de água pluvial, fluvial e dejetos domésticos na praia.....	141
Figura 83: (A) Gráfico de tipo de descarte de lixo de domicílios São Sebastião; (B) Gráfico de tipo de fornecimento de energia dos domicílios São Sebastião.	141
Figura 84: (A) Posto de saúde desativado em 2013; (B) Novo posto de saúde.	142
Figura 85: (A) Creche escola; (B) Colégio Municipal do ensino fundamental II e médio.....	142
Figura 86: Restaurante local	141
Figura 87: Pousada.....	143
Figura 88: Congregação Cristã	141
Figura 89: Igreja de São Sebastião	143
Figura 90: (A) Passeata em comemoração ao 2 de julho, em 2014; (B) Quadrilha junina em 2013.	144
Figura 91: (A) Sede da Associação; (B) Sede do centro comunitário.	144
Figura 92: Chegada de pescador.....	145
Figura 93: Saída de pescador.....	147
Figura 94: Desenhos de pesca na varanda de casa.....	145
Figura 95: Foto de pescador em sua varanda.....	147
Figura 96: Gráfico de existência de pescado por domicílio, 2014.	147
Figura 97: Gráfico de faixa etária de pescadores por domicílio, 2014.....	148
Figura 98: Gráfico de diferença de pescador e marisqueira por domicílio, 2014....	148
Figura 99: Gráfico de relação entre pescador colonizado e não colonizado por localidade, 2014.	149
Figura 100: Gráfico de pescador que desenvolve uma segunda atividade econômica por localidade, 2014.	149
Figura 101: Gráfico de idades dos entrevistados	150
Figura 102: Gráfico de grau de escolaridade dos entrevistados.	151
Figura 103: Gráfico de origem do aprendizado dos entrevistados.	151
Figura 104: Uso de camboa em Gamboa: (A) Vista panorâmica do cercado de uma camboa; (B) Armadilha de confinamento final, local onde os peixes ficam presos após nadar pela beira do cercamento; (C) Pescador voltando de fazer a “maricagem” da camboa (retirar os peixes).....	157
Figura 105: Gráfico das modalidades de pesca citadas pelos pescadores entrevistados.	157
Figura 106: Alguns tipos de pesca: (A) Pesca de siri com jereré; (B) Rede de pesca; (C) Rede de tarrafa; (D) Pesca de linha na beira da praia; (E) Rede para pesca em camboa; (F) Armadilha manzuá.	158

Figura 107: Parcerias na pesca: (A) Família envolvida na catagem de crustáceos; (B) Família envolvida no desembarque do pescado; (C) Limpeza de rede e desembarque em grupo.	159
Figura 108: Gráfico dos principais destinos do pescado.	159
Figura 109: Principais embarcações de pescadores: (A) Barco de madeira a motor. (B) Canoa de madeira a vela. (C) Canoa de fibra a motor.	161
Figura 110: Placa de proibição no atracadouro de Gamboa/Cairu – 2013.....	167
Figura 111: Sede da Secretaria Municipal da pesca e agricultura	165
Figura 112: Sede da Colônia z-55.....	167
Figura 113: Gráfico de percepção dos jovens da importância dos elementos do espaço geográfico local, para eles, família e localidade.....	174
Figura 114: Mapa de percepção da localidade de Gamboa	175
Figura 115: Mapa de percepção da localidade de Garapuá.....	175
Figura 116: Percepção dos jovens quanto necessidade nas localidades.	176
Figura 117: Gráfico de percepção quanto a pesca para ser utilizada como profissão	179
Figura 118: Pontos positivos da pesca, segundo jovens entrevistados	181
Figura 119: Pontos negativos da pesca, segundo jovens entrevistados	181

LISTA DE TABELAS

TABELA 1: Amostragem de domicílios entrevistados por localidade visitada em Cairu/BA - 2014.....	35
TABELA 2: Evolução da população residente de Cairu/BA – 1970-2010.....	88
TABELA 3: População residente por distrito do município de Cairu/BA – 1991-2010	92
TABELA 4: PIB a preços correntes dos municípios do Baixo Sul da Bahia / 2006-2011	98
TABELA 5: Pessoas, ocupadas na semana de referência que exerciam o trabalho principal no município de Cairu/BA - 2011	100
TABELA 6: Número de pessoas ocupando mercado de trabalho formal em Cairu/BA – 2006-2011	101
TABELA 7: Quantidade produzida lavouras – Cairu e Valença/BA 2012.....	101
TABELA 8: Extração vegetal e silvicultura – Cairu e Valença/BA - 2012.....	102
TABELA 9: Pecuária – Cairu e Valença/BA 2012	102
TABELA 10: Produção em toneladas de pescado marítimo e estuarino nos municípios costeiros do Baixo Sul – 2003-2006.....	103
TABELA 11: Número de registros gerais da atividade pesqueira por municípios do Baixo Sul - 2014.....	103
TABELA 12: Número de edificações identificadas em Gamboa/Cairu - 2014.....	122
TABELA 13: Número de edificações identificadas em Garapuá/Cairu - 2014.....	130
TABELA 14: Número de edificações identificadas em Moreré/Cairu – 2014.....	137
TABELA 15: Número de edificações identificadas em São Sebastião/Cairu - 2014	145

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Quadro síntese dos procedimentos de pesquisa.....	38
Quadro 2: Tipos de pesca e natureza econômica	53
Quadro 3: Pontos fortes, fracos, ameaças e oportunidades do setor pesqueiro do Município de Cairu/BA.....	83
Quadro 4: Sugestões de programas a serem criados para o setor pesqueiro do Município de Cairu/BA.....	84
Quadro 5: Principais festividades e manifestações em Cairu/BA.....	111

LISTA ABREVIATURAS E DE SIGLAS

ANP - Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis

APA – Área de Preservação Ambiental

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento

CEPENE - Centro de Pesquisa e Conservação da Biodiversidade Marinha do Nordeste

COELBA - Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia

CONDER - Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia

CPRM- Serviço Geológico Do Brasil

CRAS - Centro de Referência da Assistência Social

EMBASA - Empresa Baiana de Águas e Saneamento

EPEGB - Entrevista com pescador de Gamboa

EPEGR - Entrevista com pescador de Garapuá

EPEMR - Entrevista com pescador de Moreré

EPESS – Entrevista com pescador de São Sebastião

GPS - Sistema de posicionamento global

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MMA - Ministério do Meio Ambiente

MPA - Ministério da Pesca e Aquicultura -

PIB - Produto interno bruto

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

RGP – Registro Geral de Pesca

SEI - Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia

WWI - World Watch Institute

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	21
1.1 JUSTIFICATIVA	25
1.2 DIRECIONAMENTO TEÓRICO E METODOLÓGICO	26
1.3 PROCEDIMENTOS DA PESQUISA	31
2. O MUNDO RURAL E A O MODO DE VIDA PESQUEIRO COMO RURALIDADE	40
2.1 O NOVO MUNDO RURAL	40
2.2. A NOVA RURALIDADE COMO EXPRESSÃO DO MUNDO RURAL CONTEMPORÂNEO.....	44
2.3. O MODO DE VIDA DO PESCADOR COMO RURALIDADE	51
3. OCUPAÇÃO E PRODUÇÃO DO ESPAÇO GEOGRÁFICO DE CAIRU	59
3.1 DOS PRIMEIROS AOS NOVOS MORADORES: A PRIMEIRA GRANDE MUDANÇA DE CAIRU (SÉCULOS XVI E XVII).....	60
3.2 DA EXPLORAÇÃO DA MADEIREIRA À CRISE: CONSEQUÊNCIA DE UM NOVO PROJETO POLÍTICO (SÉCULOS XVIII E XIX).....	65
3.3 A CRISE COMO INFLUÊNCIA NO FORTALECIMENTO DA IDENTIDADE MARCADA PELA INFLUÊNCIA DO MAR (SÉCULO XX).....	69
3.4 O ACHADO PARA A SAÍDA DA CRISE: A CAPITALIZAÇÃO DO ESPAÇO PRODUZIDO (SÉCULOS XX e XXI).....	73
4. CARACTERIZAÇÃO DA DINÂMICA DE CAIRU NA ATUALIDADE	86
4.1 DINÂMICAS SETORIAIS	86
4.1.1 Dinâmica social	86
4.1.2 Dimensão econômica.....	96
4.1.3 Dinâmica ambiental.....	106
4.1.4 Dinâmica cultural.....	110
4.2 DINÂMICA DAS LOCALIDADES OCEÂNICAS DAS ILHAS TINHARÉ E BOIPEBA	113
4.2.1 Localidade de Gamboa	114
4.2.2 Localidade de Garapuá.....	123
4.2.3 Localidade de Moreré.....	131
4.2.4 Localidade de São Sebastião.....	137

5. DINÂMICA PESQUEIRA NO MUNDO RURAL CAIRUENSE	146
5.1 A PESCA E SUA INSERÇÃO NAS LOCALIDADES	146
5.1.1 Dinâmica pesqueira	150
5.2 REBATIMENTOS NA DINÂMICA PESQUEIRA: PERSPECTIVAS DE CONTINUIDADE OU EXTINÇÃO	164
5.3 RELAÇÃO DOS JOVENS COM A PESCA E O MUNDO RURAL: PERSPECTIVA DE CONTINUIDADE	173
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	182
REFERÊNCIAS.....	185
ANEXOS	192
ANEXO A - COLETA DE DADOS DOS DOMICÍLIOS	192
ANEXO B - QUESTIONÁRIO: ESCOLA LOCAL	193
ANEXO C – QUADRO DE TRADUÇÃO DE MAPA MENTAL.....	194
ANEXO D – QUADRO DE PERSPECTIVA FUTURA.....	195
ANEXO E - OFICINA DE APREENÇÃO DA DINÂMICA LOCAL E SUA ARTICULAÇÃO COM A PESCA.....	196
ANEXO F - QUESTIONÁRIO COM JOVENS – ESTUDANTES	197
ANEXO G – ROTEIRO DE ENTREVISTA: PESCADOR	200

1. INTRODUÇÃO

Durante seu longo processo histórico, a sociedade passou por grandes marcos que periodizam sua formação, como no séc. XVI com as grandes navegações e a revolução industrial no séc. XVIII (SANTOS, 2008), porém o que marca o período atual é a internacionalização da economia capitalista (CASTELLS, 1986 *apud* SANTOS, 2008) que tem a globalização o seu símbolo. Esses períodos expressam transformações que a humanidade provocou no espaço geográfico para suprir suas necessidades e manter sua sobrevivência. O espaço habitado passou por grandes modificações quantitativas e qualitativas atribuídas principalmente aos movimentos populacionais e às ações do homem em se adaptar aos elementos da natureza (SANTOS, 2008).

A globalização que “[...] se põe ao serviço do império do dinheiro, fundado este na economização e na monetarização da vida social e da vida pessoal” (SANTOS, 2001, p.18), vem para modificar, ressignificar e transformar os espaços e as relações existentes. Neste sentido, a apropriação da natureza é símbolo do poder do homem, configurando um espaço marcado por relações conflituosas, em que a maioria objetiva a sobrevivência, e a minoria; acumulação de capital em novas frentes.

Com isso os espaços geográficos nos quais a sociedade reproduz sua vida também se modificaram, com reflexo de suas próprias ações, e passaram a conter características que até então eram desconhecidas para tais espaços. Isto nos faz pensar como os processos de dinamismo do espaço, através do capital, vêm ocorrendo em prol de um desenvolvimento, que muitas vezes não é um real desenvolvimento, capaz de quebrar a inércia vivida pela população e também valorizar o que já existe no local, fim de fortalecê-los (BUARQUE, 2004). Com isso, atividades econômicas e modos de vida, principalmente as de grande relação com a natureza, passaram a se ressignificar, em detrimento de outra atividade ou o próprio rumo que o processo de desenvolvimento tomou.

Nesse processo, tantos os espaços denominados de urbanos, quanto os rurais passaram por grandes transformações, através da incorporação de novas dinâmicas e modificações das já existentes, influenciando o modo de apropriação da natureza por seus habitantes. O mundo rural, que tomamos como referência para a análise,

passou por modificações marcadas pela presença de novas formas de se produzir e interagir em seus espaços, incorporando cada vez mais novas perspectivas e influenciando tanto as atividades econômicas existentes, quanto os modos de vida.

Os modos de vida¹ nesse panorama, principalmente aqueles que têm como base uma atividade tradicional atrelada, como é o caso dos pescadores artesanais de Cairu, passam a se modificar a cada momento, seja pelo fato da incorporação natural das conquistas da sociedade sem que haja uma descaracterização de seus modos de vida e forma de sobreviver, seja de forma negativa dada através de conflitos causados por ameaças à continuidade da atividade. As incorporações de novas tecnologias, que muitas vezes desqualificam estes modos de vida, também são reflexo do projeto de desenvolvimento em vigor. Assim, a pergunta de investigação desta pesquisa é: como se dá a interação dos modos de vida dos pescadores de Cairu com a dinâmica contemporânea do município e suas perspectivas, em meio às transformações do seu Espaço Geográfico?

Cairu é um município localizado na costa leste do Estado da Bahia. Formado por 26 ilhas, este município é considerado o único município arquipélago do Brasil, o qual tem uma área de 460,980 km². Dentre seu conjunto de ilhas destacam-se Boipeba, Tinharé e Cairu (mesmo nome da sede), onde são encontradas as localidades de Gamboa, Pedrinhas, Garapuá, Galeão, Canavieiras, Tapuias, Cairu, Batateira, Monte Alegre, Moreré, São Sebastião, Velha Boipeba e Torrinhas (Figura 1).

Ao chegar em Cairu, pode ser notada sua bela paisagem que guarda exuberante fauna e flora, bem como uma dinâmica característica do município, marcado por modos de vida simples em relação com o turismo em constante crescimento, em que relações entre o rural e o urbano, muitas vezes se entrelaçam nas expressões desses modos de vida. As fontes de sobrevivência das populações residentes, presentes em todas as localidades que compõem este município são inúmeras (a serem demonstradas ao longo do trabalho), com destaque para a atividade pesqueira.

¹ Forma específica de vida de um determinado grupo de indivíduos, os quais possuem suas formas específicas de interatividade entre si, identidade, moradia, relação com a natureza, ocupação do território, atividade econômica, organização social, tecnologias, entre outros (DIEGUES, 2001).

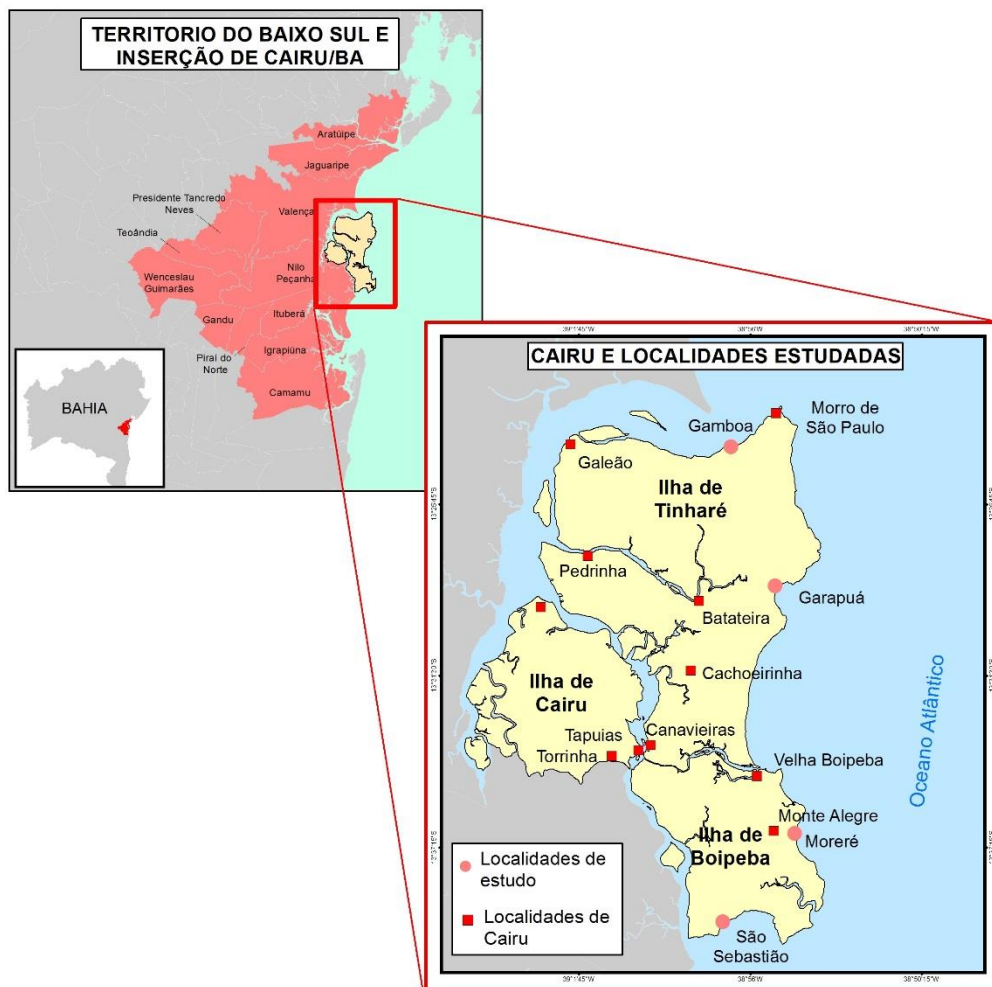


Figura 1: Localização do município de Cairu na Bahia e no Território de Identidade do Baixo Sul
 Fonte: IBGE, 2010, SEI, 2012. Elaborado pelo autor.

A atividade pesqueira em Cairu representa um segmento da população que ainda tem nesta atividade sua principal fonte de renda e modo de vida, marcando seus traços de identidade e de cultura no local. Tal atividade foi favorecida nas ilhas devido à presença de grandes recifes de corais e manguezais, em suas zonas estuarinas e costa oceânica, que proporcionavam e ainda proporcionam um ambiente propício à reprodução de animais marinhos.

Mas, nos últimos anos, o Município de Cairu vem passando por transformações em diversas dimensões, seja ela social, ambiental ou/e econômica e que rebatem em todo seu espaço urbano e rural. Um grande marco desta transformação foi a criação da Lei municipal de nº 241, assinada em dezembro de 2008, que institui diretrizes para o plano de longo prazo do município, chamado de Plano de Desenvolvimento Estratégico Cairu 2030. Tal planejamento tem a pesca como um de seus pilares para o desenvolvimento municipal, assumindo a importância da mesma para o município e

para a população que vive do que ela proporciona. Este plano soma-se ao conjunto de mudanças já ocorridas ao longo do tempo e marca, principalmente, um processo histórico que irá alcançar diversas dimensões da sociedade que tem Cairu como município de residência e/ou de trabalho, que aqui admitimos como processo de desenvolvimento (BRANDÃO, 2007).

Em meio à dinâmica existente, destacam-se as ilhas de Tinharé e Boipeba, as quais são configuradas por localidades específicas, marcadas pela interação com o meio natural, regulada pela presença de uma Área de Preservação Ambiental e também por modos de vida de sociabilidade primária, que configuram estes espaços como mundo rural (ALENCAR, 2011), onde os pescadores artesanais têm destaque. Assim, o objetivo foi investigar a partir da atividade pesqueira enquanto atividade econômica e modo de vida, a interação dos pescadores de Cairu com a dinâmica contemporânea do município face à tessitura histórica e sócioespacial que integra o processo de desenvolvimento de Cairu como mundo rural em transformação.

Foram objetivos específicos:

- a. Compreender o histórico da produção do espaço de Cairu;
- b. Compreender a atual dinâmica espacial de Cairu e as localidades estudadas, enquanto mundo rural;
- c. Caracterizar a dinâmica pesqueira nas localidades;
- d. Identificar os rebatimentos na pesca advindos do processo de desenvolvimento;

Os dados empíricos da pesquisa se referem a quatro localidades situadas na costa oceânica das ilhas de Tinharé e Boipeba, à relação entre o modo de vida da pesca e o espaço qualificado como mundo rural contemporâneo presente em Cairu. As localidades de Gamboa, Garapuá, Moreré e São Sebastião (Figura 1) foram escolhidas por serem localidades situadas em áreas com quase os mesmos fatores interferentes, constituindo padrão de interferências. Isto é, as localidades estão sob a mesma regulação de uso de solo da APA, por estarem na costa oceânica, sob influência da plataforma de extração de gás da Petrobrás, e do mesmo fluxo turístico advindo de Morro de São Paulo e Velha Boipeba, e em área geográfica de recifes de corais e manguezais.

1.1 JUSTIFICATIVA

Ao se chegar nestas áreas turísticas que a maioria das localidades de Cairu se tornaram, tão conhecida e bem divulgada nas esferas nacionais e internacionais (ATARDE, 2013a; G1, 2013; ATARDE, 2013b; GUIADOLITORAL, 2011; AGOSTINI, 2011), muitas vezes não se percebe a realidade vivida pela população local, realidade esta, escondida pela beleza natural da parte da natureza ainda conservada, pela hospitalidade da população, entre outros fatores. Mas, acima de tudo, há uma dinâmica existente, atribuída à relação que a população tem com o local onde vive, que resiste a inúmeras influências que a todo momento chegam nas localidades de Cairu.

Cabe ressaltar aqui que meu convívio com Cairu sempre foi dado apenas como uma pessoa com hábitos e vivências urbanas e que uma vez ao ano optava em conviver por alguns dias em uma das localidades (São Sebastião) no período de férias escolares, já que possuo laços e raízes familiares no município. Esta relação de proximidade afetiva com o município que perdura até os dias atuais fez com que pudesse perceber e acompanhar algumas modificações nos modos de vida e cotidianidade das populações. Percebi que algo estava mudando. O desafio agora seria posicionar-me como um pesquisador, mantendo vigilância epistemológica. Dei início a esta jornada de estudos na Graduação em Geografia na qual me debrucei para buscar entender as transformações no povoado de São Sebastião (PAIXÃO, 2012), quando pôde ser constatado que a atividade pesqueira, dentre outras atividades existentes no povoado, estava em um processo de transformação.

Além dos resultados da pesquisa já citada, outros estudos, como o de Alencar (2011), Rocha (2010), Gonçalves (2010), Siqueira (2009), que tiveram outras localidades das Ilhas de Boipeba e Tinharé, como objeto de seus estudos, apontaram, mesmo que indiretamente, a pesca como atividade impactada, a partir da nova dinâmica, causada principalmente pela ação do turismo, existente nas ilhas. Vale ressaltar que, se soma a estas pesquisas, a criação do Plano Estratégico de Cairu e as implicações que ele pode proporcionar às áreas de ação.

Assim, estudar um segmento da população do município Cairu que tem a pesca como uma das principais fontes de renda e sentido de vida e que ao mesmo tempo na atualidade, convive e resiste a um conjunto de outras atividades e forças externas,

justifica este trabalho. Buscamos mostrar a importância que estas populações e seus modos de vida têm, apontando os papéis desempenhados pelas mesmas na sociedade contemporânea, no contexto municipal que as ilhas fazem parte, compondo um espaço complexo, por estar pautado nas relações com seus aspectos ambientais, sociais e econômicos, sob ação de um processo de planejamento.

O trabalho se justifica por ampliar as discussões sobre a atividade pesqueira, além de ajudar na construção de um estudo panorâmico dessa atividade, nos dias atuais, auxiliando a compreensão da tessitura das sociedades que possuem uma relação direta com a natureza em suas práticas sociais e econômicas.

1.2 DIRECIONAMENTO TEÓRICO E METODOLÓGICO

Como direcionamento da abordagem teórica do trabalho considera-se, tendo Brandão (2007) como referência, que o desenvolvimento é, através de um planejamento adequado, o resultado de um longo processo de acontecimentos históricos, ou seja, reflexo de todas as ações políticas, econômicas e sociais durante toda a história de um determinado local.

Brandão (2007) ainda defende que o planejamento para o desenvolvimento deve ser aplicado a partir de uma dimensão multiescalar, para que assim haja uma correlação de ações planejadoras que devem convergir e nortear os olhares que intervêm em prol de um desenvolvimento. Além disso, irão compor neste processo diversos fatores que estão articulados entre as dinâmicas endógenas e exógenas. Eles refletem na divisão do trabalho de uma área, fazendo com que o processo de desenvolvimento seja heterogêneo, necessitando a todo o momento de ações replanejadoras.

Assim, para que seja planejado um determinado local ou uma atividade que representa um segmento de população, e que no caso do presente trabalho é a pesca, para que possa se chegar a um determinado nível de desenvolvimento, devemos compreender a realidade do local a ser estudado. Observa-se então que a compreensão de Brandão (2007) perpassa a escala de tempo atual, mas atinge principalmente o longo processo histórico que fez com que chegasse ao agora, em

conexões entre as escalas local e global, dado o conjunto de ações que estão em realização.

Então admitimos aqui que para o estudo da pesca nos dias atuais, no que se refere a sua importância e função dentro de um município e o que ela representa para esse segmento populacional, devemos compreender o espaço e o tempo em que a mesma se insere. A compreensão do espaço geográfico (SANTOS, 1986; 1992; 1997; 2001; 2004; 2008; CORREA, 2000) será dada através da análise da configuração espacial e de como a população interage e modifica-o. Já o tempo, através da compreensão de que o momento atual, como configuração socioespacial, é um reflexo do passado (SANTOS, 2008; CORREA, 2000), um resultado de um processo de desenvolvimento.

Assim, necessita-se transitar pelas três instâncias temporais que regem e permeiam a vida do ser humano: o passado, presente e futuro. O passado por ele carregar consigo todo um conjunto de ações humanas e planejadoras que construíram a dinâmica do tempo presente. O tempo presente que reflete às ações atuais e a somatória do tempo. Quanto ao futuro, ele projeta um conjunto de perspectivas e planos a partir do presente e tendo o passado como experiência.

Neste sentido, buscamos uma abordagem em que a pesca dentro de Cairu está interconectada com o seu passado histórico e sua realidade atual, enquanto espaço de ocorrência de ações por parte dos habitantes e de políticas, capazes de revelar dinâmicas específicas e únicas, que interagem e impactam a vida pesqueira.

Nesta perspectiva, Cairu, com cerca de 15.374 habitantes segundo o Censo do IBGE de 2010, enquadra-se na classificação dos pequenos municípios. A concepção de pequeno município a partir de Wanderley (2009) considera que os pequenos municípios são locais de grande domínio de espaço e modos de vida rural. A mesma autora problematiza a partir de Faria (1991), que tem seu foco na identificação de mudanças no processo de urbanização do Brasil e as estruturas de emprego após 1964, a definição de pequenos municípios como aqueles que possuem até 20.000 habitantes.

A dificuldade para tratar desta questão começa com a própria delimitação do que pode ser considerado pequeno município. Vilmar Faria aponta critérios definidores da população urbana: o critério censitário, o critério de mais de 20.000 habitantes vivendo em áreas urbanas do município e o critério de mais

de 20.000 habitantes na sede urbana do município (WANDERLEY, 2009, p.314).

Nesta abordagem, para Wanderley (2009), a presença do rural nos pequenos municípios muitas vezes chega a ser quase totalidade dos mesmos.

[...] por um lado, a maioria da população rural do país vive nas zonas rurais dos pequenos municípios e, pelo menos em algumas regiões, a população rural é majoritária nos municípios com até 20 mil habitantes (em certos casos, até 50 mil habitantes); por outro lado, as pequenas cidades, consideradas urbanas pelo IBGE, conhecem uma experiência urbana, que é, frequentemente, frágil e precária (WANDERLEY, 2009, p.311).

Wanderley (2009) aponta ainda a necessidade de planejamento para um real desenvolvimento e qualidade de vida para populações rurais nestes municípios, estabelecendo categorias de análise. Tais categorias analíticas são “[...] a trama social e espacial específica e as trajetórias de desenvolvimento, que geram, simultaneamente, a dinâmica interna e externa dos pequenos municípios” (WANDERLEY, 2009, p.317). Entendemos aqui a importância da identificação do rural dos municípios e conseqüentemente o direcionamento de políticas que estas categorias podem revelar, ou seja, as categorias como reveladoras da realidade.

Sendo assim, compreendemos o pequeno município como o lócus de uma ruralidade, ruralidade esta que deve ser revelada na análise das tramas espaciais e sociais e também na trajetória de desenvolvimento do determinado município. Isto requer que se enxergue o rural como base de ações planejadoras eficazes para as dinâmicas existentes nestes espaços singulares que o compõem.

Dentro desta perspectiva, Wanderley (2009) aponta para análise da Trajetória de Desenvolvimento de um pequeno município como abordagem complementar no entendimento da tessitura atual de um local. A análise da Trajetória de Desenvolvimento é considerada “[...] um método de estudo dos processos de desenvolvimento das sociedades rurais através da identificação e da interpretação das mudanças ocorridas ao nível técnico, econômico e social.” (GAMA DA SILVA et al., 1997, p.2). Tal método, para o autor, fornecerá um conjunto de informações no âmbito da escala local, fazendo com que este conjunto possa “[...] contribuir para antecipar acontecimentos futuros e subsidiar o planejamento de ações de desenvolvimento” (GAMA DA SILVA et al., 1997, p.2).

Assim, as Trajetórias de Desenvolvimento são entendidas como:

[...] a evolução e a reorganização dos recursos produtivos – naturais, humanos, capital e informações - no tempo e no espaço, por um grupo de atores sociais, num território delimitado com o objetivo de manter, reproduzir e melhorar as suas condições de vida. Estas condições são determinadas, em parte, pela influência de fatores e de atores do ambiente externo (SILVA, et al., 1994; SABOURIN et al., 1996 *apud* GAMA DA SILVA et al., 1997, p.2).

Gama da Silva (1997) destaca que tal abordagem “[...] apoia-se sobre a análise dos mecanismos e das consequências das transformações técnicas, econômicas e sociais das situações agrárias locais, integrando a dimensão histórica dos processos observados.” (GAMA DA SILVA et al., 1997, p.2).

Buscou-se categorias de análises que revelassem toda a tessitura existente em Cairu, considerando a pesca no conjunto de interações naquele espaço geográfico. Se o espaço é um instrumento da geografia (CORREA, 2000) para a análise da sociedade, ele é capaz de revelar o conjunto de ações do homem sobre o seu espaço de vida. Logo a pesca, como uma atividade e acima de tudo dinâmica de vida, pode ser vista ou compreendida na análise do espaço geográfico. Toma-se o espaço como base analítica.

O espaço geográfico revela toda a dinâmica existente em um determinado momento do tempo, que carrega consigo toda uma construção histórica passada. Neste sentido, torna-se necessário o entendimento do que é o processo de produção do espaço, e como a compreensão de sua formação pode significar em planejar e atuar no tempo presente. Para isso temos a contribuição de Milton Santos em algumas de suas obras (1986; 1992; 2004; 2008), sobretudo Santos (2008) aponta para a análise do espaço como um método para compreender o tempo presente.

Assim como compreendemos o desenvolvimento, temos a visão de espaço geográfico como resultado de um processo histórico e também influenciador do futuro. Concordamos aqui com Santos (2008), ao considerarmos a necessidade de se entender o processo de construção de um espaço, como pré-requisito de se compreender as relações atuais existentes, tendo a Geografia como uma ciência imprescindível para tal abordagem espaço-histórica.

A Geografia deve preocupar-se com as relações presididas pela história corrente. O geógrafo torna-se um empiricista e está condenado a errar em suas análises se considera o lugar, como se ele explicasse por si mesmo, e não a história das relações, dos objetos sobre os quais se dão as ações humanas, já que objetos e relações mantêm ligações dialéticas, onde o mesmo acolhe as relações sociais, e estas impactam os objetos (SANTOS, 2008, p.63-64)

A análise do espaço vai muito além de olhar para a paisagem para descrevê-la, ou seja, apreender e identificar as formas presentes naquele local. A análise do espaço necessita que seja observado o espaço como um todo, através de suas relações e condicionantes. Nesse sentido Santos (2008) categoriza como objetos do espaço que é a forma, função, processo e estrutura.

O espaço deve ser considerado como um conjunto indissociável, de que participam, de um lado, certo arranjo de objetos geográficos, objetos naturais e objetos sociais, e, de outro, a vida que os preenche e os anima, ou seja, a sociedade em movimento. O conteúdo (da sociedade) não é independente da forma (os objetos geográficos), e cada forma encerra uma fração do conteúdo. O espaço, por conseguinte, é isto: um conjunto de formas contendo cada qual fração da sociedade em movimento. As formas, pois, têm um papel na realização social (SANTOS, 2008, p.28).

Damos base assim ao modo de ver a pesca tendo o espaço como suporte de análise, espaço este que é modificado e produzido a partir da ação dos processos políticos, econômicos e semânticos (BARRIOS, 1986, p.1). Temos então as práticas econômicas, que “[...] compreendem o conjunto de ações sociais que tenham por finalidade a produção, a distribuição e o consumo de meios materiais [...]” (BARRIOS, 1986, p.1), as práticas políticas, que são o reflexo da ação dos segmentos da sociedade para que haja a detenção do poder, e o terceiro é o último aspecto geral de modificação são as práticas culturais, que possuem ações para:

a) desenvolver formulações explícitas de conhecimentos capazes de responder as indagações que o homem formula sobre si mesmo, a sociedade e o espaço-tempo e que permitam solucionar os problemas por ele enfrentados; b) gerar representações, valores, modelos, interesses, aspirações, crenças e mitos interdependentes, os quais incidem sobre a prática do cotidiano e abrigam a decidir entre as duas opções: manter e reproduzir a ordem existente ou transforma-la em novas maneiras de fazer e pensar; c) difundir em conhecimentos através das formas e meios de comunicação simbólicos.” (CENDES, 1974 *apud* BARRIOS, 1986, p.14).

Tais processos, para Milton Santos (1992), são considerados como instâncias. Já Santos (2008, p.119) atribui variáveis como a composição da dinâmica social, que por sua vez irá interagir e dar significação (de acordo com o momento histórico) à configuração territorial. Nestas ações mais englobadas, Santos (1992) cita os elementos¹ que irão interagir entre elas e no espaço. Assim, o autor citado, considera

¹ Tais elementos, ainda em Santos (1992), vão agir e interagir no espaço de acordo com o nível de tecnologia em sua época; vão variar de lugar para lugar; ter uma organização própria de acordo com a escala em que tem influência; vão estar conectados entre si e formar um sistema de interação, podem dar lugar aos subsistemas condicionando as ações do sistema maior, e tais sistemas formam uma estrutura no espaço.

como elementos os homens, as firmas, as instituições, o meio ecológico e a infraestrutura, que irão exercer seu poder e função na produção do espaço. Cada elemento, segundo Santos (1992, p. 6), possui sua função, os homens por serem fornecedores de trabalho¹, as firmas na produção de bens, serviços e ideias; as instituições por criarem normas, ordens e legitimações; o meio ecológico por se constituir a base física onde deverá ser realizado o trabalho; e as infraestruturas que são resultados do trabalho humano em forma materializada.

Logo, o espaço revela o passado como produtor do presente, mas também revela o próprio presente, já que o mesmo é produzido a todo momento e resultado das ações constantes. Esta abordagem permite pensar no planejamento municipal que consiga valorizar as dinâmicas existentes, sobretudo a rural.

1.3 PROCEDIMENTOS DA PESQUISA

Analisar o universo da pesca é levar em consideração um conjunto de fatores que a condiciona como atividade econômica e modo de vida², e fazem dela uma atividade impactada ao mesmo tempo em que resiste dentro de uma nova dinâmica em sua volta. Por se tratar de uma atividade que não dispõe de dados estatísticos, além de envolver pequenas comunidades e em áreas restritas, o processo de pesquisa envolveu um longo e detalhado conjunto de ações, que tinha como objetivo principal obter dados mais próximos da realidade vivida por este segmento de população.

Então, o processo se iniciou com um levantamento prévio de dados sobre o objeto de pesquisa, relativos à pesca e à área de pesquisa. Foram utilizadas as seguintes fontes de dados e materiais bibliográficos: jornais, livros, artigos, teses, além de fontes eletrônicas, como documentos oficiais, leis, estudos de projetos, bem como mídias de órgãos públicos e privados.

¹ Para Santos (1992) os homens só são elementos do espaço a partir do momento que eles são ativos, muito embora sua existência possa demandar algum trabalho.

² Vale ressaltar que ao admitimos a pesca aqui como uma atividade econômicas e modo de vida, a mesma torna necessária a análise qualiquantitativa de suas características.

Para compreender as dinâmicas existentes em cada localidade, além dos dados bibliográficos e estatísticos, buscou-se conhecer e interagir com as localidades, compreender as dinâmicas existentes para poder quem sabe apontar melhorias. Então este comprometimento metodológico com o desenvolvimento do presente trabalho e acima de tudo com a população tida como objeto de estudo, é refletida nas idas constantes a campo que resultaram em entrevistas e visitas em diversas instituições que tem relação com os pescadores, com a colônia de pescadores. Além disso, houve participação de reuniões de grande importância nas localidades, como as reuniões que fizeram parte do processo de articulação e conscientização da população da localidade de São Sebastião, para a participação dos mesmos na audiência pública para liberação de um empreendimento turístico na ilha de Boipeba, realizada em São Sebastião em junho de 2014.

Ao invés de propor um encontro com os pescadores, decidimos procurá-los no cotidiano deles: na beira das praias; na varanda de suas residências onde descansam e realizam a manutenção de seus instrumentos de trabalho; ao lado de suas canoas, onde fazem manutenção ou limpam suas redes. Preferimos esta ação, por ter encontrado dificuldades destes de se organizarem ou participarem de encontros por se mostrarem desmotivados devido a encontros anteriores, por diversos motivos que não tiveram efeito direto sob suas atividades e também, à constância de reuniões de órgãos planejadores que de nada lhes trazem benefícios, ou até mesmo à falta de comprometimento ou sentimento de pertencimento dos moradores das localidades.

As pesquisas de campo foram realizadas em 2 etapas: a primeira de aproximação e reconhecimento com a população das localidades e a segunda etapa de interação. A etapa de aproximação, realizada no ano de 2013, vinha da necessidade de contato com os pescadores nas comunidades em estudo, e reconhecimento da área, para que futuramente pudessemos realizar entrevistas. Para isso foram realizadas pesquisas de campo nas comunidades em dois períodos do ano de referência, uma em junho (apenas em São Sebastião) e outra em meados do mês de dezembro em todas as localidades em estudo.

Na pesquisa realizada em junho na localidade de São Sebastião fêz-se levantamento fotográfico, bem como georreferenciamento de alguns pontos e locais de grande relevância na localidade, além de conversas informais com moradores e

funcionários da escola de ensino médio local. Já entre os dias 10 e 18 de dezembro de 2013 foram visitadas todas as localidades de estudo, com tempos de permanência variados¹. Em São Sebastião estivemos por 3 dias, em Gamboa foram feitas 2 visitas, em Moreré 1 visita e em Garapurá 1 visita com 2 dias de permanência. Os procedimentos de campo foram:

- a. Observação direta;
- b. Conversas informais com moradores, pescadores, comerciantes e lideranças locais;
- c. Entrevistas piloto com pescadores;
- d. Prospecção de possíveis colaborações à fase seguinte;
- e. Georreferenciamento do uso do solo;
- f. Levantamento fotográfico da localidade e da pesca.

A observação direta, levantamento fotográfico, conversas informais e sondagem para colaborações futuras, foram feitas durante a presença nas localidades, e proporcionaram a identificação da dinâmica de cada localidade, além da aproximação com a população e os pescadores. O georreferenciamento foi outro importante objetivo alcançado na primeira etapa das pesquisas de campo, quando se localizou objetos construídos: casa ou comércio e que tipo de comércio e casa (veraneio ou não). Para isso foram percorridas todas as ruas das localidades, munido de GPS e mapa das localidades².

Como seria realizado um conjunto de entrevistas na etapa dois do processo de pesquisa de campo, necessitava-se testar o instrumento de coleta de dados a ser utilizado futuramente, começando a identificar a dinâmica pesqueira local e também apreendendo a receptividade dos pescadores a serem entrevistados. Para isso foram

¹ Os tempos de permanência variaram de acordo com o tamanho das localidades e suas localizações. Por existir facilidade de visita, pois possui transporte constante entre a localidade e Valença em menos de 1 hora devido à proximidade, Gamboa foi a única localidade visitada durante o dia, o que acarretou trabalho de campo das 7h às 17h no período explicitado.

² O GPS da marca Garmim estava configurado com sistema de projeção Universal Transversa de Mercator (UTM) e o Datum WGS 84. O mapa por sua vez, foi uma construção própria a partir da técnica de georreferenciamento de imagens das áreas, retiradas do Google Earth numa resolução de 4800 x 2291 e mosaicado no software ArcGIS versão 10.

entrevistados em cada localidade apenas 2 pescadores¹ através da realização de entrevistas utilizando-se de formulário com perguntas fechadas e abertas.



Figura 2: Levantamento de dados em campo.
Fonte: Acervo do autor.

A segunda etapa do trabalho de campo foi realizada em dois momentos diferentes, um no mês de abril e outro entre os meses de junho e julho de 2014. O primeiro momento foi realizado entre os dias 31 de março a 25 de abril com tempo de permanência de 12 dias em São Sebastião, 3 dias em Garapuá, 9 dias em Gamboa, e 2 dias em Moreré. Realizou-se os seguintes procedimentos:

- a. Entrevistas com pescadores;
- b. Entrevistas com Líderes de associações;
- c. Entrevistas com comerciantes locais;
- d. Georreferenciamento de novos pontos;
- e. Entrevista junto à Colônia Z-55 de Cairu;
- f. Conversa informal junto Secretaria da Pesca e Agricultura de Cairu;
- g. Entrevista com os responsáveis das escolas;
- h. Levantamento quantitativo de dados domiciliares referente à pesca;
- i. Realização de oficina com jovens do ensino médio das escolas;
- j. Aplicação de questionário com jovens do ensino médio das escolas;

Por já ter constatado a dificuldade de se achar quantitativo do número de pescadores em cada localidade, apesar de se ter o número de carteiras de pescadores por município divulgado pelo Ministério da Pesca, sabíamos que ainda existiam

¹ Os mesmos pescadores, na segunda etapa de entrevistas foram contatados para responder a perguntas que, na entrevista piloto, não tinham sido feitas.

pescadores sem carteira e cadastrados em outras colônias, assim como possíveis realizações de trabalhos ao mesmo tempo em que é pescador, para complementar a renda. Sendo assim, foi realizado um levantamento quantitativo de dados domiciliares referente a pesca nos domicílios das localidades. Esse levantamento contou com um pequeno formulário (ANEXO A) com 7 perguntas que revelariam de maneira geral também a situação vivida pelo pescador e sua relação com sua família. Nesta identificação dos pescadores e sua inserção nos domicílios das localidades, necessitou-se identificar uma amostra indicativa do quantitativo de domicílios nas localidades. Esse levantamento tomou como base a definição do que seria domicílio¹ feita pelo IBGE (2010), e seguido como parâmetro o número de domicílios para cada localidade, no ano de referência do censo. Assim, foram calculadas as amostras base², e seu nível de erro e confiabilidade seguindo os parâmetros da ABNT³.

TABELA 1: AMOSTRAGEM DE DOMICÍLIOS ENTREVISTADOS POR LOCALIDADE VISITADA EM CAIRU/BA - 2014

PARÂMETROS	LOCALIDADE			
	GAMBOA	MORERÉ	GARAPUÁ	SÃO SEBASTIÃO
Domicílios	858	69	161	220
Erro amostral	10%	9%	5%	6%
Nível de confiança	99%	90%	95%	99%
Amostra necessária	140	39	114	150
Amostra final	153	40	121	159

Fonte: Pesquisa de Campo, 2014. Elaborado pelo autor.

Na Colônia de Pescadores Z-55, localizada na sede de Cairu foi realizada entrevista a partir de uma conversa informal com o presidente da colônia em exercício, com questionamentos sobre a ação da colônia nas localidades, bem como o papel deste órgão e seus engajamentos para a melhora da atividade em Cairu. Na mesma ocasião, na recém criada⁴ Secretaria de Pesca e Agricultura do município de Cairu

¹ “Domicílio é o local estruturalmente separado e independente que se destina a servir de habitação a uma ou mais pessoas, ou que esteja sendo utilizado como tal.” (IBGE, 2010).

² A amostra foi definida a partir do número de domicílios particulares permanentes presentes nos setores censitários do IBGE (2010) que comportam as áreas de estudo, por ser considerada, a pesca, como uma atividade profissional individual, mas também uma atividade que está inserida no contexto da unidade familiar que envolve muitas vezes todos os componentes familiares.

³ O cálculo foi realizado pela ferramenta disponível no endereço: <<http://www.publicacoesdeturismo.com.br/calculoamostral/>>. Acesso em 11 jan. 2014.

⁴ A secretaria foi criada no ano de 2014.

foi realizada uma entrevista através de conversa informal com a secretária de pesca e o vice secretário.

Como já explicitado que é importante não só a pesquisa sobre a pesca, mas também sobre a dinâmica que a cerca, entrevistamos lideranças locais, responsáveis por bares e/ou restaurantes e diretores das escolas locais. Com as lideranças locais as entrevistas foram feitas através de conversas informais em momentos diferentes. Já com os proprietários ou responsável de bares e restaurantes foi aplicado um pequeno formulário de entrevista.

Como também é compreendido que a escola exerce um papel importante nas localidades e a mesma é responsável por formar futuros profissionais para as áreas de estudo, visitou-se as escolas locais¹ e realizou-se entrevistas com diretores e jovens alunos do ensino médio². As entrevistas com os diretores foram realizadas através de formulários (ANEXO B) com o objetivo de apreender a ação da escola e sua contextualização com o local que está inserido e a pesca, e a infraestrutura disponibilizada a estes alunos. Com os alunos foi realizada uma oficina de percepção do jovem sobre sua localidade e a pesca. Nesta oficina foram elaborados mapas que expressassem a percepção deles com o local onde eles vivem, o preenchimento de quadros que traduzissem o que eles desenharam e que acham de importante (ANEXO C), o preenchimento de um quadro externando as perspectivas para o futuro na localidade (ANEXO D) Tal oficina foi realizada em grupos e também buscou-se não revelar, no primeiro momento, o objeto de pesquisa (a pesca) para os envolvidos, evitando qualquer influência sob a construção dos mapas e para que houvesse a mesma situação de aplicação; foi seguido o roteiro para todas as localidades (ANEXO E). Ainda com os jovens, foram aplicados questionários individuais (ANEXO F) para apreender sua relação com a pesca e perspectivas para o futuro profissional, revelando ou não seu interesse pela mesma.

¹ Por não possuir escola de ensino médio na localidade de Moreré, os alunos estudam na localidade mais próxima, Velha Boipeba, o que impossibilitou a ida, visita e entrevistas aos alunos que moram em Moreré.

² Foram escolhidos os alunos do ensino médio por estes estarem no momento de entrar no mercado de trabalho e seguir a vida profissional.



Figura 3: Oficinas realizadas no ensino médio nas localidades: (A) Grupos do 3º ano em Gamboa, (B) Grupos do 2º ano em Gamboa, (C) Grupos do 1º ano em Gamboa, (D) Grupos do 3º ano em Garapuá, (E) Grupos do 2º ano em Garapuá, (F) Grupos do 1º ano em Garapuá, (G) Grupos do 3º ano em São Sebastião (H) Grupos do 2º ano em São Sebastião, (I) Grupos do 1º ano em São Sebastião.
 Fonte: Pesquisa de Campo, 2014.

Não mais importante, mas imprescindível para a realização do trabalho, foram realizadas ao total 60 entrevistas¹ com alguns pescadores das localidades. As entrevistas foram feitas com o auxílio de formulários (ANEXO G) estruturados com perguntas objetivas e subjetivas, do mesmo modo que as entrevistas piloto.

Em Junho e julho de 2014, foi acompanhado um processo de audiência pública na localidade de São Sebastião, referente à liberação de uma Licença Prévia para a construção de um empreendimento hoteleiro e imobiliário em São Sebastião que impactará todas localidades em volta e principalmente São Sebastião.

É necessário salientar a não revelação, por questões éticas, das identidades dos entrevistados e participantes das oficinas. Sendo assim, os mesmos serão reconhecidos por códigos específicos a sua categoria de entrevistado.

¹ Foram entrevistados 12 pescadores em Garapuá, 13 em Moreré, 15 em São Sebastião e 20 em Gamboa, que serão utilizados como parâmetro indicativo.

Assim, os dados levantados e as fontes de pesquisa estão de acordo com os objetivos propostos, compondo os procedimentos da pesquisa e organizados no quadro 1.

OBJETIVO	DADOS LEVANTADOS	FONTE
Compreender a produção do espaço de Cairu	Aspectos históricos relativos ao processo de desenvolvimento do município, com base na produção do espaço.	Materiais bibliográficos como: jornais, livros, artigos, teses, além de fontes eletrônicas, como documentos oficiais, leis, estudos de projetos, bem como mídias de órgãos públicos e privados.
Compreender a atual dinâmica espacial de Cairu e as localidades estudadas, enquanto mundo rural.	Características sociais, econômicas, ambientais e culturais.	Dados estatísticos (IBGE, 2010; CPRM, 2010; CEPENE, 2003, 2005, 2006; CAIRU, 2014); Observação direta; Conversas informais com moradores, pescadores, comerciantes e lideranças locais; Entrevistas piloto com pescadores; Georreferenciamento do uso do solo; Levantamento fotográfico da localidade e da pesca.
Caracterizar a dinâmica pesqueira nas localidades	Características da dinâmica pesqueira referente as formas de pesca, petrechos, relação entre os pescadores, inserção no município e modos de viver.	Dados estatísticos (MPA, 2014) e matérias bibliográficos; Entrevistas com pescadores; Entrevistas com Líderes de associações; Entrevistas com comerciantes locais; Entrevista junto à Colônia Z-55 de Cairu; Conversa informal junto Secretaria da Pesca e Agricultura de Cairu; Entrevista com os responsáveis das escolas; Levantamento quantitativo de dados domiciliares referente à pesca; Realização de oficina com jovens do ensino médio das escolas; Aplicação de questionário com jovens do ensino médio das escolas;
Identificar os rebatimentos na pesca advindos do processo de desenvolvimento;	Rebatimentos diretos e indiretos da pesca, advindos das diferentes ações e transformações no espaço de Cairu ao longo do processo de desenvolvimento municipal e na atualidade.	Materiais bibliográficos; Entrevistas com pescadores; Entrevistas com Líderes de associações; Entrevistas com comerciantes locais; Entrevista junto à Colônia Z-55 de Cairu; Conversa informal junto Secretaria da Pesca e Agricultura de Cairu; Entrevista com os responsáveis das escolas; Levantamento quantitativo de dados domiciliares referente à pesca; Realização de oficina com jovens do ensino médio das escolas; Aplicação de questionário com jovens do ensino médio das escolas;

Quadro 1: Quadro síntese dos procedimentos de pesquisa.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Não deve ser esquecida a importância do uso da cartografia e seu conjunto de ferramentas no processo de construção do trabalho, de modo a facilitar a análise e representação das dinâmicas existentes no território estudado. Os mapas cartográficos foram utilizados em todo o desenvolvimento do trabalho e para

expressar a realidade do objeto empírico. Todos os mapas tiveram o mesmo critério de elaboração: a base principal foi de arquivos em *shapefile* do CPRM (2010), CONDER (1998), IBGE (2010) que foram compatibilizados para a área de estudo. Os dados empíricos foram coletados em campo com o auxílio de GPS com metodologia já explicitada anteriormente.

A dissertação estrutura-se em 4 capítulos principais, além da introdução e considerações finais. O primeiro é responsável por dar panorama geral do mundo rural contemporâneo e a existência das novas ruralidades, de modo a compreender a pesca como uma ruralidade inserida neste mundo rural. O segundo capítulo, será responsável por identificar o processo histórico de produção espacial de Cairu, tendo como principal dinamizador sua trajetória de desenvolvimento. O Terceiro é responsável por caracterizar Cairu no tempo presente, identificando a dinâmica do mundo rural imanente a Cairu e nas localidades em estudo. O último mostrará a dinâmica pesqueira nas localidades e os rebatimentos na pesca e sua relação com as localidades e a população.

2. O MUNDO RURAL E A O MODO DE VIDA PESQUEIRO COMO RURALIDADE

Se torna pertinente, na análise da pesca articulada com a dinâmica em sua volta, a compreensão da constituição do novo mundo rural e como a atividade pesqueira pode ser vista como uma ruralidade. Assim, necessita-se entender como se deu a construção do atual mundo rural contemporâneo, o qual possui um espaço que é dotado de modos de vidas específicos e são expressos através das ruralidades.

2.1 O NOVO MUNDO RURAL

O olhar para o rural se tornou uma tarefa quase impossível para os agentes planejadores, pois ainda levam consigo a perspectiva do rural sinônimo de local que apenas teria produções agrícolas. Porém, devemos aqui entender que o rural vai além de existência ou não de produção econômica de artigos agropecuários. O rural compõe assim uma dinâmica de vida que na verdade é impactada pelas políticas e ações que estão dentro da visão “urbanocêntrica”, ou seja aquela que considera rural a área excludente da área urbana. Esta abordagem qualifica o rural como uma área não urbanizada sem conquistas de direitos da sociedade (aparatos que dão qualidade de vida as populações, como hospital, escola, áreas de lazer, etc) e em que deve existir apenas atividades econômicas agrícolas. Mas compreende-se nos dias atuais que o rural é outro, ele é um resultado de longo processo histórico que determinou a realidade atual. Enxergar esta realidade é imprescindível para planejar para as populações que ali vivem (CARNEIRO, 2012; WANDERLEY, 2009).

As dinâmicas de transformações sempre estiveram na sociedade; influenciaram as configurações espaciais tanto do rural quanto do urbano passaram a ser objeto de estudos por conter dinâmicas de vida diferentes e responder às transformações de maneiras distintas. Nesta perspectiva vemos as transformações no rural e no urbano, categorias espaciais que indicam modos de vida diferentes, mas que de uns anos para cá vêm se correlacionando em suas características, até criando espaços híbridos, os chamados rurbanos (CARNEIRO, 1999).

O rural e o urbano denotam formas do homem se espacializar e também expressar suas formas de vidas específicas. A maneira diferente em que esses

espaços se configuraram foi interpretada como dicotomia, cujas análises passaram a direcionar as ações de políticas públicas para as populações que habitam estes locais (CARNEIRO, 2012). Essas formas de ver o rural e/ou urbano muitas vezes estiveram condicionadas pela presença e funções das atividades econômicas que passaram a habitar um imaginário de que seria rural ou urbano. Neste imaginário alimentado por muito tempo, o rural seria sinônimo de estagnação e o urbano de movimento (WILLIAMS, 1989). Tal visão de dicotomia entre campo e cidade, como expressão das atividades econômicas, advém desde a antiguidade clássica (WILLIAMS, 1989, p.11). Para Williams (1989) tanto o rural quanto o urbano eram compostos por características específicas e distintas que os diferenciavam entre si:

A 'forma de vida campestre' engloba as mais diversas práticas – de caçadores, pastores, fazendeiros e empresários agroindustriais -, e sua organização varia ao feudo, do camponês e pequeno arrendatário à comuna rural, dos latifundiários e *plantations* às grandes empresas agroindustriais capitalistas e fazendas estatais. Também a cidade aparece sob numerosas formas: capital do Estado, centro administrativo, centro religioso, centro comercial, porto e armazém, base militar, polo industrial (WILLIAMS, 1989, p.11).

Mas neste processo em que o capital direciona novos rumos à sociedade, todas as dinâmicas rurais e/ou urbanas são mudadas, novas funções são criadas das quais suas ações produtivas e de dinâmica de vida são ressignificadas. Observa-se então que elementos da configuração espacial são modificados, embora suas formas continuem, mas suas funções são reeleboradas de acordo com as novas necessidades da sociedade. Novas apropriações são geradas, a partir das novas necessidades, e são incorporadas nestas visões e formas de vida (SANTOS, 2001; 2008).

Logo, o rural passou por um grande processo de ressignificação. O campo que até o séc. XIX era concebido como fornecedor de alimentos e matérias primas para o urbano (SANTOS, 2008; CARNEIRO, 2012), tendo a atividade agrícola como elemento definidor do rural (GRAJALES et al., 2006), agora passa a ser objeto de apropriação do meio urbano através de uma revalorização. Esta revalorização se iniciou na década de 70 e se intensificou em 90, com a influência do pensamento ecológico (CARNEIRO, 1998). Tal valor simbólico (REMY, 1989 *apud* CARNEIRO, 2012, p.8-9) será dado a partir da presença da natureza neste espaço e que passa a ser utilizada como objetivo de contemplação, o que culminou com o surgimento da

indústria turística e cultural (CARNEIRO, 1998). Wendel Henrique (2009) afirma que esta concepção do rural como refúgio da vida urbana se dá a partir da situação de crise e violência vivida na cidade, que passa a atrair tal população, mesmo que sazonalmente, para as áreas rurais.

Assim o rural passa a ter diferentes usos e funções, como a partir de três posições de modos de ver, como destaca Wanderley:

Uma primeira, que atribui prioridade à destinação produtiva do meio rural, [...] Uma segunda posição associa o meio rural a uma melhor qualidade de vida a que pode aspirar ao conjunto da sociedade, inclusive e, sobretudo, os habitantes das grandes áreas metropolitanas. Assim, os espaços rurais deixariam de ser propriamente produtivos para se tornarem um espaço de consumo, voltados, sobretudo, para as atividades relacionadas às funções de residência e de lazer, que vão desde as diversas formas de turismo rural até a ocupação do campo, para se tornarem um 'patrimônio' da sociedade, acessível a todos. Finalmente, uma terceira percepção, também situa os espaços rurais como um bem coletivo, visto agora, não apenas como um lugar de moradia de boa qualidade, mas como parte integrante do patrimônio ambiental a ser preservado, contra todos os usos considerados predatórios, produtivos ou não (WANDERLEY, 2009, p.215-216).

Esta revitalização do rural se dá principalmente com a mudança das referências identitárias, nos quais “[...] os indivíduos se identificariam menos com o trabalho (domínio da necessidade) e mais ao lugar de residência (domínio da liberdade)” (WANDERLEY, 2009, p. 244-245). Essa revalorização, mesmo que de forma simbólica, deixa para trás a visão de dicotomia entre urbano e rural. Tal dicotomia foi gerada a partir do momento em que houve uma centralização e concentração de pessoas e suas funções, somado ao conjunto de serviços controlados por um governante em um espaço delimitado, que deixou de ser aldeia para se tornar uma cidade (CORNELL, 1998, p. 19). Esta nova construção da sociedade, que até então era campo, passou a se opor ao modo de vida rural, na qual não tinha um governante como presença vital para sua sobrevivência e nem um planejamento do seu território (CORNELL, 1998), ou seja, os espaços rurais eram o reflexo da cotidianidade dos modos de vida das populações que ali habitavam.

Logo, olhar para o rural e sua atual dinâmica, que sofre a todo o momento influências, sobretudo da lógica do capitalismo industrial, se torna uma tarefa necessária, visto que ter o rural como base de análises interpretativas (ALENCAR, 2011) é levar em consideração o conjunto de relações interconectadas com o urbano, sem que essas sejam descaracterizadas, e sim, coexistam. Logo, o rural deixa de ser

visto apenas como um espaço qualificado a partir de suas produções, e sim passa a ser visto como gerador de espaço que possui um conteúdo que se expressa através da dinâmica de vida (WANDERLEY, 2009) complexa. Além dessa perspectiva, numa visão de rural como categoria operatória (CARNEIRO, 2012), o estudo deste espaço deixa de ser apenas análises de cunho e importância local para ganhar uma dimensão de contribuição para o desenvolvimento nacional (GRAJALES et al., 2006, p.65), abordagem compatível com a de desenvolvimento compreendido como multiescalar (BRANDÃO, 2007).

Dentre essas perspectivas nesta pesquisa o meio rural é entendido aqui como “[...] um espaço de suporte de relações sociais específicas, que se constroem, se reproduz ou se redefine sobre este mesmo espaço e que, portanto, o conformam como um espaço singular de vida.” (WANDERLEY, 2009, p.297). Tal compreensão do rural e do espaço construído através dele deve-se à consideração da dinâmica social inserida naquele local, que foi construída socialmente pelos seus habitantes através de seus laços, sobretudo afetivos (WANDERLEY, 2009).

Devido à complexidade de conteúdos existentes no meio rural, sobretudo as dinâmicas de vida, Wanderley (2009, p.18) o qualifica como mundo rural. Para a autora ele “[...] pode ser entendido como um lugar de vida, que se define enquanto um espaço singular e um ator coletivo”; para Carneiro (2012) a natureza tem uma forte influência neste cenário, onde os habitantes através de suas interações e relações sociais, a possui como base para suas atividades de sobrevivência e lazer. Wanderley (2009, p.244-245) ainda afirma que esta nova visão para o mundo rural reforça que há uma modificação no que ela chama de referências identitárias, na qual o trabalho deixa de ser o alicerce exclusivo destas relações, para dar lugar às atribuições deste espaço como local de residência também, ou seja, através dos modos de vida que interagem entre si num dado espaço.

A relação de interdependência entre o morador rural com o meio onde vive faz do rural a sua morada da vida (HERÉDIA, 1979), assim como a noção de mundo rural é espaço de vida e trabalho. Essas noções ficam mais concretas ao se considerar concepção de lugar que esse espaço passa a significar para os seus moradores. Para Tuan (1983) a concepção de lugar é dada quando é acrescido valor sentimental e pertencimento, gerado pelas experiências de vida naquele espaço, fazendo dele um local seguro.

2.2. A NOVA RURALIDADE COMO EXPRESSÃO DO MUNDO RURAL CONTEMPORÂNEO

O mundo rural, dentre tantas formas de ser analisado e visto, pode ser analisado através de suas expressões, chamadas de ruralidades. A ruralidade é constituída por “[...] conteúdos - heranças, origens, hábitos, relações, conjuntos de ações [...]” (BIAZZO, 2008, p.145) ao passo que o rural é uma noção advinda da realidade visível e atribuídas a presença de formas e conjunto de objetos (BIAZZO, 2008). Para o mesmo autor, o campo, na maioria das vezes será local de expressão de ruralidades, mas nada impede de que em um mesmo local haja expressões de ruralidades e até mesmo de urbanidades¹, havendo uma coexistência² das duas expressões sem desconfigurar a outra imanente do local (BIAZZO, 2008).

Observa-se então que olhar para o rural, não é olhar para um passado distante, é olhar para um presente pulsante que necessita de ações planejadoras de futuro. Esse olhar é compreender como estes espaços se adaptam às modificações naturais da sociedade e evoluem, mesmo que sofra com fatores contraevolutivos (BRANDÃO, 2007), portanto se desenvolveu.

Revela-se então, realmente, que o mundo rural é um espaço que contém vida e que absorve as novas conquistas das sociedades, incorporando-as em seu cotidiano, constituindo um novo rural. O que era antes chamada de ruralidade, atualmente (nos últimos 20 anos) passa a ganhar o adjetivo “novo”, se referindo às novas expressões advindas do rural contemporâneo: um rural cuja população se adaptou às novas atividades econômicas que passaram a compor este espaço como alternativa de sobrevivência. Através da compreensão das novas ruralidades,

¹ Assim como a expressão das ruralidades advém do campo, a urbanidade é uma expressão referente às formas e dinâmicas de vida da cidade (BIAZZO, 2008).

² A visão de coexistência de duas expressões (ruralidade e urbanidade) é uma visão contemporânea das relações entre campo e cidade, na qual se baseia uma coexistência desses espaços, com dinâmicas distintas, mas que muitas vezes se sobrepõem, sem que haja desconfigurações em seus modos de vidas, criando um espaço híbrido: o espaço rurano (CARNEIRO, 1999). A coexistência entre o rural e o urbano é também compreendida como disputa e cooperação geradora de tensões cuja visibilidade teórica se dá pela construção de abordagem de alteridade científica (ALENCAR, 2005). Esta concepção norteia a linha de pesquisa sustentabilidade e coexistência rural e urbana do Grupo de Pesquisa Desenvolvimento Sociedade e Natureza da Universidade Católica do Salvador, no âmbito do qual esta dissertação foi realizada.

percebe-se que as mesmas não desconfiguram o rural e transformam-no em urbano, apenas são uma expressão de resposta à evolução da sociedade. Mostra-se a importância para se pensar nestas populações, então essa nova expressão, ganha um valor de análise para planejamento.

Para Carneiro (2012, p.9) as novas ruralidades se dão também pelo aparecimento das novas identidades sociais, que são conseqüentemente resultado de disputas e novas territorializações. Essa nova ruralidade, ainda, é a reestruturação dos sistemas sociais, que são dados a partir das novas dinâmicas por inclusão de novos elementos externos e conflituosos na localidade. O rural deixa de ser compreendido como categoria estática para ser categoria dinâmica formada por um conjunto de elementos distintos que dividem o mesmo espaço, tendo diferentes concepções e que em conjunto montam uma nova dinâmica.

Para alguns autores, o que configura o novo rural é a incorporação das atividades econômicas não agrícolas, devido a situação de crise vivida pela agricultura brasileira após anos 90, que fez com que jovens e adultos procurassem outros tipos de trabalhos fora da agricultura aliada a nova visão de valorização destes espaços como local de outros tipos de trabalho (CARNEIRO, 2012).

Nesta perspectiva, este rural passaria a ser composto por outras atividades, como destaca Granjales et al. (2006):

[...] a. La agroindustria; b. Actividades no agrícolas ligadas a la residencia (fabricacion de conservas, muebles, flores); c. Servicios relacionados con el entretenimiento (turismo rural, agro turismo, aportes al mantenimiento y desarrollo de la cultura, etc.) y espacios para el descanso; d. Actividades de pequeñas y medianas empresas manufactureras; e. 'Nuevas' actividades agropecuarias localizadas en nichos especiales de mercado; f. Extracción, oferta y cuidado de recursos naturales (minería, entre otras); g. Artesanía; h. Ganadería, i. Caza y pesca (em algunos lugares relacionadas también con el turismo rural); j. Comercio; k. Pequeñas y medianas industrias manufactureras (GRANJALES et al., 2006, p.38).

E, para Concheiro (2006), a nova ruralidade estaria vinculada:

[...] al surgimiento de nuevas actividades, nuevos agentes sociales y también nuevos entes regulatórios de los espacios que anteriormente estaban dedicados casi exclusivamente a las prácticas agropecuarias o a la acción política gubernamental. Paradójicamente, tenemos un médio rural más diferenciado y no más homogéneo como hubiera supuesto la versión predominante del enfoque globalizador; donde conviven y se enfrentan espacios productivos ligados a los grandes complejos agroindustriales o a los megaproyectos turísticos con espacios de reproducción social y espacios excluidos, sin un uso económico o de mercado (CONCHEIRO, 2006, p.22).

Para este panorama, Concheiro (2006, p.18) afirma que a globalização, seguida do contexto da política neoliberal provocaram vários efeitos, que hoje ainda são presentes no rural da América Latina. Estes fenômenos se somam e contribuem para a tomada de decisões dos governos em prol desta lógica capitalista, sem que incluam em seus planejamentos os modos de vida existentes nos espaços, ou seja, as especificidades dos segmentos populacionais não são incluídas para que não haja a descaracterização ou término destas formas de viver. Colaborando para o estudo de áreas rurais, estas novas vertentes interpretativas apontam para necessidade de gerar ações não só com base nas escalas regionais e nacionais, mas também locais (CONCHEIRO, 2006, p.20), revelando as especificidades e modos de vidas que não são incorporadas, muitas vezes, nos planejamentos.

Para Perez Correa (2006), a nova ruralidade não é capaz apenas de identificar atividades econômicas existentes em interação no meio rural, mas também todos os habitantes inseridos nestes espaços, nos quais desenvolvem diversas atividades econômicas. A mesma enfatiza ainda que esta perspectiva também é capaz de reconhecer a importância dos recursos naturais e o papel exercido pela população do meio rural no uso dos mesmos com reduzidos impactos.

Ainda para Concheiro (2006), esta nova abordagem de ver o rural, ajudando a gerar ações em escalas locais para pensar nacionalmente, se torna uma ferramenta imprescindível para se chegar a um desenvolvimento pensado a partir de políticas públicas. Assim, o autor enfatiza a importância de estudar o rural na perspectiva da nova ruralidade:

La 'nueva ruralidad' es también una propuesta para mirar el desarrollo desde una perspectiva diferente a la que predominó en las estrategias políticas dominante de los gobiernos de cada país. En este sentido, los estudios sobre la 'nueva ruralidad' han pretendido avanzar en la integración de los desarrollos conceptuales y de intervención o participación social, a partir de las llamadas políticas públicas, así como en la búsqueda de posibilidades de instrumentación. "La 'nueva ruralidad' se contempla así, como una herramienta para potenciar la gestión de instituciones y gobiernos, y permitir – en el marco de los nuevos debates y paradigmas – plantear la inclusión frente a la exclusión; la equidad frente a las desigualdades sociales, étnicas y de género; y la revalorización de los espacios rurales (CONCHEIRO, 2006, p.21).

Hubert Grammont (2008) afirma que o conceito de nova ruralidade representa a mudança de um rural estritamente agropecuário para um rural composto pela diversidade de atividades, assim como um estreitamento nas relações com o urbano

em aspectos políticos, ambientais, culturais e sociais. Grammont (2008) ainda observa que a noção da nova ruralidade, em seus estudos sobre a América Latina, é dada pela noção de que o rural pode sobreviver e se adaptar perante as novas políticas, assim passando a ser valorizado.

Wanderley (2009) afirma que as transformações que ocorreram na atualidade no mundo rural devem-se, de maneira geral, a fatores internos e externos, influenciados principalmente pelos processos da:

[...] globalização da economia em seu conjunto; [...] presença cada vez maior de instâncias internacionais – ou macrorregionais – na regulação da produção e do comércio agrícolas; [...] profunda crise do emprego, que atingiu as sociedades modernas em seus diversos setores; [...] transformações pós-fordistas das relações de trabalho e as novas formas de sua regulação (Wanderley, 2009, p.212).

O observar os fatores que geraram as novas ruralidades nos remete às teorizações que deram base à leitura do rural nesta perspectiva. Para Eli da Veiga (2006, p.333) a maioria dos estudos rurais se desenvolveram a partir de duas perspectivas teóricas de rural: uma, criada em 1970 por Henri Lefebvre, afirmava que o rural seria urbanizado um dia, e a outra vertente teórica, criada em 1972 por Bernard Kayser, afirmava que haveria um renascimento do rural.

Se contrapondo às duas vertentes teóricas no estudo do rural, Eli da Veiga cria uma terceira hipótese visto que as duas anteriores teriam sido superadas devido à realidade do rural presente. Nesse caso o autor tem a globalização como pano de fundo para o desenvolvimento de sua hipótese, na qual afirma que o novo rural está nascendo e não renascendo, e essa perspectiva tem a valorização do rural a partir de 3 vetores:

[...] aproveitamento econômico das amenidades naturais por meio de um leque de atividades que costumam ser tratadas no âmbito do turismo; desdobramento paisagístico dos esforços de conservação da biodiversidade; crescente necessidade de buscar a utilização de fontes renováveis de energia disponíveis nos espaços rurais (VEIGA, 2006, p.333).

Logo, observa-se que o rural e a perspectiva de uma sustentabilidade e as novas discussões em curso atualmente, conforme Veiga (2006; 2004), contribui para compreender que a natureza estará intrínseca nas análises do mundo rural. Decorrente disto, o rural em si passa a ser valorizado, principalmente pela sociedade inserida no urbano, que vê a inserção e interação com a natureza como pontos positivos, visto suas formas de vida no urbano em situação oposta. Vale ressaltar, que

tal valorização por parte da população advindas do espaço urbano, se dá para se ter o rural como área de lazer, o qual tem na paisagem deste espaço a forma atração.

As novas ruralidades, surgidas como resposta após a inserção de novos valores simbólicos no rural, devem ser pensadas “[...] como um processo dinâmico de constante reestruturação dos elementos da cultura local com base na incorporação de novos valores, hábitos e técnicas [...]” (CARNEIRO, 2008, p.10). Nesse caso observa-se então que o rural adquire múltiplas funções, sejam elas produtivas ou não. A multifuncionalidade ou a pluriatividade, como consideramos aqui, se refere à criação de adaptação da população a novas realidades e perspectivas que lhe são impostas, marcada por diversas atividades e produções, como destacado por Sergio Gómez:

En otras palabras, se trata de territorios con una densidad relativamente baja, donde se realizan actividades tales como: la agricultura, lo forestal, la ganadería, la artesanía, los establecimientos dedicados a reparaciones, las industrias pequeñas y medianas, la pesca, la minería, la extracción de los recursos naturales y el turismo rural. A su vez, se realizan servicios y otras actividades como la educación, la salud, el gobierno local, el transporte, el comercio y el deporte (GÓMEZ, 2008, p.60).

Essa visão de multifuncionalidade reforça mais ainda a noção da pluriatividade no mundo rural, presente desde a concepção das primeiras povoações da Terra (CORNELL, 1998), o que significa que, não é pela pluriatividade que o rural é novo rural. A pluriatividade é uma adaptação do morador rural para se manter no campo, evitando o êxodo, incorporando novas atividades econômicas, não necessariamente agrícolas, porém de forma incipiente, ou seja, deixa de ser um fenômeno apenas de resposta a crise vivida no campo (CARNEIRO, 1996, p.3). Observa-se oferta de outras ocupações não agrícolas, principalmente ligadas ao turismo. Esta pluriatividade não representa uma desqualificação do rural, e sim um indicativo de que estas populações muitas vezes estão tendo acesso, mesmo que de forma incipiente, a serviços básicos, deixando para trás a realidade de muitas áreas rurais brasileiras que sofrem com a falta de infraestrutura, como Wanderley (2009) destaca:

No caso do meio rural, que precisamente se define como uma pequena aglomeração, poucos são os serviços, bem como as ofertas de trabalho, disponíveis no próprio lugar de residência. A consequência é a impossibilidade de acesso, o que gera a precariedade registrada em grande parte das áreas rurais brasileiras, ou a necessidade do deslocamento da população local, numa área de circulação que frequentemente ultrapassa os limites do próprio mundo rural e às quais a população do campo, não raro, chega fragilizada (WANDERLEY, 2009, p.18).

Além das novas inserções que venham gerar qualidade de vida às populações rurais, existem aquelas que se apropriam deste espaço, em benefício, muitas vezes

do capital privado, tornando esse espaço conflitivo, marcado pela invisibilidade do rural como forma de vida. Alencar (2010), que toma uma região metropolitana como área de estudo (área de forte relação entre rural e urbano) constata essas relações conflitivas geradas pela invisibilidade que o rural passa ter, numa dinâmica em que o capital acumulado a partir do turismo é territorializado:

[...] o rural não agrícola da vida praiana fica subalterno à representação do lazer capturado pelo processo de acumulação de capital através da indústria do turismo, embora também abrigue o uso produtivo de captura de pescado. Nessa territorialidade, são explicitados o rural agrícola e não-agrícola, tanto quanto o fato de o rural não ser contemplado na constituição da identidade regional. O rural, ora está invisível na região, ora está desqualificado como irrelevante enquanto indicador econômico. Quando identificado com a natureza, o rural fica visível em usos não produtivos, como lazer local e turismo, e no enfrentamento da questão ambiental (ALENCAR, 2010, p.3).

Compreende-se que os modos de vida e seu conjunto de atividades que compõe tais espaços, talvez por tais atividades não produzirem grande quantidade de produto, não são levados em consideração em sua importância nas ações de desenvolvimento. Nesse momento, observa-se que esta invisibilidade passa a ser mais latente para a população residente nesse local, em que não é vista como um forte agente de contribuição para o desenvolvimento. A noção de invisibilidade é mostrada também por Carneiro (2012):

A pluriatividade é uma noção que resulta das evidências sobre a inserção plural dos membros das famílias rurais no mercado de trabalho e sobre a diversificação dos usos dos espaços rurais. No entanto, se, de um lado, essa noção amplia a visão sobre o leque de atividades econômicas exercidas no meio rural, chamando a atenção para os múltiplos significados, de outro lado ela mantém o olhar limitado à esfera das atividades, deixando em segundo plano as relações sociais e os atores sociais envolvidos (CARNEIRO, 2012, p.39).

O rural é compreendido como uma representação social daquela população que reside ali e “[...] que expressam visões de mundo e valores distintos de acordo com o universo simbólico ao qual estão referidas, estando, portanto, sujeitas a reelaborações e a apropriações diversas [...]” (CARNEIRO, 1998, p.9). Nesse sentido, o mundo rural, a partir do que foi visto, passa a compor uma dinâmica heterogênea, produtiva, composto não só por atividades agrícolas, mas também por uma diversidade produtiva e modos de vida específicos. O rural e seu conjunto de características passa a ser possibilidade de desenvolvimento, seu conjunto de elementos, seja de ordem cultural, ambiental, social e econômica, através da revalorização deste espaço, passa a compor um projeto de desenvolvimento.

Em meio a esta concepção de um novo rural, a partir do olhar da nova ruralidade, principalmente agora com as conquistas do homem e retorno de população para áreas rurais (WANDERLEY, 2009), observa-se que o rural nunca esteve morto. Na verdade ele vivia por uma invisibilidade, resultado da negação de tais espaços como espaço de vida e trabalho, assim ficando sem políticas do governo de valorização social de tais espaços, conseqüentemente da população residente e trabalhadora. Essa visão observa que o rural só era visto como área agrícola e não era observado a população existente. Ver o rural sob nova ruralidade é observar e aceitar estes espaços como local de vida e trabalho. Logo o processo de desenvolvimento deve visar a valorização social e ambiental, além do espaço.

Esta valorização para Wanderley (2009, p.232) é uma “[...] dimensão importante do desenvolvimento territorial [...]”, da qual “[...] será possível reafirmar uma identidade local que [...] pode constituir um alicerce sólido para a construção de um projeto local de vida social.” (Wanderley, 2009, p.233). Nesse caso, o território destas áreas rurais vai muito além das relações de poder que atribuem ao território (RAFFESTIN, 1993), mas compõe outras características que o qualificam “[...] como um espaço de vida de uma sociedade local, que tem uma história, uma dinâmica social interna e redes de integração como o conjunto da sociedade na qual está inserida” (Wanderley, 2009, p.233). Essa visão de Wanderley (2009) contribui para compor a visão e a necessidade de se ter e planejar um desenvolvimento levando em conta a escala local. Se mostra uma abordagem inovadora:

O que parece inovador nesta abordagem do desenvolvimento é o fato de que os recursos naturais e culturais locais são agora explicitamente percebidos como fatores que podem favorecer o desenvolvimento local, inclusive em sua dimensão econômica, ao se contribuir como fonte de emprego e de renda para parte significativa da população (MEYER, 1996; MUHEIN, 1997 *apud* WANDERLEY, 2009, p.233).

Assim, o meio rural, agora expresso como mundo rural, a partir da constatação de sua complexidade de dinâmica de vida e influenciado pelas ações, acima de tudo da globalização, pode ser pensando num projeto de desenvolvimento, em escala local, adequado à realidade a ser planejada, de modo a aceitar, enxergar, valorizar, respeitar os modos de vida existentes. Aceitar tal realidade presente é perceber a capacidade de desenvolvimento de um pequeno município. Assim, pensar desta maneira, na qual as expressões da vida estão acima de uma atividade produtiva pode definir um local, é tornar um desenvolvimento real e possível.

2.3. O MODO DE VIDA DO PESCADOR COMO RURALIDADE

A porção de terras em volta do mar constitui o espaço costeiro, espaço este composto por um ambiente diverso e que sofre ações de diversos fatores econômicos e sociais. Para Prost (2010), esta área é considerada específica e atrativa:

“[...] pela presença de recursos pesqueiros, de ecossistemas particulares de alta riqueza ecológica (restingas, manguezais etc.), importantes em várias escalas, do local onde se situam até a vida marinha em geral, mas também como plataforma para a descoberta do mar e das terras além-mar.” (PROST, 2010, p.48).

Para Moraes (2007), a zona costeira, também pode ser definida como:

“[...] uma zona de usos múltiplos, pois em sua extensão é possível encontrar variadíssimas formas de ocupação do solo e a manifestação das mais variadas atividades humanas. Defronta-se na zona costeira do Brasil, desde a presença de tribos coletoras quase isoladas até plantas industriais de última geração, desde comunidades vivendo em gêneros de vida tradicionais até metrópoles dotadas de toda a modernidade que lhe caracteriza. Enfim, trata-se de um universo marcado pela diversidade e convivência de padrões díspares. Isto redundando em uma alta conflituosidade potencial no uso do solo, onde o papel do planejamento adquire maior relevo (MORAES, 2007, p.31).

Os espaços costeiros, se configuraram por estarem com uma interação maior com a natureza, através do mar e dos ecossistemas, que permitem a existência de diversas atividades e modos de vida que transcendem processo de transformações espaciais.

O rural costeiro é configurado especialmente pela presença de atividades ligadas ao mar, como é o caso da pesca. Ao contrário dos grupos de agricultores, os quais têm a terra como lugar onde estão expressos seus modos de vida (HERÉDIA, 1979), os pescadores além do mar possuem a terra como complementaridade de seu território, que no caso deles é fluido e duplo (DIEGUES, 2001), e onde se reproduzem socialmente. Nesse contexto, o espaço costeiro qualificado como rural não terá apenas o agricultor como figura emblemática, assim como na representação do rural imaginário (CARNEIRO, 2012, p.26), ele terá o pescador com figura característica deste espaço, e nas localidades costeiras em geral.

Esta representação simbólica, que carrega toda a dinâmica composta pela forma de pescar, de interagir com a natureza, interagir com o mercado, com a família, com o espaço local, a cultura e etc., assumimos como ruralidade. Compreende-se a pesca artesanal como ruralidade por a mesma configurar uma atividade e um modo

de vida que possui forte laço de interação com a natureza, contendo um traço cultural específico e característico desta população.

A pesca ganha destaque por se expressar como ruralidade em transição. Possui uma tradicionalidade e ao mesmo tempo é pressionada como atividade através dos diversos impactos nas áreas de uso, como impactos ambientais, e as novas dinâmicas que passam a ter os locais em que se inserem as populações que a tem como forma de sobrevivência e modo de vida, com as novas conquistas da sociedade. Assim, a mesma transita como tradicionalidade inserida numa modernidade.

Compreende-se assim que o espaço costeiro como lócus de um mundo rural específico é um local constituído por diversos segmentos de ação da sociedade sob o espaço, e dentre eles temos a atividade pesqueira.

Para Diegues (1983, p.6) a pesca é uma “[...] atividade humana de caça realizada em grande escala [...]”, que envolve a retirada do produto pesqueiro de um corpo d’água o que é um reflexo do conhecimento que o homem tem acerca da natureza (MALDONADO, 1986, p7). Assim, a pesca não é só uma atividade responsável pela captura de produtos do mar (DIEGUES, 1983, p.3), mas um sistema dotado de várias relações que englobam a sociedade. A pesca se torna assim, uma atividade condicionada aos processos naturais, que influenciam a relação homem e natureza, dotado de relações objetivas e subjetivas. Vale ressaltar que, segundo Maldonado (1986), esta atividade econômica se desenvolve por traços de adaptação ao meio, que apontem para uma independência que vão constituir uma identidade do pescador.

A pesca possui diversas classificações, que variam de acordo com os autores. Para Maldonado (1986), esta atividade pode ser dividida em artesanal, industrial e agricultores. Para o Ministério da Pesca (2014) pode ser dividida em artesanal, amadora, e industrial, e alcança todo o litoral brasileiro (MPA, 2013). Já para Diegues (1983), os pescadores podem ser categorizados em 5 tipos, dos quais estarão definidos de acordo com suas formas de organização social, que por sua vez estão sob influência de lógicas da sua forma de produção (dentro da pequena produção mercantil ou na produção capitalista). Concordamos aqui com Diegues (1983), ao distinguir estas categorias a partir de suas características sociais de produção,

cabendo destacar seus objetivos e relações sociais com a produção, de modo a impactar no espaço geográfico produzido (Quando 2).

TIPOS DE PESCA		OBJETIVOS DA PRODUÇÃO PESQUEIRA	RELAÇÕES SOCIAIS DE PRODUÇÃO
Pesca de autossustentabilidade: economia natural		Autossustentabilidade grupal	Propriedade grupal dos meios de produção.
Pequena produção mercantil simples	A pequena produção familiar dos pescadores-lavradores.	Quantidade destinada à produção de objetos de uso maior que a destinada a objetos de troca.	Propriedade familiar dos instrumentos de produção.
	A produção dos pescadores artesanais	Parte da produção destinada à produção de objetos de troca é maior que a destinada à produção de objetos de uso.	Propriedade individual dos instrumentos de produção.
Produção capitalista na pesca	A produção dos armadores de pesca e embarcações	Produção total convertida em mercadoria.	Propriedade dos instrumentos de produção nas mãos do armador autônomo.
	A produção das empresas de pesca.	Produção total convertida em mercadoria.	Propriedade dos instrumentos de produção nas mãos de uma empresa de pesca.

Quadro 2: Tipos de pesca e natureza econômica

Fonte: Diegues, 1983, p.150. Adaptado pelo autor.

Deve-se, assim, levar em consideração as outras faces que a atividade pesqueira desempenha nas áreas estudadas, estando ligada a um conjunto de práticas do modo de vida e conseqüentemente a cultura das populações tradicionais inseridas. Para isso, será levada em consideração a definição da cultura tradicional, pois a atividade pesqueira local está inserida como modo de pequena produção mercantil, assim como sua simbiose com a natureza.

As culturas tradicionais estão imersas em sociedades específicas, nas quais desenvolvem suas atividades dentro do modo de produção da pequena produção mercantil, não visando o lucro o que é o reflexo de um conhecimento específico, o tradicional (DIEGUES, 2001a, p.81-82). Especificamente a cultura tradicional é definida como:

[...] padrões de comportamento transmitidos socialmente, modelos mentais usados para perceber, relatar e interpretar o mundo, símbolos e significados socialmente compartilhados, além de seus produtos materiais, próprios do modo de produção mercantil (DIEGUES, 2001, p.86).

Os pescadores artesanais estão inseridos na categoria das sociedades tradicionais, definidas por Diegues (2001) como:

[...] grupos humanos culturalmente diferenciados que historicamente reproduzem seu modo de vida, de forma mais ou menos isolada, com base em modos de cooperação social e formas específicas de relações com a natureza, caracterizados tradicionalmente pelo manejo sustentado do meio ambiente (DIEGUES, 2001, p. 22).

Para Diegues (2000), estas sociedades se caracterizam:

a) pela dependência frequentemente, por uma relação de simbiose entre a natureza, os ciclos naturais e os recursos naturais renováveis com os quais se constrói um *modo de vida*; b) pelo conhecimento aprofundado da natureza e de seus ciclos que se reflete na elaboração de estratégias de uso e de manejo dos recursos naturais. Esse conhecimento é transferido por oralidade de geração em geração; c) pela noção de território ou espaço onde o grupo social se reproduz econômica e socialmente; d) pela moradia e ocupação desse território por várias gerações, ainda que alguns membros individuais possam ter se deslocado para os centros urbanos e voltado para a terra de seus antepassados; e) pela importância das atividades de subsistência, ainda que a produção de mercadorias possa estar mais ou menos desenvolvida, o que implica uma relação com o mercado; f) pela reduzida acumulação de capital; g) importância dada à unidade familiar, doméstica ou comunal e às relações de parentesco ou compadrio para o exercício das atividades econômicas, sociais e culturais; h) pela importância das simbologias, mitos e rituais associados à caça, à pesca e a atividades extrativistas; i) pela tecnologia utilizada que é relativamente simples, de impacto limitado sobre o meio ambiente. Há uma reduzida divisão técnica e social do trabalho, sobressaindo o artesanal, cujo produtor (e sua família) domina o processo de trabalho até o produto final; j) pelo fraco poder político, que em geral reside com os grupos de poder dos centros urbanos; l) pela auto-identificação ou identificação pelos outros de se pertencer a uma cultura distinta das outras (DIEGUES, 2000, p.21-22).

Estando ligados a um conjunto de práticas do modo de vida, constituindo uma cultura tradicional, no caso de Cairu, são encontrados pescadores artesanais, uma categoria específica de população tradicional (DIEGUES, 2000), portanto, com práticas não capitalistas embora estejam numa sociedade capitalista, e que coincide com o descrito por Diegues estando espalhados:

[...] pelo litoral, pelos rios e pelos lagos e tem um modo de vida baseado principalmente na pesca, ainda que exerça outras atividades econômicas complementares, como o extrativismo vegetal, o artesanato e a pequena agricultura. [...] apresentam um modo de vida peculiar, sobretudo aqueles que vivem das atividades pesqueiras marítimas. [...] praticam a pequena pesca, cuja produção em parte é consumida pela família e em parte é comercializada. A unidade de produção é, em geral, a familiar, incluindo na tripulação conhecidos e parentes mais longínquos (DIEGUES, 2000, p.58-59).

O universo da pesca compõe um conjunto de elementos que são reflexos da relação do homem e natureza, relação esta que está condicionada ao desenvolvimento desta prática, já que a mesma depende dos recursos marítimos disponíveis. Nesse sentido cabe destaque aos conhecimentos adquiridos através da transmissão de saberes entre gerações que compõem a formação identitária dos pescadores artesanais, os quais tem a natureza como fonte de riqueza explorada a partir do respeito (DIEGUES, 2000, p.20). Tais saberes, determinam através dos conhecimentos dos elementos naturais, quem é bom pescador (DIEGUES, 1983, p.98).

Esses conhecimentos também estão vinculados com o sentimento de pertencimento dos indivíduos por sua atividade e lugar onde vivem. Os sentimentos de pertencimento dos pescadores com a pesca são revelados através de sua relação com o meio em sua volta, através de superstições, bem como no conhecimento do território marítimo, que marca a expressão de uma tradição (RAMALHO, 2006, p.147-161).

Essa correlação está ligada às experiências que proporcionaram aprendizados ao longo do tempo. Tais experiências estão atreladas aos sentidos humanos (paladar, olfato, tato, visão e audição), que por sua vez proporcionam aprendizado de sua história (TUAN, 1980, p.9-10). Ainda para Tuan esse aprendizado “[...] significa atuar sobre o dado e criar a partir dele. O dado não pode ser conhecido em sua essência. O que pode ser conhecido é a realidade que um constructo da experiência, uma criação de sentimento e pensamento” (TUAN, 1980, p.10). Logo, a pesca em sua essência vai estar ligada às experiências que acompanham o pescador e envolvem pensamento e sentimento (TUAN, 1980, p.11).

Segundo Diegues (1983, p.18) os pescadores em sua formação histórico cultural possuem um vínculo maior com o mar, através da “[...] apropriação econômica e sócio cultural do meio marinho, onde [...] passam uma parte considerável do seu tempo”. Mas também desenvolvem atividades na terra, que é o ponto de apoio a estes indivíduos, onde ficam as famílias e seus vínculos de comercialização do pescado (MALDONADO, 1986; DIEGUES, 1983, 1998, 2001, 2000). Nesse sentido a pesca dá a sensação ao pescador de espaciosidade, noção esta atribuída à “[...] sensação de estar livre” (TUAN, 1983, p.59), ou seja liberdade. Essa sensação pode ser ampliada

com ajuda de instrumentos, que façam ou ajudam ele a explorar e se deslocar pelo espaço (TUAN, 1983).

A pesca passa a ser uma atividade dotada de valores culturais, que foram incorporadas ao longo do tempo, principalmente as formas dos pescadores se organizarem, se relacionarem e desenvolverem suas atividades. Tais especificidades dos pescadores, que terminam sendo transmitidos através de gerações e estudiosos denominam de saber fazer destas populações. O saber fazer se caracteriza por um conjunto de saberes herdados que constituem o modo de desenvolver suas práticas de maneira mais prática e rentável na concepção de produção ou extração simples (DIEGUES, 1986, 2000; MALDONADO, 1983).

Na pesca, o território, além de ser um importante elemento na relação destas populações com a natureza (DIEGUES, 2001a, p.83), é o lugar da dinâmica do dia-a-dia. Assim, é nele que acontecem as relações sociais, as reproduções econômicas, os conflitos, bem como as representações do imaginário de tais populações (DIEGUES, 2001b, p.21). Para os pescadores, o território além de descontínuo é vasto, composto da terra, onde ficam as casas e aparatos construídos, e o mar onde estabelece suas interações com a natureza e exerce sua atividade produtiva (DIEGUES, 2001b, p.20).

Portanto, o território de tais comunidades assume mais que a essência do poder, reflexo das ações do trabalho no espaço geográfico (RAFFESTIN, 1983, p.144), área reflexo do espaço vivido (SANTOS, 2006), ou até mesmo um conceito político que demonstra as ações da sociedade em um espaço geográfico (EMIDÍO, 2006, p.42). Então, chega-se à noção de território que mais se encaixa ao propósito do estudo, definido como:

[...] uma porção da natureza e espaço sobre o qual uma sociedade determinada reivindica e garante a todos, ou a uma parte de seus membros, direitos estáveis de acesso, controle ou uso sobre a totalidade ou parte dos recursos naturais aí existentes que ela deseja ou é capaz de utilizar (GODELIER, 1984 *apud* DIEGUES, 2001a, p.83).

Godelier (1984), citado por Diegues (1998, p.29), afirma que as explorações na natureza são um resultado de fatores como os elementos que a constituem, os aspectos geográficos, além das produções sociais e simbólicas (DIEGUES, 1998, p.29). Também, Godelier (1984 *apud* DIEGUES 1998, p.29), afirma que a cultura e as capacidades produtivas possuem elemento de maior peso de uma sociedade em

determinado local (DIEGUES, 1998, p.29). Logo, percebe-se que a dimensão econômica e suas relações, juntamente com a cultura, são motores capazes de promover desenvolvimento.

É difícil tratar de uma atividade econômica, com bases tradicionais presentes no sistema econômico de um município, sem levar em consideração a sua cultura, que mantém as características locais juntamente com as influências das ações de estudos e do setor privado. Observa-se então que a atividade pesqueira, nos moldes tratados aqui, vai muito além de uma atividade produtiva, ela consegue reunir as características das populações que dependem dela, bem como se torna uma atividade responsável por aproximar o homem à natureza, configurando sua cultura e, portanto seu modo de vida.

Para Maldonado (1986) o grau de desenvolvimento das forças produtivas correlaciona as áreas de exploração, ou seja, os pescadores da pequena produção mercantil normalmente utilizam pequenas áreas (MALDONADO, 1986, p,108). Dentro das características da prática pesqueira artesanal em um molde da pequena produção mercantil, onde não há produção e sim extração, segundo Diegues o produto desta extração é uma dádiva. Daí a interação com a natureza apontar também os traços da cultura religiosa que insere nessa relação, o produto como dádiva.

Embora esta pesquisa se refira à pesca artesanal numa sociedade capitalista, sua história tem origem pré-capitalista; o local onde os pescadores têm sua base, seu ponto fixo, a terra, com visão comunal, ou seja, de uso comum. Marx caracterizou essa relação afirmando que:

A terra é o grande laboratório, o arsenal que proporciona tanto os meios e objetos do trabalho como a localização, a base da comunidade. As relações do homem com a terra são ingênuas: eles se consideram como seus *proprietários comunais*, ou sejam membros de uma comunidade que se produz e reproduz pelo trabalho vivo. Somente na medida em que o indivíduo for membro de uma comunidade como esta – literal e figuramente – é que se considerará um proprietário [...]. Na realidade, a *apropriação* pelo processo de trabalho dá-se sob estas pré-condições que não são *produtos* do trabalho, mas parecem ser pressupostos naturais e divinos. A forma desta apropriação poderá se realizar de maneiras diversas, embora a relação básica se mantenha a mesma (MARX, 1977, p.67 – grifo do autor).

Articula-se nesse processo de trabalho a produção de um espaço e modos de vida específicos, que têm a terra como seu ambiente de vida, sob relações de comunidades cujos pressupostos parecem ser naturais e divinos, o que reconhecemos também na relação com o mar.

Do mesmo modo, Diegues (1983) classifica a pesca artesanal como atividade econômica pré-capitalista, ou seja, sua base de relações e de interação com o espaço vai construir um espaço dotado da não acumulação de capital. Diegues (1995) afirma que “[...] uma das características fundamentais das formas pré-capitalistas de produção é sua articulação com outras formas que lhe são dominantes. É importante reter que a pequena produção mercantil é uma forma subordinada, articulada a outras formas de produção.” (DIEGUES, 1995, p.34).

Segundo Marx (1977) os tipos de produção expressavam as vidas e conseqüentemente os modos de vida de uma população através das produções dos seus meios de subsistência:

O modo pelo qual os homens produzem seus meios de subsistência depende, antes de tudo, da natureza dos meios que eles encontram e têm de reproduzir. Este modo de produção não deve ser considerado, simplesmente, como a reprodução da existência física dos indivíduos. Trata-se, antes, de uma forma definida de atividade destes indivíduos, uma forma definida de expressarem suas vidas, um modo de vida deles. Assim como os indivíduos expressam suas vidas, assim eles são. E o que eles são, portanto, coincide com sua produção, tanto com o que produzem quanto com o como produzem. A natureza dos indivíduos, portanto, depende das condições materiais determinantes de sua produção (MARX, 1977, p.113).

Atualizando estas assertivas tem-se que a ruralidade se dá pela expressão das formas como as populações interagem com o meio natural. A pesca artesanal pode ser compreendida como ruralidade a partir do momento em que podemos compreendê-la como expressão de um segmento populacional que possui um modo de vida característico, vinculado a um determinado espaço, o qual ainda mantém traços identitários e também dá uma dinâmica específica ao local que se insere. Assim, necessitamos compreender os pescadores artesanais enquanto modo de vida que ainda interage nos espaços costeiros, espaços de vida e trabalho, “um modo de vida deles”.

3. OCUPAÇÃO E PRODUÇÃO DO ESPAÇO GEOGRÁFICO DE CAIRU

O processo de produção e ocupação do espaço de Cairu se nucleou em volta de sua situação de ilha, não como situação geográfica de isolamento, mas como área que possui uma dinâmica específica, principalmente por ter o mar como elemento dinamizador deste espaço. Nesse sentido, olhar a trajetória de produção espacial de Cairu é levar em consideração esta característica.

A ilha influencia a existência de uma dinâmica específica e gera uma identidade particular para a população que ali habita, pois é um espaço relativamente restrito em extensão e tem o mar ou rio (espaço fluido em volta da terra) como complementaridade a sua área terrestre.

[...] a ilha não é somente um espaço sagrado, ligado às várias mitologias do início dos tempos [...], mas é também um espaço historicamente produzido e continuamente sacralizado por diferentes práticas simbólicas. É também um território produzido socialmente, dentro e fora da ilha, segundo ciclos e práticas econômicas que se alteram continuamente, ainda que, frequentemente, a um ritmo menos rápido que no continente (DIEGUES, 1998, p. 106).

Por ser formado por ilhas Cairu integrou a rota de ocupação espacial do Brasil no período colonial, pelo fato de que, segundo Moraes (1999), a ocupação territorial do Brasil se iniciou a partir do litoral.

Na construção do espaço geográfico, a partir do momento em que são inseridas novas práticas em um local, incorporando atividades antes inexistentes, elementos construídos irão dar suporte àquele novo grupo humano que ali se instala. É o início do processo de produção de um novo espaço, o espaço que ali existia começa a ser transformado em outro. Foi o que ocorreu com o modo de vida que dominava aqueles locais através de grupamentos humanos indígenas que tinham a natureza como parte de seu mundo de convivências já que realizavam atividades com forte interação e dependência com a mesma.

Tal análise está longe de afirmar que características físicas determinaram o tipo de trajetória do desenvolvimento de Cairu, mas compreendemos aqui que tal trajetória foi marcada por um conjunto de determinantes que agiram naquele local durante o seu processo histórico. Admitimos que tais determinantes vão estar ligados como resultado dos projetos de desenvolvimento distintos que estiveram em vigor durante

o processo histórico do Brasil, suas características ambientais locais, posição geográfica, os projetos de desenvolvimento do município, além da ação da população que ali habitava e reproduzira seus modos de vida através de suas cotidianidades.

Logo, necessita-se entender como se deu a construção do atual espaço geográfico cairuense, que é ressignificador das atividades e dinâmicas existentes há muito tempo no município. As diversas relações presentes determinadas por fatores de ordem econômica, projeto de desenvolvimento, relação com o local e a própria identidade da população estão impactando na dinâmica de vida atual, embora a história dessa produção de espaço e dinâmica tenha iniciado muito antes que os primeiros exploradores chegassem às ilhas, habitadas por seus verdadeiros donos com suas características específicas, os índios. Os mesmos tinham naquele espaço tudo o que necessitavam sobreviver e reproduzir seus modos de vida. Por volta de 1535 chegaram os portugueses e iniciaram o processo de transformação do espaço que futuramente se tornaria Cairu.

Nos seus 480 anos, Cairu passou por diferentes períodos nos quais diversas esferas de interesses periodizam o processo de desenvolvimento do município, em quatro fases distintas, por diretrizes de apropriação da natureza, produzindo espaço diferenciado e amplamente territorializado. A primeira fase compreendeu os séculos XVI e XVII, a segunda entre os séculos XVII e XIX, a terceira século XX e a última fase dos meados do século XX até os dias atuais.

Compreendemos assim, que as interações entre elementos condicionantes, componentes do espaço são de extrema importância na produção do espaço e este por sua vez é o reflexo do segmento da sociedade que irá ser atingida por tal ação indutora do desenvolvimento.

3.1 DOS PRIMEIROS AOS NOVOS MORADORES: A PRIMEIRA GRANDE MUDANÇA DE CAIRU (SÉCULOS XVI E XVII)

[...] o habitante nativo viu chegar os portugueses que a princípio pareciam não querer fixar residência, apenas negociar madeiras e animais por seus maravilhosos produtos (escambo). Dormiam livremente com as jovens nativas, o que significava uma grande honra para os parentes delas. Depois, os portugueses disseram que os índios deveriam se acostumar a eles (culturalmente) e que eles precisavam construir fortalezas para se

defenderem e edificar cidades para morarem juntos. Entenderam que os visitantes desejavam que se constituíssem numa só nação.

Depois disseram que Deus só permitiria que eles ficassem com as raparigas índias por meio do casamento e, para isso, era necessário que se batizassem. Isso só foi possível com a vinda dos padres. Os padres ergueram as cruzes e passaram a exigir que todos se batizassem.

Mais tarde afirmaram que eles não poderiam viver sem escravos para os servirem e para eles trabalharem. Os índios passaram a fornecer escravos para os lusos que não satisfeitos com os escravos capturados na guerra quiseram os filhos dos próprios índios amigos e acabaram escravizando toda a nação (OLIVEIRA, 2006, p. 21-22).

O fragmento anterior não é o marco zero da história de Cairu, mas reflete o futuro que estaria por vir naquele espaço já ocupado. Reflete a intensidade da transformação de um espaço já produzido por populações com modos de vida diferenciados e que tinham a natureza como fio condutor de suas vidas. A partir daí tais grupamentos populacionais, os indígenas, iriam passar por um longo processo de expropriação e realocação territorial feita pelos bandeirantes e jesuítas, respectivamente (MOREIRA, 2011, p.11). Até então as únicas interferências que sofriam advieram de outros agrupamentos indígenas que incorporavam em sua cultura novas tecnologias (PROUS, 1992 *apud* RISÉRIO, 2003, p.27-28).

A povoação desta porção do litoral da Bahia (Capitania de Ilhéus), que se estendia da parte sul da Baía do Salvador até cerca de 278 km (sentido sul) ao longo da costa baiana, foi ordenado por Jorge de Figueiredo o então administrador da capitania de Ilhéus, nomeado pelo rei D. João II. Para tal missão povoadora, foi enviado Francisco Romero, responsável por conduzir a povoação e representar o administrador nas terras a serem exploradas. Ao chegar no Brasil a frota de navios enviados de Lisboa atracou na Ilha de Tinharé, dando início à povoação da capitania por Morro de São Paulo (SOUSA, 1971, p.77).

Ao chegar às terras de Tinharé os administradores batizaram o rio que banhava a região (atual Rio Una) de Rio Tinharé, já que o mesmo estava banhando a frente da Ilha. Tal localização, colaborou para que o local fosse estratégico para a construção de uma armada, que se estabeleceu em Morro de São Paulo (OLIVEIRA, 2006, p.33). Porém, após o reconhecimento das terras ao sul da capitania a sede administrativa foi removida e instalada na região mais ao sul da capitania (OLIVEIRA, 2006; SOUSA, 1971).

Os Portugueses encontraram ali um território configurado pelos elementos naturais que davam base à vida das populações que ali viviam. Risério (2003, p.51), ao tentar fazer com que o leitor imaginasse como eram as aldeias naquela porção da Bahia em que as terras de Cairu se localizavam, destaca as características ambientais daquele período:

Pois bem. É claro que a aldeia que você tentou imaginar, num determinado ponto do litoral do alto-sul da Bahia, não poderia existir no vazio. Existia no mundo natural, num espaço preciso, num certo segmento ambiental, costeiro, de nosso território, onde a Mata Atlântica se aproximava da orla marítima, estendendo as suas vistosas folhagens à brisa e ao sol do lugar, alegrando-se à luz das estrelas, quando a noite anoitecia. Segmento costeiro de restingas e manguezais ribeirinhos e praieros, com as suas raízes e os seus arabescos de cipós emaranhando-se no ar, pontilhado de plantas que ainda hoje reconhecemos de imediato, como as samambaias, crustáceos movendo-se no escuro [...] e, em seu reverso, alegria colorida de aves rápidas, que pareciam ter fixado ali seu domicílio. Segmento costeiro de peixes e mais peixes – do beijupirá ao xexéu e ao vermelho -, de inumeráveis seres aquáticos, nos canais, nas lagoas, nas praias do continente, na orla das ilhas e das ilhotas (RISÉRIO, 2003, p.51).

Ruy Moreira (2011) em uma de suas obras que tinha como objetivo fazer uma leitura de como se deu a construção do espaço brasileiro através de determinações¹, aponta o panorama que os portugueses encontraram e que fizeram com que eles viessem a montar sua colônia: o espaço e a força de trabalho disponíveis. Inicia-se um longo processo de exploração das populações que ali habitavam, processo que iria durar os três primeiros séculos da chegada portuguesa. Neste processo de um lado tinha as ações de remoção dos índios de suas terras e a relocação deles, juntamente com a ação da colonização pelos jesuítas. Esse período marca o primeiro projeto político no Brasil: a ação da expansão da coroa pelo território (MOREIRA, 2011). Se iniciará, um conflito por território entre os indígenas e portugueses. Moreira (2011) ajuda-nos a compreender essa realidade quando cita:

É assim que todo um movimento de transferência de terras enquanto domínios de poder de território vai se dando do âmbito do controle comunitário para o das mãos privadas dos colonos na esteira do desmonte-remonte espacial da ação bandeirante-jesuíta e através da lei fundiário-territorial-indigenista que a Coroa acaba instituindo (MOREIRA, 2011, p.17).

Toda a dinâmica começou a mudar e a pesca já era presente nos modos de vida indígena. Agora Cairu já estava sob a ação de um plano de desenvolvimento maior: o da coroa portuguesa, que tinha por objetivo estar na rota de abastecimento

¹ Determinações para Ruy Moreira (2011) refere-se a um conjunto de ações que fizeram com que o espaço geográfico do Brasil fosse modificado, de acordo com cada período histórico do país.

da capital. As características de Cairu começaram a ser exploradas para a primeira ação do capital.

Na tentativa de impedir que os índios pudessem manter seus costumes, o que poderia fazer fracassar os objetivos da Coroa e aumentar os conflitos entre os colonizadores e colonizados, existiam objetivos que iriam orientar o processo de colonização de modo a facilitar “[...] o índio a trocar sua forma de representação de mundo pela eurocêntrica e cristã [...]” (MOREIRA, 2011, p.15). Tais objetivos visavam:

[...] converter as comunidades indígenas à fé cristã e ao modo de vida europeu; colocar sua população à disposição como mão de obra disponível para o uso dos colonos nas vilas e portos litorâneos; separar índios ‘mansos’ de índios ‘bravos’ usando da localização dos aldeamentos como anteparo de proteção dos povoados dos colonos; opor uma barreira também à fuga de escravos negros das fazendas e engenhos para áreas de mata circunvizinhas; mas, sobretudo, retirar as tribos indígenas da influência e das ideias de mundo dos xamãs, guardiões justamente do modo espacial de representação de mundo e de vida indígena dos colonos, Coroa e jesuítas clamam como o verdadeiro problema (MOREIRA, 2011, p.15).

Os europeus quando aqui chegaram encontraram os donos da terra, que em Cairu eram os Tupinambás e os Aimorés, dois grupos indígenas que faziam parte de nações maiores: Tupi-guarani e Tapúias, respectivamente. Mas esse contato entre estrangeiros e nativos fez das terras da capitania de Ilhéus campo de diversos conflitos sangrentos entre índios e portugueses (OLIVEIRA, 2006).

Ao contrário dos Tupinambás, que permitiram de certa forma um contato direto com os colonizadores (RISÉRIO, 2003), os Aimorés eram diferentes, possuíam traços violentos e não permitiram contato com outros agrupamentos de pessoas, até mesmo indígenas. Tais índios selvagens e muitas vezes chamados de bárbaros eram excelentes guerreiros que tinha a mata como lugar de refúgio e de onde retiravam seu sustento através da caça e coleta de frutos. Os Aimorés eram nômades, não estabeleciam nenhum tipo de vínculo com a terra através de agricultura ou pastoreio e nem possuía aldeamento. Vivendo em pequenos grupos, que não passavam de 40 indivíduos aproximadamente, praticavam saques nos aldeamentos próximos e também nas recentes povoações, através de emboscadas, já que os mesmos não faziam lutas de frente (SOUSA, 1971, p.79).

Embora violentos, os Tupinambás através de intermédio de Diogo Caramuru tiveram uma convivência pacífica com os portugueses (RISÉRIO, 2003, p.63) o que permitiram que os portugueses se instalassem na área que hoje é Valença. Ao mesmo

tempo, tais índios “amigos” também ofereciam segurança aos portugueses, pois eram inimigos diretos e combativos dos tão temidos Aimorés, porém com a morte desses devido as mazelas que assolaram na época e alguns ataques pelos próprios portugueses para impedir a ação dos Tupís, a segurança foi fragilizada o que permitiu o ataque dos Aimorés às vilas já estabelecidas e produtivas dos portugueses (OLIVEIRA, 2006, p.37).

Durante todo o período de ataques e conflitos entre índios e portugueses o processo de colonização e exploração local continuou e as ilhas que hoje compõem Cairu, foram refúgio para população que fugiu dos ataques indígenas do continente. Além disso, as Ilhas de Tinharé e Boipeba durante muito tempo viveram sob um intenso fluxo de pessoas, assim como das constantes passagens de navios de exploração de diversos países que eram aliados ou inimigos da coroa portuguesa. Risério (2003, p.108) destaca a situação de posição geográfica e estratégica que Cairu tinha naquele período:

Nenhum dos acidentes topográficos do litoral baiano, depois da Bahia de Todos os Santos, possui tão larga nomeada nas páginas da nossa história local, nem foi tão conhecido na costa brasileira como o Morro de São Paulo. Não houve embarcação de pirata ou corsário, nau de comércio, de exploração, ou da índia, frota de comboio, armada amiga ou inimiga que navegasse as águas territoriais da Bahia, sem por ele deixar de balizar. Nunca expedição inimiga veio atacar a Cidade do Salvador que não fosse antes cruzar águas da Ilha de Tinharé (CAMPOS, 1981 *apud* RISÉRIO, 2003, p.108).

Observa-se assim, através dos autores citados, que nos séculos XVI e XVII uma grande modificação se inicia nas terras que hoje fazem parte de boa parte do litoral sul baiano. Cairu ganhara uma centralidade para aquela região naquele período, pautada em sua posição geográfica que permitia a defesa do território, assim como o avanço em terras que antes eram dos indígenas. Cairu não era exceção, não era a única parte do litoral a ser explorada, mas possuía características do seu espaço que contribuíram por muitos anos para o desenvolvimento da região. Aquele espaço até o momento construído através da vivência dos índios e sua relação com a natureza dá início a uma nova construção, seguindo o um projeto político novo. Neste momento se tinha um projeto se sobrepondo a outro: a expansão da coroa o simples viver dos indígenas.

O espaço começa a ser modificado através do trabalho, preparar aquele espaço para dar apoio à sede da colônia em Salvador. Observa-se então, como Raffestin (1993) teoriza, que o espaço é modificado pelo trabalho e passa também a ser motivo de reprodução daquele próprio espaço. Esta explicação de aplica ao espaço que começara a ser configurado em Cairu e que seria aquele que daria condições futuras de uma nova configuração. Assim, um conjunto de ações antrópicas estrangeiras, como a criação de povoamento e estradas, naquele espaço se iniciou, e iria acompanhar por sucessivos momentos históricos de transformações no espaço cairuense.

Pode ser percebido que toda aquela tessitura existente começara a se modificar, o espaço passa a ser incorporado por novos objetos construídos, resultado do surgimento de povoações com a presença de construções residenciais e de serviços, e a paisagem a ganhar uma segunda natureza¹, a construída, seguindo objetivações de projetos políticos, novos modos de vida e novas atividades econômicas. Cairu, neste período, seria marcado pelo surgimento de diversas formas de uso daquele espaço.

3.2 DA EXPLORAÇÃO DA MADEIREIRA À CRISE: CONSEQUÊNCIA DE UM NOVO PROJETO POLÍTICO (SÉCULOS XVIII E XIX)

Os ataques indígenas e de outras nações provocaram crises na capitania, onde já tinha povoações estabelecidas e com produções (SOUSA, 1971, p.79). “A capitania de Porto Seguro e a dos Ilhéus estão destruídas e quase despovoadas com o temor destes bárbaros, cujos engenhos não lavram açúcar por lhe terem morto todos os escravos e gente deles, e a das mais [...]” (SOUSA, 1971, p.79). Logo, o que direcionava o desenvolvimento, através das produções nos engenhos no litoral, quando Cairu era ponto de refúgio, é substituído por outro alvo de apropriação da natureza: a madeira. Simultaneamente, inicia-se novo período de produção da estrutura fundiária. A indústria madeireira se instalou em Nossa Senhora do Rosário de Cairu e Espírito Santo de Boipeba, terras que formavam a feitoria de Cairu (DIAS,

¹ Para Milton Santos (2008) a segunda natureza refere-se a natureza que já sofreu inferência da ação do homem, com construções não naturais.

2007, p.87). Dias (2007) destaca o panorama do ano de 1715, ano do início de várias modificações e ações nos territórios.

[...] em 1715, expandiu a abertura de cortes de madeira ao longo do século, sendo responsável por promover a circulação de capital mercantil por uma grande área de floresta Atlântica e pela consequente formação de unidades extrativistas e agrícolas, estradas e povoações (DIAS, 2007, p.87).

Neste período (séc. XVIII), para dar um suporte à extração de madeira que dominava a época, realizava-se a produção de mandioca, arroz (de início), além da criação de bois para ajudar no deslocamento das madeiras e alimento para a população. Gerou uma valorização econômica das terras e também a expansão da fronteira agrícola, que era limitada pelas terras virgens habitada por índios, já que não se tinha tecnologia o suficiente para avançar mais adentro do território (DIAS, 2007, p.90-91).

Vale destacar, que no período colonial, os portugueses trouxeram diversos elementos que compõem a nossa flora e fauna da mata atlântica atual, como Flexor (2010) destaca:

[...] além de animais, muitas espécies vegetais, como o arroz, cana-de-açúcar, amoreira, bananeiras, cacau, cravo, canela, frutas cítricas, fruta-pão, inhame, tomate, batata, feijões, quiabo, jaqueira, mangueira, mamona, café, eucaliptos, pinheiros, etc., e muitas madeiras. Trouxeram, inclusive, o famoso coqueiro, cujo fruto, por muito tempo, foi chamado de coco da bahia, tanto essa planta está vinculada à paisagem nordestina (FLEXOR, 2010, p.2).

A madeira que era objeto principal para a indústria naval e a construção civil em Salvador era retirada das matas através dos conhecimentos dos indígenas e levada pela força dos escravos. Suas áreas de cortes normalmente eram localizadas próximo às áreas de escoamentos, ou seja, perto de corpos d'água e davam origem a novas povoações (SANTOS; IVO, 2013, p.9).

Por volta de 1761 foi promovida a criação da Estrada Geral que passaria pelo litoral, interligando as vilas, povoações e aldeias da Bahia ao Rio de Janeiro. Tal estrada tinha como objetivo facilitar o envio das produções agrícolas, agora incentivadas para que com o excedente pudesse gerar comércio (FLEXOR, 2004, p.36). Tratava-se do projeto de desenvolvimento do Brasil, que seria tornar-se um grande exportador agrícola (MOREIRA, 2011).

Boa parte dos donos das propriedades de Cairu era de militares que formaram a elite daquelas áreas, com terras que variavam de 150 ha até acima de 500 ha (DIAS,

2007, p.104), enquanto a população que não era militar e não possuíam terras eram marginalizados, exercendo outra ocupação para garantir a sobrevivência (DIAS, 2007, p.107-108).

Em um panorama maior, é necessário destacar quais as produções existentes nas feitorias adjacentes a Cairu. O cacau teve sua introdução em Canavieiras por volta de 1746 e se estendeu em produções por Ilhéus, Itabuna, Santarém, Valença, Barra do Rio de Contas (atual Itacaré), Porto Seguro, Belmonte, e depois mais adentro em Jequié (FLEXOR, 2010, p.8). A mandioca e o café se adaptaram bem em Camamu e se espalharam para outras regiões da Bahia, além do Recôncavo de Cairu (FLEXOR, 2010, p.8). Já em Maraú se tinha a produção de mandioca e a cana e no Rio de Contas a plantação de mandioca continuava se expandindo. A produção de café colocou a Bahia, através de alguns produtores litorâneos (Nova Boipeba, Camamu, Ilhéus, Caravelas e Valença), entre os maiores produtores do Brasil, atrás apenas do Rio de Janeiro.

Cairu se destacava entre outras áreas produtoras (terras de Camamu, Maraú e Rio de Contas), por volta dos anos de 1770, no cultivo do arroz de veneza e o arroz da terra, sobretudo por suas exportações para Salvador (FLEXOR, 2010, p. 7) dominando as produções até o final do séc XVIII e de outras produções como café, cacau e canela que começavam a aparecer no território.

A produção de mandioca se fez presente também nas terras de Cairu, de modo a ocupar as áreas desmatadas pela extração da madeira. Porém as terras de Boipeba (Nilo Peçanha hoje) não favoreciam a produção da mandioca, fazendo com que a população se dedicasse também à catagem do zimbo no litoral¹ (FLEXOR, 2010, p.8). Porém até aquele período ainda não havia registrado a chegada de gado na região, o que ocorre a partir de meados do séc. XVIII.

¹ O zimbo é uma concha do mar, que apenas era encontrada em Angola, Congo, China, nas Ilhas Malvinas, Índia e no Brasil (SOUSA, 1966 apud CRUZ, 2010, p.3). Como na África eram utilizados como moeda, os grandes compradores de escravos viram que tal concha podia ser encontrada na costa baiana, e ser utilizada para adquirir mais escravos. Assim, fez com que fosse extraído “[...] nas praias e enseadas da Vila de Ilhéus, na foz do rio Caravelas em Porto Seguro e na Vila de Boipeba.” (CRUZ, 2010, p.4). Tal atividade se tornou uma economia complementar no âmbito regional. (CRUZ, 2010, p.5). “A pesca do molusco devia ser feita por ribeirinhos pobres, incluindo aí crianças e mulheres de pescadores, que cuidavam da coleta e armazenamento do produto até a chegada de embarcações aos locais de extração das conchas para a comercialização das mesmas.”

Segundo Flexor (2010), a partir de 1799, com uma nova política de repovoamento, foi estabelecida uma campanha para se proteger as matas (FLEXOR, 2010, p. 9). Tal decisão foi tomada a partir da situação e devastação em que as matas se encontravam, principalmente no litoral perto dos pontos de embarque, que já apontava-se para extinções, impedindo o abastecimento para a construção (FLEXOR, 2010, p. 9). Com isso, o regente D. João, através do Regimento dos Reais Cortes de Madeiras, criou-se o cargo Juiz Conservador dos Cortes de Madeira, este responsável por fiscalizar as ações da população sobre a vegetação.

O panorama de destruição desenfreada das matas, naquele período é freado pela decisão de proibir a expansão das áreas de serem desmatadas, bem como a expansão de lavouras e áreas de construção, para tanto,

[...] declarava-se propriedade da Coroa todas as matas e arvoredos das bordas da costa, ou rios que desembocassem no mar, ou por onde jangadas pudessem conduzir madeiras cortadas até a praia, proibindo-se dar essas terras em sesmaria e, quando possível, deviam as já doadas reverter para a Coroa. [...] Os proprietários deviam manter-se restritos às suas capoeiras, às terras lavradas e todas as 'costaneiras das matas' que, pela demarcação, se julgasse impróprias para construção. Somente os engenhos podiam usar as madeiras, mas deviam, também, conservar aquelas madeiras próprias para construção. As terras devolutas não podiam ser mais convertidas em sesmarias. Para comércio podia-se cortar as que não estivessem protegidas pela Coroa, mas deviam ser submetidas à inspeção do juiz conservador. Proibia-se a retirada de pau brasil. [...] As madeiras para embarcações podiam somente ser retiradas se vendidas para os Reais Arsenais. Deviam todas ter a marca R e outra marca de local, ou de onde foram extraídas, e todas numeradas, relacionadas em lista ou mapa de exportação (FLEXOR, 2010, p.9-10).

Para se compensar devastações que haviam feito nas matas, instituiu-se a plantação de palmeiras de piaçava e de mangabeiras, através da Lei de 19 de agosto de 1897. Além de se ter um planejamento ao longo prazo de conservação das matas, tais plantações tinham também objetivos futuros, que era a extração da piaçava para a produção de cordas e as mangabeiras para borracha (FLEXOR, 2010, p.15). A piaçava e as mangueiras, que para Flexor (2010) se tornou praga e descaracterização das matas por muito tempo, se tornaram fontes de sobrevivência para as populações e enriquecimento para os grandes proprietários de terras em Cairu, e se estende até os dias atuais.

Cairu dominava a área que hoje compõe o Território do Baixo Sul, da qual foram desmembradas terras que deram origem ao atuais municípios de Valença e Taperoá. Em 1799 foram demarcadas as vilas de Valença, Cairu e Boipeba. Porém Boipeba

passou por um processo de grande decadência, chegando a necessidade de se atrelar a Cairu novamente, e que posteriormente formou-se Nilo Peçanha. (FLEXOR, 2004, p.40). A partir daí Cairu iria se desenvolver com seus próprios recursos, e o que era produzido em seu município arquipélago.

Valença começara a se destacar no séc. XVIII, em suas produções agrícolas para exportação, “[...] enquanto entravam em decadência os antigos núcleos de Boipeba, Tinharé e Cairu” (FLEXOR, 2010, p. 9). Já, a partir do início do séc. XIX inicia-se o processo de industrialização da região que circunda Cairu. Destaca-se Valença, local que irá dinamizar toda a região do litoral e se tornar um polo de concentração de serviços, sendo considerada um “[...] núcleo de desenvolvimento regional [...]” (FISCHER, 2007, p.36). Todo esse novo momento tem início com o aparecimento das primeiras serrarias e estaleiros, depois aparecendo outros projetos industriais, como a captação de energia pelas cachoeiras do rio Una para gerar força para as indústrias de tecidos de Valença (FLEXOR, 2010, p.12).

3.3 A CRISE COMO INFLUÊNCIA NO FORTALECIMENTO DA IDENTIDADE MARCADA PELA INFLUÊNCIA DO MAR (SÉCULO XX)

O meado do século XX chega com a abertura da BA-002, entre os anos de 1940 e 1950, quando “[...] o comércio, que era feito por via marítima, foi desviado para rodovia. Esse fato abalou a economia da região e o êxodo de muitos dos seus habitantes, o que resultou numa fase de decadência para muitas de suas localidades” (FLEXOR, 2004, p.52), inclusive Cairu que ficou com atividades ligadas ao mar. Além disso, com o desmembramento de municípios das terras de Cairu (Nilo Peçanha, Valença, Taperoá), o município perde áreas produtivas e conectadas a grandes vias terrestres de escoamento de produções, o que leva a população que ali já residia, a criar mecanismos de sobrevivência. Sua base municipal não era a industrial, como Valença e os municípios vizinhos que começaram a se destacar; sua base era de atividades rurais, somadas às práticas que seriam barradas pelo conjunto de leis de conservação que perdurou no município bem como às poucas terras propícias em que se tinha os pequenos proprietários, terras sem direito de expansão e à concentração

dos grandes proprietários fundiários que utilizavam suas terras para a plantação do dendê e piaçava.

Em meio a este novo momento histórico, Cairu ficou isolada, isolamento este que não se configura restritamente à situação geográfica de ilha, mas economicamente e socialmente em relação às demais áreas sobre os quais antes ele exercia centralidade. Sua população começara a viver a partir do que o município iria fornecer, nas condições de concentração fundiária mencionada.

Neste contexto, a população passou a interagir mais ainda com o mar, que sempre foi o fio condutor das vidas de Cairu. O mesmo se torna uma extensão da vida terrestre. Mas o que antes era via de grande movimento populacional e fator importante para a proteção da população no momento em que os indígenas atacavam, começa a se tornar um empecilho para o desenvolvimento daquela população. A população residente se viu dependente do mar.

Observa-se que o mar, em todo o processo histórico do município revelado até aqui, sempre exerceu uma forte influência na construção do espaço de Cairu, como ponte de ligação, mas também de separação do continente; o mesmo esteve presente desde a chegada dos primeiros habitantes via marítima e também era a fonte de sobrevivência dos indígenas. Através do mar os indígenas sobreviveram e desenvolveram sua atividade pesqueira e conseguiam visitar outras áreas. Através do mar também, os portugueses chegaram, se conectavam e escoavam suas produções agrícolas e extrações madeireiras, mostrando assim o forte traço de maritimidade. O mar, fonte de sustento e fio condutor, qualifica uma ruralidade pesqueira em Cairu.

A noção de maritimidade é expressa por Diegues (1998, p.49) como “[...] um conjunto de várias práticas (econômicas, sociais e sobretudo simbólicas) resultante da interação humana com um espaço particular e diferenciado do continental: o espaço marítimo.”. Aos habitantes de Cairu, que por ser uma ilha, podemos chamar de ilhéus, denominação dada por Diegues (1998), por eles terem no espaço insular seu local de vida e trabalho¹. Diegues ainda destaca a especificidade que estas sociedades (insulares) possuem:

A especificidade das sociedades insulares reside, em grande parte, na produção e reprodução de práticas econômicas, sociais e simbólicas, que são

¹ Para Diegues, isto não configura mundo rural, tendo em vista que o rural é por ele compreendido como o espaço da agricultura, o espaço da terra e não da natureza que inclui a água.

elaboradas a partir de espaços e recursos limitados, a partir da existência do espaço marítimo, do contato com outras sociedades. Assim, o elemento básico da sociedade insular não é a presença física do mar, mas as práticas sociais e simbólicas desenvolvidas em relação ao mar, representado pelos ilhéus de várias maneiras: obstáculo, e também caminho para o contato com outras sociedades, espaço de trabalho e de representações simbólicas (DIEGUES, 1998, p.50).

Observa-se que esta maritimidade presente em Cairu junta-se aos outros dois aspectos identitários, que dão base à formação dos indivíduos desta ilha, e que por isso possuem extensões territoriais terrestre limitadas. Os aspectos são a maritimidade, a insularidade e a ilheidade, noções trabalhadas por Antônio Diegues (1998) e que identificamos em Cairu e em sua população.

A maritimidade vai estar inserida em muitas populações insulares, como Cairu, devido à pouca extensão terrestre (DIEGUES, 1998, p.67), maritimidade que muitas vezes, é inversamente proporcional à extensão da terra. Aos habitantes das ilhas resta o mar para que eles possam explorar em seus moldes, marcando pela dependência que estas populações passam a ter com o mar, já que ele será o meio de sobrevivência, forma de conexão, via para transporte e etc.

[...] o mar não é meramente espaço físico, móvel, mutante, mas lugar de seu trabalho, de sua sobrevivência e sobre o qual dispõem de grande conhecimento acumulado. É também o território onde desenvolvem práticas sociais e simbólicas por meio das quais não somente o espaço marítimo, mas também espécies animais e vegetais são representados mentalmente. O mar pode ser tranquilo, caprichoso, ameaçador, símbolo da vida, mas também da morte (DIEGUES, 1998, p.53).

Tal maritimidade no sentido de isolamento, só irá se formar em Cairu a partir das ações políticas e econômicas, visto que até então a população se movimentava entre as ilhas com mais frequência. Vale ressaltar, que segundo Diegues (1998) pode existir ainda uma dupla maritimidade, “[...] decorrente do espaço oceânico que as cercam e a resultante da dependência, quase sempre inevitável, de atividades econômicas, sociais e culturais relacionadas com o mar (pesca, navegação, etc).” (DIEGUES, 1998, p.51), ou seja, o espaço marítimo será um espaço físico e também um espaço produtivo para estas populações que vivem em ilhas.

Para Perón (1993) citado por Diegues:

[...] as sociedades dos ilhéus se confrontam com um território de limites geográficos definidos, com o oceano que aprofunda um isolamento, ainda que relativo, dando origem a uma identidade cultural marcante, alimentada

frequentemente por uma clara coesão social, por profissões tradicionais como a pesca e a pequena agricultura. (DIEGUES, 1998, p. 57-58)

Mas Cairu, pelo fato de ser uma ilha, ainda estaria marcada pela presença da insularidade. Diegues (1998) define insularidade como “[...] fenômenos sociais resultantes do relativo isolamento dos espaços insulares que podem ser quantificados (distância do continente etc.);” (MOLES, 1982; PÉRON, 1993; CODDACIONI-MEISTERHEIM, 1989 *apud* DIEGUES, 1998, p.89), já ilheidade, o mesmo define como:

[...] as formas de representação simbólicas e imagens decorrentes da insularidade que se expressam por mitos fundadores da ilha e de sua sociedade. [...] diz respeito também ao vivido pelos ilhéus, aos comportamentos induzidos pela natureza particular do espaço insular. (DIEGUES, 1998, p. 89)

Vale ressaltar a insularidade não é sinônimo de isolamento, mas sim de uma determinação de dinâmica diferente da existente no espaço continental. Diegues (1998) nesse sentido destaca:

As ilhas, ainda que parcialmente isoladas, não se desenvolvem em sistemas fechados; vivem ao contrário, em ritmos alternados de abertura e fechamentos, segundo as formas pelas quais estão ligadas à sociedade continental ampla (DIEGUES, 1998, p.89)

Tal insularidade estaria longe de um determinismo geográfico¹, ou isolamento apenas físico. Ele alcança a dimensão social e simbólica, que faz esta separação do continente (DIEGUES, 1998, p. 50) e também a econômica, como demonstraremos para Cairu. Então a insularidade é a situação de ilha em sua conexão com o continente através das ações que podem ou não gerar mais ou menos isolamento de tal população.

A ilheidade como traço identitário caracteriza a população e influencia o domínio da produção do espaço. A dimensão da identidade e relação da população com seu meio mostram a outra instância da produção do espaço, uma vez que os traços culturais também exercem forças sob a produção do espaço.

Observa-se que a crise econômica provocada pelo isolamento e exclusão do circuito econômico da região naquela época fortaleceu as relações com o mar das populações existentes neste município, as quais puderam definir suas identidades a

¹Noção atribuída à influência apenas do espaço físico determinando a forma com que as populações se reproduzem, ou seja, o sentido das vidas deles é determinado a partir da natureza local.

partir desse símbolo de sobrevivência (o mar), que até os dias atuais ainda se mantém.

3.4 O ACHADO PARA A SAÍDA DA CRISE: A CAPITALIZAÇÃO DO ESPAÇO PRODUZIDO (SÉCULOS XX e XXI)

Outro fator que interferiu no espaço cairuense foi a construção da BR – 101 que “[...] contribuiu de forma significativa para a desaceleração do processo de desenvolvimento socioeconômico da região do Baixo Sul, uma vez que desviou todo o tráfego que anteriormente era obrigatório através dos municípios litorais contíguos a Cairu.” (BID, 2005, p.2). O mesmo autor destaca ainda:

A opção da nova estrada, deixou o sistema viário do Baixo Sul abandonado por três décadas, praticamente isolando a região dos outros centros de comércio e serviço do Estado. Manteve-se no entanto a comunicação via estuário, onde as embarcações de madeira (saveiros) mantinham a região viva, transportando passageiros entre as vilas e entregando as mercadorias (pescado, piaçava, coco, dendê, cravo e pimenta do reino) produzidas na região, para Valença, que se tornou o centro de serviços e comércio de todo o Baixo Sul, principalmente por estar ligada com boa estrada à BR-101 (BID, 2006, p.2).

O processo de ocupação e produção do espaço de Cairu, revelados até agora foi através dos planos de desenvolvimento que Portugal e o Brasil tinham para a ocupação do litoral, planos estes que fizeram com que Cairu passasse por grandes mudanças em seu espaço e nas formas das populações sobreviverem. Observa-se que a população de Cairu, sobretudo em meados do séc. XX, sobrevivia do que o mar proporcionava a eles, e a configuração espacial era totalmente diferente, comparado com um município adjacente (Valença).

Em 1950 em análise municipal feita por Ferreira (1958a) para o IBGE, não se tinha ainda a ação do turismo em Cairu. Existiam produções do extrativismo vegetal. O município era marcado pela agricultura, pecuária e silvicultura, tendo a extração da piaçava e da madeira como principal fonte de renda municipal, além da plantação do cocô-bahia, sendo naquele momento um dos principais produtores do Estado. Ainda na descrição de Ferreira (1958a) não existiam indústrias, apenas “[...] duas serrarias, roldões de azeite-de-dendê e casas de farinha.” (FERREIRA, 1958a, p.116). Outra produção presente em Cairu nos anos 1950 era o artesanato “[...] representado pelo fabrico de cestas, flores, quebra-luz confeccionados com búzios e conchas,

principalmente no povoado do Morro de São Paulo [...]” (FERREIRA, 1958a p.116). Retirando as produções anteriormente citadas, Cairu importava todas as outras mercadorias de consumo das populações de outros municípios da Bahia, principalmente Salvador e Valença, até mesmo gado (FERREIRA, 1958a).

A pesca ainda neste período de 1950 era de grande destaque para o município, segundo Ferreira (1958a), vendendo aos mercados de Salvador e Itabuna, com destaque para o ano de 1955 quando atingem uma produção de 416.594 kg. Ainda para compor a dinâmica espacial do município, a sede municipal contava com diversos serviços para a população: apenas uma agência do Departamento dos Correios e Telégrafos, 8 estabelecimentos varejistas, um posto de saúde que era de gestão do Estado, além de 7 unidades escolares a 19 presentes no município (12 do Estado da Bahia, 6 do município e 1 particular). Eram ainda encontradas 3 bibliotecas, um clube de futebol e 12 unidades religiosas católicas (FERREIRA, 1958a).

Essa dinâmica relatada, embora diversificada no que se refere a serviços disponibilizados à população, mostra a fragilidade em que o município vivia, ao passo em que Valença possuía uma outra dinâmica em seu espaço. A fim de comparação, Valença era destaque na produção de dendê e seu azeite, e de madeira, além de sua principal fonte de renda: as indústrias de tecidos, de fiação e tecelagem movidas à energia gerada por turbinas hidráulicas. Além das já citadas, destacava-se a produção de pescado, mandioca, cacau, café, cravo-da-índia e cana de açúcar (FERREIRA, 1958b).

Valença possuía 181 estabelecimentos comerciais, sendo 18 atacadistas e o restante varejista. Em sua sede, a população municipal e de áreas adjacentes, contava com 3 estabelecimentos bancários, um cinematógrafo, um hotel, duas sorveterias, 8 bares, um hospital, um posto de saúde, 60 unidades de ensino (22 estaduais, 28 do município e as demais particulares), além duas escolas de música e de datilografia. Ainda na década de 50, existiam 3 bibliotecas, 2 jornais, 5 clubes de futebol, 24 unidades religiosas católicas, 3 templos protestantes, um templo espírita e 9 cartórios (FERREIRA, 1958b). Fica evidente como Valença passou a se destacar no quadro local, deixando Cairu para trás.

Essa configuração comparada com a realidade existente de Valença mostra a fragilidade de Cairu. Naquele período o município possuía 5.121 habitantes ao passo

que Valença 33. 057 (FERREIRA, 1958a; 1958b), porém o que se observa é a centralidade e a influência que Valença passou a exercer naquela área. Assim, como Cairu vivia em uma inércia, e conseqüentemente sua população também, necessitou de um novo marco para produzir o espaço e direcionar um novo processo de desenvolvimento.

Cairu chega a um momento em sua trajetória de produção do espaço, em que as atenções voltavam-se para as áreas em que a natureza se mantinha viva, pulsante e conservada. A partir daquele momento a sociedade externa ao local começara a influenciar e determinar o futuro do município. Assim, o espaço de Cairu seria valorizado de outra maneira, deixou de ser fonte de madeira como antigamente ou frente de ocupação e estabelecimento populacional, para dar lugar à valorização da natureza conservada devido ao momento de isolamento econômico do município e que a população passou a desenvolver seus modos de vida sem grandes impactos ao meio ambiente local. Nesse período começara investimentos e direcionamentos de políticas voltadas para o turismo, uma nova uma alternativa de superação a crise para muitos municípios brasileiros, embora tal atividade tenha se espacializado sem um planejamento prévio.

O turismo vai partir da valorização da natureza, como fonte de contemplação das formas de vida que não eram encontradas na cidade (HENRIQUE, 2009). Cairu seria um ótimo objeto para se inserir nesta concepção turística, pois teria um grande patrimônio cultural, construído na época da colonização expresso através de suas igrejas e conventos e também o que seria o novo viés de plano de desenvolvimento, que passou a reger a sociedade: o meio ambiente, pautado no discurso da sustentabilidade.

Dantas (2010), ao tratar da maritimidade como nucleadora das transformações nas áreas litorâneas, que passam a compor o desenvolvimento destas áreas, afirma que “[...] o banho de mar com fins terapêuticos e a vilegiatura representam consolidação das primeiras práticas marítimas modernas [...]” do Brasil (DANTAS, 2010, p.23). Essa outra conotação de maritimidade, diferente do fio condutor identitário da população local, como expressão do uso das áreas litorâneas para gerar fins de desenvolvimento, se dá para Dantas (2010, p.22) a partir da visão do “[...] turismo de balneário nascido do turismo de massa dos países desenvolvidos.”. Essa visão de incorporação de políticas de desenvolvimento do turismo no Nordeste, para

Dantas (2010), passa a criar vocação turística em áreas não turísticas em um período de tempo muito curto.

Observa-se que o espaço de Cairu passa a ser modificado a partir da visão do turismo como motor de transformação municipal. Cairu, através de Morro de São Paulo, que antes fora um centro de proteção para a região do litoral sul baiano na época da expansão europeia na Bahia, agora passa a exercer centralidade como ponto turístico, e sofre ação do fluxo desta atividade sobretudo a partir dos anos de 1970. O turismo, no período posterior à década de 1950 seria o novo motor de desenvolvimento para o município, não em curto prazo, mas em um longo período de tempo que perdura até os dias atuais, causando grandes transformações no município. Tal turismo, aliado ao espaço natural conservado, reflexo das decisões políticas e as práticas econômicas que a população pode executar, se apropriou do mito do paraíso perdido¹, como recurso de venda do produto turístico.

Diegues (1998) cita a questão da visão da ilha como verdadeiros paraísos:

A visão paradisíaca é reforçada hoje pela mídia moderna que vende a ilha como símbolo do *natural*, do *primitivo* e do *único*. Ela se torna cada vez mais o domínio do que é sonhado, idealizado, como o espaço de liberdade, de prazer, da aventura para o homem moderno, alienado e pressionado pela sociedade urbano-industrial. Desse modo, as ilhas, sobretudo as tropicais, são vendidas pela mídia e pelas empresas de turismo e viagens como o último pedaço do paraíso perdido. Essa imagem paradisíaca, [...] tem uma longa história na sociedade ocidental e mesmo oriental e tem retornado, ao longo da história, revestida de novas roupagens, de novos apelos (DIEGUES, 1998, p.109).

Cairu se insere nesta dinâmica como todo o Nordeste brasileiro sob ações de governo para valorização e fortalecimento do turismo, através do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste do Brasil (PRODETUR). Segundo o Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS) datado do ano de 2003, Cairu tem elementos para alavancar o turismo: o seu patrimônio histórico-cultural, suas manifestações culturais e paisagens naturais, se inserindo assim no Polo Litoral Sul de planejamento do turismo.

Essa visão que se tinha de um paraíso intocado advinha de muito tempo, onde as características naturais, como o clima, faziam de áreas de Cairu, locais singulares,

¹ Para Diegues “[...] o mito do paraíso perdido sobrevive ainda nas imagens da Ilha paradisíaca e da paisagem edênica: território privilegiado onde as leis são abolidas e o tempo parece parar.” (DIEGUES, 1998, p.27).

a exemplo de Morro de São Paulo, também chamado de “Europa dos Pobres” (FLEXOR, 2004, p.38). Essa visão de paraíso é trabalhada por Diegues (2001), onde o autor afirma que o turismo ecológico, sobretudo em áreas de preservação ou de reservas, está ligado ao mito de natureza intocada e selvagem, que às vezes influencia a exclusão das populações para o pretexto de proteção do mundo natural em função do turismo. Vale ressaltar que tal visão de paraíso perdido, estará atrelada ao conforto que tais localidades podem oferecer para os visitantes, que irá sobrepor as fragilidades existentes em tais locais.

O turismo passa a inserir uma nova dinâmica no município de modo a transcender aquele estado de quase inércia econômica (FRANÇA, 2008), mas ainda sem trazer benefícios para a população. A paisagem começa a ser valorizada devido à sua apropriação pelo capital. Verifica-se, então, como o espaço visível passa a ser capitalizado e simbolizado pela indústria do turismo.

Outro elemento em ação no espaço cairuense é a criação da APA das ilhas de Tinharé e Boipeba em 1998, e em 2003 da APA Caminhos Ecológicos da Boa Esperança. A criação dessas APA reflete a valorização dos espaços naturais e mostra a necessidade de se preservar a biodiversidade que as ilhas guardam. Com isso, através dos planos direcionadores dos usos do espaço interfere-se no espaço de Cairu como local de preservação, o que na interpretação de Diegues (2001) tal realidade é um neo-mito de natureza intocada que a sociedade industrial alimenta.

Diegues ainda cita que o turismo em ilhas, a partir da valorização destes espaços, tendo a praia como centralidade, é diferente do turismo no campo ou montanhas, nos quais não há um resgate ou procura de se manter o passado, como na valorização das montanhas. O turismo na praia, a partir de temporadas,

[...] se baseia num imaginário sem raízes culturais e sociais. Não tem sua origem num sonho de voltar ao povoado de origem, motivado pela procura de uma sociabilidade passada, rústica ou nativa. O imaginário da temporada na praia se traduz em fatos, seja pelo progressivo aniquilamento dos traços culturais e históricos que marcam o ambiente, seja precisamente pela escolha de um ambiente vazio e desabitado: a praia (DIEGUES, 1998, p.197).

Em Cairu, o turismo como atividade econômica decorre das ações de governo (Federal, Estadual e Municipal) sob o pretexto de ser um local para refúgio da vida agitada da cidade. Cairu passou a receber novos moradores a partir dos anos de 1950, em sua grande maioria em Morro de São Paulo.

Outro fator que passou a influenciar as transformações em Cairu foi a Petrobrás, que mantém ainda sua influência. A chegada da Petrobrás ao contexto de Cairu se deu a partir do ano de 2000 com a descoberta do campo Manati (cerca de 10 km da costa) através de uma perfuração na costa oceânica em outubro do mesmo ano. A partir deste ano iniciou-se um longo processo até janeiro de 2007, quando a plataforma de extração de gás entrou em produção e passou a abastecer o Estado da Bahia e os demais do Nordeste brasileiro (ANP, 2012).

O espaço marítimo em frente a Cairu é localização de diversos blocos de exploração petrolífera, com destaque para Manati, em operação (Figura 4). Sua instalação marca um novo momento no processo de produção do espaço de Cairu, como agente de influência econômica aos cofres públicos através dos *royalties*. Porém a chegada da Petrobrás enquanto influenciador direto na cotidianidade das localidades foi conflituosa e danosa, sobretudo no litoral oceânico, área de influência direta da exploração petrolífera.

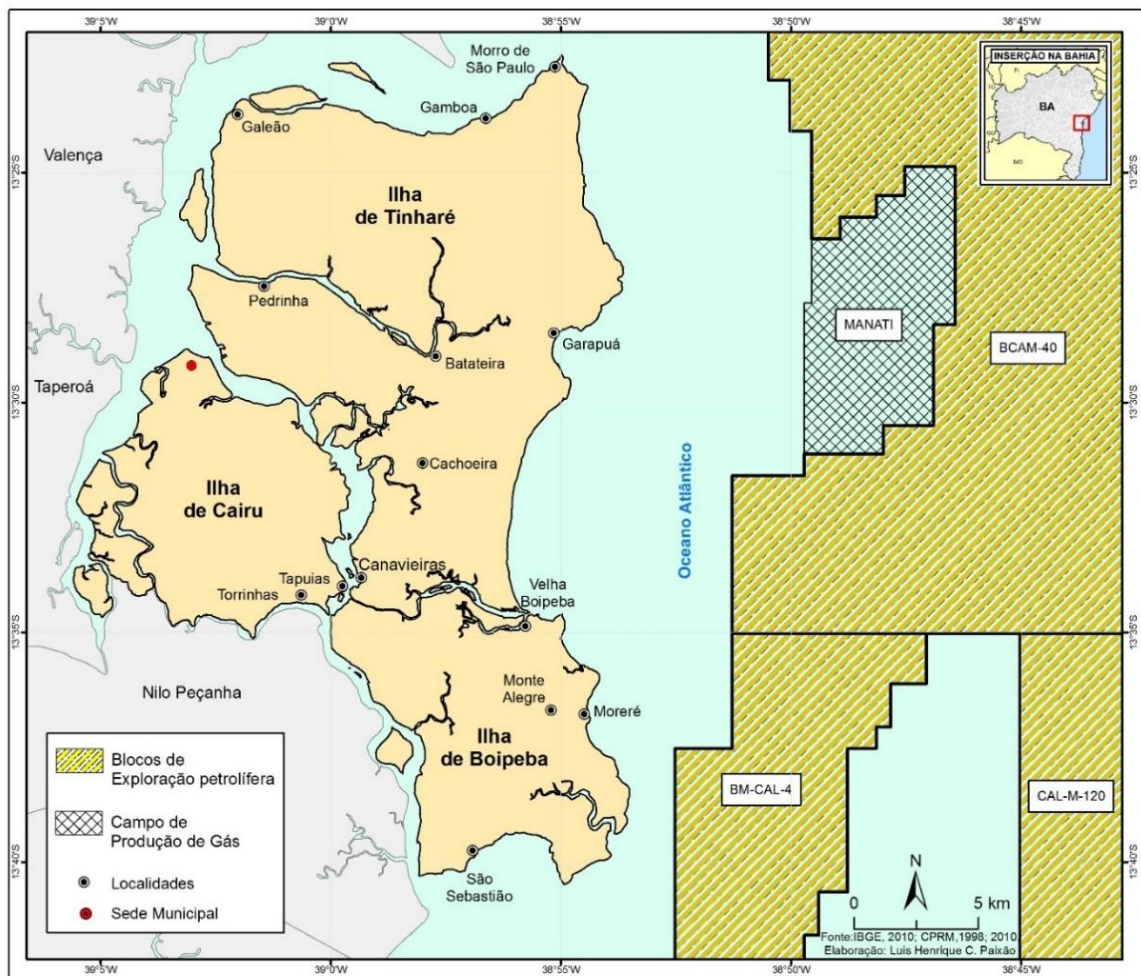


Figura 4: Mapa de inserção da exploração petrolífera no litoral oceânico do Município de Cairu/BA. Fonte: IBGE, 2010; CPRM, 2010. Elaborado pelo autor.

A Petrobrás na dinâmica das localidades passou a oferecer um grande risco a “[...] biota e o ecossistema marinhos, a atmosfera e as atividades econômicas [...]” (ROCHA, 2010, p.63), principalmente a pesca que depende diretamente do mar. Assim, tais explorações causaram restrições do uso e exploração do mar, desde o período de implantação até os dias atuais, onde há proibições de uso pesqueiros que fazem parte do perímetro de segurança da plataforma. Nesse sentido a dinâmica ambiental da ilha passou a ser ameaçada pela exploração de petróleo, fazendo com que boa parte do litoral oceânico de Cairu tenha uma alta taxa de sensibilidade a derrame de óleo (REBOUÇAS et al., 2009), como demonstra a figura 5.

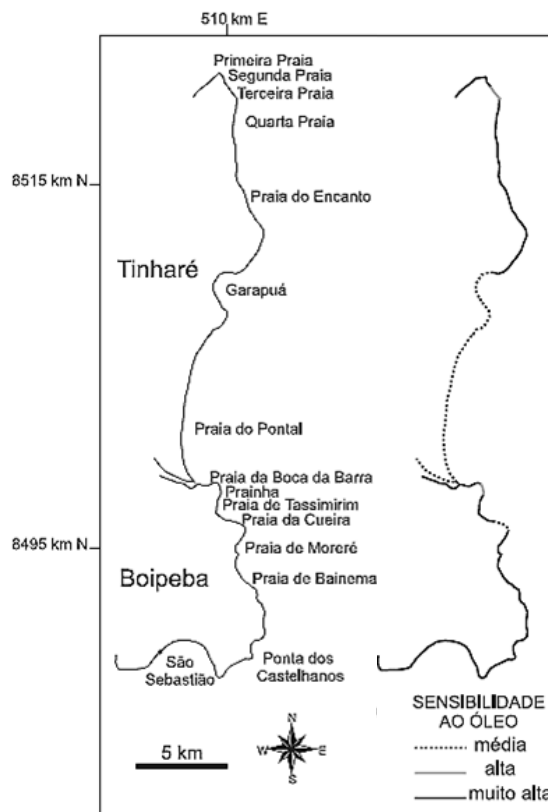


Figura 5: Classificação quanto a sensibilidade ao derrame de óleo na zona costeira de Cairu/BA. Fonte: REBOUÇAS et al., 2009, p.196. Adaptado pelo autor.

Os benefícios trazidos pela Petrobrás foram poucos e não sobrepuseram a ameaça de impacto ambiental nos ecossistemas das ilhas que compõem Cairu e conseqüentemente a dinâmica de vida dos habitantes. Como benefícios, sob a exigência de projetos de compensação ambiental nas áreas de influência direta, foi identificado a construção de centros comunitários nas localidades, a disponibilização de *royalties* e poucos empregos oferecidos aos moradores das localidades (ROCHA, 2010). Para Alencar (2011) esta relação conflituosa que se estabeleceu entre a

Petrobrás e as dinâmicas das localidades, compreendidas como tensões, reconfigurou a ruralidade na ilha de Boipeba, por exemplo. Percebe-se então que o assistencialismo se sobrepõe ao desenvolvimento.

Mais recentemente, Cairu foi marcado por mais um vetor direcionador das formas de interação e modificação do espaço: o Plano Estratégico Municipal. O plano se tornou Lei municipal (Lei de nº 241) no ano de 2008, através da regulamentação do Decreto Municipal de nº398 (CAIRU, 2008). Assim, foi instituído um programa que iria remodelar institucionalmente o município e as diretrizes de prioridade para o planejamento do território de Cairu.

Vale ressaltar que, o plano estratégico de Cairu (Cairu 2030) é um resultado da iniciativa da Universidade Livre da Mata Atlântica e do WWI-World Watch Institute que apresentaram ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID uma proposta para realizar um estudo diagnóstico sócio-econômico-ecológico do Município de Cairu, estabelecendo um diagnóstico atual e o planejamento de ações futuras (BID, 2005b, p.1). Logo o plano tem como objetivo fazer uma gestão municipal de modo a criar subsídios para o município passar a sobreviver sem a ajuda financeira advinda dos royalties da Petrobrás.

Assim, a partir de suas características ambientais e seu histórico, o município de Cairu ancora seu planejamento. Cairu passa assim a adotar um conceito de forma estratégica (logomarca), de modo a exaltar seus pontos chave, que irão alavancar seu desenvolvimento a partir do aumento da competitividade¹. “Cairú, Espaço de vivência histórica, humana e natural envolvido por uma dinâmica social e econômica desenvolvida num ambiente peculiar” (BID, 2005b, p.26) é a frase missão do plano. A frase irá apontar as potencialidades que faz do município um local a ser investido: história, dinâmica socioeconômica e meio ambiente.

Logo, o planejamento estratégico será utilizado para se obter o desenvolvimento em escala local. Para Buarque (2004) em uma visão inspirada no Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD (um dos disseminadores do modelo de planejamento) na qual tem a sustentabilidade como norte no plano de desenvolvimento, o desenvolvimento local é definido como “[...] um

¹ Essa visão de competitividade está ligada ao modelo de planejamento exportado para o mundo todo: planejamento estratégico. Tal modelo, que tem como inspiração no planejamento empresarial, torna a cidade num processo de gestão similar a uma empresa (VAINER, 2000).

processo endógeno de mudança, que leva ao dinamismo econômico e à melhoria da qualidade de vida da população em pequenas unidades territoriais e agrupamentos” (BUARQUE, 2004, p.25). O plano vem a ser adaptado para Cairu visto a sua falta de atratividade e ao baixo desenvolvimento, pois o modo como o município está estruturado, não poderá superar estas dificuldades, restando montar uma estratégia atrelada a um modelo de estruturação (BID, 2005b, p.19).

Nesta perspectiva Cairu passou a ser gerido seguindo este plano, através de projetos direcionados a diferentes setores de planejamento dentro do município, que são os ambientes de atratividades (projetos de plano de ordenamento do município, modelo institucional, infraestrutura básica municipal e articulação entre Plano de Manejo da APA das Ilhas de Tinharé e Boipeba), instrumentos de operacionalização (projetos de intervenção de Valorização Patrimonial e de Requalificação Urbana; Intervenção Ambiental; Plataforma Industrial e Logística; Acessibilidades e Transportes), estratégias setoriais (Projetos de Desenvolvimento das pescas, turismo, extrativismo e diversificação da economia) e revalorização dos recursos humanos (Projetos de criação de rede de micro e pequenas empresas de jovens e escolas de formação profissional). E nesta perspectiva Cairu se estruturou em grandes setores de potencialidades, que são reflexo da divisão do território municipal para o planejamento (Figura 6).

É notório que a ilha de Tinharé é o local onde os investimentos para o turismo são mais aplicados, devido à presença de Gamboa e Morro de São Paulo e já ilha de Boipeba seria mais para a conservação dos recursos naturais.

Observa-se que esse novo projeto de planejamento que envolve o município como todo, a fim de mantê-lo destacado e sustentado nos próximos anos visa criar um exemplo ser seguido por outras cidades. Entretanto, como muitos exemplos de planejamento estratégico, este também coloca uma atividade à frente de tudo no município: o turismo condicionado a conservação da natureza local. O resultado disso é a criação da imagem de um Shopping Center Ecoturístico para o município (NETO, 2010, p.4).

Nota-se que o plano traz para Cairu uma estruturação como empresa, de modo a esquecer de toda a dinâmica como cidade, ou um arquipélago. A gestão passa a ser feita em função dos “de fora”, ou seja, todo o conjunto de serviços, infraestrutura

deverá servir aos interesses do capital que investe no Município e que por consequência chega a população, de forma deficitária.

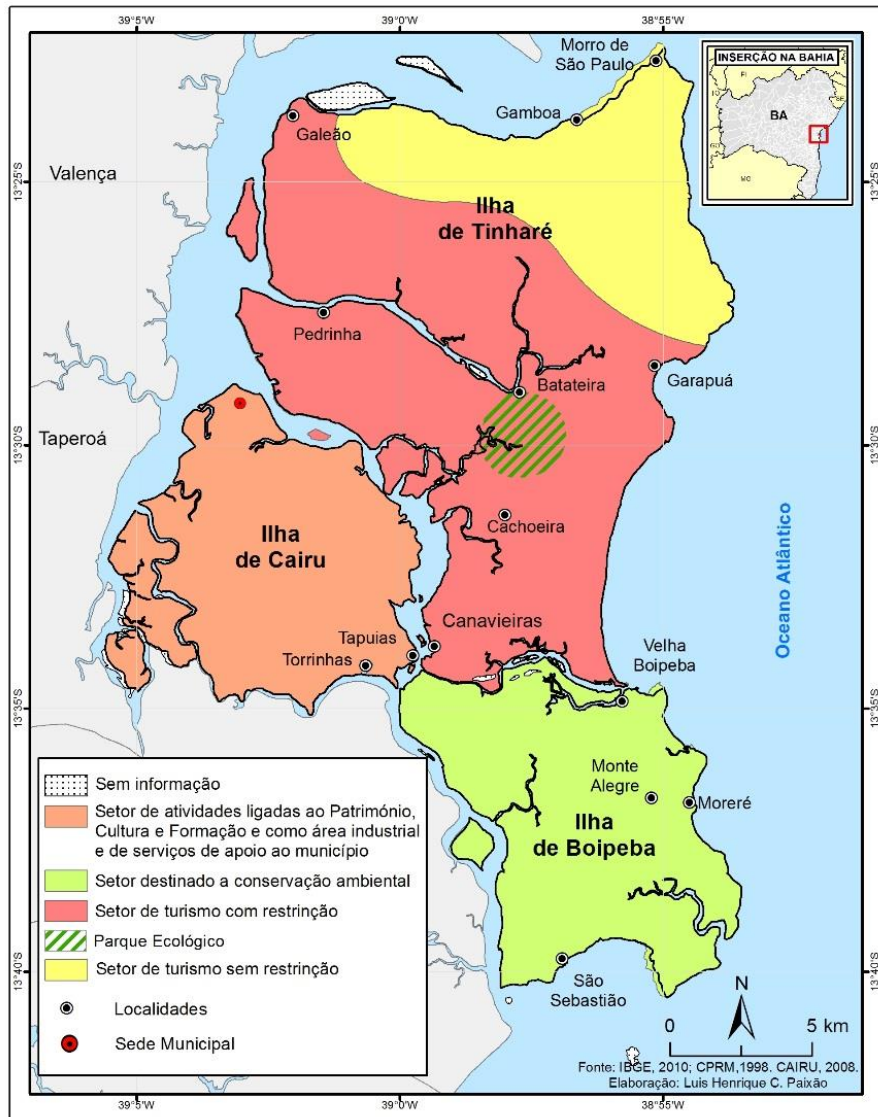


Figura 6: Mapa de setores de planejamento do município de Cairu/BA. Fonte: CAIRU, 2008. Elaborado pelo autor.

No caso da pesca, na perspectiva estratégica identificou-se os pontos fracos, fortes, as ameaças e as oportunidades para ela ser utilizada como um pilar do setor econômico municipal (Quadro 3)

PONTO	CARACTERÍSTICA
	Baixa importância econômica; Baixa produtividade no Verão (maior oferta de trabalho no Turismo); Falta de condições de exploração das potencialidades dos recursos pesqueiros; Características da plataforma continental dificultam a exploração; Falta de condições (comunicação, detecção e

PONTO FRACO	segurança) das embarcações de arrasto de camarão; Baixo poder de compra dos produtos domar por parte dos locais; Falta de condições na extração “da carne” do caranguejo; Predomínio da Pesca Artesanal (perspectiva económica); Estado precário de todos os ancoradouros, pontões e barras; Baixo nível de formação; Inadequação de artes e embarcações na Pesca artesanal; Degradação das infraestruturas gerais (energia/água/frio); Falta de fiscalização: de pesca e de controle de qualidade; Dificuldades no acesso à reparação naval, equipamento e apetrechos; Ausência de estruturas de comercialização (lotas) e de informação; Desconhecimento de dados referentes às espécies alvo de Pesca Grossa Desportiva
PONTO FORTE	Elevada importância social e cultural; Único rendimento para muitas famílias durante o Inverno e complemento para outras no Verão; Mariscagem como actividade predominantemente feminina; Facilidade de escoamento dos produtos (Valença ou às unidades turísticas do arquipélago); Desenvolvimento de projectos de cultivo de ostra e de tilápia de forma a potenciar o rendimento das famílias; Predomínio da Pesca Artesanal (perspectiva conservacionista); A Pesca como âncora para o desenvolvimento.
AMEAÇA	Elevada pressão de exploração a que o manancial de Lagosta-vermelha está sujeito; Predomínio do Turismo como actividade económica da zona; Utilização de espécies exóticas nas experiências de aquacultura; Continuação da degradação de infraestruturas.
OPORTUNIDADE	Grande procura de produtos do mar na época alta; Crescimento da Pesca desportiva e Caça submarina; Potenciar efeitos multiplicadores na economia; Desenvolvimento previsto da aquacultura; Cooperativas em crescimento; Tendência para Turismo de Qualidade

Quadro 3: Pontos fortes, fracos, ameaças e oportunidades do setor pesqueiro do Município de Cairu/BA.

Fonte: BID, 2005g, p. 12-13. Organizado pelo autor.

Com a obtenção dos pontos fracos e fortes, bem como ameaça e oportunidades, o plano estratégico apontou alguns programas que poderiam ser executados no panorama do setor pesqueiro municipal (Quadro 4):

SUGESTÃO DE PROGRAMA	OBJETIVO
Programa de Procedimentos técnicos para conservação a bordo	Criação de subsídios para a utilização de instrumentos e novos procedimentos para a conservação de pescado ainda a bordo.
Aumento da pesca em épocas altas	Incentivar o não abandono da Pesca durante o Verão, aproveitando o período de grande procura e evitando

	dependência dos pescadores aos empreendimentos turísticos.
Levantamento do potencial para a pesca desportiva de alto mar	Levantamento científico (com acompanhamento de pescadores locais) das espécies que possam ter interesse para a pesca grossa desportiva [...], de modo, a se desenvolver um plano estratégico para este segmento com a criação de empresas e eventos “amigos do ambiente” (anzóis curvos e devolução das capturas ao mar).
Acompanhamento da aquacultura	A introdução de jaulas com fins para cultivo de espécies estuarinas, tem como principal benefício o aumento do rendimento das famílias envolvidas.
Programa de recuperação do manancial da Lagosta-Vermelha	[...] estabelecer um programa baseado em levantamentos científicos de onde se possa extrair uma série de medidas adequadas à recuperação da espécie em questão, deixando de lado as medidas implementadas a nível nacional.
Incentivo para a criação de uma memória de pesca	Levantamento de todas as artes de pesca que já foram praticadas no Arquipélago junto das pessoas mais velhas e de alguma bibliografia.
Papel da Mulher na Pesca	Desenvolvimento de Programas que promovam a igualdade de direitos entre os vários trabalhadores da Pesca. Neste caso, deve-se dar ênfase à Mariscagem como uma atividade predominantemente feminina bem como na fase do processamento e venda do pescado trazido pelos maridos.
Criação de um “selo” de produtos da pesca local	Com esta iniciativa, os turistas saberiam que estariam a consumir produtos locais, sendo as Unidades Turísticas incentivadas à sua promoção, e aquando no seu consumo fora do Arquipélago, seria uma forma de promover a própria região.
Reestruturação do sector	[...] desenvolvimento e a implementação de um programa que reestruturasse o sector a nível local. Desta forma, salienta-se os seguintes pontos: <ul style="list-style-type: none"> - Promover o controlo de qualidade, - Criar condições de Segurança e Comunicação dos arrastões de camarão, - Recuperar/remodelar ancoradouros, pontões e barras, - Facilitar o acesso à reparação naval, - Reformular o sistema de comercialização (introdução do sistema de lotas).

Quadro 4: Sugestões de programas a serem criados para o setor pesqueiro do Município de Cairu/BA.

Fonte: BID, 2005f, p. 25-27. Organizado pelo autor.

Cairu, local de análise, que tem uma historicidade complexa, marcada por momentos de determinações políticas e econômicas, em determinação pela sua situação geográfica e ambiental, permitindo assim que fosse a todo momento interferida e planejada e construída. Em cada momento histórico Cairu foi marcado por uma visão simbólica, do qual também iria contribuir para a construção do espaço. Ou seja, já foi espaço de conquista, por parte dos portugueses, já foi espaço de vida pelos moradores e agora espaço de “refúgio” de descanso para os urbanos.

O processo de produção do espaço de Cairu revelou a transição de um espaço socialmente produzido com base nas relações diretas com a natureza (agricultura, pecuária e pesca, ou até mesmo através do artesanato), as quais passaram a interagir com as novas configurações que este espaço passou a ter. Pode também ser percebido que a lógica de apropriação da natureza foi apenas modificada, agora, além das atividades existentes, temos a apropriação da natureza através de usos contemplativos ou dos recursos como recreação que ela pode proporcionar e também outros recursos como pesqueiro e petrolífero que também pode gerar.

4. CARACTERIZAÇÃO DA DINÂMICA DE CAIRU NA ATUALIDADE

A produção espacial de Cairu se deu a partir do que a natureza pôde fornecer em consonância com as ações tanto públicas como privadas, a partir dos projetos de desenvolvimento que estiveram em ação no município ao longo do tempo. O presente capítulo será responsável por trazer a caracterização de Cairu, enquanto município de especificidades rurais e urbanas, mas o que evidencia sobretudo a presença de atividades rurais como sustentáculo municipal nos dias atuais. Trata-se de um rural contemporâneo, marcado por multifuncionalidade.

4.1 DINÂMICAS SETORIAIS

Para que possa ser compreendido Cairu como um município dotado de características rurais e urbanas, necessita-se caracteriza-lo de modo a identificar estas especificidades, o que será feito considerando suas dinâmicas sociais, econômicas, ambientais e culturais.

4.1.1 Dinâmica social

Segundo dados do IBGE, Cairu em 2010 possuía uma população aproximada de 15.374 habitantes. A análise da pirâmide etária (Figura 7) revela que o estrato populacional de Cairu é jovem, com uma faixa de 0 a 39 anos populosa, quase em equilíbrio entre homens e mulheres. Porém demonstra-se que há um decréscimo na taxa de natalidade, podendo comprometer futuramente a população economicamente ativa.

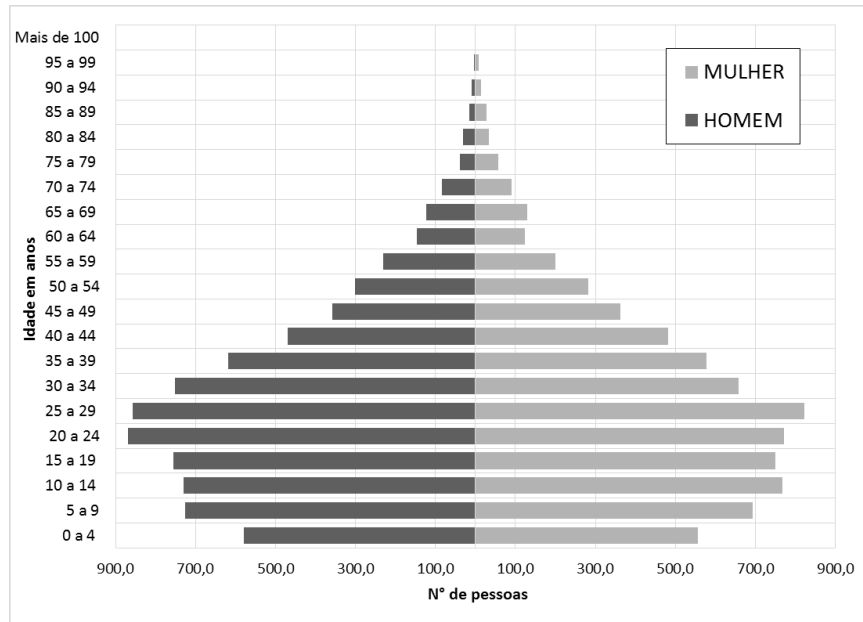


Figura 7: Pirâmide etária do município de Cairu-2010.

Fonte: IBGE, 2010. Elaborado pelo autor.

Quanto à origem da população, segundo o IBGE (2010)¹, Cairu mostra-se um município onde não há tantos moradores vindos de outros Estados do Brasil e estrangeiros. Possui assim um número de 14.927 pessoas com origem do Nordeste, e 417 habitantes com origens de outras regiões do país e também estrangeiros (Figura 8)

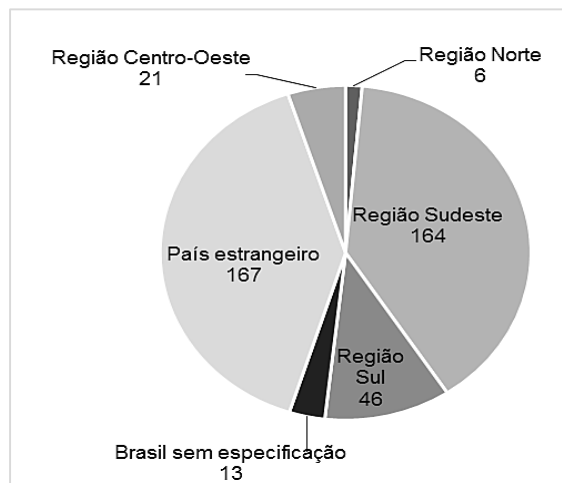


Figura 8: Gráfico da população de Cairu de origem externa.

Fonte: IBGE, 2014. Elaborado pelo autor.

Do contingente populacional, 47,01% residem na área rural e os 52,99% em área urbana. Ao analisar a evolução do número de pessoas no município (Tabela 2), pode ser percebido que Cairu mantém um número de pessoas quase igual em ambas

¹ Através de amostragem do Censo.

as áreas. Observa-se também um decréscimo populacional entre os anos de 1991 a 2000, sobretudo nas áreas rurais. Esse decréscimo se deu devido à crise em que muitos municípios passavam naquele período, que obrigava as populações migrarem para áreas urbanas a procura de trabalho, já que as áreas rurais não tinham infraestrutura e nem mercado de trabalho (FISHER, 2007). O contingente populacional só aumentou após a criação de estradas e a intensificação do turismo (FISHER, 2007).

TABELA 2: EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE DE CAIRU/BA – 1970-2010

SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO	ANO				
	1970	1980	1991	2000	2010
Rural	3.527	5.399	9.620	4.429	7.227
Urbana	5.617	5.649	5.597	6.981	8.147
Total	9.144	11.048	15.217	11.410	15.374

Fonte: IBGE, 2014. Elaborado pelo autor.

À espacialização desta população e sua classificação como rural e urbana, observa-se que o território de Cairu tem predominância rural. A presença do urbano, enquanto classificação do IBGE, é apenas revelada nas sedes distritais, como Gamboa, Galeão, Cairu e Velha Boipeba (Figura 9).

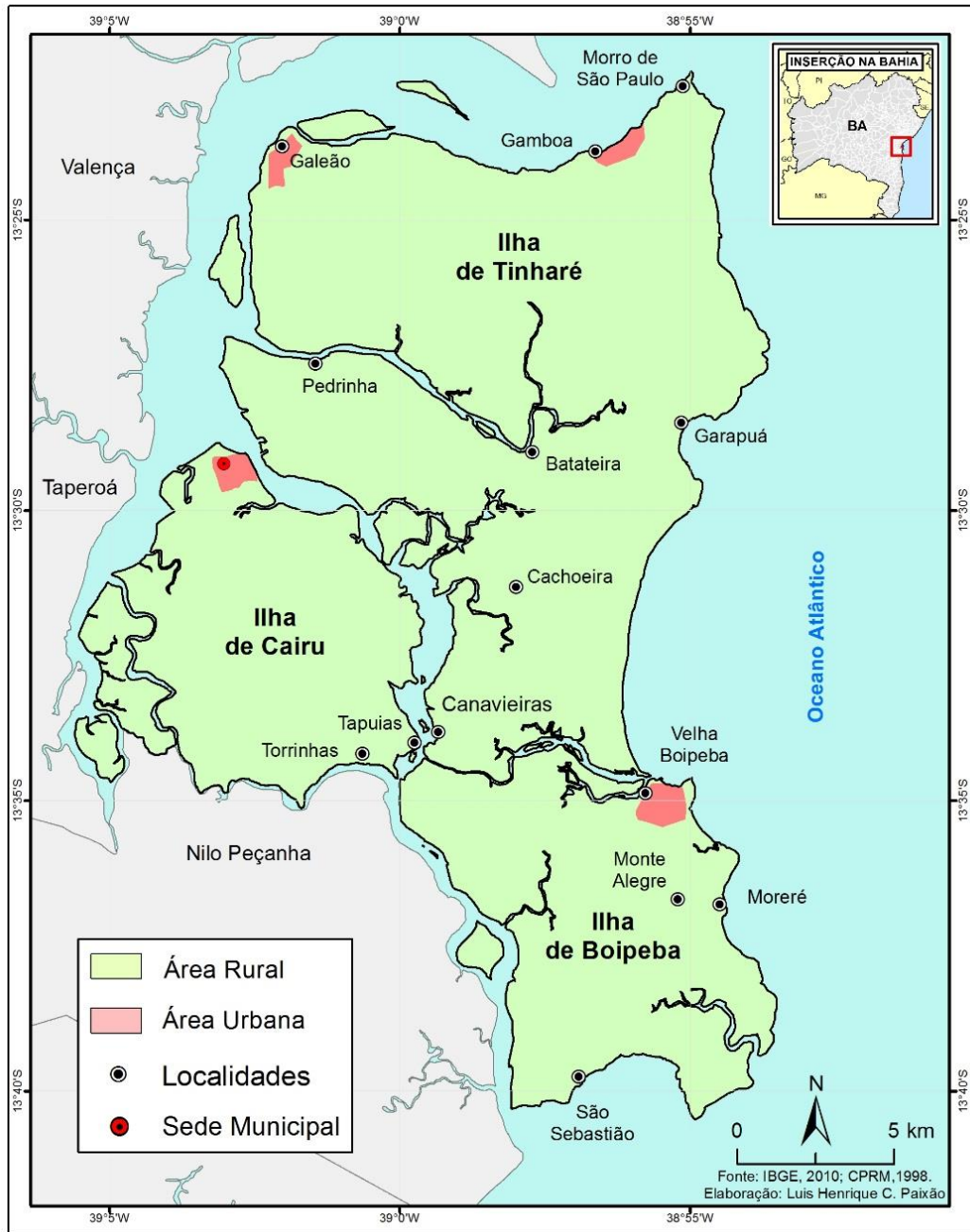


Figura 9: Mapa de divisão urbana e rural do município de Cairu/BA – 2010
 Fonte: IBGE, 2010; CPRM, 1998. Elaborado pelo autor.

Vale ressaltar que esta classificação de urbana está vinculado à mancha de ocupação apenas; as outras localidades serão rurais como povoado ou aglomerações rurais (Figura 10)

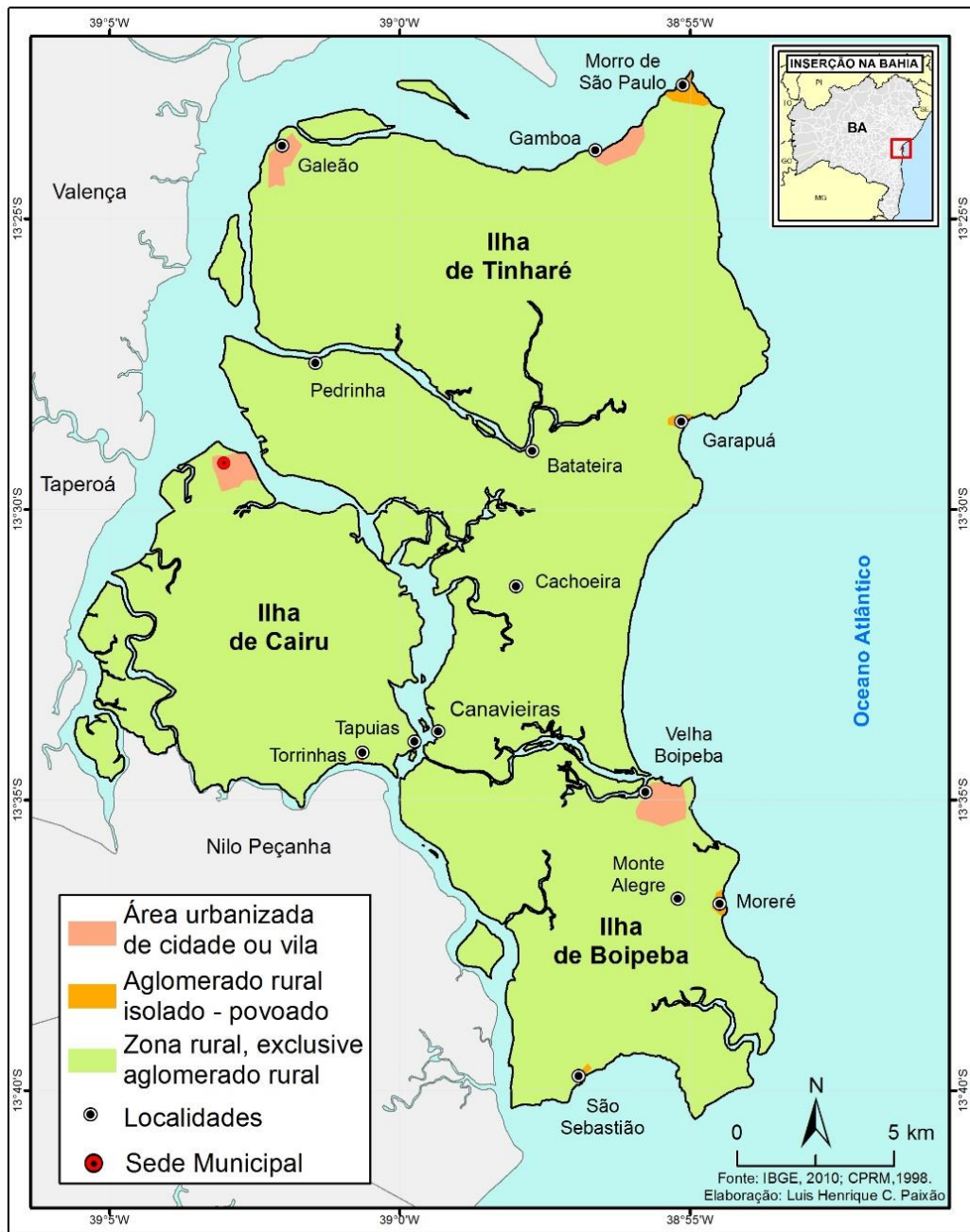


Figura 10: Mapa de especificidade urbana e rural do município de Cairu/BA – 2010. Fonte: IBGE, 2010; CPRM, 1998. Elaborado pelo autor.

A população está distribuída por 4 distritos (Figura 11); Galeão, Cairu, Velha Boipeba e Gamboa. O distrito de Cairu constitui a ilha de mesmo nome, onde fica a sede municipal, além das localidades de Tapuias e Torrinhãs. O distrito de Galeão é formado pelas localidades de Galeão e Pedrinhas. Já o distrito de Gamboa é constituído por Morro de São Paulo e as áreas adjacentes, Garapuá, Gamboa, Canavieiras, Batateira e Cachoeira. Por fim, o distrito de Velha Boipeba é formado pelas localidades de Velha Boipeba, Moreré, Monte Alegre e São Sebastião.

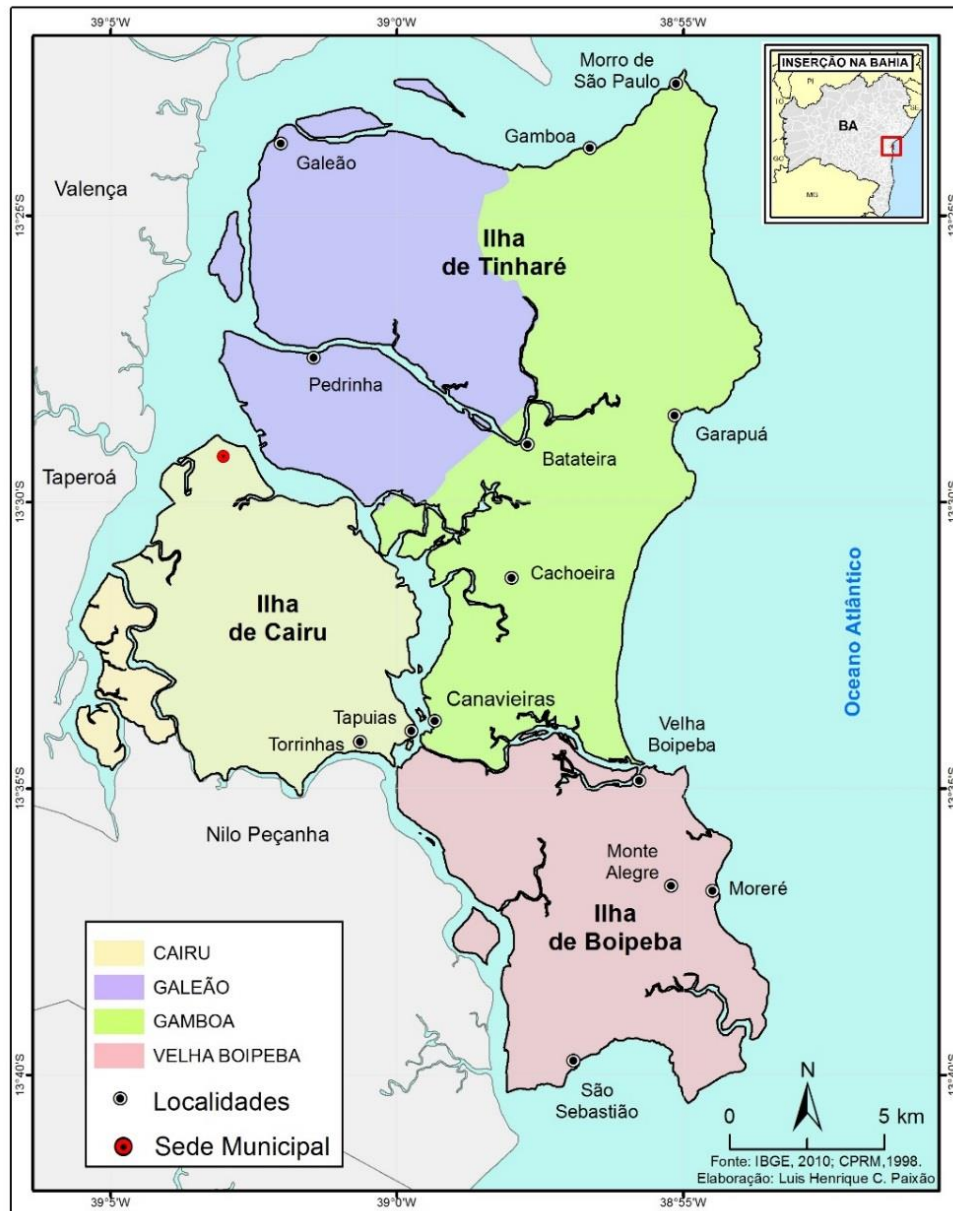


Figura 11: Mapa de divisão distrital do município de Cairu/BA – 2010
 Fonte: IBGE, 2010; CPRM, 1998. Elaborado pelo autor.

Ao se analisar os dados dos distritos de Cairu (Tabela 3), percebe-se que a população se espacializa de acordo com as áreas de influência. Cabe destacar o distrito de Gamboa, o mais populoso, no qual denota-se um crescimento populacional nas localidades rurais que possuem destaque para o turismo, como Morro de São Paulo, e que vêm atraindo a chegada de novos moradores.

A concentração populacional se dá no litoral, em pequenas áreas, levando em comparação todo o território municipal. Tal concentração está nas áreas que facilitavam a sobrevivência da população e deslocamento, principalmente próximo aos corpos d'água (Figura 12). Essa concentração denota a concentração de terras,

ficando a população restrita aos espaços costeiros. Dessa maneira, tal concentração influencia a densidade demográfica das localidades, bem como as formas de produção.

TABELA 3: POPULAÇÃO RESIDENTE POR DISTRITO DO MUNICÍPIO DE CAIRU/BA – 1991-2010

Distrito	População residente					
	1991		2000		2010	
	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural
Cairu	1.816	1.551	1.389	108	2.164	460
Galeão	795	581	2.187	435	1.125	6
Gamboa	1.549	3.936	1.776	2.839	2.749	5.614
Velha Boipeba	1.437	3.552	1.629	1.047	2.109	1.147

Fonte: IBGE, 2014. Elaborado pelo autor.

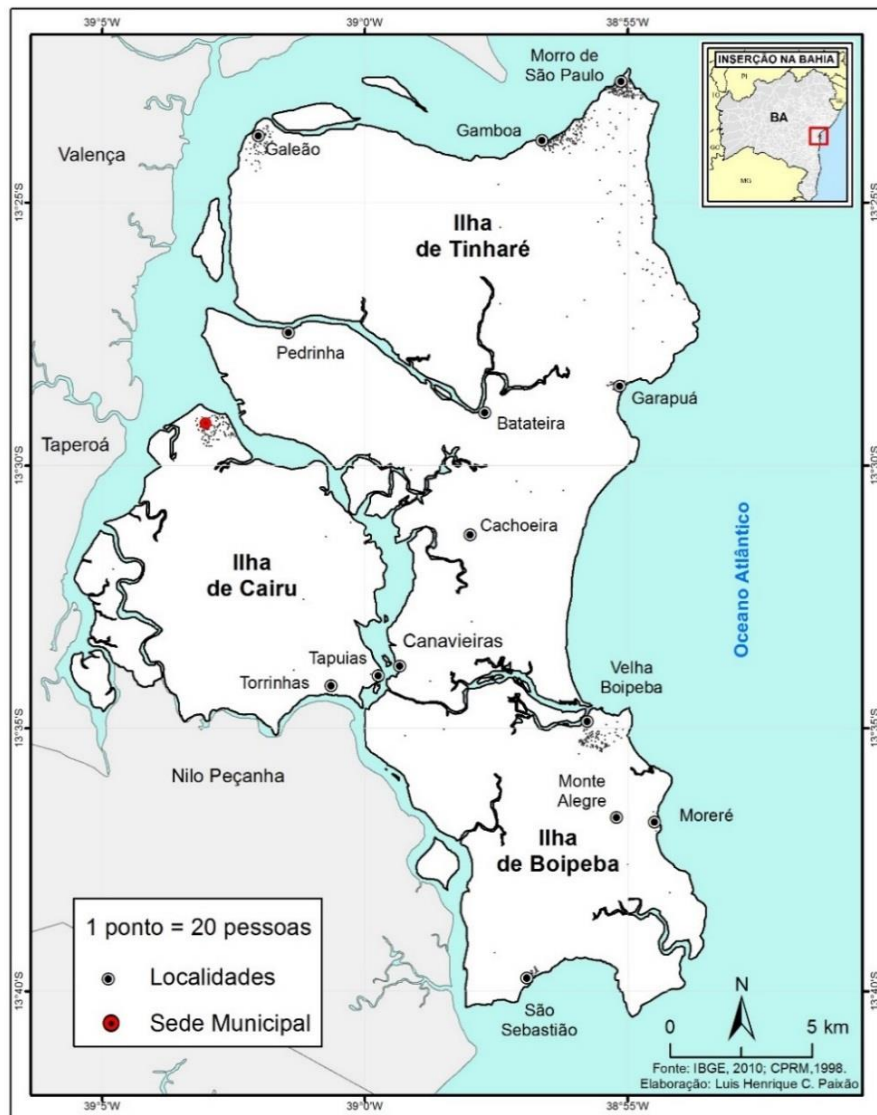


Figura 12: Mapa de concentração populacional do município de Cairu/BA – 2010
Fonte: IBGE, 2010; CPRM, 1998. Elaborado pelo autor.

Quanto à densidade demográfica, as áreas das localidades estão limitadas por estas propriedades fundiárias, sem que haja expansão da ocupação gerando uma alta densidade demográfica. A densidade demográfica de Cairu é de 33,35 hab/km² (IBGE, 2010) com base em cálculos para o município por inteiro, porém ao se ter uma densidade pelos setores censitários¹ (Figura 13), onde tal delimitação vai estar compatível com a área habitada, observa-se que a densidade chega próximo da densidade de Salvador (3.859,44 hab/km²), segundo o IBGE (2010). Na análise da Figura 13 percebe-se que a concentração de pessoas está nas localidades, e principalmente em Morro de São Paulo.

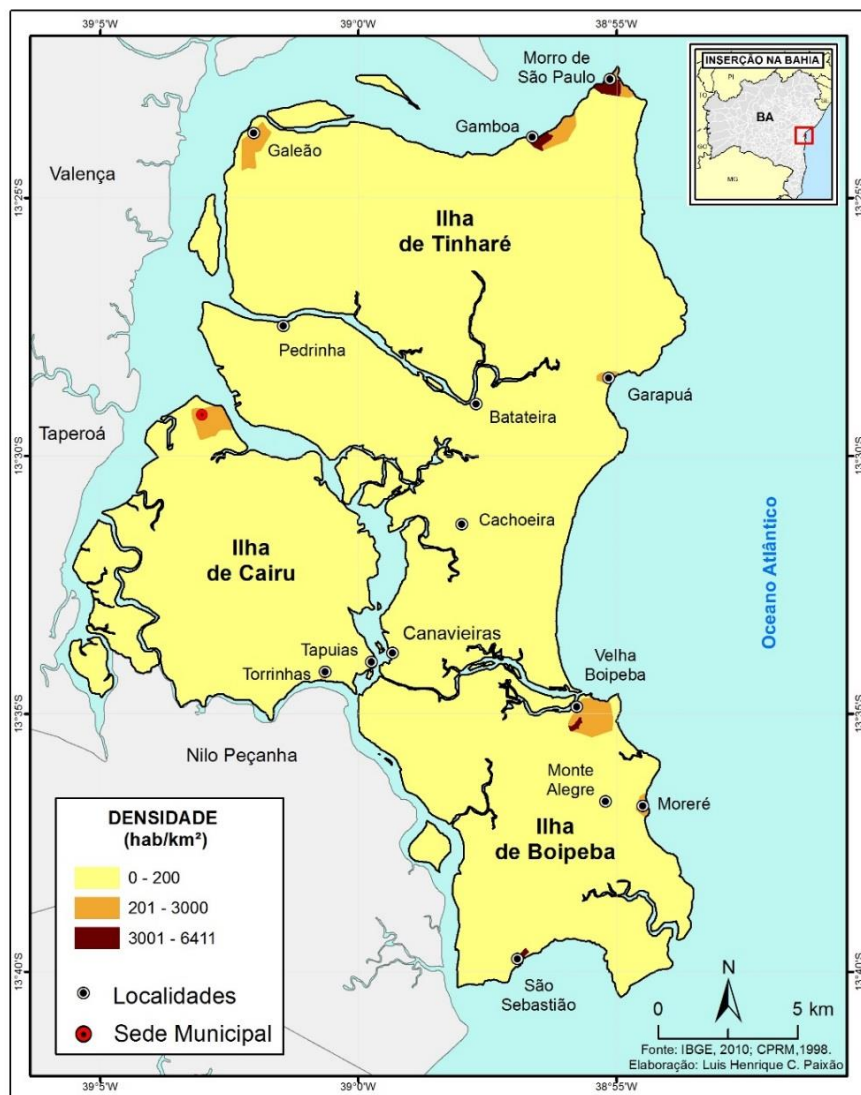


Figura 13: Mapa de densidade demográfica do município de Cairu/BA – 2010
Fonte: IBGE, 2010; CPRM, 1998. Elaborado pelo autor.

¹ “O setor censitário é a unidade territorial de controle cadastral da coleta, constituída por áreas contíguas, respeitando-se os limites da divisão político-administrativa, do quadro urbano e rural legal e de outras estruturas territoriais de interesse, além dos parâmetros de dimensão mais adequados à operação de coleta.” (IBGE, 2011, p.9).

Nesta perspectiva, ao se analisar a presença de estabelecimentos agropecuários, que em sua maioria pertencem a proprietários individuais (Figura 14), observa-se que a concentração fundiária do município ainda está alta, conforme os moldes de seu processo histórico.

Na figura 15, observa-se que o território de Cairu está composto por estabelecimentos agropecuários de grande extensão, com 44% dos estabelecimentos com áreas superiores a 10 hectares, o que para um município como Cairu sem conexão entre localidades se torna bem impactante, visto que a população se restringe a pequenas áreas. Nesse mesmo sentido a concentração de terras nas mãos de poucos, aliada a falta de espaço nas localidades, contribuem para a população explorar o espaço marítimo.

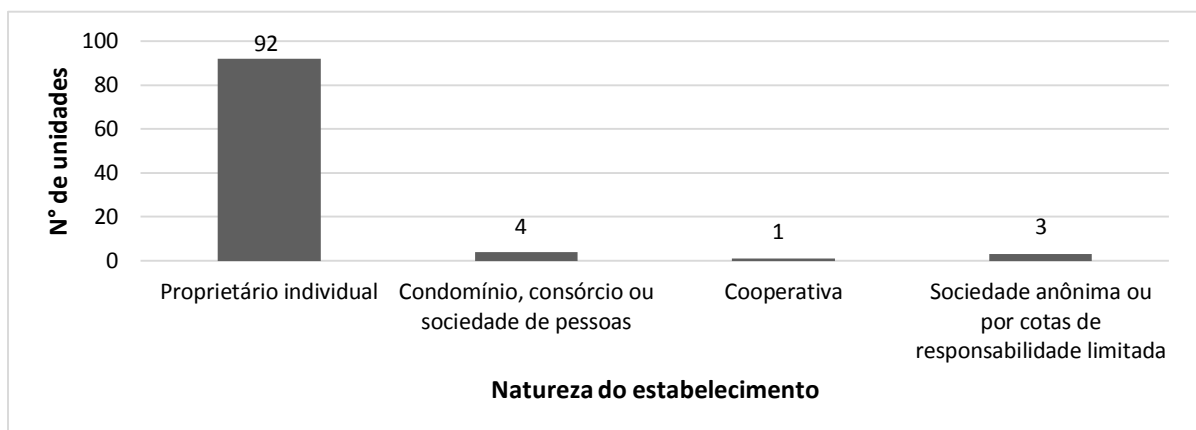


Figura 14: Gráfico de número de estabelecimento agropecuários em Cairu – 2006
Fonte: IBGE, 2014. Elaborado pelo autor.

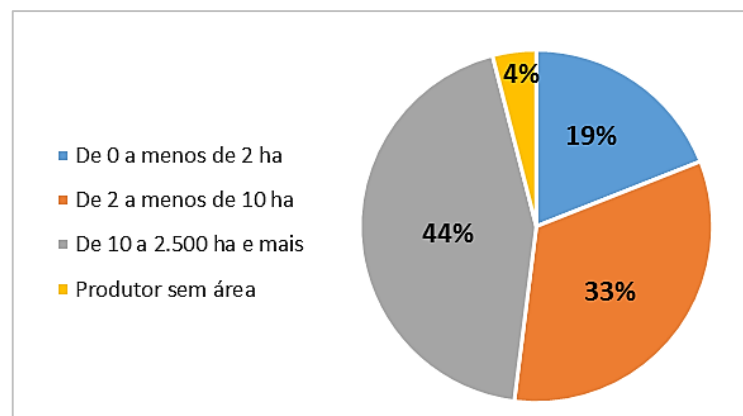


Figura 15: Gráfico de área dos estabelecimentos agropecuário em Cairu – 2006
Fonte: IBGE, 2014. Elaborado pelo autor.

Essa dinâmica de distribuição e concentração fundiária se expressa também no índice de Gini do município em estudo. Na análise do Índice de Gini (Figura 16), observa-se que Cairu sempre esteve em uma concentração alta quanto à distribuição de terra, refletida nos altos índices desde 1920 ao ano de 2006, respectivamente, 0,943 e 0,897, próximos à concentração máxima que é indicada pelo índice 1.

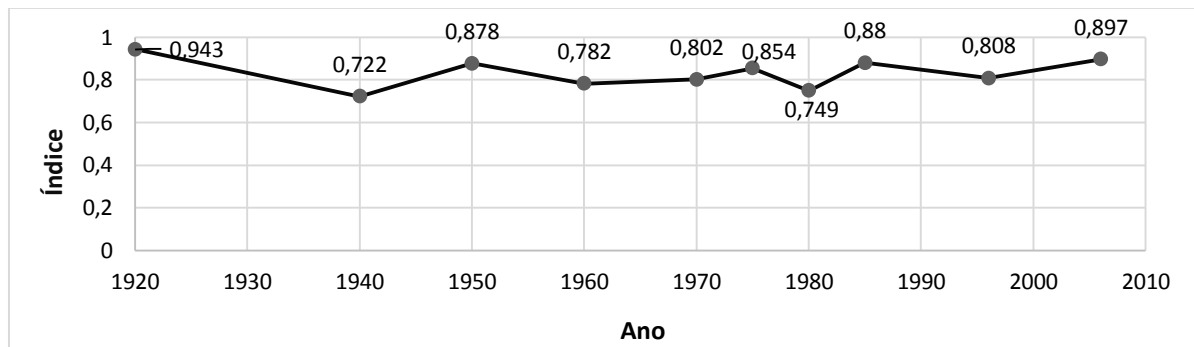


Figura 16: Gráfico do Índice de Gini do Município de Cairu/BA – 1920 - 2006.
Fonte: Projeto GeografAR, 2011. Elaborado pelo autor.

Quanto ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), Cairu tem destaque. O município pulou de 0,259 em 1991, passando por 0,437 em 2000 para alcançar 0,627 em 2010. Comparando com os outros municípios que compõe o Baixo Sul no ano de 2010, ele é o segundo melhor IDH do Território, atrás somente de Gandu, com 0,632 (IBGE, 2014). Segundo o IBGE, Cairu conta com 10 estabelecimentos de saúde municipal, disponibilizando atendimentos de emergência, ambulatorial. Porém tais atendimentos são de natureza simples, deixando para os hospitais localizados principalmente em Valença os atendimentos de grande gravidade.

Cairu possuía uma população de 9.173 alfabetizados no ano de 2010, segundo o DATASUS e 1.648 não alfabetizados (Figura 17). O município hoje conta com a existência de 22 escolas municipais de ensino fundamental, 1 escola de ensino médio (estadual) e 15 pré-escolas municipais. Cairu possui 45 unidades de entidades sem fins lucrativos em 2010, segundo o IBGE. Quanto à educação superior, no ano de 2010 segundo o IBGE, Cairu possuía 263 matriculados em instituições de ensino superior, dos quais 197 estão em unidades particulares. Dos 263 matriculados, 40, 64% têm idades até 24 anos, seguidos de 36,47% com idades de 25 a 29 anos. Vale ressaltar que esse contingente de alunos no ensino superior está matriculado em sua grande maioria em instituições fora de Cairu, como em Valença por exemplo.

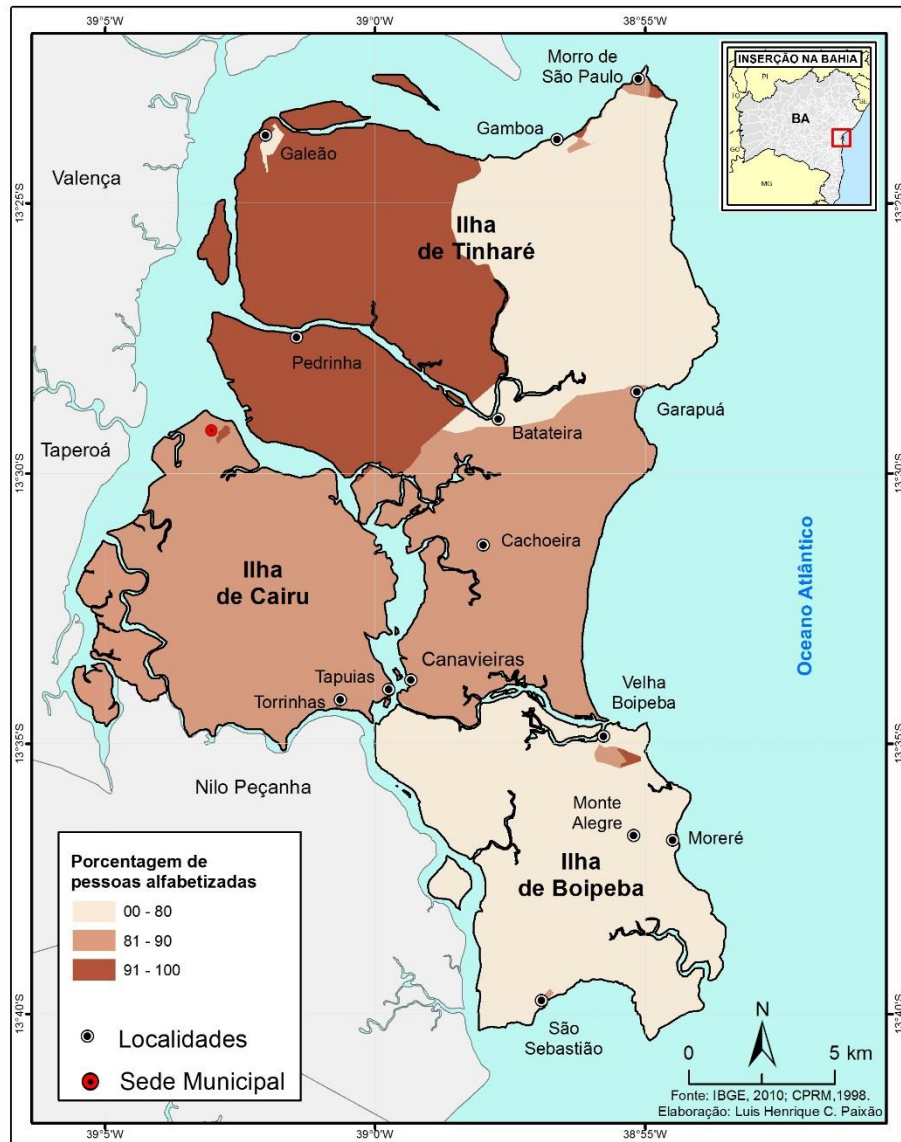


Figura 17: Mapa de alfabetizados por setor censitário no município de Cairu/BA – 2010
Fonte: IBGE, 2010. Elaborado pelo autor.

4.1.2 Dimensão econômica

Não só nos dados sociais Cairu demonstra ser de domínio rural. Ao analisar a escala histórica do PIB municipal desde o ano de 1999 até 2011, observa-se que o que gera renda municipal é a agropecuária e os serviços. Observa-se também que o setor industrial passa a representar 86,5% do PIB a partir de 2007, o que indica quantitativamente “industrialização em Cairu quando o PIB salta de R\$ 49.885 para R\$ 383.103 (Figura 18).

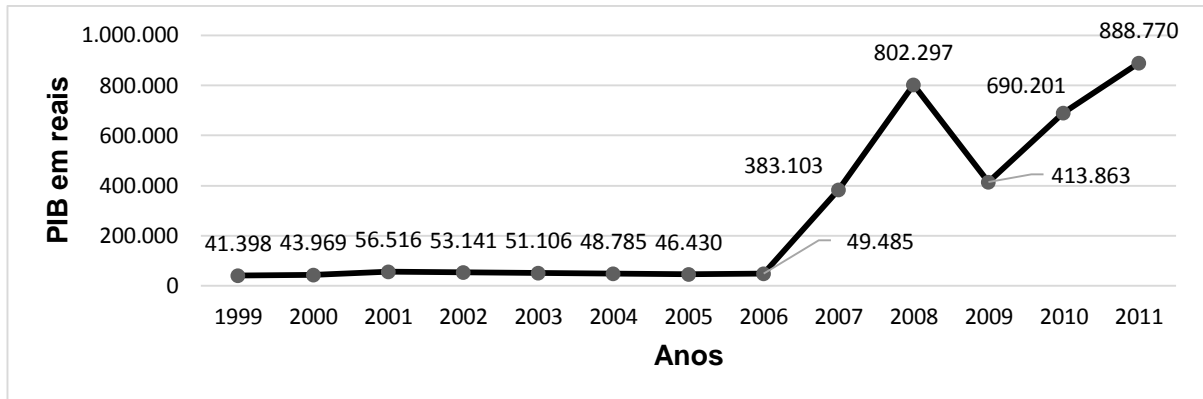


Figura 18: Gráfico da evolução histórica do PIB a preços correntes de Cairu/BA – 1999-2011.
Fonte: IBGE, 2014. Elaborado pelo autor.

Entretanto, numa análise qualitativa optamos por colocar a palavra industrialização entre aspas, pois não representa a presença de indústrias no município. Esse caráter de falsa industrialização se dá pela existência da plataforma de extração de gás da Petrobrás, que iniciou suas atividades no ano de 2007 e consequentemente contribuiu para o PIB municipal através dos royalties. Ao observar a figura 19 pode ser identificado que apenas o setor da indústria dá um salto expressivo, devido a Petrobrás, revelando assim que a agropecuária ainda se mantém viva.

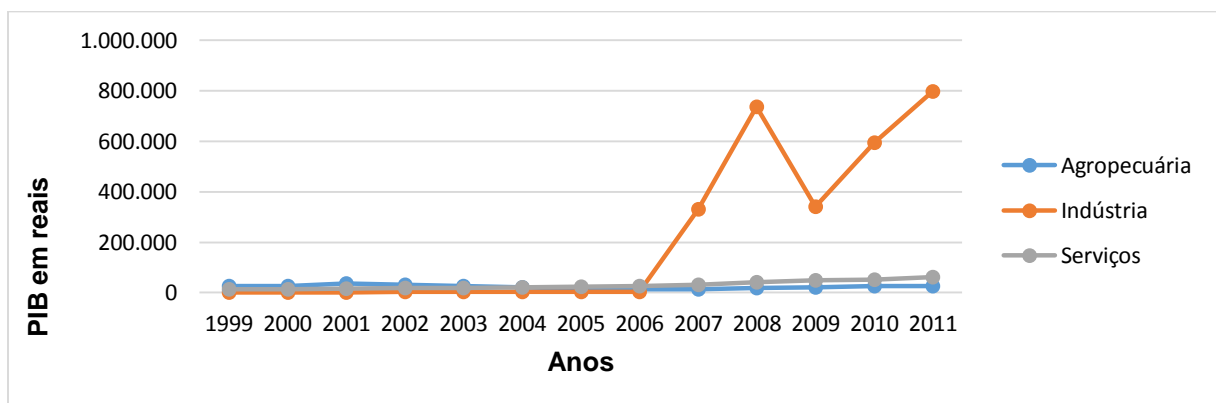


Figura 19: Gráfico da evolução histórica do PIB por setor econômico, do Cairu.
Fonte: IBGE, 2014. Elaborado pelo autor.

Cairu compõe o Território de Identidade Baixo Sul juntamente com outros municípios de Valença, Nilo Peçanha, Gandu, Camamu, Ituberá, Presidente Tancredo Neves, Wenceslau Guimarães e Jaguaripe. Em comparação com os municípios que compõem o Baixo Sul (Tabela 4) observa-se também esta mudança significativa no PIB de Cairu, tendo o Campo Manati como causador. Com a exploração de petróleo, o município sai da 7ª posição entre os doze do território no ano de 2006, para ocupar

a 1º posição a partir do ano de 2010. Já no ranking estadual, Cairu saiu da 203º para 31º posição (SEI, 2007).

TABELA 4: PIB A PREÇOS CORRENTES DOS MUNICÍPIOS DO BAIXO SUL DA BAHIA / 2006-2011

MUNICÍPIO	ANO					
	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Cairu	49.485	383.103	802.297	413.863	690.201	888.770
Valença	356.177	406.320	475.878	564.361	632.982	691.376
Nilo Peçanha	40.355	44.502	51.433	60.556	83.244	82.569
Gandu	107.091	120.216	134.072	175.292	189.709	188.311
Camamu	92.817	106.366	130.873	150.525	182.614	206.721
Ituberá	102.012	111.190	119.878	134.416	171.168	206.403
Presidente Tancredo Neves	60.189	74.940	91.983	98.099	114.768	118.541
Wenceslau Guimarães	117.980	135.030	125.267	142.929	152.135	147.538
Jaguaripe	43.695	52.820	56.249	60.946	72.805	81.727
Taperoá	48.013	56.096	65.729	81.529	93.134	106.326
Igrapiúna	90.659	95.342	106.430	141.424	173.428	185.961
Teolândia	34.739	457.11	42.108	48.917	61.243	63.111
Aratuípe	22.608	25.687	27.991	32.147	37.256	38.467
Piraí do Norte	21.892	23.148	26.305	37.681	43.216	47.324

Fonte: IBGE, 2014. Elaborado pelo autor.

Além do PIB refletir a dinâmica de atividades econômicas, o mesmo revela também a presença de serviços e agropecuária como base da econômica de Cairu. Na análise vinculada à presença da renda nas áreas de Cairu observa-se que a concentração de maior renda está localizada nas áreas de maior fluxo turístico, como o Morro de São Paulo e a Velha Boipeba (Figura 20).

Quanto aos rendimentos mensais por domicílios particulares permanentes, segundo o IBGE, a zona rural tem o valor mediano mensal per capita de R\$ 295,00, contra R\$ 249,40 na zona urbana. No tocante ao rendimento nominal médio mensal, os domicílios situados na zona rural possuem um rendimento de R\$ 1.258,98 e os da zona urbana R\$ 937,44. Demonstra-se que as áreas rurais ainda possuem uma maior rentabilidade aos habitantes, principalmente por serem turísticas.

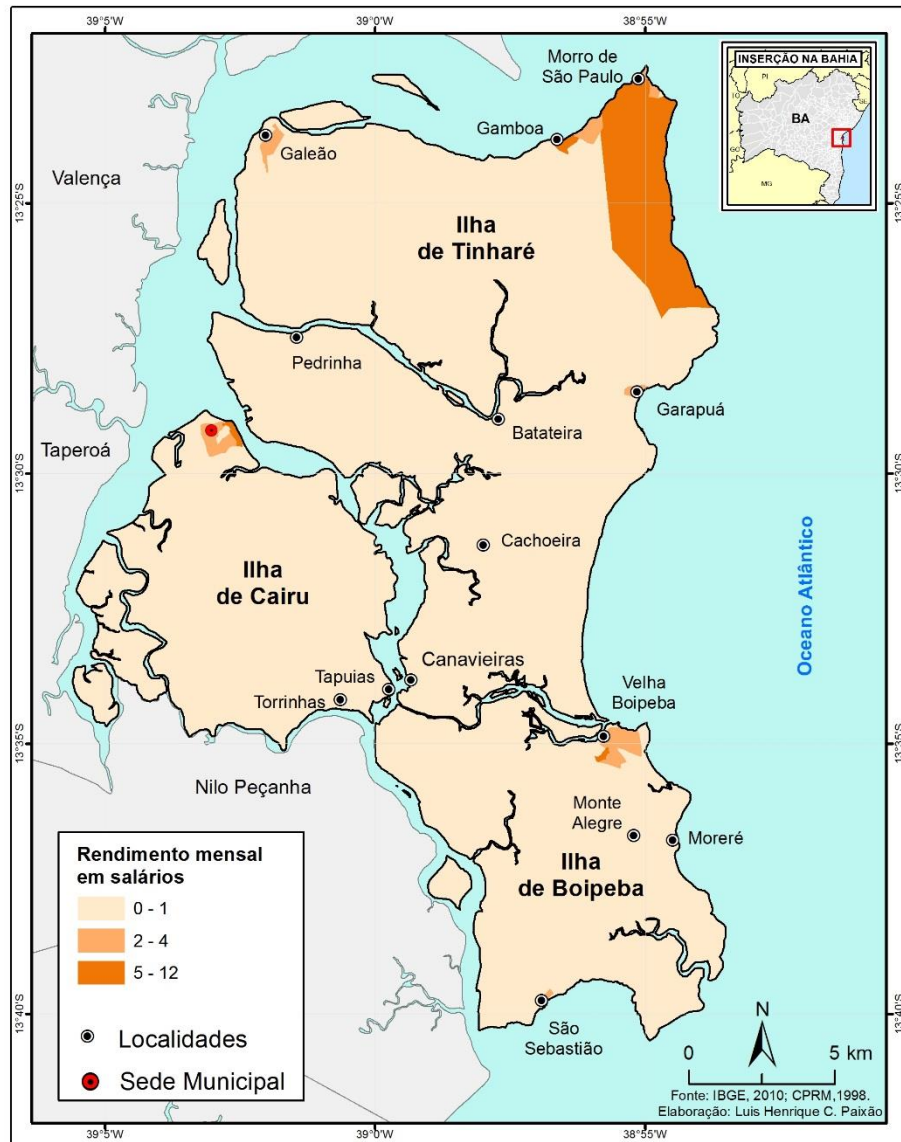


Figura 20: Mapa de distribuição de renda no município de Cairu/BA – 2010.
Fonte: IBGE, 2010; CONDER, 1998. Elaborado pelo autor.

Em sua configuração espacial, na atualidade, se mantém quase igual à existente nos anos de 1950 com serviços destinados à administração do Município, alguns bancos, os Correios e a delegacia. Como é fácil a ida para Valença, a população se desloca para este município vizinho que se tornou polo de serviços. Ali se resolvem todas as demandas, como fazer compras, comercializar seus produtos, realizar operações financeiras, atendimentos médicos e outros.

Assim, os postos de trabalho são vinculados aos serviços, sejam eles públicos ou privados, e acima de tudo nas atividades agropecuárias ou de extrativismo animal ou vegetal e no turismo, através das vagas ligadas a alojamento e alimentação. Ao analisar a tabela 5, referente ao número de pessoas ocupadas no mercado de

trabalho, observa-se que as vagas de trabalho se concentram nos serviços. Verifica-se também a forte presença de trabalhadores ligados à agropecuária e ao extrativismo.

TABELA 5: PESSOAS, OCUPADAS NA SEMANA DE REFERÊNCIA QUE EXERCIAM O TRABALHO PRINCIPAL NO MUNICÍPIO DE CAIRU/BA - 2011

GRUPOS DE ATIVIDADES ECONÔMICAS	PESSOAS OCUPADAS	
	ABSOLUTO	RELATIVO
Administração pública, defesa e seguridade social	330	5,05
Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	30	0,46
Artes, cultura, esporte e recreação	45	0,69
Alojamento e alimentação	1.346	20,58
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	1.413	21,60
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	8	0,12
Atividades administrativas e serviços complementares	335	5,12
Atividades imobiliárias	5	0,08
Atividades mal especificadas	742	11,34
Atividades profissionais, científicas e técnicas	11	0,17
Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas	626	9,57
Construção	517	7,90
Educação	271	4,14
Eletricidade e gás	6	0,09
Indústrias de transformação	148	2,26
Informação e comunicação	21	0,32
Outras atividades de serviços	119	1,82
Saúde humana e serviços sociais	92	1,41
Serviços domésticos	333	5,09
Transporte, armazenagem e correio	143	2,19

Fonte: IBGE, 2014. Elaborado pelo autor.

Cairu tinha em 2010 7.180 pessoas economicamente ativas, já as inativas totalizavam um contingente de 5.360. Porém se observarmos o mercado de trabalho formal (com carteira assinada), esse número se reduz e fica concentrado nos setores de serviço e administração pública. No total da população economicamente ativa de 6.451 apenas 2.032, no ano de 2011, ocupava o mercado de trabalho formal (Tabela 6). Esses dados revelam uma dinâmica econômica com relações de trabalho que podem ser não capitalistas ou mecanizadas, questão importante, mas que foge ao objetivo desta dissertação.

TABELA 6: NÚMERO DE PESSOAS OCUPANDO MERCADO DE TRABALHO FORMAL EM CAIRU/BA – 2006-2011

SETOR DE ATIVIDADE ECONÔMICA	ANOS					
	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Industria de transformação	2	3	-	6	8	10
Serviços industriais de utilidade pública	-	-	-	8	-	138
Construção civil	2	-	6	3	63	7
Comércio	116	127	150	189	203	216
Serviços	541	578	619	771	885	922
Administração pública	392	422	656	426	485	647
Agropecuária, extrativa vegetal, caça e pesca	62	53	76	80	89	92

Fonte: SEI, 2014, 2011. Adaptado pelo autor.

Enquanto produtor agrícola, Cairu não possui uma grande diversidade de produções; produz apenas banana, coco-da-baía, dendê, abacaxi, cana – de – açúcar, mandioca e milho. Ao se comparar os dados de produção de Cairu com o segundo maior PIB em 2011 do Baixo Sul (Valença), pode ser percebido essa diferença na produção entre os dois municípios. Observa-se que a quantidade produzida de dendê, coco-da-baía e abacaxi ganham destaque no município, em quantidade quase igual à de Valença, ressaltando que Valença possui quase o triplo da extensão territorial (1.192,614 km², segundo IBGE) de Cairu.

TABELA 7: QUANTIDADE PRODUZIDA LAVOURAS – CAIRU E VALENÇA/BA 2012

PRODUTO	CAIRU	VALENÇA
Banana em cacho (t)	1.020	9.010
Coco-da-baía (mil frutos)	21.000	21.600
Dendê (t)	32.167	39.900
Abacaxi (mil frutos)	1.020	2.890
Cana – de - açúcar (t)	700	6.460
Mandioca (t)	480	42.000
Milho (t)	12	255

Fonte: IBGE, 2014. Elaborado pelo autor.

Na extração vegetal (Tabela 8) Cairu se destaca para a extração de piaçava, da qual o município em 2012 produziu 11.500 toneladas, ao passo que Valença só 1.250.

TABELA 8: EXTRAÇÃO VEGETAL E SILVICULTURA – CAIRU E VALENÇA/BA - 2012

PRODUTO	CAIRU	VALENÇA
Piaçava (t)	11.500	1.250
Madeira em Lenha (m ³)	370	76.000
Madeira em tora (m ³)	600	11.500
Castanha de caju (t)	19	38

Fonte: IBGE, 2014. Elaborado pelo autor.

A produção pecuária não é diferente da agricultura, Cairu não possui destaques em sua produção e segue com pequeno rebanho de asininos, bovinos, equinos, galinhas, muares e suínos.

TABELA 9: PECUÁRIA – CAIRU E VALENÇA/BA 2012

PRODUTO	CAIRU	VALENÇA
Asininos (cabeças)	190	1.600
Bovinos (cabeças)	190	9.800
Equinos (cabeças)	140	1.900
Galinhas (cabeças)	8.500	70.000
Muares (cabeças)	750	2.500
Suínos (cabeças)	1.250	13.200

Fonte: IBGE, 2014. Elaborado pelo autor.

Quanto à produção pesqueira não foram encontrados dados atualizados em escala municipal, revelando a invisibilidade da pesca enquanto produção municipal, mas tão presente no município. Em escala de município só foram encontrados os dados do Centro de Pesquisa e Gestão de Recursos Pesqueiros do Litoral Nordeste (CEPENE), dentro do monitoramento da produção pesqueira desembarcadas no Nordeste até o ano de 2006. Após 2006, os dados foram incorporados pelo IBAMA e disponibilizados em escala macro, tendo o Nordeste e os estados como referência. Porém, ao se analisar de forma indicativa, Cairu em relação aos municípios litorâneos do Baixo Sul possuía destaque, perdendo em produção apenas para Camamu e oscilando com Valença.

TABELA 10: PRODUÇÃO EM TONELADAS DE PESCADO MARÍTIMO E ESTUARINO NOS MUNICÍPIOS COSTEIROS DO BAIXO SUL – 2003-2006

MUNICÍPIOS	ANOS		
	2003	2005	2006
Cairu	1.278,3	2.427,9	1.224,8
Valença	1.706,0	1.801,9	1.569,1
Camamu	9.417,6	4.515,4	4.467,4
Jaguaripe	759,6	867,2	903,6
Taperoá	1.077,5	728,3	976,1
Nilo Peçanha	732,2	1.830,1	982,5
Ituberá	485,6	588,5	563,6
Igrapiúna	709,4	1.669,0	1.188,8
Aratuípe	460,3	354,2	397,5

Fonte: CEPENE, 2003;2005;2006. Elaborado pelo autor.

Observa-se também a produção pesqueira artesanal presente em Cairu, embora muitos dos pescadores não possuam registro de pescador junto ao Ministério da Pesca, fato que assegura aos indivíduos alguns acessos a políticas de incentivo à pesca. Ao analisar os dados para o número de registros gerais da atividade pesqueira (RGP) disponibilizados pelo Ministério da Pesca (MPA, 2014), observa-se que Cairu se destaca no panorama baiano, ocupando a 14ª posição no ranking baiano, superado por municípios como Salvador (38.801 RGP, no 1º lugar), Salinas das Margaridas (5.177 RGP, no 3º lugar) e Itaparica (2.578 RGP, no 13º lugar). No âmbito do Território de Identidade em que Cairu se insere, o mesmo ocupa o 1º lugar, seguido de Camamu, Valença, Nilo Peçanha, Ituberá, Presidente Tancredo Neves, Wenceslau Guimarães (Tabela 11), respectivamente.

TABELA 11: NÚMERO DE REGISTROS GERAIS DA ATIVIDADE PESQUEIRA POR MUNICÍPIOS DO BAIXO SUL - 2014¹

MUNICÍPIO	Nº DE REGISTROS	POSIÇÃO NO RANKING ESTADUAL
Cairu	2.196	14º
Camamu	1.945	15º
Valença	1.237	23º

¹ Os municípios de Gandu, Jaguaripe, Taperoá, Teolândia, Aratuípe e Pirai do Norte não possuem nenhum Registro Geral.

Nilo Peçanha	414	43°
Ituberá	287	50°
Presidente Tancredo Neves	3	141°
Wenceslau Guimarães	2	169°

Fonte: MPA, 2014. Elaborado pelo autor.

Dos 2.196 registros identifica-se que 52,9% referem-se a indivíduos do sexo feminino, deixando de lado a visão de que a pesca é ocupada apenas por homens. Já na estratificação de idades, observa-se que se concentra o número de indivíduos com idade entre 22 e 40 anos, seguido dos que possuem entre 41 e 64 anos. Apenas 48 jovens, com faixa etária de 0 a 22 anos, têm RGP ativos, ou seja, 2,2% do total (Figura 21).

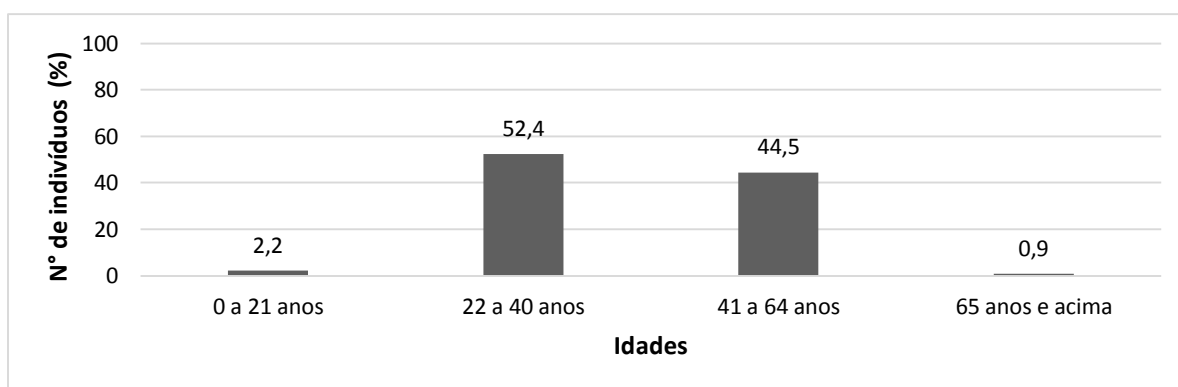


Figura 21: Gráfico de faixa etária de indivíduos com RGP no ano de 2014 em Cairu/BA.

Fonte: MPA, 2014. Elaborado pelo autor.

Estes indivíduos desenvolvem suas práticas pesqueiras em 4 ambientes diferentes presentes em Cairu: mar, zona de estuário, açude e rio. Observa-se que as práticas pesqueiras se concentram no mar e na zona de estuário de Cairu, já que dos 2.196 indivíduos com RGP, 55,8% responderam desenvolver suas práticas no mar e 44,2% no estuário (Figura 22). Já as práticas desenvolvidas em açudes não ganham destaque (0,36 %) pelo fato de Cairu não possuir um grande número deste ambiente. Vale ressaltar que alguns indivíduos desenvolvem suas práticas em dois ambientes, não se restringindo apenas a um.

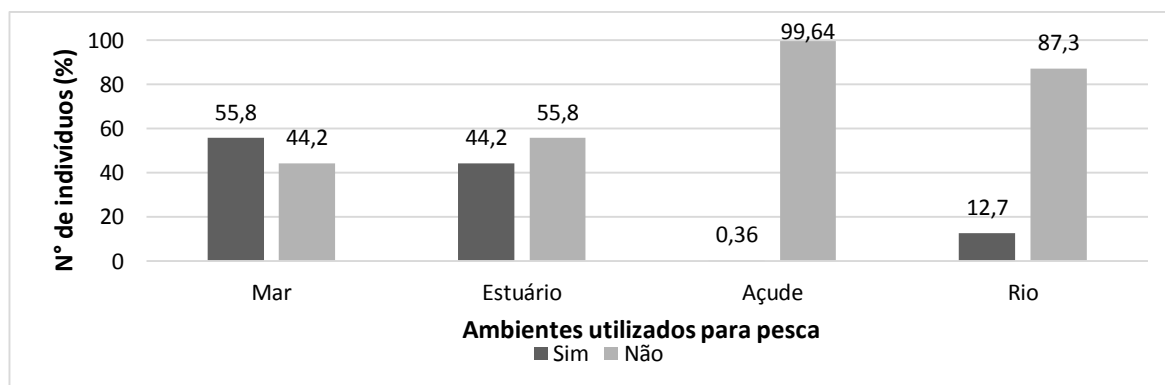


Figura 22: Gráfico de relação de indivíduos com RGP e os ambientes utilizados para pesca em Cairu/BA.

Fonte: MPA, 2014. Elaborado pelo autor.

Quanto aos tipos de captura, destacam-se os peixes, mariscos, algas e crustáceos. Os peixes apenas são capturados por 44,1% dos 2.196 com RGP, os mariscos por sua vez ganham destaque, representados por 68,7 dos pescadores com RGP e os crustáceos são pescados por 34,6% dos pescadores registrados.

Vale ressaltar a especificação da predominância do gênero que desenvolve cada tipo de pesca, de modo a compreender o domínio por tipo de pesca. Constatou-se que a captura de peixes é dominada por indivíduos do sexo masculino, com 67%, enquanto a captura de mariscos tem o domínio do sexo feminino, com 63%. Já os crustáceos mantêm quase um equilíbrio, com 48% de mulheres. Os capturadores de algas (10 indivíduos) são de predomínio do sexo masculino (8 indivíduos). Compreende-se então que a pesca em Cairu é equilibrada, não há um domínio do sexo masculino como provedor da atividade.

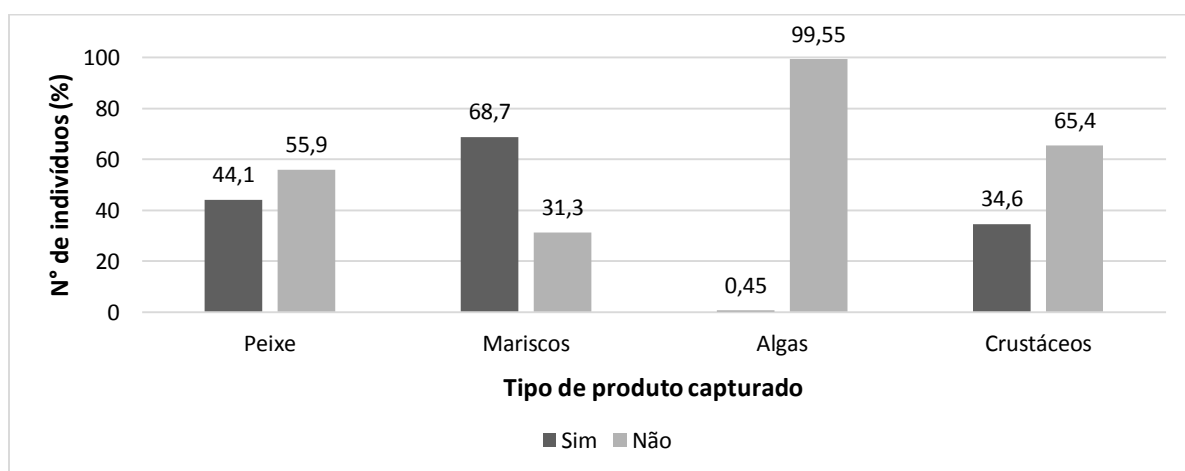


Figura 23: Gráfico de tipos de captura realizadas com RGP em Cairu/BA.

Fonte: MPA, 2014. Elaborado pelo autor.

4.1.3 Dinâmica ambiental

A dinâmica ambiental é outro aspecto constituinte da configuração espacial de Cairu, a qual dá para o município uma dinâmica específica e influenciadora dos interesses em ação, para apropriação privada da natureza com finalidade de produção “capitalista”; isto é: uma dinâmica ambiental. Sua dinâmica ambiental é marcada pela diversidade e riqueza de seus corpos hídricos, fauna e flora, espalhados por todas as ilhas que compõem o arquipélago. Sua zona de estuário, extensa, cria um verdadeiro labirinto natural entre as ilhas, formado por rios. Já a parte litorânea oceânica é banhada pelo oceano Atlântico, e recebe influência de correntes de água quentes durante o ano, o que facilita a diversidade marinha. Essa diversidade hídrica proporciona paisagens diferenciadas em cada parte de Cairu, o que faz com que se crie situações diferentes para o turismo.



Figura 24: (A) Vista parcial do litoral estuarino na ilha de Cairu (sede municipal); (B) Foz do rio do Catu na ponta dos Castelhanos na ilha de Boipeba; (C) Vista parcial da zona de estuário.
Fonte: Pesquisa de campo, 2013; 2014.

Além disso, o litoral é cortado pela presença de grandes extensões de recifes de corais, frequentemente vistos devido às águas cristalinas em boa parte costeira de Cairu. Essa diversidade hídrica também pode ser identificada nos aquíferos presentes nas ilhas, em sua maioria de boa qualidade, o que faz com que possam ser encontradas lagoas, áreas alagadas e fontes de água nas localidades e áreas circundantes. Além do rio encontrado na zona estuarina, podem ser encontrados rios internos, em sua maioria efêmeros, desaguando nos manguezais ou nas praias.

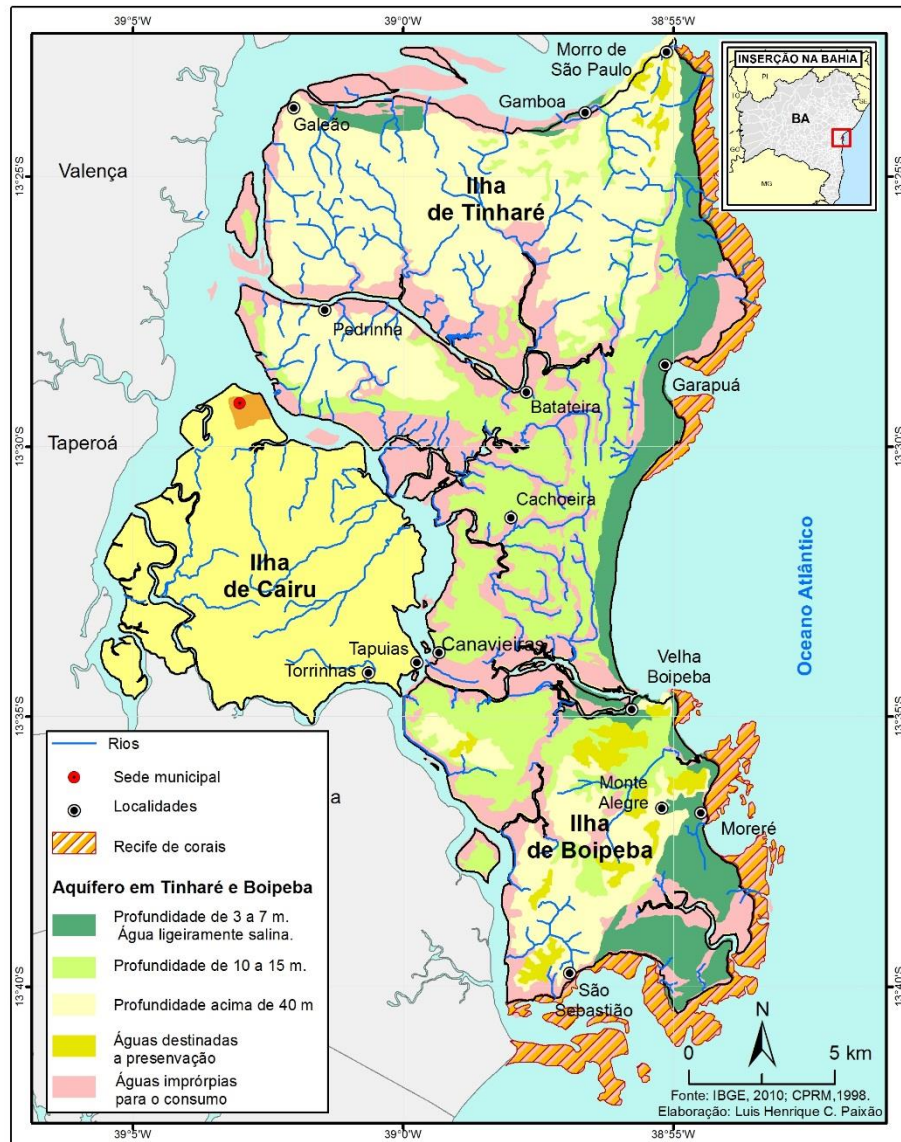


Figura 25: Mapa de hidrografia do município de Cairu/BA
 Fonte: IBGE, 2010; CONDER, 1998, MMA, 2007. Elaborado pelo autor.

Cairu possui domínio vegetativo de Mata atlântica, restinga, manguezal e floresta secundária (Figura 26). Em meio a esta vegetação característica do arquipélago, ainda existem áreas destinadas à agropecuária, embora incipiente, se comparada com a grande extensão das ilhas, e como já demonstrado, com estrutura fundiária muito concentrada. Vale ressaltar que a produção da maioria destas propriedades, especialmente nas ilhas de Tinharé e Boipeba, destina-se a extração de coco-baía, piaçava e dendê, sendo a maioria destas áreas tenham baixo potencial de agricultura, tendo baixa fertilidade do solo (Figura 27) como um dos motivos.

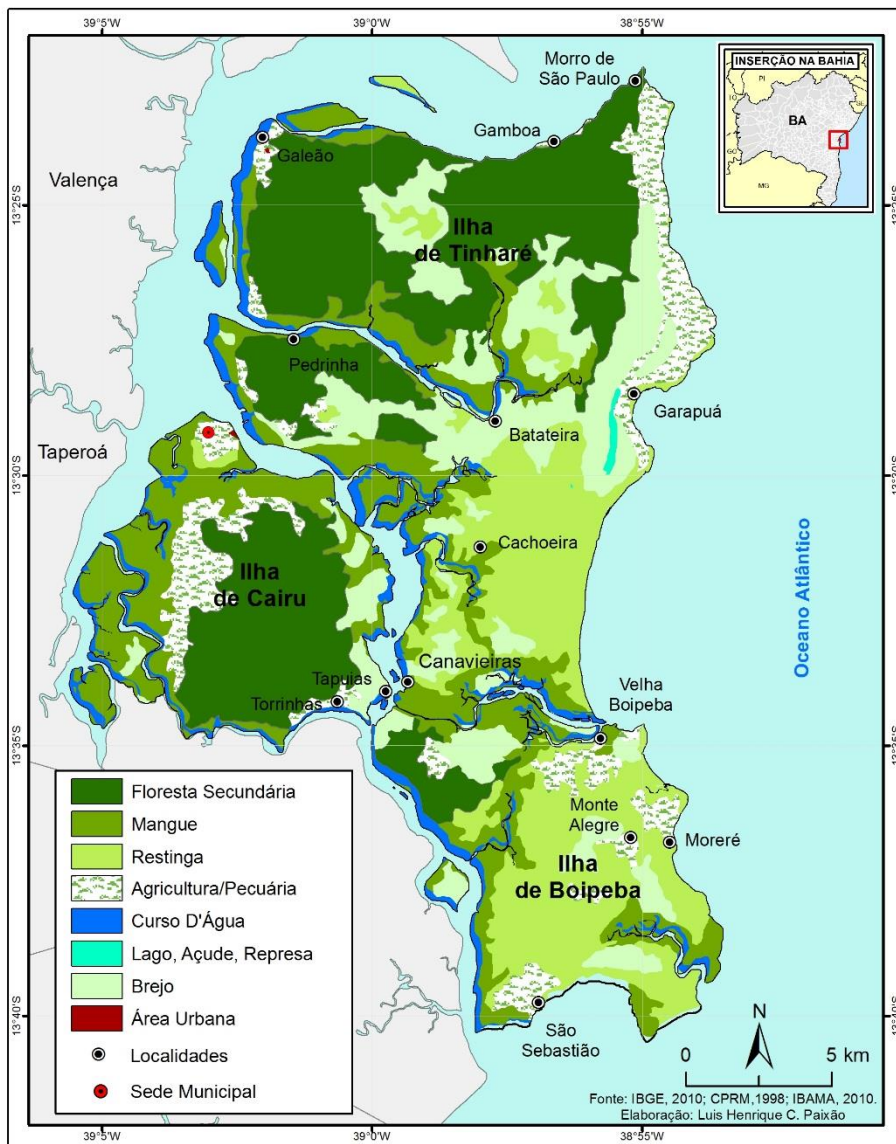


Figura 26: Mapa de vegetação do município de Cairu/BA
 Fonte: IBGE, 2010; IBAMA, 2010, CPRM, 1998. Elaborado pelo autor.

Compondo o domínio de vegetação específica, tem-se a presença de diversas árvores frutíferas, como cajueiro, cajazeira e principalmente a mangabeira (inserida na época da colonização como medida compensatória da exploração madeireira), que tornam-se fontes de renda da população através de sua exploração com restritos impactos ambientais.

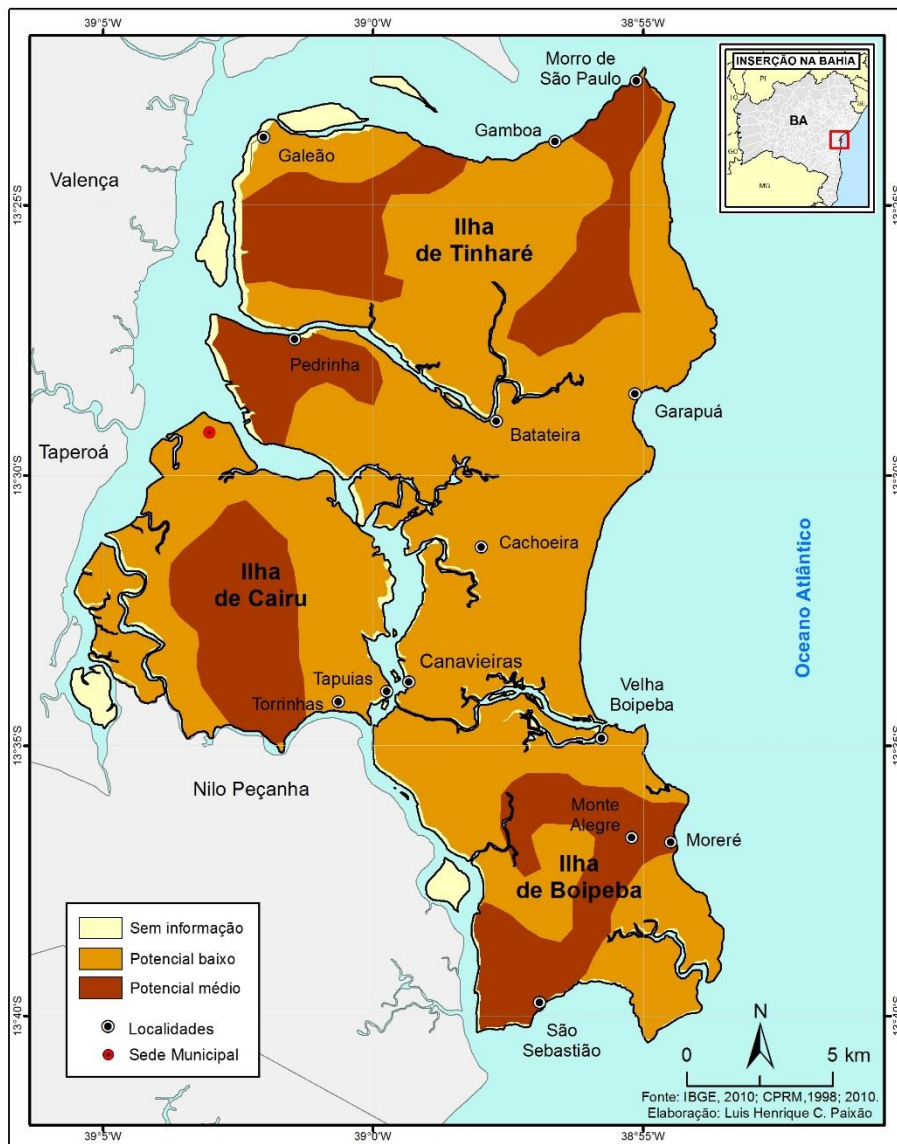


Figura 27: Mapa de fertilidade do solo do município de Cairu/BA.
 Fonte: IBGE, 2010; IBAMA, 2010, CPRM, 1998. Elaborado pelo autor.

Esse amplo patrimônio natural que compõe o meio ambiente de Cairu fez com que o município passasse a incorporar em seu território duas Áreas de Preservação Ambiental (APA): APA das Ilhas de Tinharé e Boipeba e a APA Caminhos Ecológicos da Boa Esperança, o que revela grande relevância que esse aspecto tem para o município.

Estas duas unidades de conservação¹ (UC) são de uso sustentável, ou seja, visam a “[...] exploração do ambiente de maneira a garantir a perenidade dos recursos

¹ “[...] espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção;” (BRASIL, 2000)

ambientais renováveis e dos processos ecológicos, mantendo a biodiversidade e os demais atributos ecológicos, de forma socialmente justa e economicamente viável” (BRASIL, 2000). A APA das Ilhas de Tinharé e Boipeba foi criada no ano de 1992 através do decreto de nº 1240 em 05 de junho de 1992 e é gerida pelo Estado da Bahia (BAHIA, 1992). Já a APA Caminhos Ecológicos da Boa Esperança foi criada no ano de 2003 através do decreto de lei nº 8.552 de 05 de junho de 2003, com gestão do Estado da Bahia (BAHIA, 2003).

Vale ressaltar, que ao contrário da APA das Ilhas que engloba as duas maiores ilhas do município, a APA Caminhos Ecológicos abrange além da ilha de Cairu (onde localiza-se a sede municipal), áreas dos municípios de Nilo Peçanha, Teolândia, Wenceslau Guimarães, Taperoá, Ubaíra, Valença e Jiquiriçá (BAHIA, 2003).

Em relação ao clima, em Cairu predomina o úmido, com uma temperatura média anual de 24,6°C e períodos chuvosos de janeiro a novembro, chegando a uma média de pluviosidade ao ano de 2.118,7 mm (SEI, 2014).

4.1.4 Dinâmica cultural

Geertz (2008) em sua obra toma como pressuposto que “[...] o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu [...]” (GEERTZ, 2008, p.4). O autor afirma que as teias são a cultura e ao mesmo tempo possui dados interpretativos, assim apontando uma interpretação de tais significados (GEERTZ, 2008, p.4). Compreende-se então que o homem está ligado à sua cultura, a qual é fruto de sua própria criação e é capaz de gerar um dinamismo específico ao espaço. Assim, a dinâmica cultural passa a compor também a tessitura socioespacial de Cairu, através dos significados com que a população interage com o espaço.

A cultura aqui identificada estará nos modos de vida que a população de Cairu possui, marcada pelas expressões das identidades construídas ao longo do tempo como o que denominamos ruralidade. Observa-se que o direcionamento das ações do homem e dos projetos políticos ao longo do tempo em Cairu pôde construir ou colaborar com a produção da cultura local, através das formas com que a população passou a interagir com a natureza.

A diversidade cultural cairuense é grande, marcada por populações pesqueiras, quilombolas, urbanas, indígenas e agrícolas tendo toda interação com o mar e os demais elementos da natureza.

Aspectos como festividades demonstram a identidade da população, com um calendário anual de comemorações, sobretudo de dias santos, marcando a presença da igreja católica como formadora da cultura local (Quadro 5).

MÊS	FESTIVIDADE
Janeiro	<ul style="list-style-type: none"> • 05 - Festa de Monte Alegre (Localidade de Monte Alegre) • 16 - Reinado de São Benedito (Sede municipal) • 20 - Festa de São Sebastião (Localidade de São Sebastião) • Último domingo - Festa de São Francisco (Localidade de Garapuá)
Fevereiro	<ul style="list-style-type: none"> • 02 - Iemanjá (Localidade de Morro de São Paulo) • 23 - Nossa Senhora da Penha (Localidade de Gamboa)
Abril	<ul style="list-style-type: none"> • São Benedito (Localidade de Galeão)
Mai	<ul style="list-style-type: none"> • Segundo domingo - Festa de do Divino Espírito Santo (Localidade de Velha Boipeba)
Junho	<ul style="list-style-type: none"> • 13 - Festa de Santo Antônio (Sede municipal) • 29 Procissão Marítima de São Pedro (Localidade de Gamboa)
Agosto	<ul style="list-style-type: none"> • Festa da Prata (Sede municipal)
Setembro	<ul style="list-style-type: none"> • 08 - Nossa Senhora da Luz (Localidade de Morro de São Paulo)
Outubro	<ul style="list-style-type: none"> • Segundo domingo - Festa da Nossa Senhora do Rosário (Sede municipal)
Dezembro	<ul style="list-style-type: none"> • 03 - São Francisco Xavier (Localidade de Galeão) • 08 - Nossa Senhora da Conceição (Sede municipal) • 26 - Reinado de São Benedito (Localidade de Garapuá)

Quadro 5: Principais festividades e manifestações em Cairu/BA

Fonte: Portal da Prefeitura de Cairu, 2014. Elaborado e adaptado pelo autor.

Além das festividades ligadas ao calendário oficial, existem manifestações ligadas às datas comemorativas anuais como carnaval, independência da Bahia e outras, bem como projetos escolares ou nos centros comunitários através de projetos externos e internos. Também são encontradas incorporadas na cotidianidade as rezas

e passeatas, que embora também não estejam presentes no calendário oficial da prefeitura são presentes nas comunidades, que marcam outros festejos nacionais e estaduais e também os específicos das comunidades.

Observa-se que, assim como o RGP não expressa totalmente a realidade dos pescadores, o calendário institucional da prefeitura municipal não dá conta da dinâmica cultural própria das populações locais expressa em festividades.

A cultura também se expressa através do simples sentar na varanda das casas, nos bancos nas praças das localidades para contemplar o mar, conversar, ajudar o vizinho a catar algum crustáceo pescado (caranguejo, siri, etc.). Incorpora-se também a divisão do pescado com vizinhos, ou até frutos de suas árvores dos quintais, além das saídas em grupos de moradores para coletar frutos nas áreas de matas ao redor das localidades. Essas relações, de cunho rural, são consideradas como sociabilidade entre os moradores (ALENCAR, 2011).

As relações com a natureza, para o desenvolvimento de atividades econômicas ou de lazer, que compõe a tessitura cultural da população de Cairu, ao utilizar as praias, as matas, lagoas, e fontes de água são o que atraem também os turistas. Agrega-se então, outra característica do povo de Cairu, que é a hospitalidade, identificada pela recepção dos moradores aos visitantes nas localidades.

Mas atualmente, com o advento das novas tecnologias como a chegada de internet e sinal de celulares, bem como o aumento de fluxo turístico e sua expansão por Cairu, observa-se a entrada de novas culturas, novas interações que são incorporadas na cotidianidade das localidades, abrangendo principalmente os jovens. Vale ressaltar que embora estas novas incorporações culturais conectem a população a novas culturas, ainda é mantida as expressões da cultura local através das festividades. Porém, traços da cultura ligadas as festividades religiosas e folclore vêm perdendo espaço no município, visto que as mesmas são realizadas principalmente pelos mais velhos sem muita colaboração e inserção dos mais jovens.

Assim, além das festividades religiosas, marca cultural e histórica de cada localidade e vetor de atração turística para dinamizar a economia local, existem outras festividades. Tais festividades são as não religiosas, que passaram a incorporar o calendário festivo das localidades e se manifestam através de shows com bandas

conhecidas nacionalmente e outras festas privadas voltadas principalmente para turistas de todo o Brasil.

Enquanto religião, podem ser encontradas pelo menos 14 classificações gerais de religiosidade¹ em Cairu, porém possui um maior número de católicos apostólicos romanos, com 8.929 fiéis, ou seja, 58% de fiéis de todas as religiões presentes em Cairu (IBGE, 2010).

A igreja católica está incorporada à cultura de Cairu, patrimônio histórico não só municipal, mas para toda a Bahia. Possui marcos como: o centro histórico da cidade de Cairu (sede municipal), a Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário, a Igreja de São Sebastião (Localidade de São Sebastião), o Sobrado à rua direita (sede municipal), o Sobrado Grande (sede municipal), a antiga prefeitura (sede municipal), a Casa com Varanda de Ferro (Localidade de Galeão), o Sítio de Morro de São Paulo (Morro de São Paulo), o Sobrado à Praça Aureliano Lima (Morro de São Paulo), Fortaleza do Morro de São Paulo (Morro de São Paulo), o Forte da Ponta (Morro de São Paulo), o Forte grande (Morro de São Paulo), o Convento de Santo Antônio (sede municipal), a Igreja de Nossa Senhora da Luz (Morro de São Paulo), a Matriz do Divino Espírito Santo (Morro de São Paulo), a Igreja de São Francisco Xavier (Localidade de Galeão) (CAIRU, 2014). Além destas citadas, ainda podem ser encontradas construções turísticas em outras localidades, como Garapuá e Moreré.

4.2 DINÂMICA DAS LOCALIDADES OCEÂNICAS DAS ILHAS TINHARÉ E BOIPEBA

Existem especificidades em cada localidade visitada das ilhas de Tinharé e Boipeba, criando uma dinâmica única que interage com os segmentos nas localidades do litoral oceânico em estudo, compondo assim a identificação das condições que influenciam e também são reflexo dos modos de vidas existentes naquele espaço habitado.

¹ Segundo o IBGE, no censo 2010, foram encontradas pessoas com religiões de umbanda e candomblé, candomblé, católica apostólica brasileira, católica apostólica romana, espírita, evangélica não determinada, evangélicas (de missão ou de origem pentecostal), tradições esotéricas, testemunhas de Jeová, Sem religião (ateu e sem religião), outras religiosidades cristãs, não determinada e múltiplo pertencimento, judaísmo, islamismo.

4.2.1 Localidade de Gamboa

A localidade de Gamboa localiza-se na parte norte da ilha de Tinharé (Figura 28).

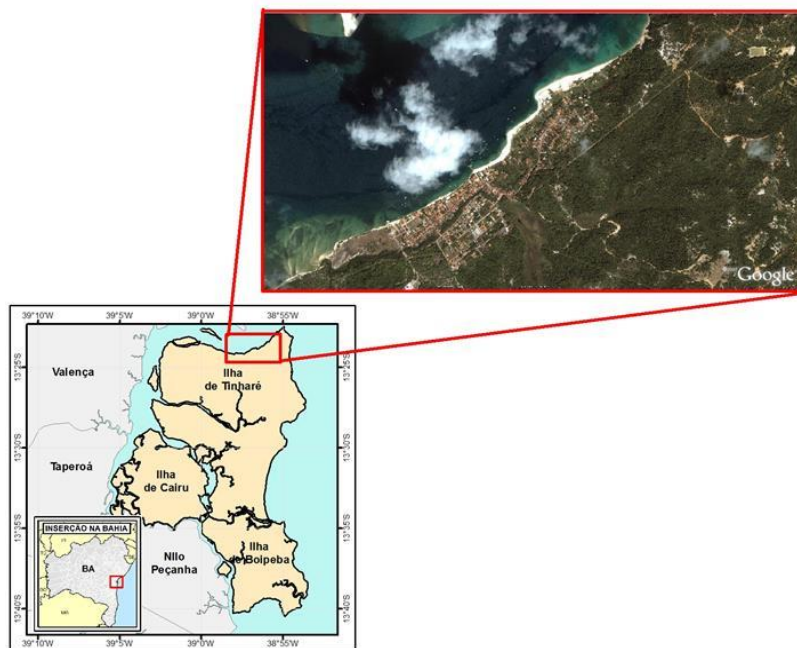


Figura 28: Localização de Gamboa em Cairu/BA

Fonte: Google, 2014; IBGE, 2010; CPRM, 1998. Elaborado pelo autor.

O acesso à localidade é facilitado por sua proximidade à cidade de Valença, o que permite a saída e entrada constante de barcos e lanchas vindas principalmente de Valença diretamente ou de um terminal marítimo chamado de atracadouro, distante a 30 minutos de Gamboa via barco de madeira. A chegada ao atracadouro é feita através de uma estrada que tem acesso à BR-101, que na maioria das vezes é percorrida pelos moradores em ônibus que circula a cada hora, entre o atracadouro e Valença, com uma duração média de 30 minutos de deslocamento. Tal atracadouro possui uma infraestrutura de estacionamentos e bares, destinados não só aos trabalhadores que circulam diariamente para ter acesso a Morro de São Paulo, mas principalmente aos turistas que frequentam estas localidades e necessitam de um local para deixar seus carros enquanto visitam as ilhas.



Figura 29: (A) Área externa ao atracadouro e infraestrutura de apoio; (B) Terminal do atracadouro
Fonte: Pesquisa de Campo, 2013.

Gamboa é uma localidade extensa, com 2.736 habitantes espalhados por 858 domicílios, segundo censo 2010 do IBGE. As ruas mais próximas da praia são as mais antigas em ocupação, porém reconfiguradas por um grande número de estabelecimentos comerciais, sobretudo perto da ponte (Figura 30).

A primeira rua¹, chamada da rua da frente é a parte central da localidade, enquanto infraestrutura turística, nela encontram-se diversos estabelecimentos comerciais, com mercadinhos, farmácia, depósito de bebidas, pousadas e até agência de turismo, assim como casas em aluguel ou para vender. Na rua de traz, como é chamada pelos moradores, também com calçamento, a maioria das edificações são de residências, embora tenha alguns estabelecimentos comerciais (Figura 30).



Figura 30: Rua central com presença de comércio, calçamento e paisagismo.
Fonte: Pesquisa de Campo, 2014.

Não diferente das outras localidades de Cairu, Gamboa é limitada por uma fazenda. Recentemente (a partir do ano de 2010) houve uma expansão na localidade, surgindo Nova Gamboa, um loteamento onde há um planejamento específico para ocupação do espaço local. Nova Gamboa ainda está em expansão, mas já conta com

¹ Tal rua passou por reforma de calçamento e paisagismo inaugurados em outubro de 2012.

um expressivo número de residências e comércios, sem contar com o calçamento em sua totalidade, e sistema de drenagem pluvial (Figura 31-A). Gamboa ainda possui mais duas ruas principais na área denominada de Tendo, onde podem ser encontradas diversos estabelecimentos comerciais, bem como pousadas e acesso a uma outra área de expansão de Gamboa, o loteamento Fonte do Céu. Nesta área de expansão também não há ainda infraestrutura de calçamento ou de rede de drenagem pluvial (Figura 31-C).



Figura 31: (A) Vista parcial do Loteamento Nova Gamboa; (B) Vista parcial da rua principal do Tendo; (C) Vista parcial do loteamento fonte do céu.
Fonte: Pesquisa de Campo, 2013.

Cerca de 852 domicílios são casas e de maneira geral, as casas são construídas de alvenaria e muitas delas com um segundo pavimento. O IBGE (2010) informa que destes domicílios, a maioria é própria, porém destaca-se um número expressivo de residências alugadas (Figura 32), indicando um crescimento populacional tanto por parte de novos moradores quanto de famílias desmembradas, assim como a falta de terrenos disponíveis na comunidade, fazendo com que haja a procura de casas para alugar.

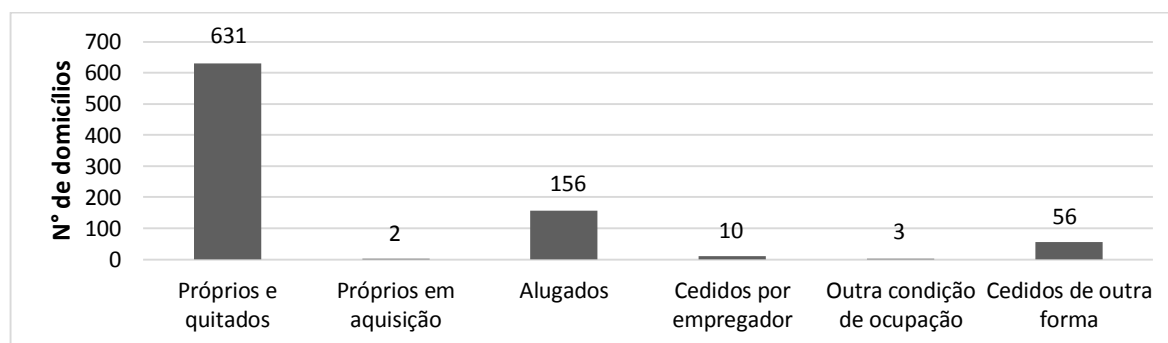


Figura 32: Gráfico de tipo de domicílios em Gamboa 2010.
Fonte: IBGE, 2010. Elaborado pelo autor.

A grande maioria dos domicílios possui abastecimento de água via rede geral, feita pela EMBASA regularmente¹ e cobrada pela distribuição. Embora haja um calçamento e um sistema de rede pluvial em algumas áreas da localidade, a grande maioria das casas possui fossas rudimentares² (Figura 33-B). Contudo cerca de 36% dos domicílios despejam seus esgotos domésticos no rio que passa ao meio da localidade e deságua na praia (Figura 34).

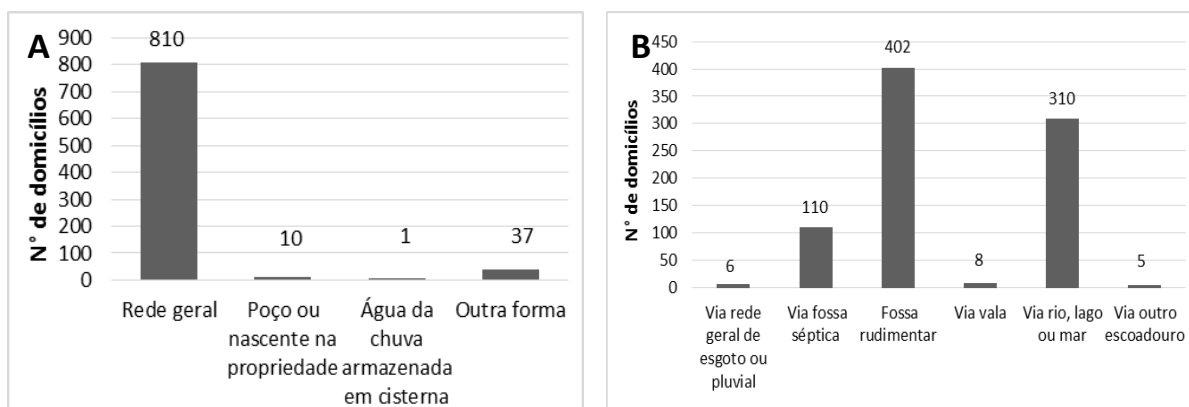


Figura 33: (A) Gráfico de tipo de abastecimento de água de domicílios Gamboa (B) Gráfico de tipo de esgotamento sanitário de domicílios Gamboa.
Fonte: IBGE, 2010. Elaborado pelo autor.

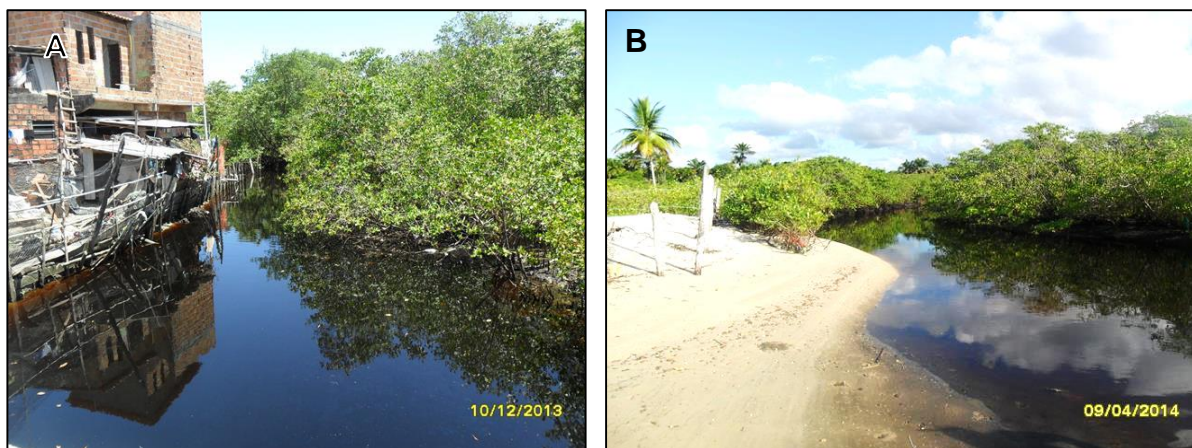


Figura 34: Despejo de esgoto em rio: (A) Rio com despejo de esgoto doméstico. (B) Rio com esgoto desaguando no litoral da localidade.
Fonte: Pesquisa de Campo, 2013; 2014.

O lixo é coletado diretamente pelo serviço de limpeza municipal, que atende quase a totalidade da localidade. O serviço de energia, feito pela Coelba, atende também a quase totalidade dos domicílios (Figura 35-B).

¹ Em outras localidades ou em alguns períodos do ano, o abastecimento não é realizado de forma regular.

² “[...] fossa negra, poço, buraco, etc.” (IBGE, 2011, p.22)

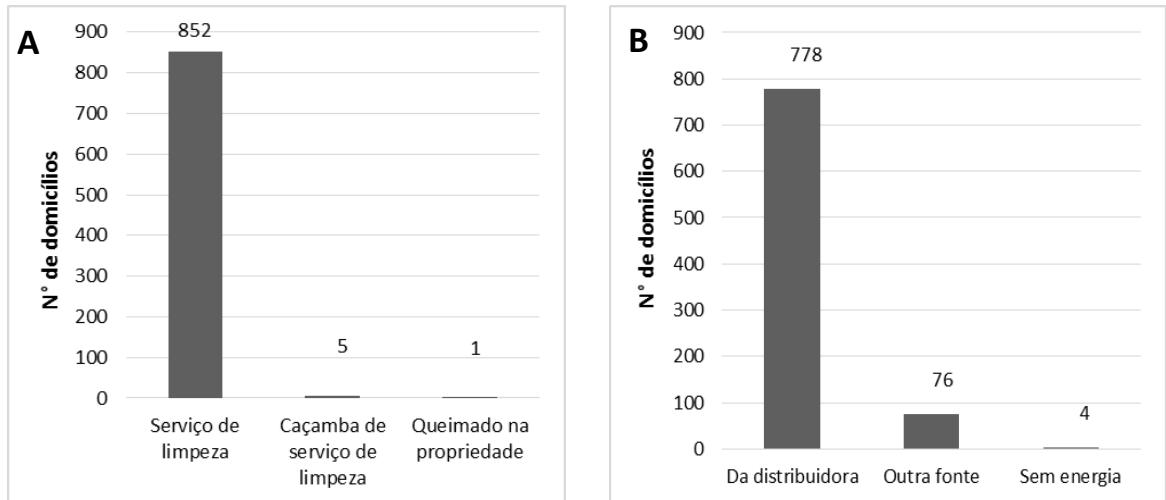


Figura 35: (A) Gráfico de tipo de descarte de lixo de domicílios Gamboa (B) Gráfico de tipo de fornecimento de energia dos domicílios Gamboa.
Fonte: IBGE, 2010. Elaborado pelo autor.

Em termos demográficos, a análise da pirâmide etária da população de Gamboa (Figura 36), os 2.736 moradores (IBGE, 2010), mostra um equilíbrio entre homens e mulheres. Porém ao se analisar em escala de idade, observa-se que a população jovem é a sua maioria, podendo apontar que futuramente a localidade deverá ter uma grande demanda por empregos, bem como, caso mantenha o ritmo de crescimento, um crescimento da população local.

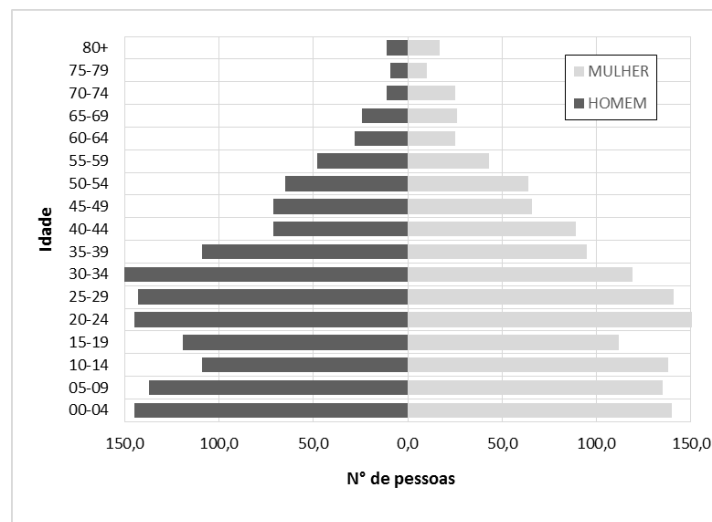


Figura 36: Pirâmide etária da localidade de Gamboa.
Fonte: IBGE, 2010. Elaborado pelo autor.

Em sua maioria, a população é alfabetizada, com destaque para as idades entre 10 a 39 anos, com altas taxas de alfabetização (Figura 37).

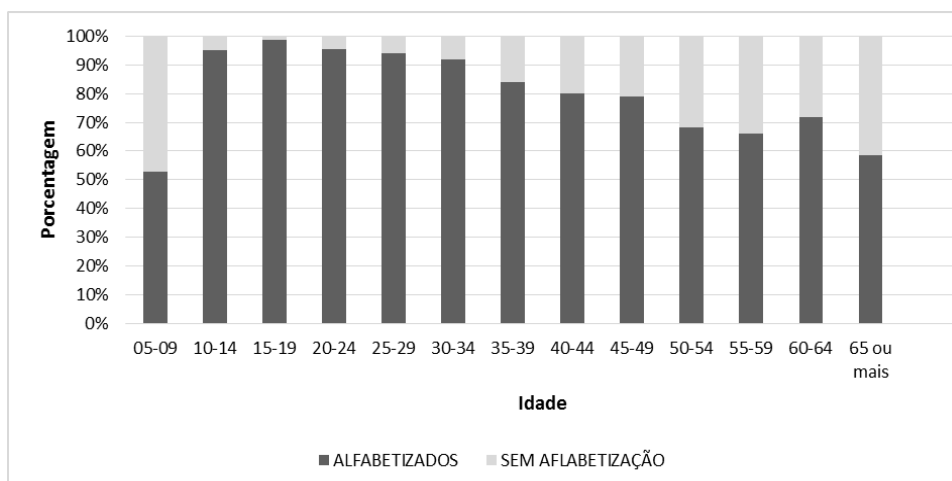


Figura 37: Gráfico relacional entre população alfabetizada com analfabetizada
Fonte: IBGE, 2010. Elaborado pelo autor.

A população conta com um conjunto de serviços da prefeitura, como o centro de saúde (Figura 40), que dispõe com um carro ambulância e uma ambulância¹. Na localidade ainda existe um Telecentro (Figura 38), que serve como ponto de apoio da prefeitura na localidade, e uma unidade do Centro de Referência da Assistência Social - CRAS. Existe também um posto policial da polícia militar (Figura 39) que conta com 2 motocicletas com ronda constante na localidade. Existem 3 instituições escolares municipais: 2 creches e uma escola de ensino fundamental e médio, de grande porte (Figura 41). Além disso, existe ainda uma filial de uma instituição de ensino superior.



Figura 38: Telecentro
Fonte: Pesquisa de Campo, 2014.

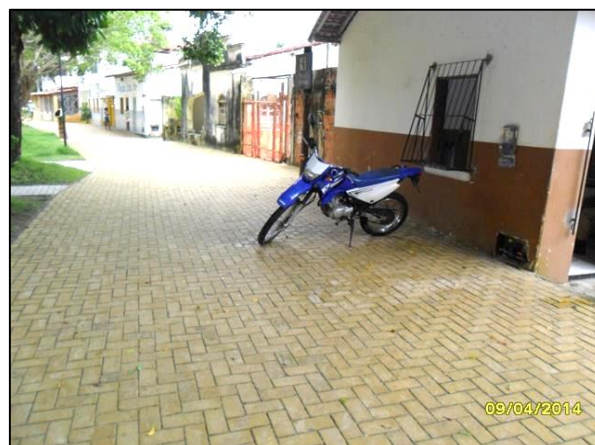


Figura 39: Posto Policial
Fonte: Pesquisa de Campo, 2014.

¹ Lancha adaptada que serve como ambulância para em casos mais graves levar para locais especializados.



Figura 40: Unidade de Saúde local
Fonte: Pesquisa de Campo, 2013.



Figura 41: Colégio Municipal de Gamboa
Fonte: Pesquisa de Campo, 2014.

Como representatividade da população local, existem diversas associações, como associação dos moradores, associação dos barqueiros, associação dos carregadores e condutores turísticos de Gamboa e associação dos comerciantes.

A existência de diversos estabelecimentos religiosos na localidade, como católicos, evangélicos, Testemunhas de Jeová, Batista e Universal do Reino de Deus, demonstra também a diversidade religiosa.



Figura 42: Algumas das instituições religiosas encontradas na localidade.
Fonte: Pesquisa de Campo, 2013; 2014.

Enquanto atividades econômicas existentes em Gamboa, pode ser observado diversas vagas de trabalho, distribuídos por comércios locais como mercados, bares, restaurantes, pousadas, hotéis e outros estabelecimentos, que atendem principalmente aos moradores da localidade. Vale ressaltar que atividades ligadas ao turismo têm maior demanda nas épocas de alta estação, deixando o número mínimo nos demais períodos e utilizando mão de obra familiar. Também existem atividades desempenhadas pelos funcionários da prefeitura através da limpeza da localidade e estabelecimentos públicos.

Foi observado a existência de comércio de doces e artigos alimentícios vendidos nas janelas das casas, como complementariedade da renda familiar dos moradores. As atividades de relação direta com a natureza, no caso da pesca e mariscagem, são encontradas na localidade, sustentando considerável contingente populacional que vive da pesca de modo exclusivo ou apenas pesca complementariedade da renda familiar.

A praia é compartilhada por moradores e turistas que chegam a todo momento na ponte, que na verdade é um terminal marítimo com saídas de barcos para Morro de São Paulo ou Valença a cada hora. Como infraestrutura turística foram encontradas pousadas, hotéis, bem como restaurantes e bares, estes últimos espalhados pela praia (Figura 43).



Figura 43: (A) Uso da praia por moradores, pescadores, turistas; (B) Hotel com vista para a praia; (C) Infraestrutura de bar e restaurante; (D) Bares.
Fonte: Pesquisa de Campo, 2013; 2014.

Apesar da pluriatividade e presença de novas dinâmicas devido as incorporações de atividades econômicas e aspectos culturais, a população da comunidade ainda vive em interação com a natureza, embora muitos relatem que não

mais como antigamente, devido à presença de estranhos na localidade. Tal presença de estranhos nas localidades inibe a utilização de elementos naturais, como as fontes de água e alguns pontos de pesca na parte costeira, devido ao receio de violência. Ainda se utilizam as fontes de água para lazer e para o uso doméstico como lavar roupas, que é um costume antigo (Figura 44).



Figura 44: Moradoras locais utilizando a fonte para lavar roupas.
Fonte: Pesquisa de Campo, 2014.

A tabela 12 apresenta a tipificação das edificações; o que indica que o espaço de Gamboa é ocupado em sua maioria por domicílios de moradores locais, com uma grande variedade de estabelecimentos religiosos e serviços públicos em pequena quantidade. Identificou-se também que os estabelecimentos comerciais dominam a localidade¹, onde encontram-se desde comércio que atendem tanto a população como mercadinhos, bares e lanchonetes, quanto aos visitantes diários, através de bares, restaurantes, pequenas lojas de roupas e lembranças.

**TABELA 12: NÚMERO DE EDIFICAÇÕES IDENTIFICADAS EM GAMBOA/CAIRU
- 2014**

TIPO DE EDIFICAÇÃO	NÚMERO
Domicílios	858
Religioso	9
Público (escola, posto de saúde, posto policial, etc)	11
Domicílios de veraneio	58
Comercial	82
Estabelecimento de hospedagem	8

Fonte: Pesquisa de campo, 2013; 2014. Elaborado pelo autor.

¹ A distribuição dos estabelecimentos comerciais é de 1 para cada 10 residências, aproximadamente.

4.2.2 Localidade de Garapuá

Garapuá localiza-se no litoral oceânico leste da ilha de Tinharé (Figura 45).

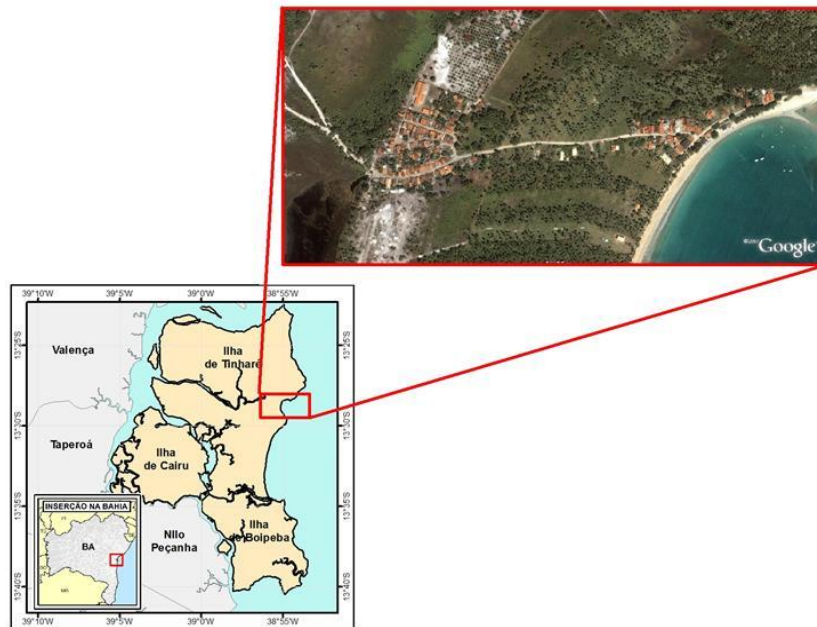


Figura 45: Localização de Gamboa em Cairu

Fonte: Google, 2014; IBGE, 2010; CPRM, 1998. Elaborado pelo autor.

Embora situada na parte costeira, a chegada em Garapuá, a maioria das vezes, é feita pela zona estuarina, adentrando pelo rio até o porto da localidade (Figura 46). O povoado fica a cerca de 5 minutos de trator do porto, onde chegam os barcos e lanchas, na maioria das vezes vindos de Valença. O transporte marítimo é feito de barco em 4 dias da semana, com duração de 2 horas de viagem vindo de Valença, e mais recentemente de lancha, com um tempo reduzido. Outra forma de chegar, comumente utilizadas por turistas, é de carro (carros do tipo Jeep, autorizados para fazer transporte interno), vindo de Morro de São Paulo.



Figura 46: Porto da localidade de Garapúa e a presença de tratores utilizados para o transporte da população e objetos.

Fonte: Pesquisa de campo, 2013.

Garapúa é constituído por 161 domicílios particulares, dos quais 100% são casas, e algumas com o segundo pavimento acima construído. Em sua maioria são domicílio próprios (Figura 47).

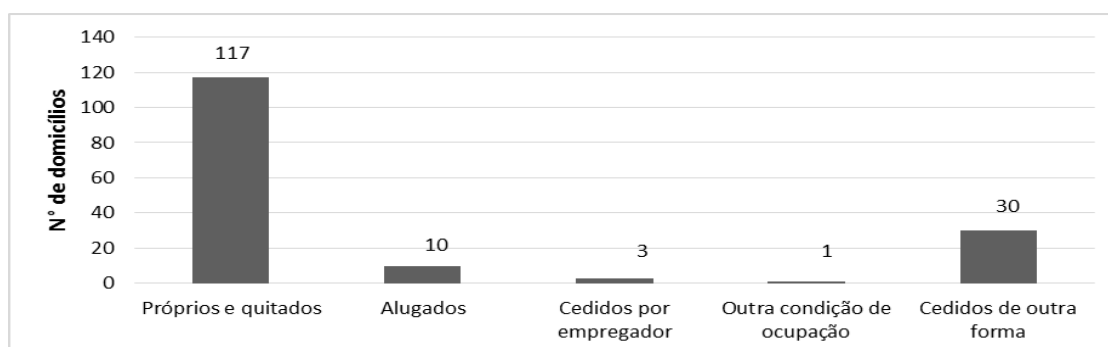


Figura 47: Gráfico de tipo de domicílios em Garapúa.

Fonte: IBGE, 2010. Elaborado pelo autor.

A maioria das ruas de Garapúa é de areia ou terra, com exceção da rua principal que já está calçada com paralelepípedos (Figura 48), e a secundária que começou a obra de calçamento no começo do ano de 2014. Garapúa cresceu no meio de duas fazendas e é marcada por um adensamento de moradias em um lado oposto da praia e o outro no litoral. São ligados por uma pequena estradinha, que de um lado é uma fazenda e do outro, lotes comprados de outra fazenda e agora casas de veraneio (Figura 49).



Figura 48: Rua principal de Garapuá.

Fonte: Pesquisa de campo, 2014.



Figura 49: Estrada que liga os dois adensamentos populacionais da localidade.

Fonte: Pesquisa de campo, 2014.

Recentemente existe uma área de expansão para a localidade, destinada à construção de casas, em ruas planejadas com sistema de drenagem pluvial, evitando um maior adensamento na localidade (Figura 50).

É notório na localidade a existência das atividades ligadas ao mar, e principalmente no mangue que circunda a localidade. O fato é percebido na cotidianidade da localidade, onde às 5 horas da manhã pode ser visto um grande contingente populacional caminhando ou em bicicletas com seus petrechos de pesca e mariscagem, se deslocando para o mangue ou embarcando em canoas ou barcos, e retornando após ao meio dia¹.

Porém existem atividades econômicas presentes em Garapuá ligadas ao turismo. Tais atividades estão ligadas aos poucos bares, restaurante e pousadas, que em boa parte ficam fechadas durante o ano. Os donos são moradores e empregam familiares. O fluxo turístico não é o principal vetor de fonte de renda para a população local. Alguns comércios locais servem como ponto de apoio à população como poucas mercearias, lojinha de variedades, artesanato e lanchonete. Não há presença de criação de animais, com exceção da criação de caprinos na fazenda circundante da localidade (Figura 51).

¹ Tal rotina é variável, de acordo com a maré.



Figura 50: Expansão de Garapuá

Fonte: Pesquisa de campo, 2013.



Figura 51: Criação de caprinos na fazenda que circunda a localidade.

Fonte: Pesquisa de campo, 2013.

Quanto aos serviços públicos disponibilizados para a população local conta-se um posto de saúde (Figura 53), uma escola municipal que funciona como creche, de escola infantil ao ensino médio (Figura 52). Também existe um posto policial, porém com presença de um pequeno efetivo de policiais aos finais de semana e também uma subprefeitura (Figura 54), que estava fechada nos dias da realização da pesquisa de campo.



Figura 52: Colégio Municipal local

Fonte: Pesquisa de campo, 2014.



Figura 53: Posto de Saúde de Garapuá

Fonte: Pesquisa de campo, 2013.



Figura 54: Posto da Prefeitura em Garapuá

Fonte: Pesquisa de campo, 2013.

Na praia a paisagem é marcada pela presença de quiosques (Figura 55) e uma grande enseada que ao longe pode ser avistada a plataforma de petróleo de Manati (Figura 56).



Figura 55: Presença de bares na praia
Fonte: Pesquisa de campo, 2013.



Figura 56: Plataforma Manati vista da praia.
Fonte: Pesquisa de campo, 2013.

Dos 587 moradores de Garapuá, 282 são do sexo feminino. A pirâmide etária (Figura 57) mostra um destaque para os jovens adultos e crianças. Quase a totalidade dos moradores são alfabetizados (Figura 58).

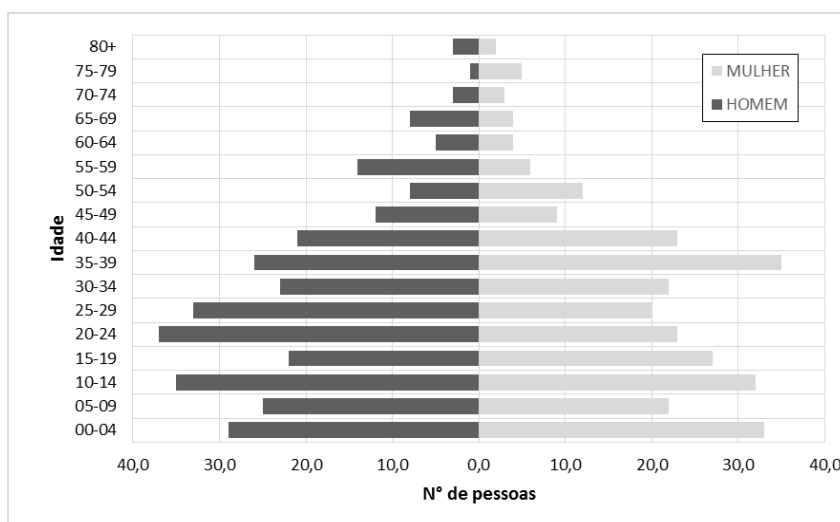


Figura 57: Pirâmide etária da localidade de Garapuá.
Fonte: IBGE, 2010. Elaborado pelo autor.

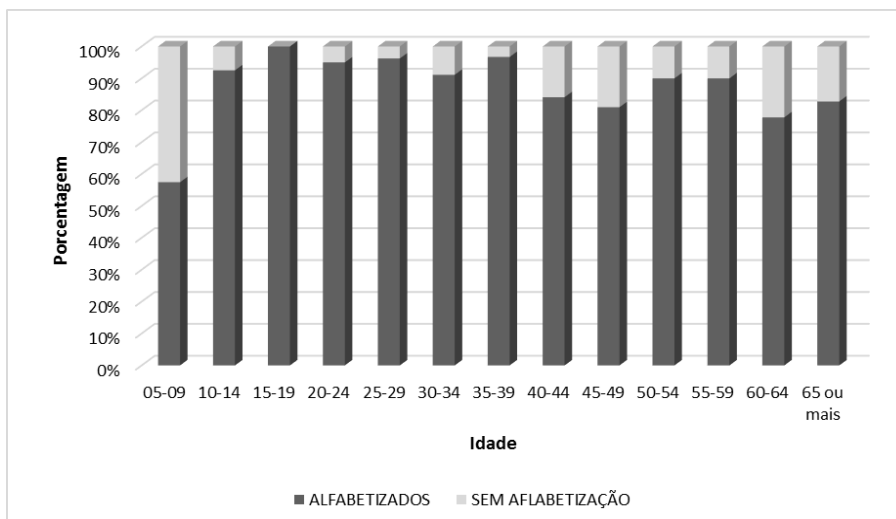


Figura 58: Gráfico relacional entre população alfabetizada com analfabeta. Fonte: IBGE, 2010. Elaborado pelo autor.

O vínculo com a natureza é também notório na localidade. Com a presença de uma lagoa extensa, tanto os moradores quanto a prefeitura fazem diferentes usos da mesma. A Lagoa Garapuá, como é denominada, exerce uma grande representatividade junto aos moradores, enquanto lazer, mais que o mar. Crianças e adultos a utilizam para o banho e para a lavagem de utensílios domésticos. Na mesma lagoa, em ponto diferente, a prefeitura faz a captação da água que é distribuída pela EMBASA, de forma gratuita à comunidade.



Figura 59: Diferentes usos da Lagoa Garapuá: (A) Para lazer; (B) Para atividades domésticas como lavar roupas e utensílios domésticos.

Fonte: Pesquisa de campo, 2013.

Quase a totalidade dos domicílios é abastecida pela rede geral de água (Figura 60-A). Não existe esgotamento sanitário, apenas 154 utilizam de fossas rudimentares. Todos os domicílios são atendidos pelo serviço de limpeza, apenas um queima o lixo na propriedade. A distribuição de energia é feita pela Coelba em quase a totalidade dos domicílios (Figura 60-B).

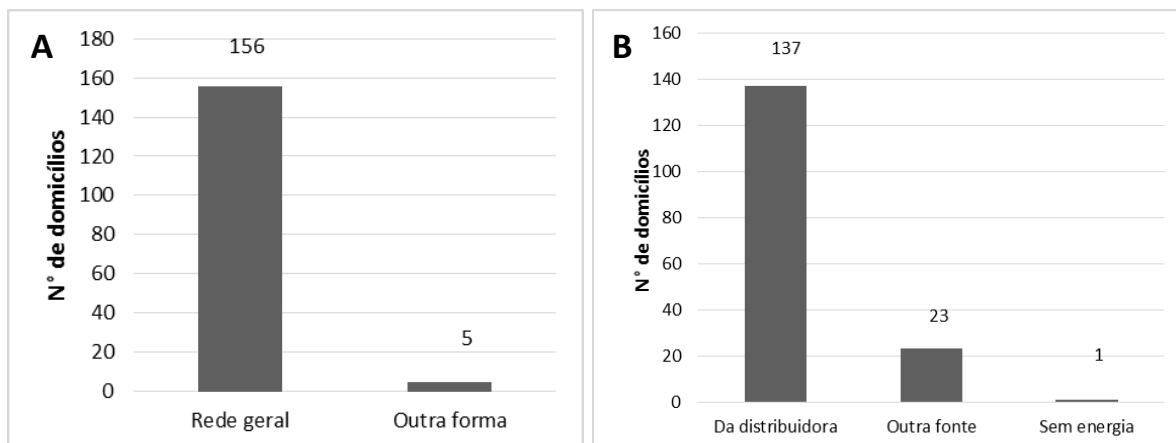


Figura 60: (A) Gráfico de tipo de abastecimento de água de domicílios Garapua; (B) Gráfico de tipo de fornecimento de energia dos domicílios Garapua.
Fonte: IBGE, 2010. Elaborado pelo autor.

A presença de estabelecimentos religiosos foi identificada na localidade, com um total de 4 unidades, dentre elas uma igreja católica e igrejas evangélicas (Figura 61).



Figura 61: Instituições religiosas locais: (A) Congregação Batista; (B) Igreja evangélica; (C) Igreja Católica.

Fonte: Pesquisa de campo, 2013; 2014.

As manifestações culturais são latentes na localidade, muitas vezes atreladas à igreja católica (Figura 62).



Figura 62: Procissão do padroeiro local em dia de novena.
Fonte: Pesquisa de campo, 2014.

Ao contrário das outras localidades visitadas, a existência da plataforma Manati é vivida em Garapuá, onde os pescadores passam por treinamentos mensalmente para caso haja algum desastre ecológico, causado pela plataforma, possam agir e conter expansão do desastre no litoral da localidade.



Figura 63: Pescadores realizando treinamento de contenção de mancha de óleo na enseada de Garapuá.

Fonte: Pesquisa de campo, 2013.

Na localidade ainda existe a associação de moradores, sediada na biblioteca comunitária construída pela Petrobrás como cumprimento parcial da exigência legal de compensação ambiental. Tal sede comunitária é ponto de apoio para projetos diversos que acontecem durante o ano, de forma esporádica.

TABELA 13: NÚMERO DE EDIFICAÇÕES IDENTIFICADAS EM GARAPUÁ/CAIRU - 2014

TIPO DE EDIFICAÇÃO	NÚMERO
Domicílios	161
Religioso	4
Público (escola, posto de saúde, posto policial, etc)	6
Domicílios de veraneio	26
Residencial em construção	28
Vazio	3
Residencial e comercial	2
Comercial	12
Estabelecimento de hospedagem	6

Fonte: Pesquisa de campo, 2013; 2014. Elaborado pelo autor.

A tipologia das edificações denota a quase absoluta função habitacional da infraestrutura na localidade, com 217 existentes das 242 edificações identificadas.

4.2.3 Localidade de Moreré

Moreré é a menor localidade visitada, com apenas 69 domicílios e uma população de 254 habitantes. Situa-se na costa oceânica da ilha de Boipeba (Figura 64). A chegada à localidade é feita comumente através de trator vindo da localidade de Velha Boipeba. O acesso é dificultado por Moreré estar no meio do litoral da costa atlântica e não estar conectada a vias de transporte marítimo. A duração de viagem ao total é de 1 hora e trinta minutos, divididos em 1 hora de lancha entre Valença e Velha Boipeba e meia hora de trator entre Velha Boipeba e Moreré. Outro fator que dificulta o acesso à comunidade é a inexistência de um transporte regular, já que não há uma demanda muito grande em época de baixa estação; os moradores dependem do trator que faz linha para levar os alunos às escolas situadas em outras localidades ou fretando o mesmo transporte em outro horário.

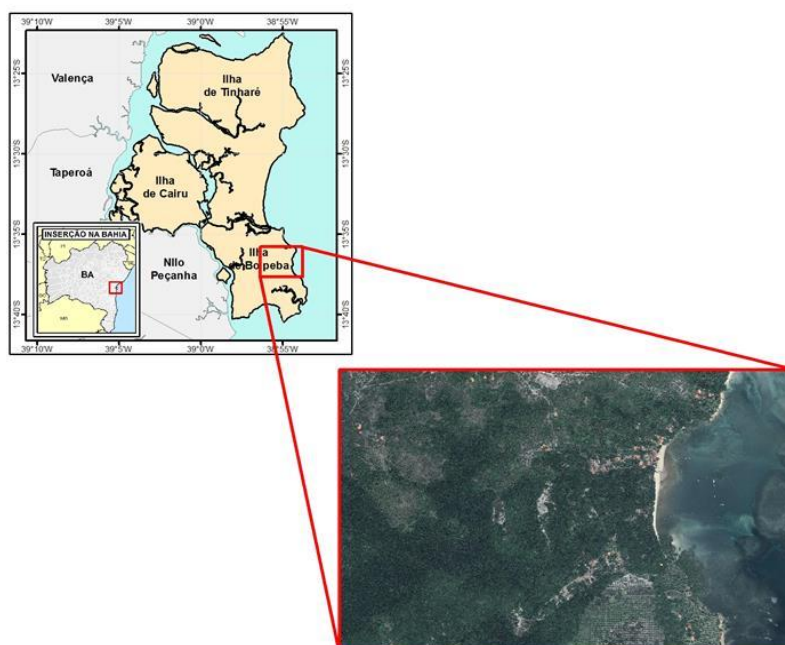


Figura 64: Localização de Moreré em Cairu

Fonte: Google, 2014; IBGE, 2010; CPRM, 1998. Elaborado pelo autor.

As ruas não são calçadas, todas constituídas de areia. Não há sinal algum de celular, dificultando ainda mais a comunicação com a comunidade.



Figura 65: Ruas de areia: (A) Rua do Cajueiro; (B) Rua das flores (acesso à praia de Bainema)
Fonte: Pesquisa de campo, 2013.

A infraestrutura da localidade é precária e a mesma é dependente dos serviços de Velha Boipeba. Não existe um posto de saúde com atendimento contínuo, apenas atendimentos esporádicos feitos na sede da associação local. Também não há uma escola de educação fundamental ou ensino médio, apenas de educação infantil, fazendo com que os alunos se desloquem para Velha Boipeba todos os dias via trator fornecido pela prefeitura. Não há posto policial, restringindo-se a presença de policiamento aos fins de semana.



Figura 66: Escola Municipal de ensino infantil.
Fonte: Pesquisa de campo, 2013.

O estrato populacional é diversificado, como pode ser visto na pirâmide etária (Figura 67), pode ser percebido que há uma maioria de homens adultos, porém aponta para um decréscimo nos próximos anos, ao passo que a população feminina tende a crescer.

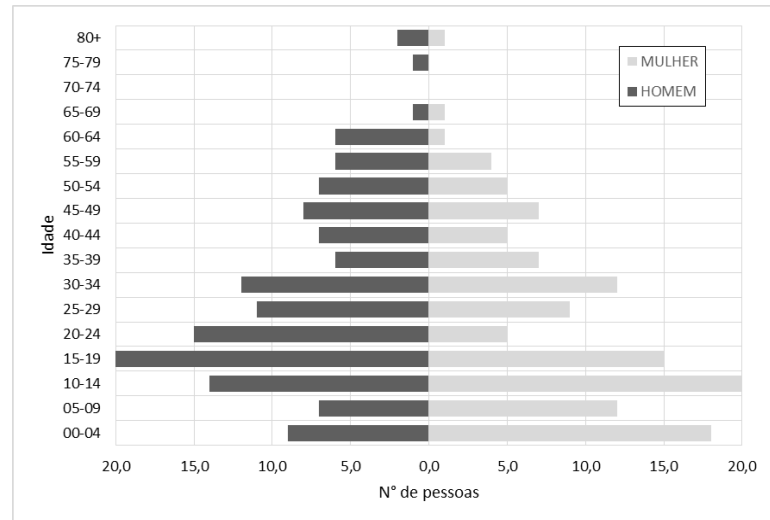


Figura 67: Pirâmide etária da localidade de Moreré.
Fonte: IBGE, 2010. Elaborado pelo autor.

A taxa de alfabetização, dentre as três localidades em estudo, é a menor, sendo 100% de analfabetos na faixa etária acima de 65 anos.

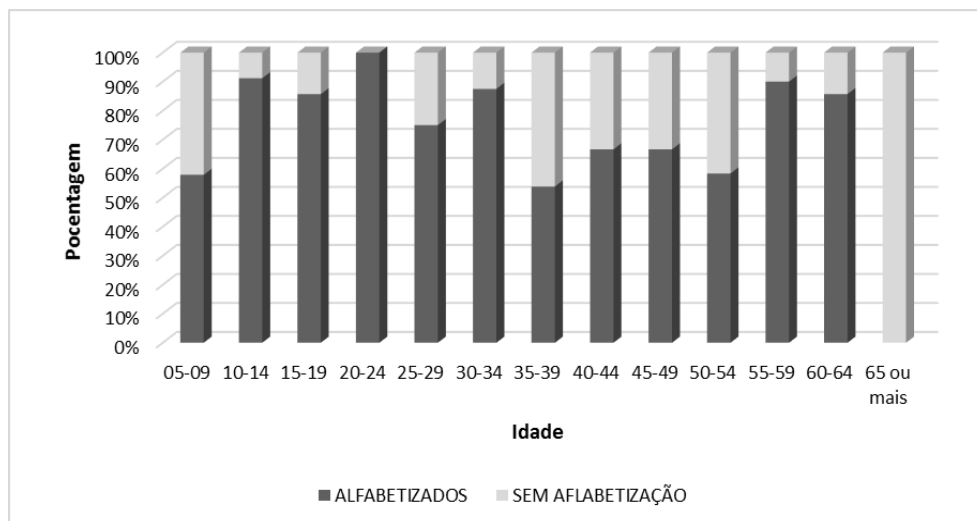


Figura 68: Gráfico relacional entre população alfabetizada com analfabeta de Moreré.
Fonte: IBGE, 2010. Elaborado pelo autor.

Os domicílios são em sua totalidade casas, construídas em sua maioria de alvenaria e muitas com um segundo pavimento, porém podem ser encontradas algumas casas feitas de barro. Os domicílios se dividem basicamente por 3 ruas principais: rua do cajueiro, rua das flores e rua principal. A maioria dos domicílios são próprios (Figura 69), demonstrando que não há uma demanda de casas de alugueis na localidade, pois ainda há espaço para construção, bem como um contingente populacional pequeno.

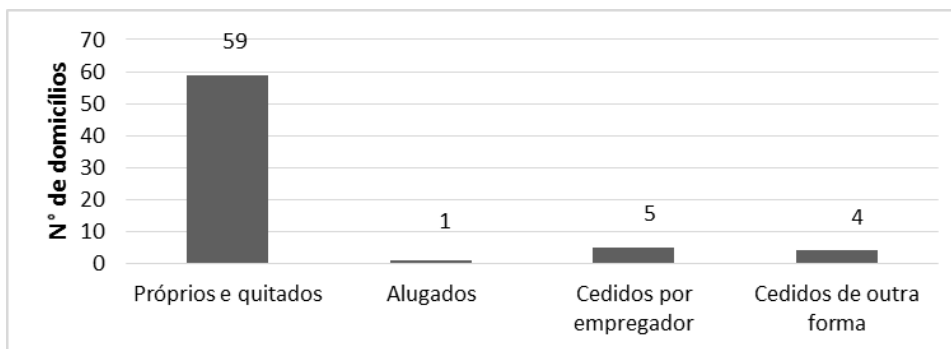


Figura 69: Gráfico de tipo de domicílios em Moreré.

Fonte: IBGE, 2010. Elaborado pelo autor.

Segundo o IBGE, os domicílios em sua maioria não estão ligados na rede geral de água (Figura 71-A), o que leva os moradores a utilizar fontes naturais para lavar roupas e utensílios domésticos (Figura 70). Não há sistema de esgotamento sanitário na localidade, os domicílios têm seu esgotamento em fossas sépticas¹ (Figura 71-B).



Figura 70: Fonte de água utilizada pela população.

Fonte: Pesquisa de campo, 2013.

¹ “[...] quando a canalização do banheiro ou sanitário estava ligada a uma fossa séptica, ou seja, a matéria era esgotada para uma fossa próxima, onde passava por um processo de tratamento ou decantação, sendo, ou não, a parte líquida conduzida em seguida para um desaguadouro geral da área, região ou município [...]” (IBGE, 2011, p.23).

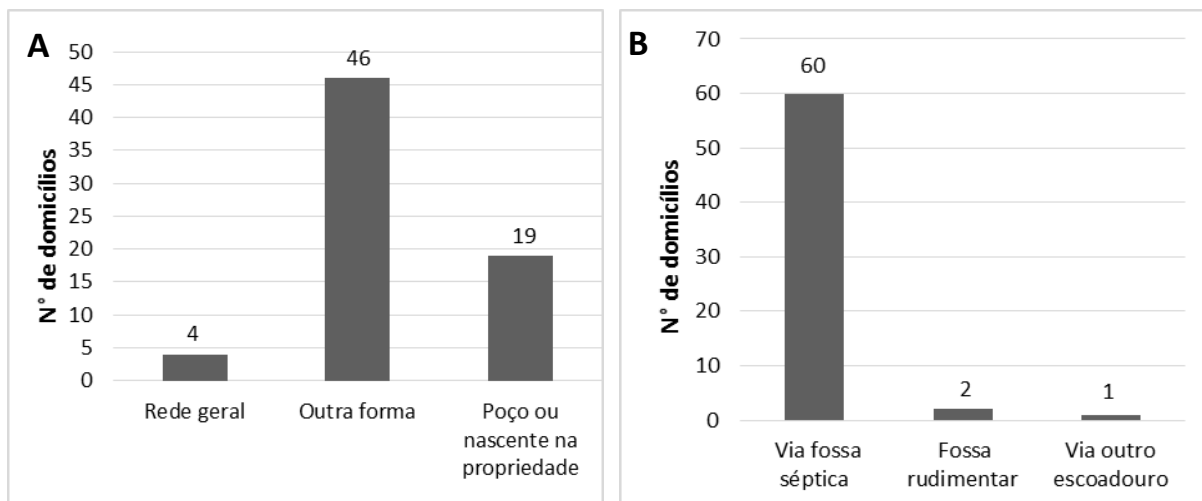


Figura 71: (A) Gráfico de tipo de abastecimento de água de domicílios Moreré¹; (B) Gráfico de tipo de esgotamento sanitário de domicílios Moreré.

Fonte: IBGE, 2010. Elaborado pelo autor.

A coleta de lixo por sua vez é realizada pela prefeitura via trator e atende quase a totalidade dos domicílios de Moreré (Figura 72-A); a distribuição de energia atinge a maioria dos domicílios (Figura 72-B).

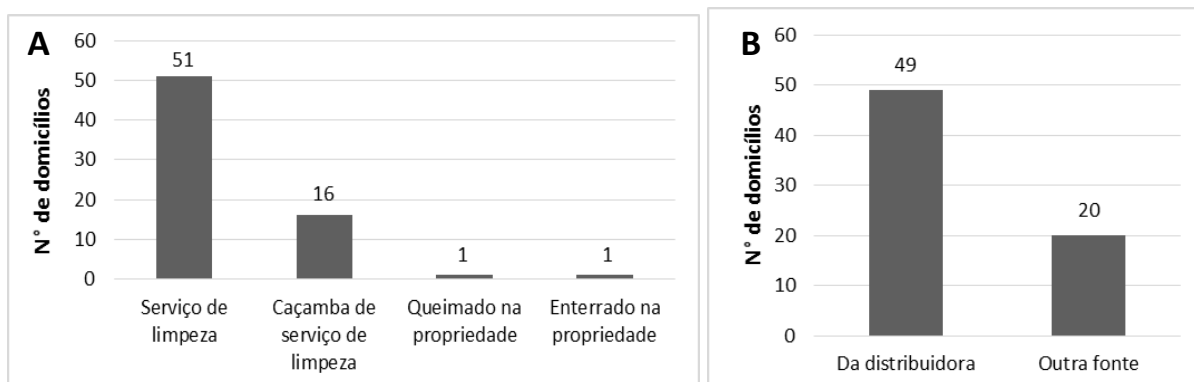


Figura 72: (A) Gráfico de tipo de descarte de lixo de domicílios; (B) Gráfico de tipo de fornecimento de energia dos domicílios.

Fonte: IBGE, 2010. Elaborado pelo autor.

As fontes de renda na localidade são poucas, seja na construção civil, quanto em pequenos comércios locais, que são poucos. Mas merece destaque a atividade pesqueira e vagas ligadas ao turismo, principalmente em alta estação. O turismo é fonte de geração de renda sazonal para os moradores, graças a uma quantidade considerável de pousadas (11), bares (3) e restaurantes (7).

¹ “[...] quando a forma de abastecimento de água do domicílio era proveniente de poço ou nascente fora da propriedade, carro-pipa, água da chuva armazenada de outra forma, rio, açude, lago ou igarapé ou outra forma de abastecimento de água [...]” (IBGE, 2011, p.23).



Figura 73: Camping situado com vista para a praia. Fonte: Pesquisa de campo, 2013.



Figura 74: Conjunto de bares e restaurantes. Fonte: Pesquisa de campo, 2013.

O turismo em Moreré ganha destaque pelo recorte litorâneo marcado pela grande extensão de recifes de coral no espaço costeiro da localidade. Moreré convive com presença constante de lanchas advindas de outras áreas de Cairu, principalmente advindas de Velha Boipeba.



Figura 75: Presença de turistas nos recifes de corais. Fonte: Pesquisa de campo, 2013.



A edificações encontradas especializadas em Moreré são poucas em comparação com as demais localidades estudadas. O que domina a localidade são os estabelecimentos de hospedagem e comerciais voltados para o turismo, principalmente no verão.

Há presença de duas igrejas na localidade, uma católica e outra evangélica.



Figura 76: Instituições religiosas locais: (A) Igreja evangélica em construção; (B) Igreja católica.
Fonte: Pesquisa de campo, 2013.

TABELA 14: NÚMERO DE EDIFICAÇÕES IDENTIFICADAS EM MORERÉ/CAIRU – 2014

TIPO DE EDIFICAÇÃO	NÚMERO
Domicílios	69
Religioso	2
Público (escola, posto de saúde, posto policial, etc)	2
Domicílios de veraneio	3
Residencial em construção	5
Residencial e comercial	4
Comercial	14
Estabelecimento de hospedagem	11

Fonte: Pesquisa de campo, 2013; 2014. Elaborado pelo autor.

4.2.4 Localidade de São Sebastião

São Sebastião é a última localidade no sentido norte ao sul da ilha de Boipeba (Figura 77).

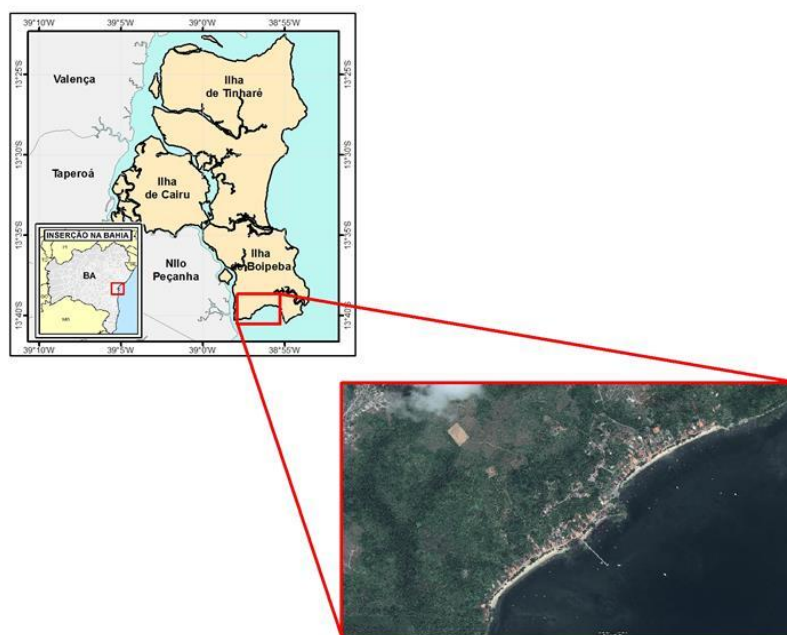


Figura 77: Localização de Moreré em Cairu

Fonte: Google, 2014; IBGE, 2010; CPRM, 1998. Elaborado pelo autor.

Cova da Onça, como é chamada pelos moradores, possui 729 habitantes distribuídos por 220 domicílios. O acesso à localidade, comumente é feito via barco ou lancha (mais recente), com uma duração média de 4 horas para o barco e 1 hora de lancha vindos de Valença, 3 dias na semana. Tem também a opção do deslocamento via terrestre por ônibus que sai de Valença, diariamente durante a semana, em direção a localidade de barra dos Carvalhos, no Município de Nilo Peçanha. Com uma média de 3 horas de duração, o deslocamento terrestre é feito através de uma estrada de barro e a travessia em barco para acessar a ilha, com duração de 30 minutos em média.

Destaca-se uma quantidade expressiva de pessoas acima de 60 anos, em comparação com as outras localidades já analisadas, mas também pode ser percebida uma grande quantidade de jovens. Este perfil demográfico representa uma população dinâmica e com longevidade

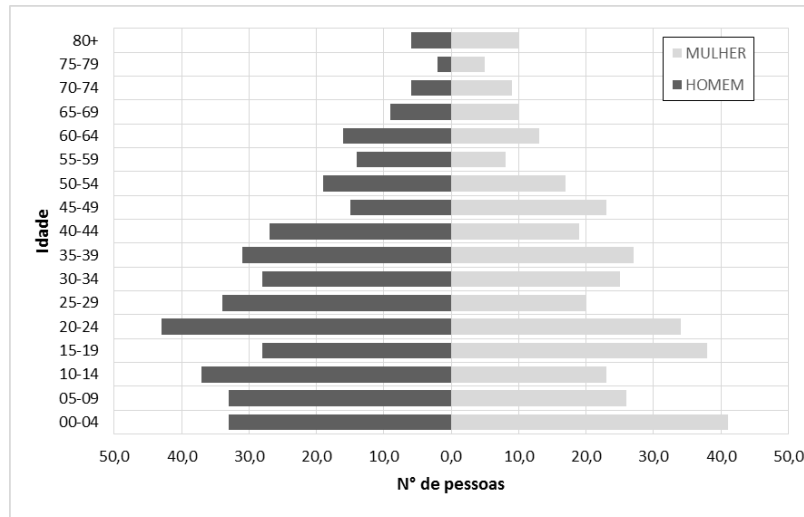


Figura 78: Pirâmide etária da localidade de São Sebastião
Fonte: IBGE, 2010. Elaborado pelo autor.

O número de alfabetizados é equivalente à população não alfabetizada na localidade, embora esta última esteja em maior número a partir da faixa etária de 30 anos enquanto as faixas entre 10 e 19 anos sejam quase 100% alfabetizados. Isto sugere que tem havido melhorias no indicador de escolaridade do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)

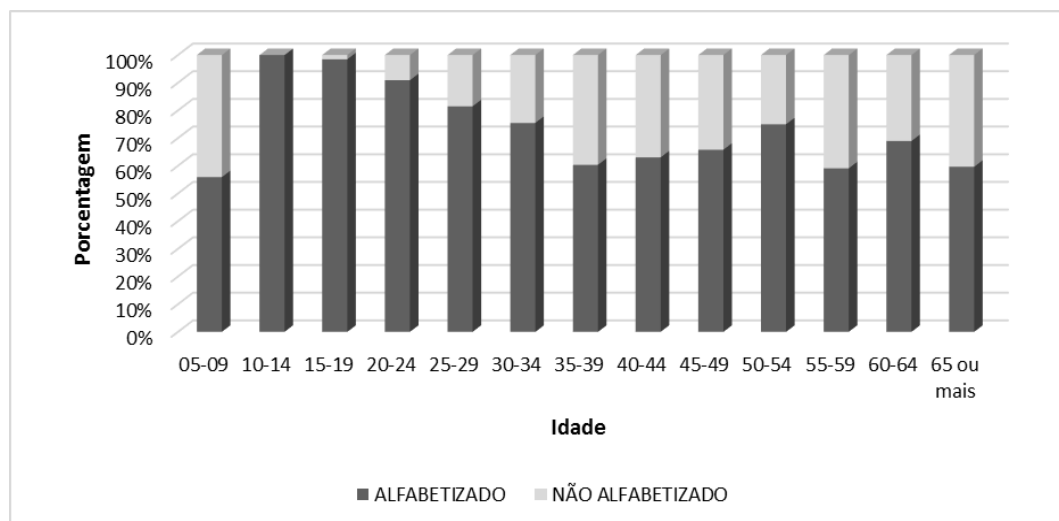


Figura 79: Gráfico relacional entre população alfabetizada com analfabeta em São Sebastião.
Fonte: IBGE, 2010. Elaborado pelo autor.

Em termos da distribuição espacial dos moradores, São Sebastião tem quatro áreas de concentração populacional: a Avenida Beira Mar, o Canto, o Magalhães e o Cruzeiro. A avenida Beira Mar é constituída pelas casas mais antigas. O Canto indica a área de casas na parte sul da localidade. O Magalhães por sua vez concentra mais

domicílios na atualidade. O Cruzeiro é a mais alta da localidade e que teve uma ocupação espacial mais recente, devido a um crescimento populacional na localidade.

Em São Sebastião, 100% dos domicílios são casas, marcadas pela presença de segundo pavimento nas casas de alvenaria e de casas feitas de taipas ou palha. A grande maioria dos domicílios são próprios (Figura 80)

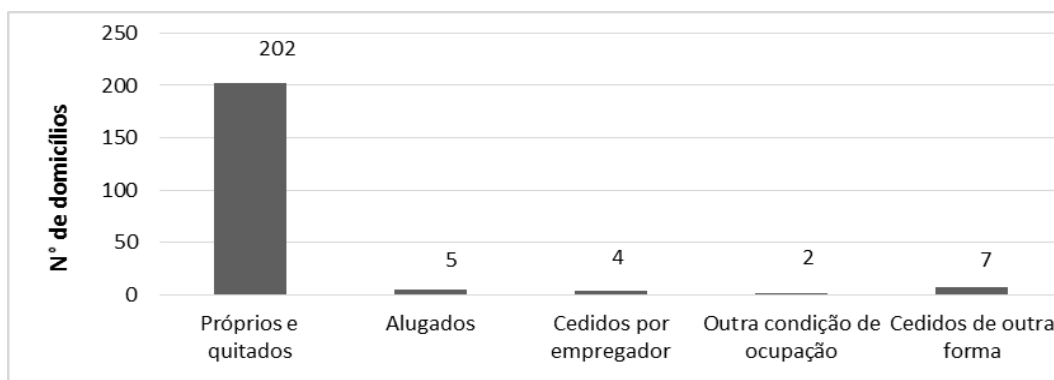


Figura 80: Gráfico de tipo de domicílios em São Sebastião.
Fonte: IBGE, 2010. Elaborado pelo autor.

Dos domicílios, a grande maioria é interligada na rede geral de águas, distribuído pela EMBASA gratuitamente. Dos seus 220 domicílios, 201 aproximadamente (90%) possuem esgotamento sanitário, destes a sua maioria tem fossa séptica (Figura 81).

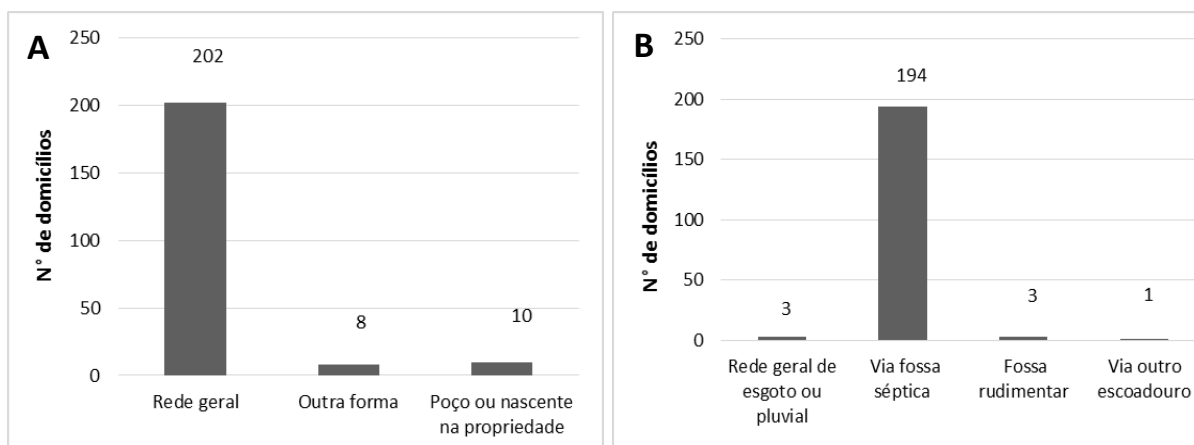


Figura 81: (A) Gráfico de tipo de abastecimento de água de domicílios São Sebastião; (B) Gráfico de tipo de esgotamento sanitário de domicílios de São Sebastião.
Fonte: IBGE, 2010. Elaborado pelo autor.

Por não possuir sistema de drenagem pluvial nas ruas e de esgotamento nas casas, muitos dejetos (de cozinha) são soltos diretamente no mar, através de canos e valas que chegam ao quebra mar recentemente construído.



Figura 82: Despejo de água pluvial, fluvial e dejetos domésticos na praia.
Fonte: Pesquisa de campo, 2013.

O serviço de limpeza na localidade é feito pela prefeitura diariamente, quando também é feita a limpeza das ruas. Em sua maioria, os domicílios têm sua coleta de lixo feita pela prefeitura (Figura 83). Já a distribuição de energia é feita pela Coelba e atinge quase a totalidade dos domicílios.

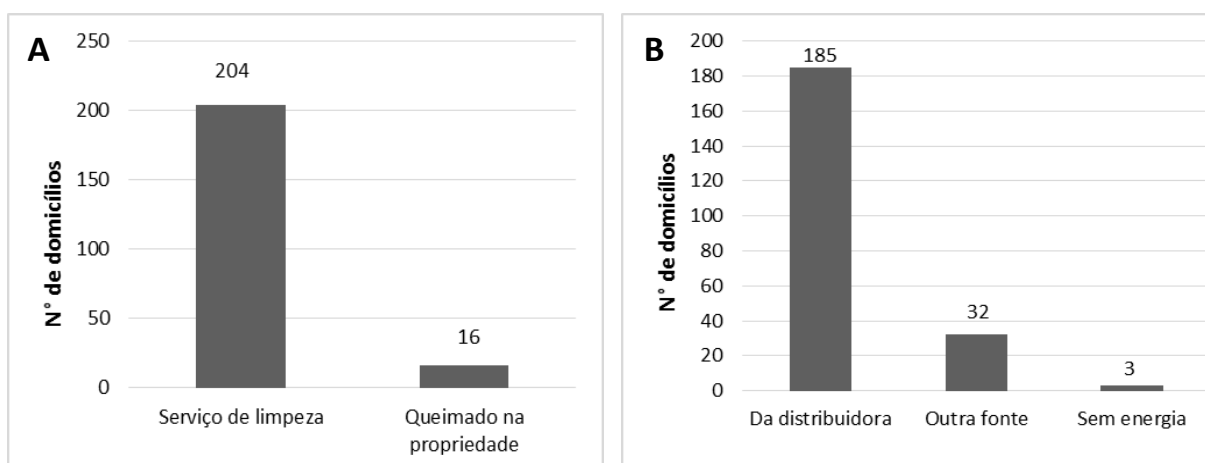


Figura 83: (A) Gráfico de tipo de descarte de lixo de domicílios São Sebastião; (B) Gráfico de tipo de fornecimento de energia dos domicílios São Sebastião.
Fonte: IBGE, 2010. Elaborado pelo autor.

A interação com a natureza é notória na localidade, expressa na cotidianidade da localidade que tem o mar como fonte de alimento, deslocamento e lazer. Tem nas matas que circundam a localidade sua área de lazer, de coleta de frutos, plantas medicinais e caminhos para chegar a outras áreas na ilha. Tem nas fontes de água, o fornecimento de água para beber e também para utilização de lavar utensílios domésticos.

A localidade possui um recém construído posto de saúde, que conta com atendimento médico diariamente, além de medicamentos e desenvolve projetos com

a localidade. O sinal de celular é recente, com a chegada de uma torre colocada pela prefeitura no ano de 2013, porém apenas uma operadora cobre a área. Já chegou também sinal de internet, o que modificou toda a dinâmica existente na localidade, deixando o isolamento de lado. A presença de policiais é feita nos fins de semana, porém não há um posto para os mesmos e a ronda é feita a pé. Não há um posto de apoio da prefeitura no local.

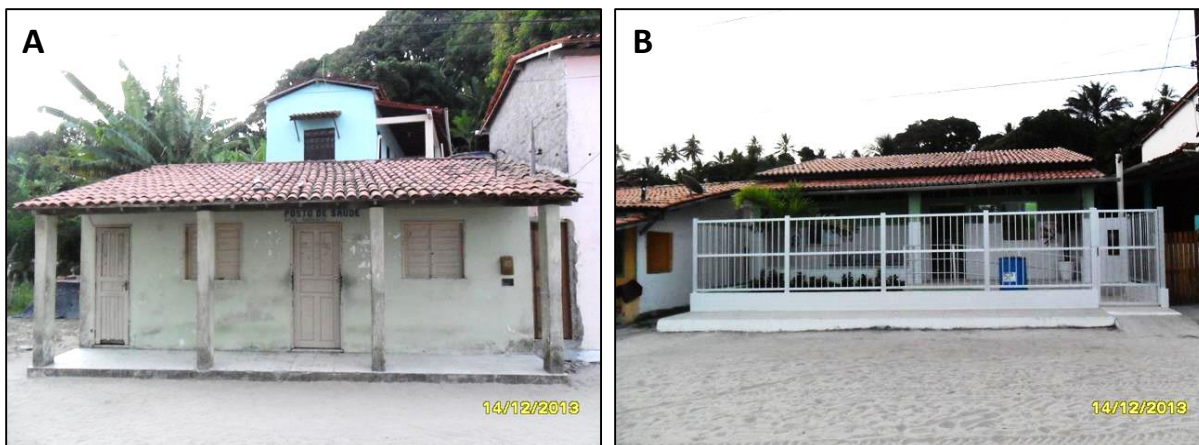


Figura 84: (A) Posto de saúde desativado em 2013; (B) Novo posto de saúde.
Fonte: Pesquisa de campo, 2013.

O sistema educacional São Sebastião é composto 1 creche escola, uma escola de educação infantil e uma escola de ensino fundamental e médio (Figura 85).



Figura 85: (A) Creche escola; (B) Colégio Municipal do ensino fundamental II e médio.
Fonte: Pesquisa de campo, 2013.

As vagas de trabalho são poucas e estão vinculadas ao comércio e aparatos turísticos. Muitas vezes são de caráter familiar não dando muito acesso a pessoas fora das famílias. Outras formas de trabalho estão na construção civil e em vagas no serviço público nas áreas da saúde, limpeza e educação. A existência de uma fazenda em volta da localidade também gera vagas de emprego, mesmo que poucas. Por fim,

em quase sua totalidade, muitas vezes como um segundo trabalho, se tem a pesca e a mariscagem como fonte de renda.



Figura 86: Restaurante local
Fonte: Pesquisa de campo, 2013.



Figura 87: Pousada.
Fonte: Pesquisa de campo, 2013.

Em termos de cultivo agrícola, existem poucas plantações, como mandioca, que na maioria das vezes é utilizado para a subsistência e ofertado aos vizinhos e parentes.

E quanto às religiosidades presentes na localidade, estão expressas na igreja Católica, na igreja Cristã, e nas outras 2 igrejas evangélicas existentes na localidade (Figura 88 e 89).



Figura 88: Congregação Cristã
Fonte: Pesquisa de campo, 2013.



Figura 89: Igreja de São Sebastião
Fonte: Pesquisa de campo, 2013.

As expressões culturais da população local estão presentes nas mobilizações dos mesmos em manter as festividades durante todo ano, e a maioria tem a igreja católica à frente, possuindo uma agenda de festividades que estende ao longo do ano.



Figura 90: (A) Passeata em comemoração ao 2 de julho, em 2014; (B) Quadrilha junina em 2013.
Fonte: Pesquisa de campo, 2013; 2014.

A comunidade vive em constante correlação com outras áreas ao redor, como a Ponta dos Castelhanos, um marco histórico na localidade e hoje utilizado como local de pesca, trabalhos ligados ao turismo e ao lazer da população da localidade.

Existe uma única associação na localidade: a Sociedade Assistencial de moradores, pescadores e marisqueiras de São Sebastião, inaugurada em 2006. Possui sede própria e também utiliza as dependências do centro comunitário construído pela Petrobrás.



Figura 91: (A) Sede da Associação; (B) Sede do centro comunitário.
Fonte: Pesquisa de campo, 2013.

Em São Sebastião as edificações encontradas são diversas, com destaque para os estabelecimentos comerciais (10% do total de domicílio), a maioria deles

voltados para a população local (mercado interno) como nas outras localidades, embora haja alguns bares e restaurantes para o turismo.

TABELA 15: NÚMERO DE EDIFICAÇÕES IDENTIFICADAS EM SÃO SEBASTIÃO/CAIRU - 2014

TIPO DE EDIFICAÇÃO	NÚMERO
Domicílios	220
Religioso	4
Público (escola, posto de saúde, posto policial, etc)	9
Domicílios de veraneio	16
Residencial e comercial	11
Comercial	22
Estabelecimento de hospedagem	2

Fonte: Pesquisa de campo, 2013; 2014. Elaborado pelo autor.

5. DINÂMICA PESQUEIRA NO MUNDO RURAL CAIRUENSE

Compreende-se que o mundo rural é constituído muito além de atividades econômicas, pelos modos de vida que, na interação entre homens e mulheres em determinado espaço produzem e se reproduzem socialmente. Observa-se que nesta dinâmica se destaca a pesca, a qual interage, coexiste, qualifica e resiste às modificações no espaço cairuense.

O presente capítulo traz a inserção da pesca na configuração espacial de Cairu, a qual se mantém viva e interagindo com outros elementos presentes. Para isso demonstramos as principais características de permanência e de interação, assim como os rebatimentos à mesma e seus traços de continuidade nas localidades.

5.1 A PESCA E SUA INSERÇÃO NAS LOCALIDADES

A pesca se faz presente em Cairu através de diversos aspectos, seja simbólico (imaterial) ou concreto (material), os quais a mantêm pulsante nestas localidades. A pesca está visível na paisagem marítima e se expressa pela presença das embarcações ancoradas ou amarradas nos “morões”¹, petrechos utilizados nas pescarias, armazenados nas praias ou no mar, marcando locais onde as atividades estão sendo realizadas no momento, bem como o deslocamento constante de pescadores chegando ou saindo para mais uma etapa de pesca, entre outras expressões.

Todos esses fluxos, em torno dos quais a pesca se centraliza, estão presentes em todas as localidades de Cairu e especificamente naquelas visitadas. A pesca é vista também nas casas, com presença dos petrechos de pesca armazenados ou durante sua manutenção nas varandas, objetos e pinturas com desenhos ligados à pesca, ou até mesmo fotografia com o pescador responsável pela residência, mostrando um grande peixe pescado por ele.

¹ Pequenos troncos de árvores que são fixados em diversos pontos no mar em frente às localidades para amarrar as embarcações e dar uma estabilidade a mais quando as mesmas estão paradas.



Figura 92: Chegada de pescador
 Fonte: Pesquisa de campo.



Figura 93: Saída de pescador.
 Fonte: Pesquisa de campo.



Figura 94: Desenhos de pesca na varanda de casa
 Fonte: Pesquisa de campo.



Figura 95: Foto de pescador em sua varanda
 Fonte: Pesquisa de campo.

A pesca é visível também nos dados estatísticos levantados na pesquisa por domicílios, realizada na 2ª etapa de pesquisa de campo. A amostragem revelou que quase 80% dos domicílios têm pelo menos um pescador residindo (Figura 96). A localidade de Gamboa, na amostragem, revelou ter um número menor (42,5%), mas mesmo assim um quantitativo expressivo visto o tamanho da localidade e as diversidades de atividades presentes.

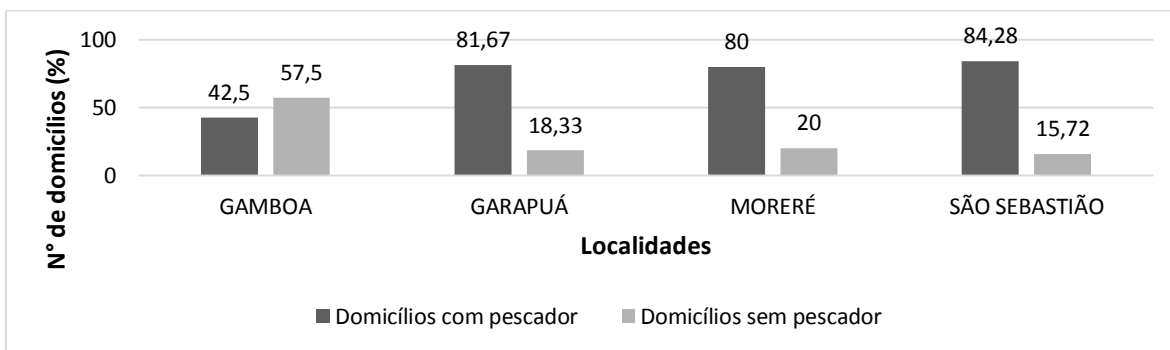


Figura 96: Gráfico de existência de pescado por domicílio, 2014.
 Fonte: Levantamento de campo, 2014. Elaborado pelo autor.

Constatou-se que a frequência por faixa etária que predomina nestas localidades está distribuída entre 22 a 64 anos (Figura 97), o que sugere comprometimento futuro da prática pesqueira em termos de quantidade de profissionais, comprometidos, já que a frequência na faixa responsável por dar continuidade (indivíduos até os 21 anos), é pouca.

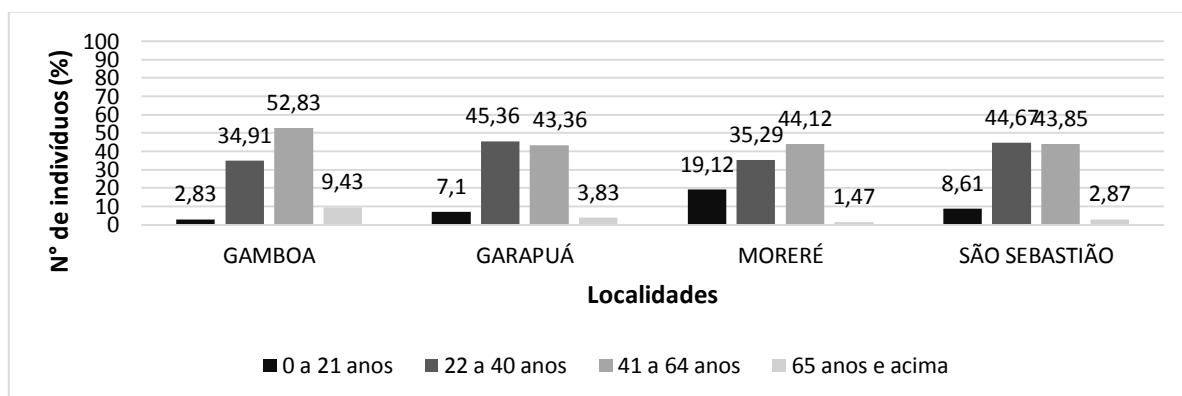


Figura 97: Gráfico de faixa etária de pescadores por domicílio, 2014.
Fonte: Levantamento de campo, 2014. Elaborado pelo autor.

Os pescadores predominam nas localidades em relação as marisqueiras (Figura 98). Os pescadores são aqueles que vão desenvolver, normalmente, a pesca de peixes, embarcado ou não, e por vezes realizam outras modalidades de pesca, como a retirada de crustáceos dos manguezais, a depender da área litorânea em que esteja inserido e a época do ano. Já as marisqueiras vão aos manguezais e praias fazer a extração de crustáceos ou cata os crustáceos em casa. Essas denominações e diferenciações são de caráter local, uma vez que para o ministério da pesca todos são pescadores e diferenciados apenas pelo sexo.

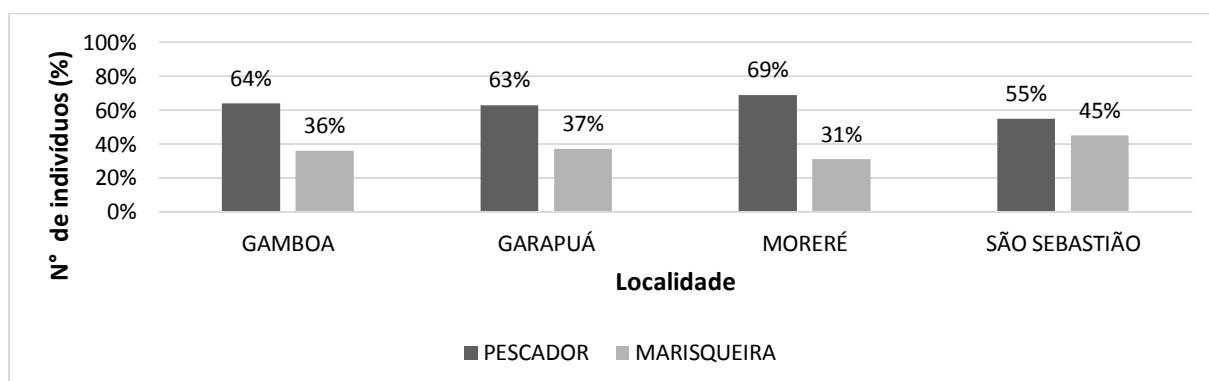


Figura 98: Gráfico de diferença de pescador e marisqueira por domicílio, 2014.
Fonte: Levantamento de campo, 2014. Elaborado pelo autor.

O número de pescadores que possuem registro na colônia é expressivo, variando de 29,4% a 79,5% (Figura 99), índices que indicam também a existência de muitos pescadores sem vínculo com alguma colônia, situação que tem destaque em Moreré, com 70,6% dos pescadores. Dentre as justificativas encontradas nas localidades que fazem com que os pescadores não se colonizem, estão a falta de documentos necessários à elaboração da carteira de pescador (em sua maioria) e a vinculação com outro emprego de carteira assinada, que impede a ligação do pescador com a colônia. Esta justificativa reforça a importância da pesca como atividade economicamente produtiva e socialmente identitária (o que não implica em ser monoativo ou formalizado, enquanto a falta de documentos é indicativa da precariedade das condições de cidadania dessa população).

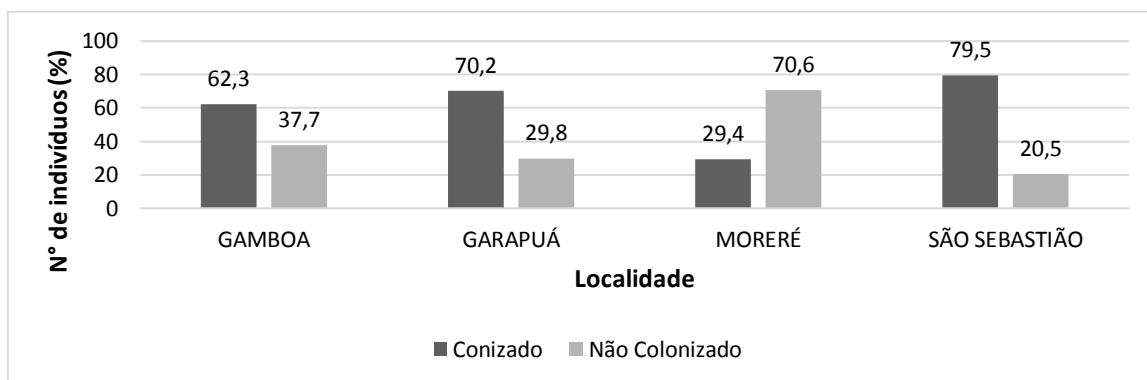


Figura 99: Gráfico de relação entre pescador colonizado e não colonizado por localidade, 2014. Fonte: Levantamento de campo, 2014. Elaborado pelo autor.

A característica de pluriatividade desses pescadores foi contatada nas localidades de São Sebastião, Moreré e Gamboa¹ (Figura 100) onde a grande maioria dos indivíduos levantados desenvolvem uma segunda atividade econômica para complementariedade da renda na pesca. As atividades complementares estão ligadas ao turismo na localidade, a construção civil e outras atividades, chamado de “bico”.

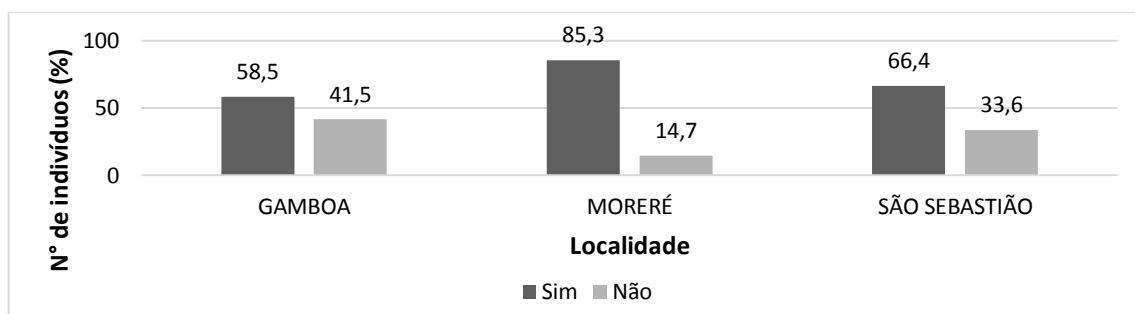


Figura 100: Gráfico de pescador que desenvolve uma segunda atividade econômica por localidade, 2014.

Fonte: Levantamento de campo, 2014. Elaborado pelo autor.

¹ Não foram identificados números estatisticamente expressivos para a localidade de Garapúa.

5.1.1 Dinâmica pesqueira

Para aprofundar a caracterização da dinâmica pesqueira nas localidades pesquisadas, foram realizadas entrevistas com 60 pescadores das localidades (12 em Garapuá, 13 em Moreré, 15 em São Sebastião e 20 em Gamboa), que serão utilizados como parâmetro indicativo.

As idades dos entrevistados variaram entre os 22 aos 70 anos, todos em atividade, embora haja alguns aposentados. Foram entrevistados 3 pessoas do sexo feminino e 57 do sexo masculino.

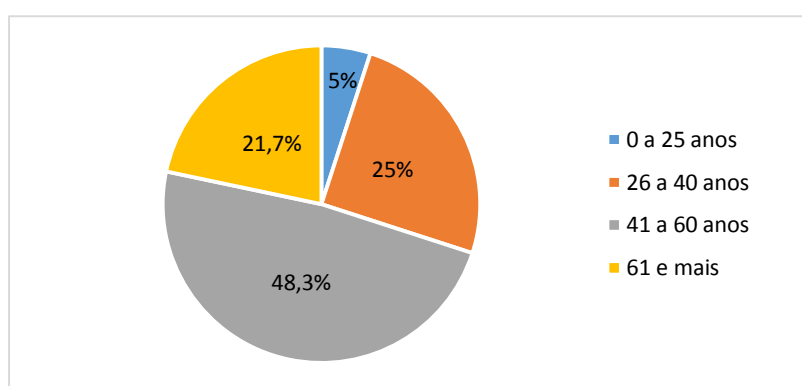


Figura 101: Gráfico de idades dos entrevistados
Fonte: Pesquisa de campo, 2014. Elaborado pelo autor.

O grau de escolaridade dos pescadores se concentra no ensino fundamental II (73,2%), com uma variância entre as séries de 1º ao 9º ano; apenas um entrevistado possui curso superior incompleto e outros possuem o ensino médio completo. Os que não possuem alfabetização (11,7%) ou possuem apenas a alfabetização (6,7%), destacaram a situação de precariedade vivida em suas localidades enquanto crianças, o que fizeram com que os mesmos se dedicassem ao trabalho, ao invés dos estudos. Nenhum dos entrevistados respondeu estar estudando no ano de referência da entrevista realizada.

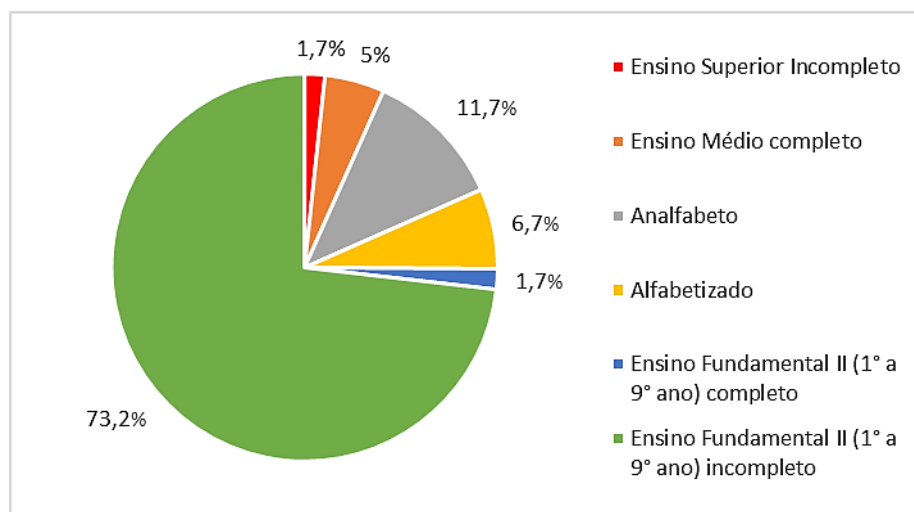


Figura 102: Gráfico de grau de escolaridade dos entrevistados.
Fonte: Pesquisa de campo, 2014. Elaborado pelo autor.

Uma característica dos pescadores artesanais (DIEGUES, 1983) é o modo como aprendem as habilidades profissionais, o que acontece através de laços entre os pescadores que passam os saberes entre as gerações, aprendendo com os pais (48,3%), amigos (28,3%) e parentes (16,7%). Observou-se que também em Cairu a forma de aprendizado da pesca não se dá através de cursos profissionalizantes do ensino formal, mas através do ensino informal, marcado pelo saber tradicional (Figura 103).

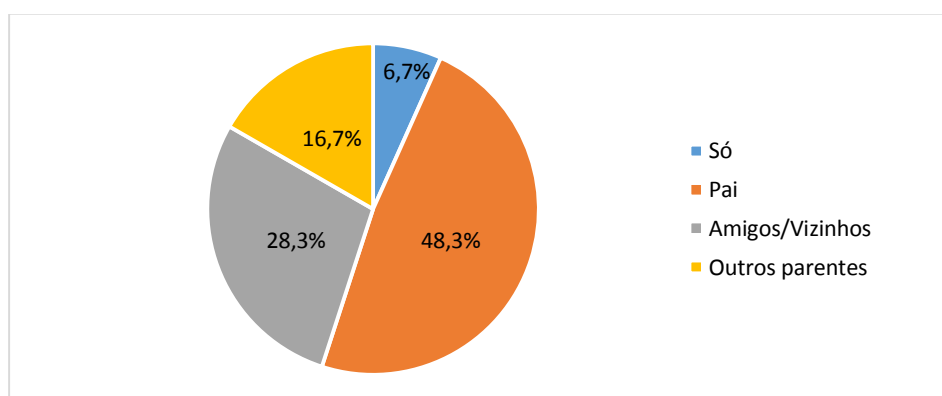


Figura 103: Gráfico de origem do aprendizado dos entrevistados.
Fonte: Pesquisa de campo, 2014. Elaborado pelo autor.

As famílias dos pescadores, possuem em média 4 componentes familiares. Suas residências, em sua maioria, são construídas de alvenaria e muitas com um segundo pavimento acima. Tais residências construídas e presentes nas localidades a um longo período de tempo, muitas vezes, têm sua origem de herança dos pais e foram reformadas nos últimos anos, uma característica presente nas localidades visitadas, o que pode indicar aumento da renda das famílias.

A pesca é a principal fonte de renda dos responsáveis pelos domicílios. Os pescadores têm sua origem as próprias localidades de moradia, com exceção de 8% vêm de área rural de outro município e 7% de área urbana de outro município, porém todos revelaram que estão nas localidades há mais de 10 anos, e muitos chegaram nas comunidades ainda pequenos. Vale ressaltar que os indivíduos que vieram de outros municípios já adultos vieram com a pesca como sua fonte de sobrevivência.

Não foi demonstrada complementaridade à pesca por agricultura ou pecuária para as famílias dos pescadores. Apenas 2 entrevistados revelaram que possuem algum tipo de produção em seu quintal, porém para consumo familiar e divisão com a vizinhança, produções como mandioca, banana e outras árvores frutíferas. Apenas um entrevistado declarou que cria galinha para consumo familiar.

A pesca agrega função econômica de fonte de renda e conteúdo de identidade social do pescador, além de compor seu bem estar, na medida em que 100 % dos entrevistados declararam gostar de pescar, embora seja necessário relativizar essa unanimidade. Os pescadores apontam a pesca como uma atividade que os agrada e que também está vinculada à falta de outras opções profissionais nas localidades. Estes profissionais desenvolveram tal atividade desde jovens, como se apreende e, algumas de suas falas.

Avemaria! É uma das coisas que eu mais gosto em minha vida é pescar (EPEMR_1, 2014).

Se eu pudesse não saia de dentro da água (EPEMR_2, 2014).

E muito! Minha profissão. É o que eu tenho e eu gosto mesmo (EPEMR_7, 2014).

É o que tem para fazer em Cova da Onça (EPESS_1, 2014).

Meio de sobreviver também (EPESS_7, 2014).

É o jeito (EPESS_6, 2014).

Até que eu gosto, apesar do sofrimento (EPESS_10, 2014).

É o esporte que eu mais gosto de praticar. Já roça eu não quero saber conta com roça (EPESS_11, 2014).

Fui criado na pescaria (EPESS_13, 2014).

Cresci e vivi na pesca, minha vida é pescaria (EPEGB_5, 2014).

Para a ilha aqui é ser um pescador ou ser um marinheiro de lancha. É o que dá resultado (EPEGB_9, 2014).

Nós temos que gostar do que faz, porque a gente sobrevive e tem que gostar disso (EPEGB_14, 2014).

Pois é uma coisa, que tem momento que pega dois, pega 1, não tem a pressão de estar trabalhando para os outros, através de exploração, trabalho

e eles querem que eu trabalhe mais ainda. Ao mesmo tempo distrai a mente (EPEGB_20, 2014).

Se a profissão daqui é essa (EPEGP_5, 2014).

É um dom de nascença (EPEGB_10, 2014).

Além dos vários aspectos positivos da pesca, percebido pelos pescadores, há também a possibilidade de aposentadoria. Mas a mesma atividade que gera benefícios e bem estar para quem pratica, ainda tem seu lado ruim. Os pontos negativos da pesca estão centralizados na baixa quantidade de peixes na costa dessas localidades, causados por diversos fatores como a sobrepesca, o impedimento de exploração de pesqueiros devido a presença da Petrobrás e embarcações de pesca industrial, a exploração por pescadores de fora e pescadores industriais. Outro ponto tocado pelos pescadores é a susceptibilidade às mazelas do tempo, assim como a distância das famílias no período em que se dedicam na pesca em alto mar. Ainda apontam também a falta de produtividade em certas épocas do ano, a insegurança que a pesca traz, devido à irregularidade de peixes no mar (chamada como uma aventura). A falta de petrechos de pesca e barco faz o pescador ficar dependentes aos donos do barco: paga taxa do 1/5 ou recebe diárias baixas; arrisca que pesca não dê para pagar o aluguel do barco. Assim os pescadores dão justificativas como:

O pescado não tem o suficiente, hoje o pescador faz outra pesca para vê se se sustenta. Já vi gente comprar rede nova, quando chegar lá fora acabar com a rede e não conseguir o dinheiro para pelo menos pagar a rede comprada (EPEGP_1, 2014).

Agente vai e não pega nada. As vezes não pegamos nem para comer (EPEMR_7, 2014).

A pesca lá fora, pois fica submetido ao temporal, sem saber o que vai acontecer (EPESMR_5, 2014).

Acordar de madrugada e sair para pescar num temporal (EPESS_7, 2014).

O ruim de ser pescador é você sair e passar a noite fora, em alto mar. levar 3 a 4 dias fora, lá fora em alto mar. ai é um sufoco para a pessoa (EPESS_9, 2014).

Está bem escassa, é uma atividade incerta, se viver só da pesca tá lenhado, tá frito. Acordar de manhã cedo, muita frieza (EPESS_11, 2014).

A pesca incorpora o dia a dia das famílias dos pescadores, os quais têm sua dependência desta atividade e demonstram a importância da mesma. Ao se questionar sobre a representatividade da pesca para a família e para ele, os entrevistados apontam a mesma como sua fonte de sobrevivência e de renda da família, dando justificativas como:

O futuro da minha família, pois eu vivo disso. Não sei fazer outra coisa, a não ser pescar e pro mangue também. Eu faço todos os tipos de pescaria, pesco e vou pegar marisco também. Sou pescador e marisqueiro. (EPEGP_5, 2014).

Sobrevivência. No inverno é o que sustenta (EPEGP_2, 2014).

É tudo, é de onde eu sustentei minha família. De onde tiro meus peixinhos para comer. Eu fui criado dentro da pesca (EPEGB_5, 2014).

A fonte de renda, paga as contas e também come [...], pega um dinheiro hoje e já tem o dinheiro da água e da luz (EPEGB_6, 2014).

Meio de sobrevivência da gente. Porque se não tivesse a pesca, nós iam sobreviver de quê? (EPEGB_9, 2014).

É a fonte de vida da gente, e quando não dá, arranjamos um bico para ajudar, mas sempre temos a pesca (EPEGB_11, 2014).

A pesca pra mim significa tudo, abaixo de deus ela. se não fosse ela a pessoa leigo, sem saber ler e escrever. e hoje até para ser gari tem que ter curso. se não fosse a pesca, minha família não sobreviveria (EPEGB_14, 2014).

É bom. Consegue o pão de cada dia. Vai até ali, dá um mergulho e consegue um dinheirinho (EPESS_4, 2014).

Traz alimento para dentro de casa e também, quando vende, pode trocar para comprar para outra coisa de dentro de casa (EPEMR_3, 2014).

Várias coisas, o alimento. A pescaria é o nosso alimento. Se não tiver a pescaria. Agente vende aquele peixe, é para comprar a farinha, comprar o café, o açúcar, comprar as coisas de dentro de casa [...] (EPEMR_7, 2014).

Hoje é o meu sustento, hoje é minha vida. Como eu estou dizendo, é pouco, mas ainda é uma maneira de sobrevivência minha. Que trabalho aqui você não acha. Trabalho fixo né? Principalmente pela idade que você não encontra outro. Temo que continuar na pesca, dê ou não dê (EPEMR_10, 2014).

As falas dos pescadores chamam a atenção ao distinguirem a importância da pesca como fonte de renda e como sobrevivência, situação que denota a produção material da vida numa economia parcialmente monetarizada, mas fundamentalmente dependente da relação com a natureza.

De fato, a dependência para com os elementos da natureza ainda domina a pesca artesanal, das áreas estudadas. Sendo assim, através das entrevistas, os pescadores ainda contam com a verificação de elementos como a tábua de maré, a lua, o tempo. Outro fato ligado à natureza é a época do ano, enquanto dinâmica climática e disponibilidade de pescado no mar, o que faz com que os pescadores realizem tipo de pesca e intensidades diferentes de ida ao mar. Esses fatores, dentre outros, influenciam o número de dias que o pescador se dedica à pesca: os entrevistados declararam pescar todos os dias caso “o tempo esteja bom”. O tempo de permanência no mar varia, dependendo da prática pesqueira à qual o pescador se dedica; se exercer pesca em alto mar normalmente o mesmo dorme no mar, passando noites por lá, conforme a autonomia da embarcação. Porém, se for pesca realizada

perto da costa (a maioria dos entrevistados), passam um período do dia no mar. As incorporações tecnológicas são poucas, mantendo boa parte dos mesmos traços de tradição ou permanência dos saberes, através de petrechos artesanais produzidos pelos próprios pescadores ou comprados na mão de outros.

Vale ressaltar que estas relações com a natureza local não estão ligadas a lendas, e sim a relação da natureza como fator de interferência as idas a pesca, não sendo constatados a natureza com lendas locais, apenas histórias do passado histórico da época da colonização.

Na mesma perspectiva de uso diferenciado do tempo de trabalho nas localidades, 66,7% dos entrevistados declararam desenvolver uma segunda atividade que dá complementaridade à renda familiar. Estas atividades, denominadas popularmente como “bico”, estão vinculadas a diversas vagas de trabalho formal e informal, como trabalhos no comércio da própria família, em pousadas, restaurantes, prefeitura. Também são encontradas atividades ligadas à construção civil (pedreiro, servente, ajudante de pedreiro e pintor), assim como reciclador, marinheiro de barco de transportes e de trator de transporte local.

A segunda atividade econômica desempenhada pelos pescadores das localidades compõe a diversificação ou a pluriatividade vinculada ao crescimento das localidades e ao nível turístico presente. Já para outros pescadores apesar de se ter outra profissão, tida com carteira assinada, a pesca estaria vinculada como a ofício a ser exercida diariamente, nas horas em que não está no emprego formal, o tornando pescador também, embora em tempo parcial. Também quando não encontram outros “bicos” eles vão trabalhar na pesca; logo a pesca é imanente ao espaço socioeconômico, demarcando a ruralidade de Cairu.

O domínio dos pescadores no mar, no que diz respeito às formas de se especializar, é extenso. Os pescadores revelaram pescar não só nas áreas em frente a suas localidades, mas por toda a costa de Cairu. Os locais onde os pescadores fazem a extração dos peixes são denominados de pesqueiros. Os pesqueiros, locais que são pontos de pesca onde há grande fatura de peixes, estão espalhados por diversas áreas pela costa de Cairu e de outros municípios. Os pesqueiros situam-se em locais diferentes e são conhecidos pelos pescadores por nomes específicos, nomes que muitas vezes são dados por eles e são passados entre as gerações. Os

pesqueiros são explorados de maneiras diferentes de acordo com a época do ano, e tipo de pesca desenvolvida. Os pesqueiros podem ser encontrados próximos à costa, em alto mar ou em áreas costeiras de outros municípios.

Embora em algumas embarcações haja aparelhos de identificação de pesqueiro, como o GPS, nenhum dos entrevistados utiliza ou possui estes instrumentos. A identificação é feita geralmente por marca em terra ou marcações com boias no mar. A marcação de terra é um ponto fixo e de destaque em terra, visto a longas distancias em mar.

Observa-se que a pesca dos moradores de Cairu não se restringe em volta de suas localidades (normalmente expandem suas áreas de atuação quando as áreas próximas a sua localidade não estão fornecendo peixes, forçando-os a procurar em outras áreas), mas próximos das outras localidades que compõem o arquipélago, sem conflitos entre pescadores. Em Garapuá, além do manguezal e dos recifes na parte costeira oceânica, os pescadores exercem a pescaria na zona estuarina, ficando quase exclusivo dos moradores da localidade, já que as outras localidades têm o acesso dificultado, pois se encontram na costa marítima.

No caso de Gamboa, os pescadores ainda contam com as “camboas” (Figura 104). As camboas são armadilhas fixas, feitas com estacas de madeira ou alumínio e com rede, que faz com que o peixe que entre nela não saia, ficando confinado e facilitando a retirada do mesmo através da rede pelo pescador. Cerca de 50 estão espalhadas pelo litoral da localidade, segundo estimativa dos entrevistados. A posse das camboas vem de muito tempo em Gamboa. Cada família antiga tem uma camboa e é dona desta área para exploração, deixando para as gerações seguintes ou vendendo ou doando a área para outro morador da localidade. A exploração das camboas se dá sem conflitos e não se restringe apenas às famílias que têm sua posse, mas aos outros pescadores que fazem a retirada de outras espécies que caem na armadilha e que o dono da camboa não retira. Vale ressaltar que as camboas exigem dedicação dos pescadores, pois a mesma fica condicionada aos movimentos de maré, o que faz com que o pescador perca o peixe, se ele ficar muito tempo confinado em pouca água ou até mesmo fuja caso a maré mude para posição contrária em que a camboa foi construída.

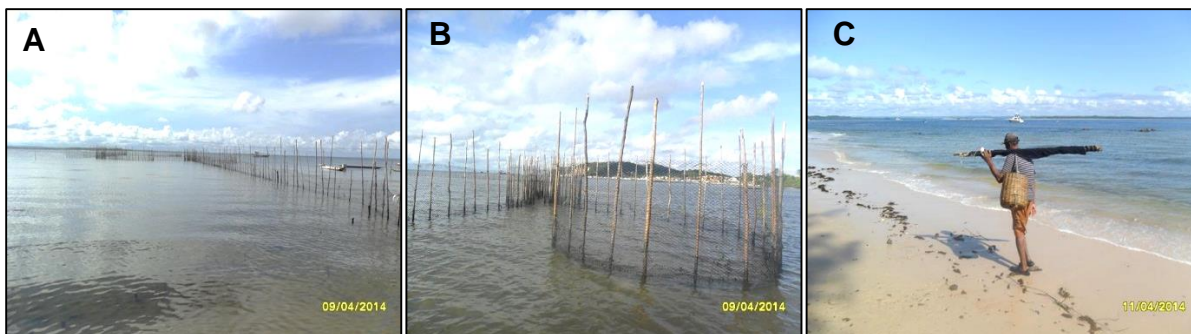


Figura 104: Uso de camboa em Gamboa: (A) Vista panorâmica do cercado de uma camboa; (B) Armadilha de confinamento final, local onde os peixes ficam presos após nadar pela beira do cercamento; (C) Pescador voltando de fazer a “maricagem” da camboa (retirar os peixes).
Fonte: Pesquisa de campo, 2014.

As artes de pesca são diversas (Figuras 105 e 106), muitas vezes estando ligadas ao tipo da pescaria a ser realizada ou a época do ano. Dentre tantas artes de pesca existentes nas localidades, houve destaque rede e linha, que são artes para tipos de pesca geralmente não direcionada a uma espécie específica, mas a um tamanho de peixe a ser pescado.

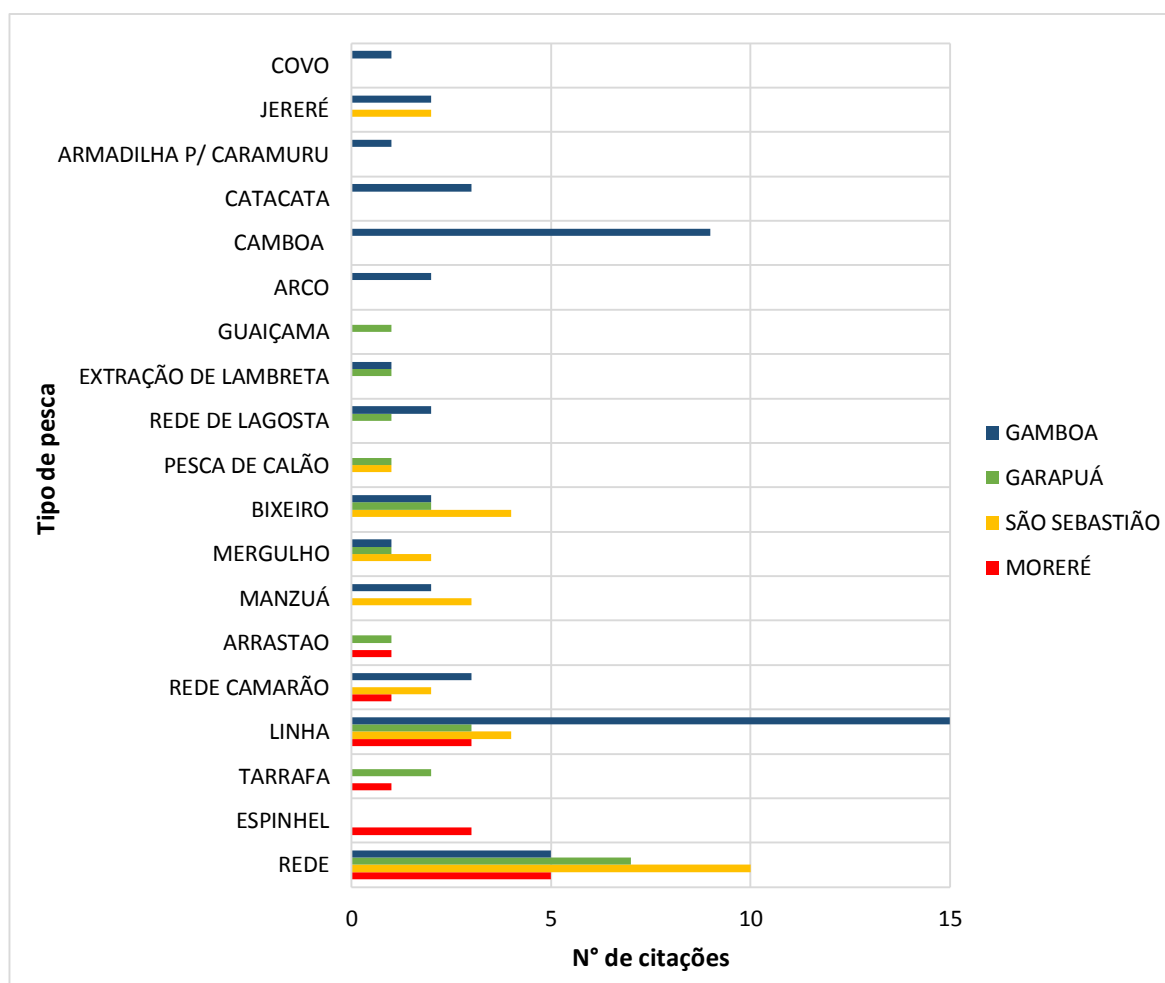


Figura 105: Gráfico das modalidades de pesca citadas pelos pescadores entrevistados.
Fonte: Pesquisa de campo, 2014. Elaborado pelo autor.

A dinâmica de parceria entre os pescadores expressa a relação com o mar como sendo de todos; nas falas transcritas a seguir esse pertencimento do mar se evidencia quando os mesmos não guardam segredos quanto à localização dos pesqueiros que já conhecem ou dos novos encontrados, assim como a produtividade dos mesmos:

Todo mundo sabe. Todo mundo fica ajudando os outros. Ai vem um e diz: “peguei um peixe aqui. Fui ali, e peguei muita xumberga, e foi mesmo? e tá dando? Tá! E maréco? A um mês.” E se não vou dizer, não peguei nada! Pra que? só você? e os outros pais de família? (EPEGB_11, 2014)

Nós somos nativos, não temos que guardar segredo não. Temos que passar (EPEGP_1, 2014).

Vale ressaltar que tais falas revelam também a dinâmica de vida na comunidade e o sistema de parceria, presente não só na pesca, mas na localidade. Embora cheguem muitas vezes novos ritmos às localidades, as ligações entre os pescadores ainda continuam fortes.



Figura 106: Alguns tipos de pesca: (A) Pesca de siri com jereré; (B) Rede de pesca; (C) Rede de tarrafa; (D) Pesca de linha na beira da praia; (E) Rede para pesca em camboa; (F) Armadilha manzuá. Fonte: Pesquisa de campo, 2014.

Para os pescadores da costa, geralmente os restaurantes não absorvem seus produtos, pois os tamanhos dos peixes pescados, predominantemente são pequenos: assim os pescadores de grandes embarcações são os que têm acesso a esse mercado.

A família é envolvida na pesca: os filhos e os cônjuges colaboram nas etapas da venda, seleção, armazenamento e descarregamento do pescado quando chega em terra. O sistema de parcerias também é encontrado na divisão da renda entre os pescadores, que não pescam só. Fazem a divisão do pescado igualmente, após a retirada do pescado que é destinado proprietário como pagamento da embarcação, o chamado quinto (Figura 107).



Figura 107: Parcerias na pesca: (A) Família envolvida na catagem de crustáceos; (B) Família envolvida no desembarque do pescado; (C) Limpeza de rede e desembarque em grupo.
Fonte: Pesquisa de campo, 2014.

Observa-se que há, uma organização produtiva, desempenhada de forma corriqueira, que vai desde a captura no mar ao destino final, marcada pelas relações entre pescadores, comerciante, familiares e outros moradores. A maioria utiliza a pesca para a subsistência e o excedente é comercializado com destino variado, seguindo o perfil de um pescador artesanal como descrito por Diegues (1983) e Maldonado (1986) (Figura 108).

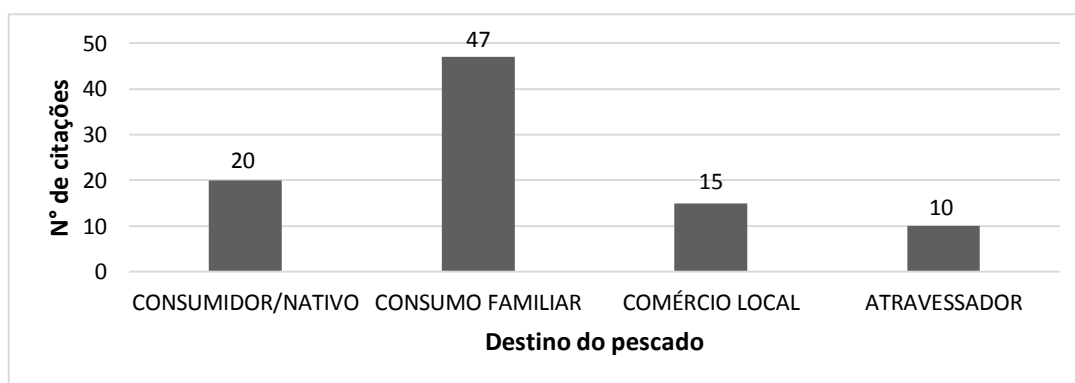


Figura 108: Gráfico dos principais destinos do pescado.
Fonte: Pesquisa de campo. Elaborado pelo autor.

Os períodos do ano em que a pesca gera mais rentabilidade aos pescadores são relativos entre o verão e inverno. Os 68,3% que responderam no verão atribuem a maior rentabilidade, à alta dos preços e ao aumento da procura pela temporada turística nestas localidades. A produtividade ligada ao verão está de acordo com

algumas artes de pesca desenvolvidas neste período que têm vantagem devido à presença de águas calmas e claras, facilitando principalmente a pesca de mergulho. Os 31,7% que apontam maior rentabilidade no período de inverno atribuem à grande produtividade de peixes, apesar de não existir muita procura e nem alta dos preços neste período, obrigando os mesmos venderem rapidamente (os que não têm como armazenar) ou armazenar e esperar um momento propício. Segundo relatos, as águas turvas presentes no inverno facilitam a pesca de rede e de linha.

Quanto à vendagem e à armazenagem, estão ligadas à presença de meios de armazenagem como a existência de freezers. Os pescadores revelam que os preços variam e apontam também que a rentabilidade da pesca está ligada à baixa quantidade de peixes na atualidade e à procura que é maior pelos clientes, o que faz com que o pescador possa aumentar o preço do pescado e valorizar seu trabalho.

As vezes tem um “arranca rabo” um com outro, que vende aqui, e as vezes a gente tem que puxar para o preço, pois vende no restaurante. O restaurante ele quer dar facada, e na hora de pagar eles querem pagar bagatela. Hoje, Graças a Deus, a gente tem opção porque tem como estocar nossos pescados e esperar chegar o dinheiro, valorizar mais o nosso trabalho. Mas antigamente ninguém tinha esses frizeres, e a coisa era mais difícil e a pessoa tinha que chegar e entregar. E hoje, o negócio já muda mais um pouco (EPESS_13, 2014).

A frota encontrada é diversa, marcada pela presença de barcos de motor e canoas de madeira a vela (Figura 109). Mais recentemente entrou canoas de fibra e lanchas, estas últimas utilizadas para passeios turísticos principalmente. Em geral estas embarcações, sobretudo os barcos a motor e canoas de madeira, são antigos, comprados em localidades de Cairu ou Valença. Já as canoas de fibra são recentes nas localidades, muitas advindas de Salinas das Margaridas. Os barcos identificados não foram financiados, o que demonstra que a pesca foi capaz de gerar renda suficiente para os pescadores terem acesso a seus bens de trabalho. Evidencia-se que tais pescadores não tiveram acesso a políticas de apoio a pesca, dificultando a aquisição de instrumentos que poderiam aumentar a produtividade pesqueira.

Dos entrevistados 66,7% possuem registro nas colônias de pescadores, de Valença, Taperoá e Cairu, tendo a de Valença os pescadores mais velhos.

Em Cairu o calendário dos defesos está dividido entre o peixe robalo e o camarão. Vale ressaltar que o defeso é um seguro destinado aos pescadores com carteira do MPA, com o objetivo de assegurar, uma renda mínima ao pescador na

época de reprodução de uma espécie específica, para que não seja feita uma pesca predatória.

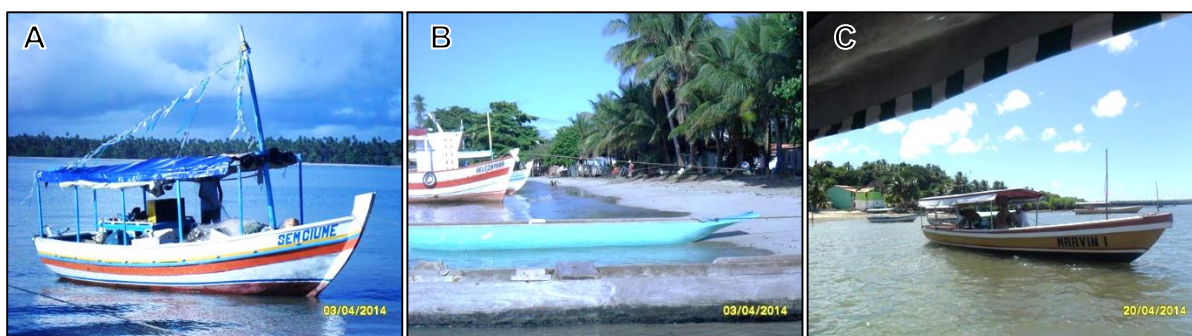


Figura 109: Principais embarcações de pescadores: (A) Barco de madeira a motor. (B) Canoa de madeira a vela. (C) Canoa de fibra a motor.
Fonte: Pesquisa de campo, 2014.

Os pescadores não recebem nenhum outro benefício de ajuda à pescaria, como financiamentos para compra de instrumentos, participação de projeto e curso para a pesca, com a exceção de um pescador que passou por um curso de utilização de GPS, financiado pela Petrobrás. Os únicos benefícios identificados foram a bolsa família para 30% das famílias dos pescadores e do cheque solidário¹ para 11,7% dos pescadores. Embora beneficiados, segundo os entrevistados, a quantia não interfere nas idas à pescaria, ou seja, eles não deixam de pescar ou diminuem as idas à pesca pelo fato de se ter um benefício mensal.

Também foi constatado que não há um monitoramento pesqueiro efetivo em escala local, além do acompanhamento feito pela Petrobrás em algumas localidades, de forma que se possa observar as mudanças na pesca. Essa falta de acompanhamento fortalece a invisibilidade da pesca artesanal pelo governo municipal, e denota a ausência de ação ambiental, apesar de Cairu estar em uma APA e possui relevância atribuída a pesca.

Os pescadores ainda mantêm ligação com seus locais de permanência, e 95 % dos entrevistados revelam que não desejam sair das localidades, justificando que os lugares onde moram possuem características que trazem mais benefícios do que perdas, embora haja dificuldades na atualidade para a prática da pesca.

O entendimento dos pescadores, é que suas localidades são áreas com diferentes dinâmicas daquelas vividas nas cidades (urbanas), cujas características

¹ O cheque solidário é um benefício dado pela prefeitura a alguns moradores, no valor atual de R\$100,00 para aqueles que têm algum problema de saúde. Tal cheque é utilizado no comércio local.

impedem que os mesmos desenvolvam sua atividade principal (pesca), bem como estabeleçam suas relações de vida igual ou semelhante à vivida atualmente em suas localidades (rurais e/ou de dinâmicas rurais), embora ainda necessitada de melhorias em sua infraestrutura:

Aqui é tranquilidade. Quem quer sair de um lugar desse? (EPEGP_3, 2014)

Para onde vai, tendo esse paraíso? (EPEGP_5, 2014)

Aqui é bom demais (EPESS_1, 2014).

Daqui, para aqui mesmo. Nós convivemos apenas com a pesca mas é um local tranquilo e calmo [...] Tem gente aqui que não quer sair para fora, já é acostumado aqui em cova da onça e não quer sair para fora. Ainda mais hoje em dia que está essa violência aí, e para conseguir emprego é difícil e as pessoas só conseguem arranjar emprego se tiver um segundo [...] mas a não ser e aqui não, a pessoa já convive a tantos anos através da pesca. Você consegue o peixe, já vai ali e consegue um trocado, aí agora bota um manzuá e arranja outro trocado e na cidade não, na cidade a pessoa tem que correr atrás de trabalho e mesmo assim se tiver um curso pronto. Se não tiver um curso de segundo grau não pega um emprego e nem nada (EPESS_2, 2014).

Para falar a verdade não. Cidade não é comigo! Do jeito que a cidade está violenta, não sabe se volta com vida. É difícil [...] O único lugar que eu sai para trabalhar foi para Morro de São Paulo, por 4 meses. Cairu que é Cairu eu vou ali, minha irmã mora em Valença eu agoniado para vir embora, fico 2 dias, fico querendo vir embora, quem dirás em outra cidade? Cidade grande não é comigo. O que é a cidade hoje rapaz? a cidade está muito violenta! você é doido?! a pessoa sai e não sabe se volta, na ilha não, a pessoa tá tranquila, tá de boa (EPESS_11, 2014).

Não. Só se a pesca terminar e me forçar a sair para outro lugar (EPEGB_3, 2014)

Daqui para o cemitério (EPEGB_5, 2014)

Por causa desses problemas que estão ocorrendo na cidade, eu não gosto não. Aqui eu tenho mais liberdade, fico a vontade, crio meus filhos, tenho minha esposa. Você vai lá, tem muitos problemas na cidade, muito arriscado (EPEGB_7, 2014).

Gosto daqui pois tem bastante meio de marisco. E na cidade assim, nunca gostei não. Gosto daqui porque de minhas terras. E não cidade eu não vou nunca. Tenho aqui minha pesca, tenho minhas redes, chamo meus parceiros e pesco, e na cidade não tenho isso. Nunca vou sair daqui (EPEGB_11, 2014).

Aqui é o paraíso dos paraísos (EPEGB_18, 2014)

Gosto muito daqui. Aqui é sossegado, não tem violência (EPEGB_12, 2014).

Só se for dentro de Gamboa mesmo. Aqui tem conforto, sou nativo e não tem coisas ruins como lá fora, na cidade (EPEGB_20, 2014).

Entretanto, quando questionado sobre a mudança de trabalho entre a pesca e outra profissão, 45% dos pescadores disseram que mudariam de profissão, justificando que outra atividade muitas vezes traz uma maior rentabilidade e segurança financeira, ao passo que a pesca não proporciona isto.

Caso tenha um trabalho sem carteira assinada eu pego, pois não posso assinar carteira, pois perco tudo o que eu já conquistei na colônia (EPEGB_8, 2014).

Uma coisa melhor (EPEGB_15, 2014).

Pois a pesca é uma aventura, tem dia que dá e outros dias que não dá (EPEGB_20, 2014).

Vou trabalhar para ninguém de carteira assinada? Não vou não (EPESS_5, 2014).

Depende do tipo e trabalho. se for trabalho pesado não, prefiro ficar em minha pesca. a pescaria tem vezes que se dá bem, e tem vezes que não. Mas não morre de fome. Quando não arranja nada para vender, mas tem para comer (EPEGP_5, 2014).

A liberdade que a pesca permite ao pescador é ponto positivo externado pelos entrevistados. O pescador tem flexibilidade em desenvolver suas atividades na hora que quer e no dia que quer. Além disso, observa-se que o desenvolvimento de atividades econômicas, principalmente para os pescadores colonizados, é feito na condição da não assinatura de carteira de trabalho, já que os mesmos acham vantagem estar como pescador. Afirmam que outra atividade econômica torna-se não tão duradoura e estável quanto à pesca e seus benefícios, embora sejam poucos.

A falta e a situação da pesca fazem com que o pescador pense em buscar, caso apareça, outras atividades econômicas como fonte de renda, restando a prática de pesca como modo de vida, apenas. Observa-se que o pescador colonizado, ao mesmo tempo que sofre com a situação ruim da pesca, fica impossibilitado de desenvolver outras atividades profissionais com garantias trabalhistas, devido a sua vinculação predominante com a pesca. Porém mesmo desenvolvendo outra atividade principal, os mesmos justificaram que pescariam nas horas vagas, tendo justificativas como:

Tem que pescar, a gente não pode ficar em casa sem fazer nada. A gente tem que se virar para manter a casa (EPEGB_7, 2014).

A pesca é boa (EPEGB_16, 2014)

Nunca deixaria. Seria uma fonte de alimentação, deixaria de ser fonte de renda, e também está no sangue (EPEGB_17, 2014)

Porque eu gosto da pescaria, e também é uma força a mais no orçamento (EPEGB_20, 2014).

Porque nas horas vagas se eu fosse para a pescaria, era um trocado que eu ganhava por fora. Já aliviava. Já quebrava um galho. Pescava nas horas vagas na hora. Porque não?!! (EPESS_11, 2014)

Depende, as vezes a gente está em um trabalho e a gente não se sente feliz, e muitas vezes não, tudo depende onde você está! (EPESS_13, 2014)

Trabalharia o período e pescaria no outro sem empatar (EPEMR_4, 2014).

Há proibições de acesso a áreas destinadas à pesca. As restrições estão ligadas a exploração de espécies em um período do ano, com defeso para os colonizados. Também há as proibições acerca da exploração das tartarugas, feitas pelo IBAMA, visto que estas áreas demonstravam-se com grande exploração destes animais por parte dos pescadores, para alimentação. Outras proibições estão vinculadas no período de reprodução da lagosta e dos caranguejos, proibições feitas pelo IBAMA e incorporadas no dia a dia das localidades e tomada como essência da sustentabilidade da pesca destas localidades. Além disso tem as áreas que circundam o Campo Manati, área de grande pesqueiro, proibida a pesca na atualidade.

5.2 REBATIMENTOS NA DINÂMICA PESQUEIRA: PERSPECTIVAS DE CONTINUIDADE OU EXTINÇÃO

A inserção da pesca nas atuais dinâmicas de produção do espaço em Cairu passa a sofrer com perdas em suas práticas, o que dificulta a vida dos indivíduos que a desenvolvem. Pode ser compreendido, pelo exposto até o momento, como se dá a dinâmica espacial de Cairu, como base de análise e condicionante para os modos de vida, sobretudo os rurais, que na atualidade do município, passam por rebatimentos. Constata-se os rebatimentos na atividade pesqueira, entendidas como interferências negativas e positivas, face a sua relação com a dinâmica espacial local atual.

Assim a pesca passa a exercer vários papéis além das tradicionais que são fonte de sobrevivência e de identidade social; passa a ser também objeto de uso do turismo (fornecer produtos e também compor uma paisagem vendida), fonte de renda para o município, elo de ligação entre o homem e a natureza e assim para uma sustentabilidade, no contexto da regulação ambiental. Observa-se que o espaço ocupado pela pesca é um espaço fragilizado, calcado pela tensão e conflitos gerados pelas ações do capital privado, que tem o turismo como o novo motor gerador de desenvolvimento local e em geração de energia (no caso do gás natural) com demanda urbana a ser atendida.

Nesse sentido a pesca passa a se desenvolver e os pescadores a viverem dentro desse espaço produzido por eles também, mas apropriado, sobretudo pelo

capital privado turístico, através do turismo e outras ações que atingem as localidades, mas também pelo capital industrial de energia.

A pesca hoje vive numa relação de coexistência com outras atividades inseridas na dinâmica espacial das localidades, com novas atividades econômicas e incorporações na cotidianidade, mais também marcada por conflitualidades devido às perdas na pesca geradas ao longo do tempo, e ameaçam a continuidade desta atividade.

Observa-se que o mar, espaço e continuidade das relações em terra dos pescadores, nesta tessitura de Cairu passa a virar espaço de competição, quando o mesmo é “palco” de relações conflitantes entre pescadores e outros trabalhadores da pesca de outras localidades, da Petrobrás e do turismo, fenômeno explicado por Diegues (1995, p.20). A convivência da pesca com turismo é conflituosa pela disputa de espaços que antes eram quase exclusivos da pesca e hoje são divididos com lanchas, barcos e visitas turísticas constantes. O mesmo acontece com a chegada de empreendimentos privados, que além de gerar impactos ambientais e na paisagem das ilhas, gera impactos nas áreas de pesca.

O turismo é um dos pilares do plano de desenvolvimento de Cairu, o qual se caracteriza pela exploração dos bens naturais socialmente conservado ao longo do tempo. Tal atividade, que se territorializa a cada dia nas localidades, embora incipiente fora de Morro de São Paulo e Velha Boipeba, vem dando uma outra dinâmica às localidades, de modo a ter a inserção de novos valores culturais, bem como um movimento de pessoas de fora.

Com o turismo, o pescador passa a ter mais um consumidor direto de seus produtos. Vale ressaltar que esta absorção de produtos de origem pesqueira é direcionada a algumas espécies com valores comerciais, como peixes de grande tamanho e crustáceos. Em levantamento direto, identificou-se que a maioria dos pescados utilizados nos restaurantes e bares é retirado das ilhas, porém ainda são trazidos pescados das cidades vizinhas, como Valença, produtos como camarão e alguns mariscos, devido à baixa oferta com qualidade comercial nas localidades. Também a compra de produtos agropecuários pelos restaurantes é feita nas cidades vizinhas, já que nas localidades não possuem tais produções.

A ação do turismo é revelada nas falas dos pescadores, como causa de grande tráfego de meios de transportes no mar, aumento de pessoas explorando o mar para obter pescado, aumento de pessoas nas praias e recifes.

Pelo desenvolvimento do turismo. O turismo cresceu demais aqui, tou dizendo aqui Morro de São Paulo, [...] e o movimento que tem das pousadas da praia do encanto hoje, era a área que mais dava peixe da manjuba, se chama o carapitangui [...] daqui, para lá de barco, nessa canoa a motor é 20 minutos, 25 minutos ou 30 minutos. A gente pescava direto lá, então lá dava muito cabeçudo, xarel, guaricema, sororoca, esses peixes. Hoje não dá, porque quando a gente está na manjuba, que o peixe tá querendo chegar daqui a pouco chega 2, 3 lanchas rápida, por cima da manjuba, mata algumas manjubas, o peixe grande que estava querendo vir pra terra, vai embora, vai de barra fora de novo. Ai eles vêm e pegam os passageiros naquelas praias e vai fazer a volta a ilha. Ai a gente fica lá o dia todo com 7, 8, 10 homens, pais de família, sem poder matar o peixe. E naquele tempo não, meu amigo, você chegava lá não tinha esses movimentos que impedisse o pescador do calão. Quando dizia a manjuba tá ai, era certeza de 200, 300, 500, 1000 quilos de peixe, que eu já vi chegar. E hoje não tem. É só a pesca? Não! É a exploração muito de um lado e muito de outro, porque hoje o turismo causa danos, tem o interesse do turista, e os donos de lancha têm direito de ganhar na volta a ilha. Ali ó! Tá vendo aquela balsa lá? [...] Ali é um pescador que nunca mais a gente pode pescar. Agora porque? Porque do turista, que no caso chega na balsa ali, 10, 12 lanchas, 10, 12 lanchas não, 30 lanchas. Entendeu? Ai pronto, ali pinauna, que o lugar se chama pinauna, onde a gente pescava. Quando os turistas chegam com a lancha, os turistas não, quando o pessoal chega com as lanchas, ai o peixe não fica ali não. A gente já matou muita bicuda ali, peixe galo, nunca mais, tem uns 5 a 6 anos, que nunca mais pegamos um peixe ali. A gente pode até ir pescar, mais o peixe não vem, porque do movimento. Se a gente está num lugar e o movimento já incomoda a gente, imagine um peixe de fundo? (EPEGP_1, GARAPUÁ, 2014).

A relação dos pescadores com o turismo, que já se territorializa em suas localidades e espaços de pescas, através de visitas guiadas, é apenas comercial de forma restrita, com a venda do que foi pescado. Observa-se também como as práticas dos moradores das ilhas ainda se mantêm sem muitos impactos aos pescadores e ao meio ambiente, fazendo com que os ecossistemas que exploram ainda se mantenham até os dias atuais.

Garapuá, quando eu cheguei pra aqui (aproximadamente 36 anos), o pescador ele saía daqui para lá pro sul, pro arrecife de lá, [...] você olha daqui pra lá você via 3, 4 pessoas pescando, [...] numa maré dessas ninguém queria ir lá. Hoje, quando é maré boa, quando você olha lá para o sul você ver 30, 40, 50 pessoas na mesma área de pesca. Olha para cá, tem 100, cento e tantos que não tinham, vem gente do Morro, vem gente de Gamboa tudo aqui para o arrecife, antes sempre em pequena quantidade, hoje [...] Se da Gamboa naquela época vinha 10, hoje vem 50, 60, para aquela mesma área. Então, o polvo na verdade continua aquela quantidade, mas o número de gente cresceu, é sinal que a pesca tem que falhar. Porque o número de gente é muito alto. Não é só o pescador sumindo porque não tem, mais também é o número de gente que tá subindo demais (EPEGP_1, 2014).

A placa de proibição da atracação de barco na ponte demonstra como o as atividades de cunho turístico sobrepõem as atividades já existentes naqueles locais, como a pesca. A prática pesqueira no atracadouro de Gamboa (Figura 110), não é vivida pelos pescadores, pois eles preferem deixar seus barcos amarrado nos morões.



Figura 110: Placa de proibição no atracadouro de Gamboa/Cairu – 2013
Fonte: Pesquisa de campo, 2013.

As articulações com órgãos direcionados à pesca é deficitário ainda em Cairu. Observa-se que a secretaria de pesca e agricultura (Figura 111) só foi criada no ano de 2014, revelando a invisibilidade da pesca para a gestão municipal em um município em que boa parte da população, situadas tanto na área rural como na urbana vive dela. Já a colônia dos pescadores presente em Cairu torna-se a organização responsável por representar, dialogar e ser elo de ligação entre pescadores e políticas públicas. Com sua sede na ilha de Cairu (Figura 112), a colônia Z-55 articula-se com as comunidades através de moradores representantes da colônia, já que há dificuldades de descolamentos.



Figura 111: Sede da Secretaria Municipal da pesca e agricultura.
Fonte: Pesquisa de campo, 2014.



Figura 112: Sede da Colônia z-55
Fonte: Pesquisa de campo, 2014.

A colônia dos pescadores exerce uma maior representatividade e importância para os pescadores, muito mais que as associações dos moradores. A colônia, nesse

sentido, passou a exercer o papel de garantia dos direitos dos pescadores, uma vez que os mesmos têm dificuldade de se articular e buscar melhorias.

Não existem conflitos no espaço de pesca entre pescadores do município, porém existem conflitos com pescadores de fora, como de Valença e Nilo Peçanha, além dos barcos de produção industrial, fenômeno observado por Alencar (2011) e Rocha (2010). Embora eles vejam e tenham o mar como o espaço de exploração de todos, os pescadores de Cairu apontam para a má utilização dos pesqueiros por parte de pescadores de fora, com tipos de pesca não permitidas ou não adequadas para o local, gerando impactos negativos para a pesca. Dos entrevistados, 48% são contra a pesca nas áreas que circundam as localidades por pescadores de fora, mas estes apontam que tal negatividade está ligada ao tipo de pesca desenvolvida pelos externos:

Eu sei que esse mar é para todo mundo, mas eu acho que as pessoas de fora escassam muito essa bacia daí. Tudo é só aqui nessa área. Vem gente de todas essas ilhas é nesse mar fora ai. Antigamente o pessoal antigo, tem gente que ainda tá vivo, antigamente o pessoal saia para pescar de duro ai, pegava grade e mais grade de ariocó, xumberga, agora vai lá e só traz a quantidade da comida mesmo, e tem vez vai lá e é capaz de não trazer nem a comida. Cada vez mais está escasso. Tudo vêm para essa bacia ai, Boipeba, esses cantos todo, Moreré, tudo. Valença. [...] claro que o mar é para todo mundo, e Deus deixou para todos. Mas escassa muito essa ilha, esse lado ai. É de rede de agulha, é de rede de arrastão, só ai, quanto não vai acabar com os peixes miudinho? E porque eles pegam e jogam tudo fora, e ai quem vai sofrer é essa geração que vem de agora né? [...] eles vão embora e quem sofre é o povo do lugar (EPESS, 2, 2014).

Se o mar é aberto para todo mundo pescar? se é dele que a gente vive? você vai ali na ponte com uma guariçama pegou um peixe, se vai ali fora, bota uma guariçama pega outro peixe, você não vai reclamar. Você não sebe o que está se passando com ele, se ele foi ali é porque está precisando. É o que eu acho (EPESS, 3, 2014).

Cada um tem que ter seu tatinho, só é saber pescar. e que não ter prejuízo (EPESS, 4, 2014).

Para mim não tem problema não. [...] a não ser que ele esteja ofendendo o pesqueiro (EPESS, 13, 2014).

Esses que vêm fazer arrastão acho ruim. Os que vem de fora da ilha, vem de Valença. E acabam com as nossas redes ai. As vezes pegam a rede deles ai lasca tudo. De morro de São Paulo pra cá é tranquilo. Quando eles vêm para cá e veem as bandeiras, eles passam por fora e os de fora, vem tiram a rede. Largam o arrastão e passam por cima (EPEMR_3, 2014).

Mas a única coisa que nós reclamamos é o mergulho de garrafa. Que espanta muito. O arrastão. Antes tinha um pesqueiro que pegava 300, kg e mais antes do arrastão, depois que o arrastão chegou e hoje não se acha mais tanta (EPEGP_1, 2014).

O que vinha mais acabar com o pesqueiro da gente, eram os arrastões de Valença. Acabava por lá, e depois vinha acabar com o pesqueiro da gente.

Ai colocamos algumas coisas para evitar. Hoje eles sempre arrastam de noite ai. De vez em quando aparecem uns ai (EPEGB_11, 2014).

Quando a gente pega o pescado e a gente chega em casa e todo mundo fica alegre (EPESS_13, 2014).

Na relação com a Petrobrás, os pescadores têm uma relação de impacto indireto. Para os pescadores que desenvolvem suas atividades próximo à costa restam a desconfiança ou medo de um desastre causado pela plataforma, através do derramamento de algum composto químico. Aos que desenvolvem pesca em alto mar, segundo relatos, devido à localização e iluminação, os peixes são atraídos para o perímetro proibido¹, que circunda a plataforma. Esta atração de peixes exercida pela plataforma, segundo os pescadores, é causada pela iluminação à noite, e durante o dia, à sombra na água que a plataforma provoca. Sem contar que ali já era um grande pesqueiro para a região.

Para quem pesca em alto mar, é ruim, pois o peixe fica perto da plataforma, na sombra, e o pescador não tem direito de encostar. Se o peixe for para o lado lá tudo bem, se não consegue nada (EPEGP_1, 2014).

Tomou um pesqueiro da gente. Só de um peixe ali tem mais de 5 toneladas, eu acho (EPEGP_3, 2014).

Depois do último desastre não tem aparecido nada não (EPEMR_4, 2014).

Para mim causa, várias vezes já aconteceram mortandade de peixe. Agora pouco veio aparecendo um bocado de peixe morto pelas praias. Não vou afirmar que é a Petrobrás, mas depois que ela apareceu, veio aparecendo também. Sempre e sempre vem acontecendo estes problemas. E outra coisa que, pescador devia ser remunerado pela Petrobrás, e o dinheiro todo que vai para a prefeitura e a prefeitura não faz nada pelo pescador (EPEMR_10, 2014).

Temos medo de impacto, quando aparece peixes mortos. E também a proibição da chegada no local e também as luzes da plataforma que atraem os peixes, ao contrário dos barcos em que utilizam luz de bujão, também fala da ração jogada pela Petrobrás na água que termina atraindo peixes pela comida. ai o peixe não vem para cá. (EPEGB_6, 2014).

Depois que a Petrobrás entrou, e teve um caso de morte de peixes. Ai não teve mais peixe como antigamente (EPEMR_4, 2014).

A Petrobrás. E de vez em quando aparece alguns peixes mortos (EPEMR_8, 2014).

As causas da baixa do número de pescado, segundo a percepção dos pescadores, estão vinculadas a presença da Petrobrás, assim como ao número do contingente de pessoas que vivem ou exercem a atividade da pesca, face à falta de

¹ Existe um raio em volta da plataforma, em que é proibida a exploração pesqueira por segurança. Neste local, localiza-se um dos maiores pesqueiros da região.

outros trabalhos nas localidades, mas apontam a pesca predatória do arrastão como principal causa, como justificam as falas seguintes:

Muita arte, mergulho. O pessoal vem de fora mergulhar e mata muito peixe e as vezes acabam com os pesqueiros. Firma que chega ai para trabalhar lá fora bota esses negócios por ai, não é só os pequenos não. Vem outros mergulhadores de fora matar peixe ai ó. e o pessoal daqui ainda ensina os pesqueiros. [...] tem muito barco de Valença que vem ai, tem 3, 4 guinchos, você doido rapaz! acaba com tudo ai (EPESS_5, 2014).

A população aumentou muito, e o arrastão, eu bato sempre na mesma tecla, o arrastão acaba com o meio ambiente, com a pesca, com os peixes miúdos, com o camarão que eles jogam muito fora, os corais que eles vão acabando (EPESS_10, 2014).

É muitas artes no mar! São muitas redes. o que acaba também é o arrastão. O arrastão é 24 horas ai rapaz. É o que tá enfraquecendo o pescado no mar é isso ai: muita arte (EPESS_11, 2014).

Grande exploração. Semana passada bombardearam lá o rio. A gente não pode evitar. Pescadores que não são daqui de Cairu, como barra dos carvalhos, usam bomba (EPEMR_1, 2014)

Vem diminuído tudo. No momento eu acho que é muita gente que acaba com as lamas, raspa tudo, os barcos quando vão chegando lá não encontram nada. Vão, passam 2, 3 arrastões e voltam. Acabando (EPEMR_11, 2014).

A Petrobrás pode influenciar até lá fora, mas o que acaba com os pesqueiros aqui é arrastão (EPEGR_1, 2014).

Muita arte de pesca no local. Muitas embarcações de Pernambuco e etc., com redes e esmalhes (EPEGR_3, 2014).

Enquanto o turismo cresce, todo mundo vai para pegar para vender. Com isso, mais gente vai para a praia pescar e. Quanto mais o turismo cresce mais o pescado acaba (EPEGR_5, 2014).

O arrastão e a Petrobrás. Depois que da Petrobrás chegou diminuiu mesmo. Muito mesmo. E o arrastão é ainda pior. Que arrasta de noite, barco de Valença (EPEBG_5, 2014).

Muita arte no mar, antigamente ia lá fora e não achava quase rede nenhuma nas coroaas. Hoje tanto no local como em outros, e essa rede de lagosta é uma mortandade, porque pega tudo que é peixe que passa na hora, sendo que a lagosta só é retirada depois, quando ver tem aqueles peixes boiando. Barcos de fora, que não são do estado da Bahia vem destruir também e tudo isso acaba (EPEBG_6, 2014).

O arrastão. Tanto que a um tempo atrás, embora proibido, eles criaram umas barreiras que jogaram no mar, para assim cortar as redes de arrastão que eram passadas constantemente nas áreas. Para poder pescar o camarão, pois dependemos do camarão para pescar também. Muito arrastão. O arrastão leva tudo o que tiver pela frente. O arrastão é a noite e a rede é de dia. As redes tomam conta dos locais, e são de Valença (EPEBG_9, 2014).

Ainda em termos de relação entre pescadores e instituição constata-se que o plano estratégico de Cairu, não é conhecido pela maioria dos pescadores, apenas 8,3% sabiam da existência do plano. Já nos domicílios entrevistados, apenas 15% dos entrevistados sabiam da existência de um plano, que prevê intervenções no setor

pesqueiro (mencionado no quadro 4). Tais intervenções previstas não identificadas as pesquisas de campo e nem mencionadas nas falas dos pescadores nas entrevistas, dando indicativo que pouco foi feito para a melhoria da pesca.

Outro sintoma de perda da pesca na localidade é a demonstração, por parte do pescador, do não sentimento como classe trabalhadora. Esse fato é demonstrado quando os pescadores revelaram sua dinâmica de pesca como prática de modo de vida acima da atividade econômica pesca. Suas apreensões acerca da Colônia de pescadores estão ligadas como ponte benefícios e não acesso a direitos, ou seja, porta de acesso a garantias de direitos e melhorias para a atividade, de modo a ter acesso a políticas públicas. Esse sentimento está atrelado principalmente ao descrédito das associações das localidades e a falta de acesso a direitos, uma vez que muitas vezes sentem que não são ouvidos, quando em reuniões, por exemplo. Mas também revelam que a colônia é o órgão importante que dá acesso avanços trabalhistas já alcançadas até os dias atuais, como a aposentadoria, financiamentos e afastamento por acidente de trabalho.

[...] está havendo um descrédito na parte de reunião de pesca [...] porque fulano deixou de pescar para ir na reunião e quando chega lá na reunião, em vez de você se alegrar você ainda vai brigar por dizer a verdade, então a população [...] não tá mais. É difícil, muito difícil. Não está dando crédito a mais nada. Ai entra aquele quadro político, né? É só blá blá blá, e mais nada. (EPEGB_1, 2013)

Constata-se isso nas entrevistas, nas quais os entrevistados revelaram que não há uma união entre os pescadores para reivindicar direitos, bem como uma liderança entre eles, que direcione para a conquista de direitos. Assim também como a participação de reuniões em associações ou visita à prefeitura, que terminam participando de forma individual, quando necessário. A não articulação como classe trabalhadora evidencia a pesca como atividade de um segmento populacional cujo modo de vida é decorrente do trabalho e não da profissão institucionalizada ou organizada como assalariamento, nas localidades estudadas.

Os desejos em vistas à melhoria da atividade pesqueira se concentraram nas falas que expressaram a necessidade de ajudas ou apoios, no que se refere a instrumentos tecnológicos, ou petrechos para a pesca, ou até mesmo embarcações de uso comunitário para aqueles que não têm embarcação e ficam reféns de desenvolver suas práticas perto da costa ou em outras áreas que não fornecem peixes

de valor comercial. Outra recomendação de melhoria para a pesca é a extinção da pesca de arrastão feita por pescadores de fora das localidades, que geram grandes impactos nos pesqueiros:

Ter um defeso da lagosta, do caranguejo, do siri, do aratu, para ver se aumenta a quantidade de marisco. Porque o pescador não para né? mas acredito que tendo alguma coisa assim, o pescador maneirava mais ia ter tipo uma renda a mais (EPESS_7, 2014).

O futuro é esse mesmo. Agente só vive mesmo da pesca. Algumas pessoas trabalham naquela fazenda ai e todo mês recebe seu segurozinho e aqui é toda semana, disse que sai para pescar (EPESS_2, 2014).

Aliviar as artes no mar. aqui é uma ilha, só aparece alguma coisa de pedreiro, tirando isso só a pesca (EPESS_11, 2014).

Depende de cada um, ter sua consciência, não poluir. Porque as vezes não pode botar a rede, e muitas vezes elas caem. Mas as vezes não é o pescador que quer, ela que vai para a rede. Se tiver viva tudo bem, e se tiver morta? Ai neguinho acha que botou rede para botar tartaruga, mas não é. Agora, porque tem muita, tem muita mesmo. Tem vezes que nós estamos mergulhando no fundo vê a pedra lotada. ai muitas vezes a gente fica até com medo. O IBAMA vem e chega e o cara não tem culpa e ai? até provar que não, coloca o cara na cadeia (EPESS_14, 2014).

Que o governo investisse em embarcações para a pesca. Depois da plataforma, o que deram não servem mais (EPEGP_2, 2014).

Que o governo ajuda a gente, a Petrobrás poderia ajudar e não ajuda. O pescador nasceu para sofrer (EPEGP_4, 2014).

Dar empregos as pessoas. Hoje tem gente formada e que não tem emprego. E esse pessoal que hoje pesca, passaria a não pescar, e assim teria mais peixes (EPEGP_5, 2014).

Diminuir o povo de fora que vem pescar aqui (EPEMR_4, 2014).

Eu ter acesso a embarcação. Pois não temos que pagar taxas. Para quem pesca pros outros não ganha nada (EPEMR_7, 2014).

Eu como pesco camarão, para mim seria bom se tirassem esses guinchos daqui, preservar estas áreas daqui da costa para os pequenos barcos daqui (EPEMR_10, 2014).

Tirar as práticas de arrastão, principalmente de camarão (EPEGB_6, 2014).

Ajuda do governo, como barco para a comunidade, para quem não tem o barco e poder ir para áreas mais longe (EPEGB_16, 2014).

Essas falas demonstram que ainda existem pescadores que ficam a mercê do pescado que chega na beira da praia, pois não têm embarcação própria. Cada comunidade tem sua relação com o mar um pouco diferenciada, devido as tessituras e especificidades de cada local. Gamboa, por exemplo, tem a presença das camboas, que são facilitadas pelo fato dos peixes e crustáceos ainda chegarem na beira da praia. Moreré tem o acesso a áreas de recifes de corais. São Sebastião tem manguezal, recifes e litoral. Garapuá tem recifes e uma grande extensão de mangue.

Em meio a esta dinâmica a pesca vai se mantendo e os pescadores se adaptando às novas perspectivas que passam a incorporar nas localidades. Com a chegada de novas conquistas, os pescadores passam a incorporar estas conquistas às suas práticas, como instrumentos ou novas formas de pescar, bem como alternância de horas de pesca ou períodos para conciliar com o turismo. A falta de institutos ou órgãos que ajudem a pesca, principalmente no âmbito municipal também dificultou a pesca e fez com que os pescadores sobrevivessem por si só. Apenas em 2014 que iniciou a criação da secretaria da pesca, que até então (no mês de abril de 2014) ainda não havia iniciado as atividades efetivas para a melhora da pesca.

5.3 RELAÇÃO DOS JOVENS COM A PESCA E O MUNDO RURAL: PERSPECTIVA DE CONTINUIDADE

Compreendemos os jovens como os agentes de perspectiva de continuidade da pesca nas localidades, com isso pesquisamos a relação da pesca com os jovens e suas perspectivas futuras com base na dinâmica existente em suas localidades.

Para apreensão destas relações buscou-se como técnica a criação de mapas mentais e a aplicação de questionários específicos. Os mapas mentais foram utilizados como ferramenta capazes de explicitar as formas espaciais e o que eles veem como importante em suas localidades. A criação de mapas mentais pode ser atribuída a habilidade de se espacializar (TUAN, 1983, p.84-85). Muitas vezes se revelará em comunidades simples de modo a auxiliar no deslocamento e conhecimento do espaço, se tornando mais completa que uma orientação oral. Assim esse desenvolvimento de mapas, mesmo que primitivo, revela a capacidade de abstrair e simbolizar destas populações e também a capacidade da leitura interpretativa por parte do leitor (TUAN, 1983, p.86-87).

Foram criados 29 mapas mentais dos quais apenas 3 mapas (aproximadamente 1%) possuem pelo menos uma figura de representatividade simbólica da pesca. O mar por sua vez, esteve presente em todos os desenhos, revelando a interação que estas populações têm com ele. Os símbolos criados pelos jovens se destacam principalmente ligados ao turismo ou às dinâmicas das comunidades como as construções residenciais e a natureza presente. Ao serem questionados do motivo e a representatividade dos objetos desenhados, os jovens

apontaram para as facilidades que eles passaram a gerar para as localidades, bem como fonte de sobrevivência.

Na figura 113, pode-se observar que as maiores representatividades nas localidades para os jovens são o serviço público, representado principalmente pelas unidades de saúde e a escola. Destacam-se também os objetos naturais: o mar, as lagoas e outros aspectos naturais que ainda permanecem nas localidades. Os desenhos apontaram também para a importância dos espaços de usos comum existentes nas localidades, como o campo de futebol e o centro comunitário. A cotidianidade destas localidades ainda é revelada pelo comércio diversificado, que evita com que eles saiam das localidades e geram emprego também, seguido da religiosidade. Observa-se que, embora nos desenhos feitos por eles os aparatos ligados ao turismo apareçam, o turismo não é visto como relevância para estes jovens.

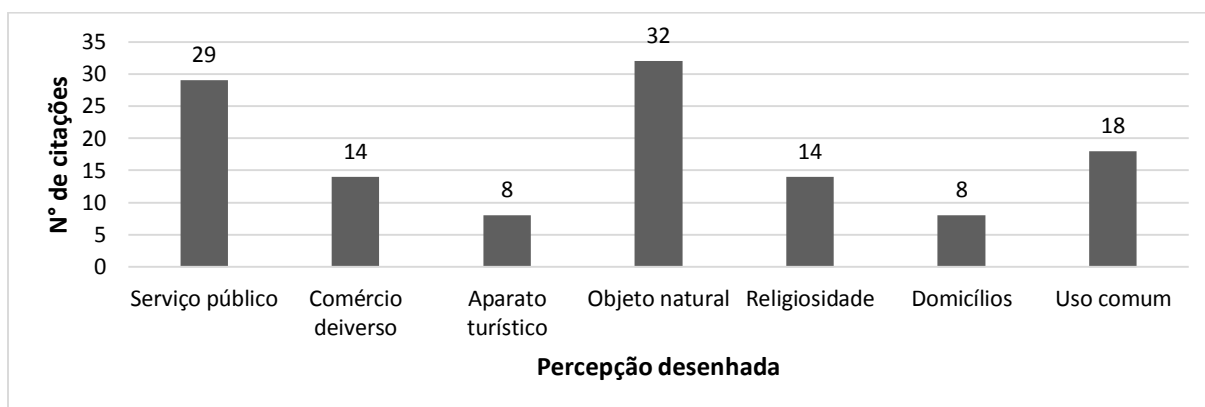


Figura 113: Gráfico de percepção dos jovens da importância dos elementos do espaço geográfico local, para eles, família e localidade.

Fonte: Pesquisa de campo, 2014. Elaborado pelo autor.

Os mapas revelam também a existência das dinâmicas do mundo rural, presentes nestas localidades.

Questionou-se também sobre as fragilidades vividas por tais localidades, que fariam com que eles procurassem viver em outro lugar. Os mesmos revelaram que necessitam, na verdade, não de aparatos ditos urbanos (em nossa interpretação), mas aparatos que forneçam qualidade de vida às populações que vivem nas áreas rurais, o que evitaria que os mesmos se deslocassem para outras áreas adjacentes. Tais aparatos ditos urbanos, são a presença de diversidade de lazer, sistema de transporte eficaz e rápido, serviços públicos de qualidade, bem como comércios.

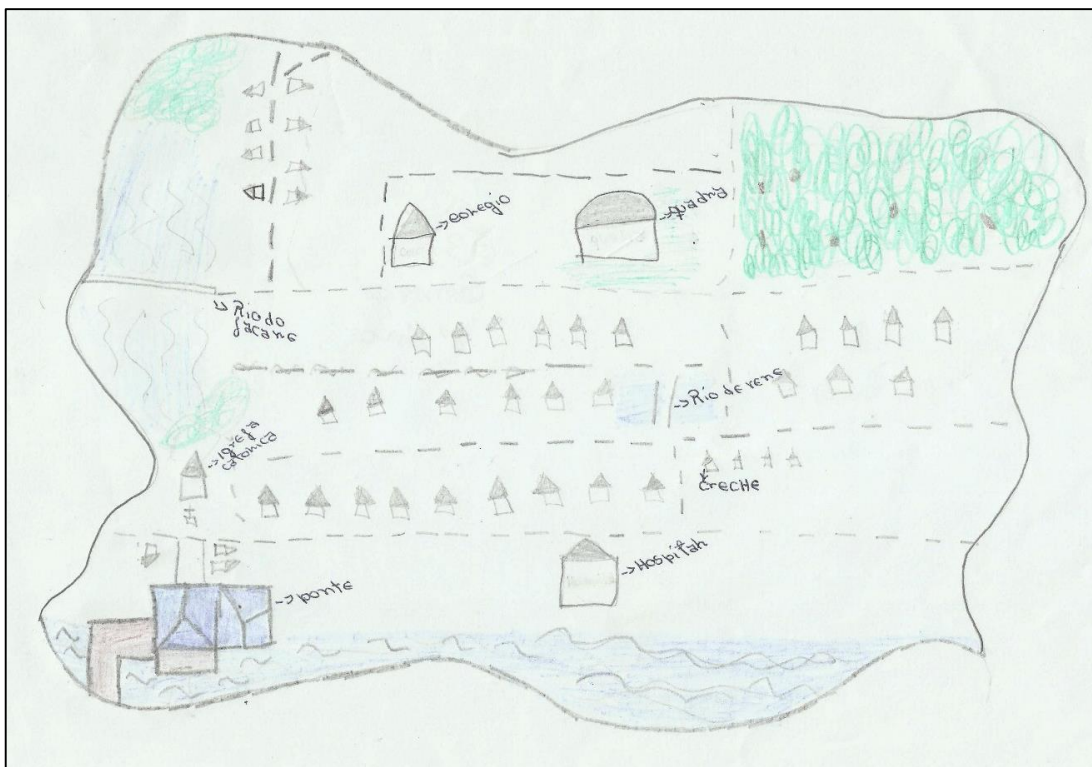


Figura 114: Mapa de percepção da localidade de Gamboa
 Fonte: Oficina de com jovens, 2014.

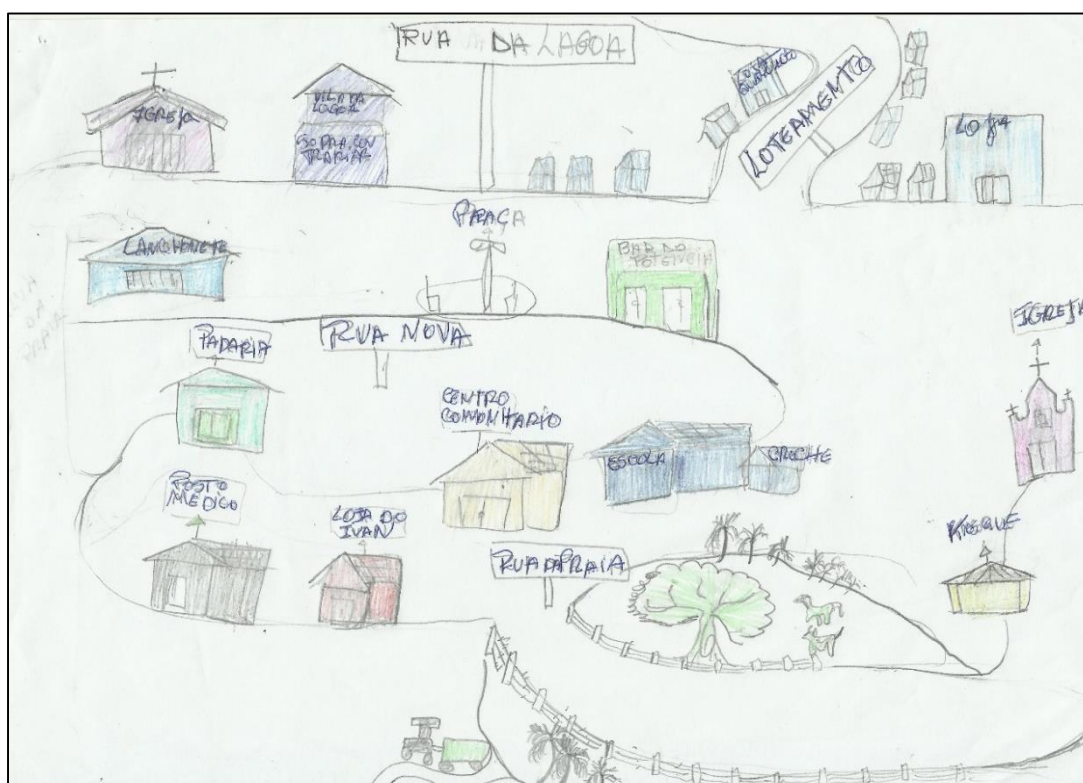


Figura 115: Mapa de percepção da localidade de Garapúa
 Fonte: Oficina de com jovens, 2014.

Os jovens apontaram a necessidade de uma infraestrutura melhor, englobando o sistema de esgotamento sanitário assim como serviços públicos de qualidade, como

um contingente de médicos, um sistema de transporte contínuo e de qualidade. Para a educação, os mesmos evidenciaram a necessidade de cursos de capacitação profissional e faculdades. Quanto ao lazer, os jovens revelam também a precisão de aparatos de lazer visto que as comunidades não oferecem, tais como praça, campos de futebol e parques, e até lazer privado como cinema, teatro e casa de eventos. Outro fato apontado é a necessidade de vagas de emprego, associado à falta de estabelecimentos comerciais.

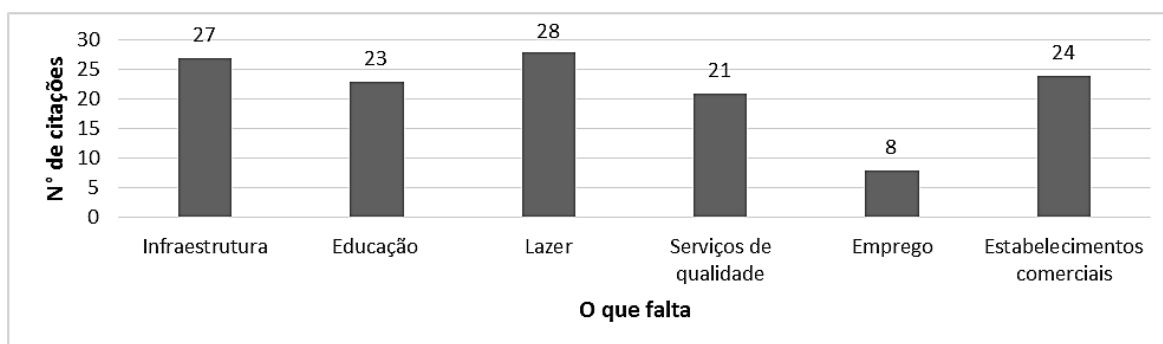


Figura 116: Percepção dos jovens quanto necessidade nas localidades.

Fonte: Pesquisa de campo, 2014. Elaborado pelo autor.

Os jovens, não querem ter vínculo muitas vezes com os locais onde nasceram pois não possuem perspectivas de trabalhos. É uma realidade encontrada nas áreas rurais, não só nas visitadas, mas explicitadas em outras áreas do Brasil (CARNEIRO, 1999). Nesse sentido, a relação dos jovens com a pesca é conflituosa em Cairu: de um lado se tem uma atividade presente no cotidiano das localidades, presente na paisagem e dentro das famílias, e de outro tem uma atividade vitimada ao longo do tempo, marcada por situações ruins. Para vincular esta relação, foram ouvidos os pescadores entrevistados: 80% apontaram que os jovens não têm interesse em pescar, tendo justificativas como:

A juventude não quer muito não. A única coisa ligada à pesca que eles querem mais, é quando a maré tá vazia, que eles vão tirar o polvo. A única coisa que eles querem. Agora pescar de rede, pescar de linha, eles não querem. Agora o polvo, que é um pouco mais caro vendem nas pousadas (EPEMR_11, 2014).

Provavelmente, daqui a uns 30 anos, não se vão encontrar pescadores. Principalmente de mar aberto. Talvez até os de costa e que pescam de terra. Mas esses de pescar fora, tá acabando, pois ninguém quer mais não. Não está dando para se manter hoje. E tendo o turismo, até eu faria no lugar deles. Eu queria estar trabalhando em terra (EPEMR_10, 2014).

Segundo os pescadores, essa opinião está vinculada a falta de opções dentro das localidades, bem como também à situação vivida pela pesca, que faz com que os

pescadores vivam em uma constante necessidade de melhorias visto os reatamentos em sua atividade, ou até mesmo a preocupação em dar continuidade ao desenvolvimento da pesca. Também apontam a entrada nos estudos formais como uma outra opção, mas sem deixar a pesca como atividade. Assim, 61,6% dos entrevistados acham que a pesca deve ser seguida pelos jovens, justificando:

Por que é a única renda melhor, é a pesca (EPEGP_2, 2014).

Senão daqui a um tempo não terá mais pesca na ilha. Depois que os velhos pararem de pescar, os novos vão aprendendo (EPESS_1, 2014).

A pesca é de aventura, mas o bom dessa juventude que para eles, para eles [...] para ter um estudo, para amanhã e depois ser outra pessoa, não tá aqui como o pessoal antigo que se joga no mar desse para lá pra fora, arriscando sua vida. Para nó que vive através da pesca, isso não é trabalho de uma pessoa. A pessoa no seu estudo, pode ter um futuro melhor (EPESS_2, 2014).

Nós estamos ficando mais velhos, e os jovens deviam seguir o caminho da gente (EPESS_3, 2014).

Se tiver interesse no colégio primeiro é bom. Mais a pesca também é melhor ainda (EPESS_4, 2014).

Acho que sim, mas se tiver oportunidade de estudar é bom (EPESS_5, 2014).

Acho que sim. Pois a cultura daqui é pesca. Se o pessoal não pescar? vai ter peixe de onde? eu não vou roubar, então eu vou pescar (EPEMR_1, 2014)

Cada ano vai passando e a quantidade de peixe vai diminuindo. e os jovens querem estudar e arranjar empregos fora da pesca. Tem uns mesmos que querem pesca, já outros, querem estudar para se formar. Para ter um emprego bom. Ai esse jovem não vai querer seguir a pescaria não (EPEMR_3, 2014).

Eu particularmente não quero que meu filho siga esta profissão. Apesar de ele gostar de pescar e vai aos sábados comigo. Mas eu digo para ele estudar e ter outra profissão (EPEMR_10, 2014).

Pois será um meio de trabalho para os jovens (EPEBG_3, 2014).

Se acabar o pescador, de onde virá o peixe? De onde vem a pesca? O pescador sempre existiu e se acabar o pescado, fica difícil (EPEGB_7, 2014).

Claro. Porque ainda é uma área que ainda não tem dono, é uma área livre. Você pega sua linha e vai para o mar, só depende de sua força de cada um. Você vai no mato tirar uma piaçava? Um coco? Não! Você vai estar roubando (EPEGB_17, 2014)

Não tendo outra, pode seguir, pois dá renda e ajuda a família (EPEGB_20, 2014)

Os motivos que colaboram com que os jovens não queiram pescar, estão ligados à procura por outras atividades econômica; acesso à educação, visto que atualmente se tem acesso ao ensino, dando novas perspectivas de trabalho, inserção das drogas nas localidades e novas vagas de trabalhos nas localidades associados, sobretudo, ao turismo. Outro ponto apontado pelos entrevistados é a própria pesca

como atividade em decadência, que faz com que seja uma prática insegura e sofredora, sobretudo as pescas de alto mar.

Mostra-se também uma preocupação com a continuidade na transmissão dos saberes da pesca entre as gerações.

Os outros que falam: a pescaria tá ruim. Mais pescaria tem seus dias bons e seus dias ruins, é que nem o tempo antigo que falava a pescaria. Mais hoje aqui todo mundo dessa ilha é rico. Todo mundo aqui vive de quê? A não trabalhar aqui na prefeitura, todo mundo é pescador. Tem seu barquinho, tem sua canoa, tem isso, tem aquilo. Vai trabalhar de quê? Dá pesca! E tem muita gente que trabalha aqui há muito tempo em fazenda e não tem nada (EPESS, 14, 2014).

Para se ter uma ideia de continuidade, entrevistamos jovens que estavam cursando o ensino médio das localidades. Foram aplicados questionários a 107 alunos, com idades que variam dos 14 aos 37 anos, das localidades de Gamboa, Garapuá e São Sebastião. Identificou-se que 40,2% destes alunos possuem um de seus pais desempenhando a atividade da pesca, destes, 60% ajudam os pais em alguma atividade ligada à pesca. Os 59,8% restantes indicam que seus pais desempenham outra profissão principal, como camareira, faxineira, vendedora, comerciante, marinho, costureira, funcionário público, diarista, pedreiro, carpinteiro. Estas profissões indicam a diversidade de novas profissões inseridas nos espaços destas localidades, demonstrando uma pluriatividade.

A pesca termina sendo uma atividade não desejada portanto os alunos, entrevistados, os quais revelaram que não desejam desenvolver atividade pesqueira como profissão. Mas alguns destacam, caso não achem ou não consigam seguir outra profissão, que a pesca deverá ser a profissão seguida. Outra percepção está vinculada a situação vivida pela pesca e exemplo de familiares e veem que não querem viver nesta vida. Pela mesma não oferecer condições de vida melhores. Observa-se que as citações de futuros empregos estão ligadas a policial, advogado, médico, administrador, marinho e dentista.

A situação vivida pela pesca, visto as dificuldades ajudam na percepção que os jovens têm:

Eu vi os meus parentes pescando e era muito difícil. É trabalhosa e dura a vida de pescador, não é fácil não (Aluna de Garapuá, 37 anos).

Meus pais desejam algo melhor para mim, e é pensando nisto que desejo ser professora ou psicóloga, ou então estudar nutrição. Ainda estou em dúvida (Aluna de São Sebastião, 17).

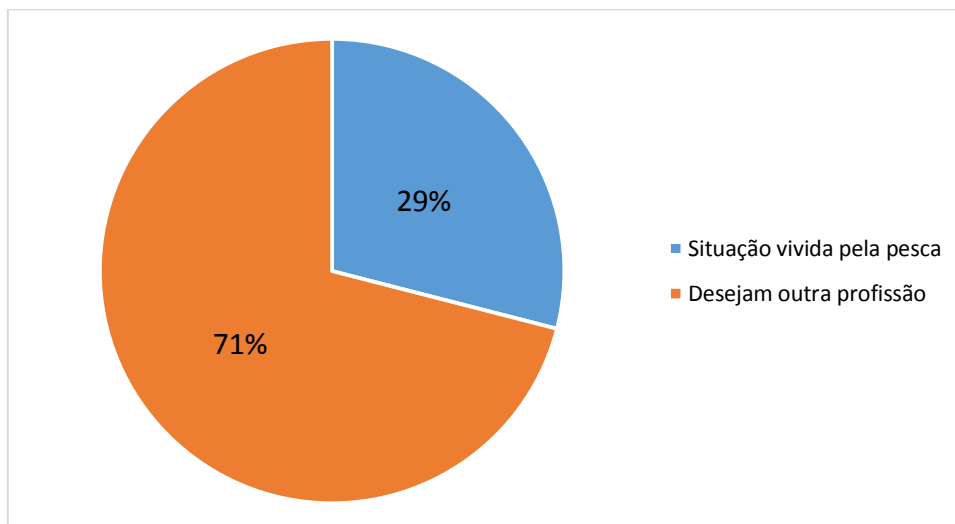


Figura 117: Gráfico de percepção quanto a pesca para ser utilizada como profissão
 Fonte: Pesquisa de campo, 2014. Elaborado pelo autor.

As vinculações com o mundo rural de Cairu, para os entrevistados, são reveladas quanto à falta de infraestrutura para os mesmos desenvolverem suas futuras profissões. Foi revelado que 34,6% não desejam permanecer morando em suas localidades. Outro aspecto observado é a necessidade e desejo destes jovens saírem do local de origem, para alcançar os objetivos profissionais que a localidade não tem como fornecer condições de realizá-los. Porém, mesmo após a saída pretendem retornar as suas origens, pois ainda possuem grande vínculo afetivo, como destaca a fala do jovem:

Gostaria de sair, mas voltar com os meus sonhos realizados, para poder ajudar todos da minha comunidade e atingir todos os meus desejos (Jovem, Garapuá, 17 anos).

Aos que desejam permanecer nas localidades, têm como justificativas principais a ligação com os pais, a beleza e tranquilidade existente em suas localidades:

"Pois independentemente do local e da população, penso que irá evoluir futuramente. E assim poderei exercer minha profissão aqui mesmo." (Jovem, 15, Garapuá).

"Porque na minha localidade, é um local que não gera violência, roubos, estupros, pontos de drogas e entre outros" (Jovem, 21, Garapuá).

Também não foi encontrado algum curso ligado à pesca para os jovens, 22,4% revelaram ter feito algum curso ligados ao turismo, como camareira, informática, inglês, marketing, petróleo, tido como principais. Já os que fazem na atualidade são apenas 6,5%, cursos como enfermagem, garçom e inglês.

Sobre a relação com a pesca 45,8% informaram que sabem pescar e aprenderam com parentes próximos, como tio, pai e avô, a partir da idade de 10 anos, em média.

Em sua relação com a educação formal local, enquanto disseminador de cultura ou valorização, 63,5% dos jovens revelaram que a escola trata da relação com a comunidade, porém não inserem diretamente a pesca e as atividades desenvolvidas nas localidades. Esse não direcionamento revela uma fragilidade, que colabora ainda mais para a invisibilidade da pesca, enquanto atividade econômica e modo de vida rural. Em entrevista com os diretores das escolas locais, identificou-se que as mesmas não possuíam um viés para uma educação contextualizada com a dinâmica existente nas localidades, dependendo da sensibilidade do professor para tal.

Segundo os diretores entrevistados das escolas visitadas, não há um direcionamento específico para o tratamento da pesca em sala de aula; a mesma vai estar condicionada ao direcionamento em que o professor faz.

Na maioria das vezes tratamos a questão da pesca com uma atividade muito difícil, por conta das dificuldades que os pescadores encontram na prática. Tentamos mostrar aos alunos que o estudo é o melhor caminho para mudarmos o status financeiro, não que venhamos a menosprezar a atividade pesqueira porque sabemos que nem sempre o mar está para peixe (Diretora de uma das escolas entrevistadas).

Tampouco existe matérias específicas que tratem das atividades tradicionais contidas nas localidades, bem como o uso de materiais didáticos adequados às áreas em que se insere as ilhas de Cairu. Os projetos que se articulam com as comunidades em volta são apenas o projeto da família na escola e mais recente, a projeto “Mais Educação”, porém para alunos das séries iniciais. Em São Sebastião especificamente, foram apontados projetos ligados a manifestações folclóricas. Quanto ao plano pedagógico, segundo os diretores entrevistados, os mesmos não possuem um direcionamento para a pesca, mas incorporam algumas realidades vividas nas localidades, principalmente o turismo.

Quanto aos pontos positivos (Figura 118) segundo a percepção dos jovens, e que de alguma maneira influenciam a eles olharem a pesca com outros olhos, tem-se

principalmente ela como fonte de renda e sobrevivência nas localidades, bem como a proximidade com a natureza em que a atividade proporciona, de modo a gerar bem estar a quem pratica.

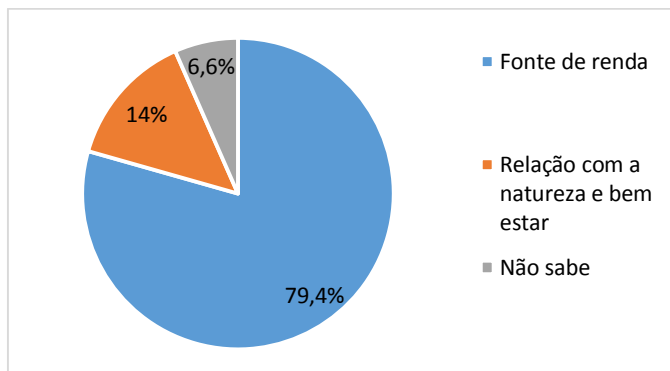


Figura 118: Pontos positivos da pesca, segundo jovens entrevistados
Fonte: Pesquisa de campo, 2014. Elaborado pelo autor.

Por outro lado, como pontos negativos (Figura 119), os jovens veem a pesca como uma atividade que possui um mercado consumidor restrito, uma atividade com uma grande susceptibilidade às mazelas do tempo e perigo a todo momento. Além disso, a falta de instrumentos para ajudar na prática bem como a situação do mar, o qual influencia também o desenvolvimento da pesca.

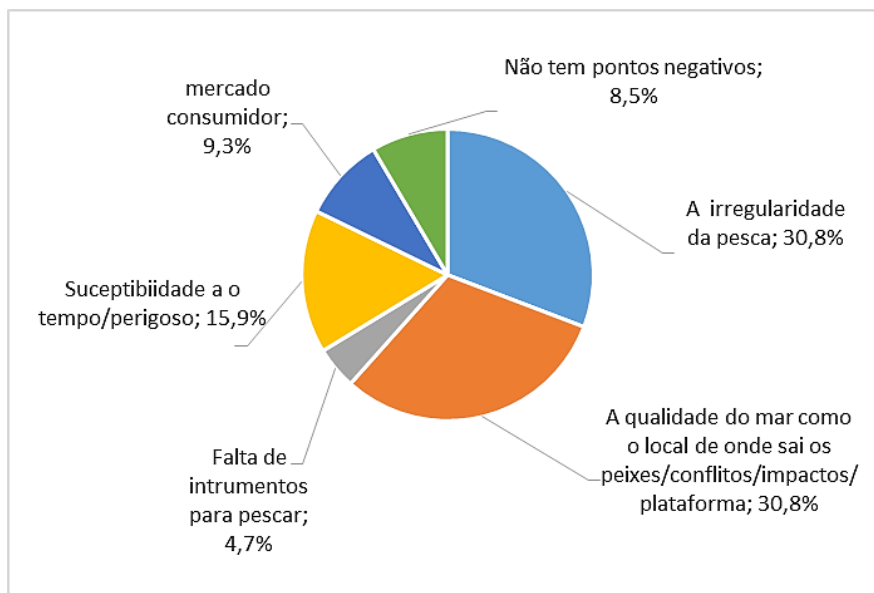


Figura 119: Pontos negativos da pesca, segundo jovens entrevistados
Fonte: Pesquisa de campo, 2014. Elaborado pelo autor.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A estreita interação entre sociedade e natureza em Cairu configura um mundo rural contemporâneo como processo de desenvolvimento de construção daquele espaço. Esse rural não agrícola é marcado por atividades econômicas diversas, principalmente ligadas ao turismo, mas que têm a pesca como seu principal qualificador de ruralidade. Nessa configuração, o segmento da pesca coexiste com outras dinâmicas e atividades econômicas formando sua identidade social, apontando a pesca como um modo de vida e não atividade econômica estritamente. Pode ser diagnosticado que a pesca é uma atividade imanente às localidades, presente e pulsante, embora pressionada pelo projeto de desenvolvimento advindo de escalas não locais.

Nesse sentido, o espaço produzido até agora em Cairu é marcado pelo domínio de expressões rurais. A trajetória de desenvolvimento possibilitou a configuração de um espaço marcado por características naturais, conservadas durante o processo histórico e que fez com que a população desenvolvesse traços específicos em suas localidades. Nesse contexto, a pesca é marca da historicidade de Cairu que vem acompanhando, resistindo, se adaptando às novas configurações em seu espaço, mantendo-se viva, expressa no cotidiano.

A pesca é um agente em constante interação nas localidades estudadas. Ela pode ser percebida nas paisagens através dos barcos, pescadores chegando ou indo pescar. Ela é percebida indiretamente nas casas dos moradores, construídas com o dinheiro vindo da pesca, pode ser vista na mesa dos moradores ou na mesa dos turistas que chegam à procura de descanso e desfrutam do pescado.

Observou-se como a pesca integra os circuitos comerciais do Baixo Sul, pois a mesma fornece pescado de boa procedência a diversos municípios através de atravessadores. A mesma também consome produtos que são utilizados como matéria prima de seus petrechos, como náilon, chumbadas etc. Ao mesmo tempo, tal atividade é capaz de envolver profissionais que fazem redes e armadilhas, caso o próprio pescador não faça. A mesma também permite aos familiares compor a cadeia de atividade pesqueira, ao tratar, armazenar e vender estes produtos. Assim como embarcações e instrumentos adquiridos e incorporados na atividade, de modo a auxiliar e não descaracterizar, enquanto atividade artesanal.

As políticas pró-pesca são insuficientes e quase inexistentes nas localidades, fazendo com que os pescadores mantenham suas práticas originais, porém incorporando as novas perspectivas dentro da tessitura das localidades. As políticas nacionais, numa visão de região e não de local, terminam não valorizando as escalas, como as estudadas, de modo a trazer benefícios. Um exemplo disso é o não monitoramento em escala local da pesca, que deixou de ser feito no ano de 2006 pela CEPENE. Desde então o IBAMA divulga os dados unificados em escala do Nordeste e da Bahia.

Percebeu-se também, que no conjunto de transformações no espaço costeiro de Cairu provocados pelas ações na atividade turista e pela e Petrobrás, a pesca não é percebida como forma de vida e sim como mais uma atividade econômica inserida naqueles locais. Entretanto, a pesca configura o espaço de Cairu como um rural pesqueiro, onde as ruralidades têm base simbólica que dão a matriz identitária.

Mas, dentro desta dinâmica a pesca passa por fragilidades que fazem dela uma atividade em potencial diminuição, visto que as pressões sobre a mesma, somadas à falta de ações direcionadas à conservação da prática e à melhoria das condições de vida vem aumentando. Foi identificado também a necessidade de uma educação contextualizada com o campo, de modo a valorizar as atividades e modos de vida existentes.

Com a territorialização do capital no espaço geográfico de Cairu, mesmo que os pescadores mantenham estas especificidades, necessita-se de ações de requalificação da pesca e reconhecimento da mesma como um modo de vida a ser preservado e levada em consideração sua existência como fio condutor de suas vidas.

Compreender a atividade pesqueira artesanal da área de estudo escolhida, nos fez entender que as modificações ocorridas causaram ressignificações nas atividades locais e na própria pesca que também passa incorporando em suas dinâmicas novas necessidades.

O panorama mostrado e discutido aqui neste trabalho ainda revela a necessidade do estudo das mudanças no mundo rural e em consequência as atividades econômicas advindas das ações do capitalismo e planejamento, que modificam as dinâmicas internas em prol dos valores urbanos, desvalorizando o rural. Observa-se que, embora tais localidades vivam em uma pluriatividade marcada pela

entrada de novas perspectivas de sobrevivência e fontes de renda, o que ainda sustenta estas famílias é a pesca.

O trabalho também identificou a necessidade de aprofundamento no estudo das relações sociedade e natureza no espaço de Cairu devido à grande fragilidade da atividade pesqueira e a necessidade de valorização da mesma como atividade de grande relevância. Observa-se assim, como esse modo de vida ainda se mantém vivo na sociedade atual, mesmo com incorporações de modos de vida urbanos, que se opõem às dinâmicas existentes no mundo rural. Pelo exposto, conclui-se por indicativos de intervenção na pesca para a conservação e valorização da atividade de modo que seja valorizada na integração com outros trabalhos.

REFERÊNCIAS

- AGOSTINI, Bruno. **Boipeba**: os luxos e a rusticidade de uma ilha virgem baiana. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/viagem/mat/2011/03/10/boipeba-os-luxos-a-rusticidade-de-uma-ilha-virgem-baiana-923983530.asp>>. Acesso em 10 mar. 2011.
- ALENCAR, Cristina Maria Macêdo de. Tensões entre pesca, turismo e exploração de gás reconfigurando ruralidade na ilha de Boipeba/BA. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Paraná: Editora UFPR, n. 23, p. 149-166, jan./jun. 2011.
- ALENCAR, Cristina Maria Macêdo de. **Ruralidade metropolitana na dinâmica territorial local**. Interações (Campo Grande) vol.11 no.1 Campo Grande, Jan./Jun, 2010.
- ALENCAR, Cristina Maria Macêdo de. O rural e o urbano na RMS inspirando alteridade científica. In: CORECON. **Reflexões de economistas baianos**. Salvador: CORECON, 2005. p.267-296.
- ANP. **Sumário Executivo de Uso Externo – Campo de Manati**. Disponível em:< www.anp.gov.br/?dw=60931>. Acesso em 7 ago. 2014.
- ATARDE. **Ilha de Boipeba é eleita na internet a mais bonita do Brasil**. Disponível em: <<http://atarde.uol.com.br/turismo/materias/1493350>>. Acesso em 28 de mar. 2013a.
- ATARDE. **Tinharé figura entre os locais mais românticos do mundo**. Disponível em < <http://atarde.uol.com.br/turismo/materias/1498257-tinhare-figura-entre-os-locais-mais-romanticos-do-mundo>>. Acesso em 20 abr. 2013b.
- BAHIA (Estado). **Decreto nº 1.240 de 05 de junho de 1992**. Disponível em <<http://www.meioambiente.ba.gov.br/DecretosUnidadesdeConservacao/DECRETO%20N%C2%BA%201.240%20DE%2005%20DE%20JUNHO%20DE%201992%20-%20Ilhas%20de%20Tinhar%C3%A9%20e%20Boipeba.pdf>>. Acesso em 21 fev. 2011.
- BAHIA (Estado). **Resolução n.º 1.692 de 19 de junho de 1998**. Disponível em <http://www.meioambiente.ba.gov.br/legislacao/resolucao_cepram/resolucao_1692_19_junho_1998.pdf>. Acesso em 21 fev. 2011.
- BAHIA. CONDER – Companhia de Desenvolvimento Urbano da Bahia. **Plano de manejo da APA das ilhas Tinharé e Boipeba**. Salvador: CONDER, 1998.
- BAHIA. **Decreto nº 8.552 de 05 de junho de 2003**. Cria a Área de Proteção Ambiental – APA Caminhos Ecológicos da Boa Esperança, abrangendo os Municípios de Ubaíra, Jiquiriça, Teolândia, Wenceslau Guimarães, Nilo Peçanha, Taperoá, Cairú e Valença, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.meioambiente.ba.gov.br/DecretosUnidadesdeConservacao/DECRETO%20N%C2%BA%208.552%20DE%2005%20DE%20JUNHO%20DE%202003%20-%20APA%20Caminhos%20Ecol%C3%B3gicos%20da%20Boa%20Esperan%C3%A7a.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2014.

BARRIOS, Sonia. A produção do espaço. In: SOUZA, Maria Adélia de; SANTOS, Milton (Orgs). **A construção do espaço**. São Paulo: Nobel, 1986. p.1-24.

BLAZZO, Pedro Paulo. **Campo e Rural, Cidade e Urbano**: distinções necessárias para uma perspectiva crítica em Geografia Agrária. In: IV Encontro Nacional de Grupos de Pesquisa, 2008, São Paulo. Anais do IV Encontro Nacional de Grupos de Pesquisa. São Paulo: USP, 2008. v. 1. p. 132-150.

BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento). **Plano de desenvolvimento estratégico do Município de Cairu**: “plano de ação para implementação das estratégias” - produto 9. Lisboa: Antônio José de Sá; Agri-Pro Ambiente, 2005a.

BID. **Cairú 2030 - Plano de Desenvolvimento Estratégico do Município de Cairú**. Antônio José Sá & Associados, Agri-Pro Ambiente Consultores, S.A. 2005.

BRANDÃO, Carlos. **Território e desenvolvimento**: as múltiplas escalas entre o local e o global. Campinas: UNICAMP, 2007.

BUARQUE, Sérgio C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

CAIRU, P.M. **Decreto nº 398**. 2008.

CAIRU, P.M. **Lei nº 241 de 17 de dezembro de 2008**. 2008.

CAIRU. **Festas e Manifestações Populares**. Disponível em: <http://cairu.ba.io.org.br/menu/76268/Festas-e-Manifestacoes-Populares>>. Acesso em 16 set. 2014.

CARNEIRO, M. J. O ideal rurano: campo e cidade no imaginário dos jovens rurais. In: ILVA, F. C. T (Org.). **Mundo rural e política**: ensaios interdisciplinares. Rio de Janeiro: Campus, 1999. p. 97-117.

CARNEIRO, Maria José (Org.). **Ruralidades contemporâneas**: modos de viver e pensar o rural na sociedade brasileira. Rio de Janeiro: Mauad X; FAPERJ, 2012.

CEPENE. **Monitoramento da atividade pesqueira no litoral nordestino**: Projeto ESTATPESCA. Tamandaré: SEAP/IBAMA/PROZEE, 2006.

CEPENE. **Monitoramento da atividade pesqueira no litoral nordestino**: Projeto ESTATPESCA. Tamandaré: SEAP/IBAMA/PROZEE, 2005.

CEPENE. **Monitoramento da atividade pesqueira no litoral nordestino**: Projeto ESTATPESCA. Tamandaré: SEAP/IBAMA/PROZEE, 2003.

CONCHEIRO, Luciano. Los Azarosos Caminos. In: GONZÁLEZ, Mario; HUACUJA, Ivonne (Coord.). **Estudios e investigaciones** – nueva ruralidad. Enfoques y propuestas para América Latina. México: CEDRSSA, 2006.p.17-27.

CORNELL, E. **Arquitetura da relação campo e cidade**. Brasília: Editora Alva, 1998.

CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço: um conceito-chave da Geografia. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. (Orgs). **Geografia: conceitos e temas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000b. p.15-47.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e organização espacial**. 7. ed. São Paulo, SP: Ática, 2000.

COSTA NETO, Eraldo Medeiros. **A Cultura Pesqueira do Litoral Norte da Bahia: etnoictiologia, desenvolvimento e sustentabilidade**. Salvador: EDUFBA; Maceió: EDUFAL, 2001.

CRUZ, Ronaldo Lima da. **Conchas valem dinheiro, escravos são como zimbos: a efemeridade da extração do zimbo no Sul da Bahia**. Revista Eletrônica Multidisciplinar Pindorama do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia – IFBA Nº 01 – Ano I – Agosto, 2010.

DANTAS, Eustógio Wanderley Correia. Práticas marítimas modernas nos trópicos. In: _____ **Maritimidade nos trópicos: por uma Geografia do litoral**. Fortaleza: Edições UFC, 2010. p.21-41.

DIAS, M. H. A Estrutura fundiária da freguesia de Cairu e Boipeba na Comarca de Ilhéus (BA) 1786-1800 In: GUIMARÃES, Elione Silva e MOTTA, Márcia Maria Menendes. **Campos em Disputas: História Agrária e Companhia**. São Paulo: Anablume, 2007. p.87-111.

DIEGUES, A. C. **O mito moderno da natureza intocada**. 3º ed. São Paulo: Hucitec, 2001.162p.

DIEGUES, A. C. **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar**. São Paulo: Ática, 1983.

DIEGUES, Antonio Carlos (Org.). **Os saberes tradicionais e a biodiversidade no Brasil**. São Paulo: NAPAUB; USP; PROBIO; MMA; CNPq, 2000.

DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana. **Povos e mares: leituras em sócio-antropologiamarítima**. São Paulo: NUPAUB-USP. 1995.

DIEGUES, Antônio Carlos Sant'Ana. Tradição e mudança nas comunidades de pescadores do Brasil: por uma sócio-antropologia do mar. In: _____. **Povos em mares: leituras em sócio-antropologia marítima**. São Paulo: NAPAUB-USP, 1995. p.27-51.

DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana. **Ilhas e mares: simbolismo e imaginário**. São Paulo: Hucitec, 1998.

FARIA, Vilmar E. Desenvolvimento, urbanização e mudanças na estrutura do emprego: a experiência brasileira dos últimos 30 anos. In: ALMEIDA, Maria Hermínia T. de (Org.). **Sociedade e política no Brasil pós-64**. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1984. p.118-163.

FERREIRA, Jurandyr Pires. Cairu. In:_____. **Enciclopédia dos municípios brasileiros**. v. 20. Rio de Janeiro: IBGE, 1958a. p.114-117.

FERREIRA, Jurandyr Pires. Valença. In:_____. **Enciclopédia dos municípios brasileiros**. v. 21. Rio de Janeiro: IBGE, 1958b. p.409-414.

FISHER, F. (Org.). **Baixo Sul da Bahia, uma proposta de desenvolvimento territorial**. Salvador: CIAGS/UFBA, 2007.

FLEXOR, M. H. O. Evolução histórica do Baixo Sul na formação da economia do Recôncavo Sul da Bahia. In: ODEBRECHT, Norberto. **Desenvolvimento sustentável: a visão e a ação de um empresário: o caso do Baixo Sul da Bahia**. Salvador: CRA, 2004. p. 31-70.

FLEXOR, Maria Helena Matue Ochi Flexor. Era uma vez ... a mata. In: VI Seminário Internacional Dinâmica Territorial e Desenvolvimento Socioambiental: Desafios Contemporâneos, 2011, Salvador. **Seminário Internacional Dinâmica Territorial e Desenvolvimento Socioambiental: Desafios Contemporâneos**. 6. Salvador: Programa de Pós-Graduação da UCSal, 2011. v. 1. p. 36-36.

FRANÇA, Rosana Decat. **O turismo histórico-cultural como estratégia de sustentabilidade para a cidade de Cairu-BA**. Salvador. 139f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social) – Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação, Universidade Católica do Salvador, 2008.

G1.**Internauta recomenda visita a ilha no Sul da Bahia**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/vc-no-g1/noticia/2013/07/internauta-recomenda-visita-ilha-no-sul-da-bahia.html>>. Acesso em 07 jul. 2013.

GAMA DA SILVA, Pedro. Estudos de trajetórias de desenvolvimento local e da construção do espaço rural no Nordeste semi-árido. **Agricultura familiar: pesquisa, formação e desenvolvimento**. Belém, v.1, n.2, p.5-27. UFPA, INRA, 2000.

GEERTZ, C. Uma descrição densa: Por uma Teoria Interpretativa da Cultura. In:_____. **A interpretação das culturas**. 1.ed., 13. reimpr Rio de Janeiro: Zahar, 2008. p.3-25.

GÓMEZ, Sergio E. Nueva ruralidad: fundamentos teóricos y necesidad de avances empíricos. In: CORREA, Edelmira Pérez; QUIJANO, María Adelada Farah; GRAMMONT, Hubert Carton de. (Orgs.). **La nueva ruralidad en América Latina: avances teóricos y evidencias empíricas**. ed. 1. Bogotá: Editorial Pontificia Universidad Javeriana: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2008. p.45-78.

GONÇALVES, M. V.P. **Análise de plantas de mangue como bioindicadoras da qualidade ambiental nas ilhas de Tinharé e Boipeba, município de Cairu, Bahia, Brasil**. Salvador. 144 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Planejamento Ambiental) – Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação, Universidade Católica do Salvador, 2010.

GRAJALES, Sergio; ANAGUA, Alex; OCHOA, Karina; CONCHEIRO, Luciano. Nueva ruralidad: em la encrucijada de la globalización neoliberal. In: GONZÁLEZ, Mario; HUACUJA, Ivonne (Coord.). **Estudios e investigaciones** – nueva ruralidad. Enfoques y propuestas para América Latina. México: CEDRSSA, 2006.p.31-69.

GRAJALES, Sergio; ANAGUA, Alex; OCHOA, Karina; CONCHEIRO, Luciano. **Nueva ruralidad:** em la encrucijada de la globalización neoliberal. In: GONZÁLEZ, Mario; HUACUJA, Ivonne (Coord.). **Estudios e investigaciones** – nueva ruralidad. Enfoques y propuestas para América Latina. México: CEDRSSA, 2006. p.31-69.

GRAMMONT, Hubert Carton de. El concepto de nueva ruralidad. In: CORREA, Edelmira Pérez; QUIJANO, María Adelada Farah; GRAMMONT, Hubert Carton de. (Orgs.). **La nueva ruralidad en América Latina:** avances teóricos y evidencias empíricas. ed. 1. Bogotá: Editorial Pontificia Universidad Javeriana: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2008. p.23-44.

GUIA DO LITORAL. **Turismo ecológico em paraíso do Baixo Sul baiano.** Disponível em: <http://guiadolitoral.uol.com.br/boipeba-2377_2008.html>. Acesso em 21 fev. 2011.

HENRIQUE, W. **O direito à natureza na cidade.** Salvador: Edufba, 2009.186p.

HERÉDIA, Beatriz Maria Alásia de. **A morada da vida.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico de 2010.** Disponível em < <http://censo2010.ibge.gov.br/resultados>>. Acesso em 29 fev. 2014.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IBGE Cidades.** Disponível em < <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php>>. Acesso em 29 fev. 2014.

MALDONADO, Simone. **Pescadores do mar.** São Paulo: Ática, 1986.

MARX, Karl. **Formações econômicas Pré-Capitalistas.**2º ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

MORAES, A. C. R. A ocupação da zona costeira do Brasil: uma introdução. In:_____. **Contribuições para a gestão da zona costeira do Brasil.** Elementos para uma geografia do litoral brasileiro. São Paulo: Annablume, 2007. p.29-54.

MOREIRA, Ruy. **Sociedade e espaço geográfico no Brasil:** constituição e problemas de relação. São Paulo: Contexto, 2011.

MPA. **A pesca do Brasil.** Disponível em:< <http://www.mpa.gov.br/index.php/pesca>>. Acesso em dez. 2013.

NETO, Manoel Altivo da Luz. **Município-arquipélago estruturado como “Shopping Center Ecológico” e “Campus Universitário” – diferenciais competitivos turísticos e imobiliários.** In: 10ª Conferência Internacional da LARES. São Paulo: Setembro, 2010.p.1-24.

OLIVEIRA, Edgard Otacílio da Silva. **Valença: dos primórdios à contemporaneidade**. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo, 2006.

PAIXÃO, Luis Henrique Couto. **São Sebastião: análise de um povoado em transformação**. Salvador, 2012. 93 f. Monografia – Graduação em Geografia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Católica do Salvador, 2012.

PROST, Cathérine. Resex marinha versus polo naval na Baía do Iguape. **Novos Cadernos NAEA**. v. 13, n. 1, p. 47-70, jul. 2010.

RAFFESTIN, C. O que é território? In:_____. **Por uma Geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993. p.143-163.

RAMALHO, Cristiano Wellington Norberto. **“Ah, esse povo do mar!”: um estudo sobre trabalho e pertencimento na pesca artesanal pernambucana**. Campinas: Polis; CERES (Centro de Estudos Rurais do IFCH - UNICAMP), 2006.

REIS, E. S. **Educação do Campo e Desenvolvimento Sustentável: avaliação de uma prática educativa**. Juazeiro: Gráfica e Editora Franciscana, 2004. 154p.

RISÉRIO, Antônio. **Tinharé: História e Cultura no Litoral Sul da Bahia**. Salvador: BYI Projetos Culturais Ltda, 2003.

ROCHA, C. J. **A APA como instrumento para a conservação da atividade pesqueira artesanal da ilha de Boipeba**. Salvador, 2010. 134 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Planejamento Ambiental) – Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação, Universidade Católica do Salvador.

SANTOS, Madson Mendes dos; IVO, Isnara Pereira. Memória e exploração madeireira na capitania de ilhéus do século XVIII: trabalho e conexões. In:_____. **Colóquio do museu pedagógico**.10. Vitória da Conquista, 2013.

SANTOS, Milton. **A natureza do Espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção**. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1997. p.57-71.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Espaço Habitado: Fundamentos teóricos e Metodológicos da Geografia**. 6ª ed. São Paulo: Edusp, 2008.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 5. ed. Rio de Janeiro, RJ: Record, 2001. 174 p.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método**.3.ed. São Paulo: Nobel, 1992.

SANTOS, Milton. **Pensando o espaço do homem**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1986.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia nova: da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica**. 6 ed. São Paulo: EDUSP, 2004.

SEI. **Resultado do PIB municipal revela leve desconcentração espacial na economia baiana**. Disponível em <http://www.sei.ba.gov.br/images/pib/pdf/municipal/boletim_tecnico/boletim_PIB_municipal_2010.pdf>. Acesso em 07 nov. 2013.

SEI. Cairu. In:_____. **Estatísticas dos Municípios Baianos**. v.14. Salvador: SEI, 2011. p.37-55.

SEI. Cairu. In:_____. **Estatísticas dos Municípios Baianos**. v.4. Salvador: SEI, 2014. p.37-55.

SILVA, I. R.; REBOLÇAS, R. C.; NASCIMENTO, H. M. Avaliação da sensibilidade ambiental das praias localizadas no arquipélago Tinharé/Boipeba, litoral sul do Estado da Bahia. **Geociências**, v. 28, n. 2, p. 193-201, 2009.

SIQUEIRA, T. G. **Agenda 21, territorialidade e desenvolvimento sustentável: Uma análise do processo de desenvolvimento local das comunidades de Boipeba e São Sebastião – Município de Cairú-Bahia**. Salvador.127 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social) – Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação, Universidade Católica do Salvador, 2009.

SOUSA, Gabriel Soares de. **Tratado Descritivo do Brasil em 1587**. Disponível em: < <http://www.novomilenio.inf.br/santos/lendas/h0300a2.pdf>>. Acesso em 19 mai. 2014.

SOUZA, Maria Adélia de; SANTOS, Milton (Orgs). **A construção do espaço**. São Paulo: Nobel, 1986.

TUAN, Yi –Fu. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. São Paulo: Difel, 1983.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. São Paulo: Difiel, 1980.

VAINER, Carlos. Pátria, Empresa e Mercadoria: notas sobre a Estratégia Discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In: ARANTES, O; VAINER, C; MARICATO, E. **A Cidade do Pensamento Único: Desmanchando Consensos**. Petrópolis: Vozes, 2000, p.75-104.

VEIGA, José Eli da. **Destinos da ruralidade no processo de globalização**. Estudos Avançados, São Paulo, v.18, n.51, maio-agosto 2004.

VEIGA, José Eli da. **Nascimento de outra ruralidade**. Estudos Avançados. São Paulo: USP, v. 20, n. 57, 2006, p. 333-353.

WANDERLEY, M. N. B. **O mundo rural como um espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade**. Porto Alegre: UFRGS, 2009. v. 1.

WILLIAMS, R. **O campo e a cidade na história e na literatura**. Tradução de Paulo Henrique Britto. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

ANEXOS

ANEXO A - COLETA DE DADOS DOS DOMICÍLIOS

- 1- Quantos moradores pescadores
- 2- Sexo de cada morador pescador
- 3- Idade de cada morador pescador
- 4- É colonizado? Colocar "S" (sim) ou "N" (não)
- 5- Marisqueira ou pescador? Colocar "M" (marisqueira) ou "P" (pescador)
- 6- Realiza outra atividade econômica além da pesca? Colocar "S" (sim) ou "N" (não)
- 7- Possui alguma agricultura ou pecuária: "A" (agricultura) "P" (pecuária) "2" (cria os dois) "N" (não cria)

ANEXO B - QUESTIONÁRIO: ESCOLA LOCAL

IDENTIFICAÇÃO			
FICHA N° _____	Data da entrevista:		
Hora da entrevista: Início:	Final:		
3. Local da entrevista: (1) Garapuá (2) Gamboa (3) Moreré (4) São Sebastião			
Cód. de gravação de áudio: _____			
Cargo do entrevistado: _____			

BLOCO 1: DADOS DA UNIDADE ESCOLAR
1. Nome da escola:
2. Ano de construção:
3. Séries que tem turma:
4. Estrutura física. Possui:
<input type="checkbox"/> Sala dos professores <input type="checkbox"/> laboratório de informática <input type="checkbox"/> banheiro <input type="checkbox"/> recebe merenda
<input type="checkbox"/> quadra esportiva <input type="checkbox"/> parque infantil <input type="checkbox"/> máquina de xerox <input type="checkbox"/> acesso a internet
<input type="checkbox"/> laboratório de ciências <input type="checkbox"/> instalações adaptadas para pessoas com deficiência
BLOCO 2: ARTICULAÇÃO COM A LOCALIDADE E SUAS ATIVIDADES
1. Como a pesca é tratada em sala de aula?
2. Possui matérias específicas, em que tem a pesca ou outra atividade local em foco?
3. Tem alguma matéria que enfoque na história do município?
4. Os alunos trazem em discussão sobre os problemas vividos na localidade?
5. Como a escola interage com os problemas na localidade?
6. No plano pedagógico anual tem direcionamento para a realidade local?
7. Os livros didáticos são de que local do Brasil?
8. Possui projetos de articulação com a localidade?

ANEXO C – QUADRO DE TRADUÇÃO DE MAPA MENTAL

NOME DO ELEMENTO DESENHADO	MOTIVO DO DESENHO	O QUE ELE REPRESENTA PARA VOCÊ, SUA FAMÍLIA E PARA A LOCALIDADE

ANEXO D – QUADRO DE PERSPECTIVA FUTURA

O QUE VOCÊ QUER PARA SUA LOCALIDADE?	PORQUÊ?

ANEXO E - OFICINA DE APREENÇÃO DA DINÂMICA LOCAL E SUA ARTICULAÇÃO COM A PESCA

A oficina será dividida em duas partes:

1° PARTE: CRIAÇÃO DE MAPAS MENTAIS

- Irei me apresentar como pesquisador que está fazendo um trabalho sobre as localidades de Cairu e a importância da participação deles na oficina. Neste momento não irei dizer qual meu objeto de pesquisa (pesca), evitando que o tema fique na mente dos alunos e eles terminem, mesmo que inconscientemente, inserindo a pesca no espaço representado no mapa.

- Após a apresentação pessoal, irei falar do que é um mapa, e mais especificamente o mapa mental.

- Após a definição de mapa mental, irei pedir para que eles desenhem numa folha de ofício um mapa mental da localidade que eles residem. O mapa deverá conter os elementos que eles consideram importantes para ele, a família e para a localidade.

- Após a construção dos mapas mentais, pedirei para preencher os quadros abaixo, para que possamos apreender e compreender os motivos dos desenhos e também as imagens que eles criam do próprio espaço que eles vivem.

- Após o preenchimento irei me apresentar como pesquisador da atividade pesqueira.

2° PARTE: RESPOSTA DO QUESTIONÁRIO

- Irei passar um questionário para os alunos.

ANEXO F - QUESTIONÁRIO COM JOVENS – ESTUDANTES

IDENTIFICAÇÃO			
FICHA N° _____			
Local da entrevista: (1) Garapúa (2) Gamboa (3) Moreré (4) São Sebastião			

Idade: _____	Série: _____	Sexo: () Feminino () Masculino
1. Qual a profissão dos seus pais? (Marque com um X)		
() Pescador(a) () Marisqueira () Outra.		
Qual? _____		
2. Qual profissão deseja ter? (Marque com um X e justifique)		
() Pescador(a) () Marisqueira () Nenhuma das duas.		
Justifique: _____		
3. Deseja permanecer morando em sua localidade futuramente? (Marque com um X e justifique)		
() Sim () Não		
Justifique: _____		
4. Já fez algum curso?		
() Sim () Não		
Qual? _____		
Por que escolheu este curso?		
5. Faz algum curso?		
6. () Sim () Não		
Qual? _____		
Por que escolheu este curso?		

7. Sabe pescar?

() Sim

() Não

- **Se sim, responda:**

Com quantos anos aprendeu a pescar? _____ anos de idade.

Com quem aprendeu? _____

- **Se não sabe pescar, responda: tem interesse em pescar?**

() Sim

() Não

Justifique: _____

8. Nas aulas da escola, você observa uma contextualização com a área onde vive?

() Sim

() Não

8.1. Seria interessante ter?

() Sim

() Não

Justifique: _____

9. Quais os pontos positivos da pesca hoje

10. Sabe que você está em uma área de proteção ambiental?

() Sim

() Não

11. E negativos?

12. Participou de algum projeto em sua localidade?

() Sim

() Não

12.1. Quais e em que ano?

13. O que o mar representa para você e sua família?

14. O que a pesca representa para você e sua família?

15. O que é que tem de ruim em sua localidade?

15.1. A quem você acha que provocou isto?

15.2. Como você acha que pode ser mudado?

ANEXO G – ROTEIRO DE ENTREVISTA: PESCADOR

IDENTIFICAÇÃO	
FICHA N° _____ _____/_____/_____	Data da entrevista:
Hora da entrevista: Início:	Final:
Local da entrevista: (1) Garapuá (2) Gamboa (3) Moreré (4) São Sebastião	
Cód. de gravação de áudio: _____	

BLOCO 1: O PESCADOR E SUA FAMILIA					
1. Quantas pessoas moram no domicílio: (1) 1 (2) 2 (3) 3 (4) 4 (0) Acima de 4. Esp.: _____					
2. Todos são nascidos em Cairu? (1) Sim (2) Não. Caso não , quais as origens?_					
3. Qual a ocupação do responsável pela família ?					
4. Ocupação dos componentes da família:					
COMPONENTE	IDADE	OCUPAÇÃO PRINCIPAL		OCUPAÇÃO SECUNDÁRIA	
		PROFISSÃO	DURAÇÃO	PROFISSÃO	DURAÇÃO
1					
2					
3					
4					
5					
6					
7					
5. Qual o ano de construção do domicílio?					
7. No domicílio tem algum tipo de criação de animais? (1) Não passe para a questão 8 (2) Sim Esp.: _____					
* Caso a resposta for sim :					
7.2 Qual o motivo de se ter tal criação?					
7.3 É comercializada a produção?					
(1) Não. (2) Sim					
8. No domicílio tem algum tipo de agricultura?					

<p>(1) Não. passe para a questão 9 (2) Sim Esp.: _____</p> <p><u>* Caso a resposta for sim:</u></p> <p>8.2 Qual o motivo de se ter tal cultivo?</p> <p>_____</p> <p>_____</p> <p>8.3 É comercializada a produção?</p> <p>(1) Não. (2) Sim</p>
BLOCO 2: O PESCADOR E SUAS CARACTERÍSTICAS PESSOAIS
1. Idade: _____
2. Sexo: (1) Masculino (2) Feminino
3. Até que série e grau você estudou, com aprovação, na escola?
(1) NSA (2) Alfabetizado (3) 1º grau (1ª a 8ª série) incompleto (4) 1º grau (1ª a 8ª série) completo (5) 2º grau (colegial) incompleto (6) 2º grau (colegial) completo (7) Superior incompleto (11) Superior completo (10) Pós-graduação (9) Não sabe
4. Atualmente você está estudando? (1) Não (2) Sim
5. Estado civil?
(1) solteiro (2) casado / união estável (3) divorciado (4) separado (5) viúvo (99) outro. Esp.: _____
6. Qual a sua origem?
(1)Rural do Município (2)Rural de Outro Município: _____
(3)Urbano do Município (4) Urbano de outro Município: _____
BLOCO 3 : O PESCADOR E SUA RELAÇÃO COM A PESCA
1. Gosta de pescar? (1)Não. (2) Sim
Motivo: _____

2. Aprendeu a pescar com quem? (1)Só (2) curso (3) pai (4)avô (5) outro. Esp.: _____
3. Para você o que a pesca significa para sua localidade?

4. O que a pesca representa para você e sua família?

5. Quando não esta pescando, qual atividade se dedica?

6. A pesca é a única fonte de renda para sua família? (1)Não. (2) Sim
7. Quantas vezes pesca por semana?
(1) 1 (2) 2 (3) 3 (4) 4 (5) Mais de 4. Esp.: _____
8. Houve mudança, nos últimos 5 anos, na quantidade de vezes que se dedica a pesca?

<p>(1) Não. (2) Sim</p> <p>Motivo:_____</p>
<p>9. Onde normalmente vai pescar?</p> <p>_____</p>
<p>10. Quais instrumentos de pesca você utiliza para pescar?</p> <p>_____</p> <p>—</p>
<p>11. Pesca direcionando ao peixe mais rentável? Ou qualquer peixe é peixe?</p> <p>_____</p>
<p>12. Qual a arte de pesca você mais utiliza?</p> <p>_____</p>
<p>13. Antes de sair para pescar, costuma checar:</p> <p>() tabuas de maré () lua () sol () previsão do tempo outro.Especificar:_____</p>
<p>14. Como você localiza o pesqueiro?</p>
<p>15. Possui segredo de locais de pesca?Por quê?</p>
<p>16. Os filhos são inseridos na pesca desde cedo?Por que?</p>
<p>17. Quais os pesqueiros mais visitados por você? O que pesca lá? Em que período do ano visita?</p>
<p>18. Quanto tempo você passa no mar atualmente?</p> <p>() 1 dia/não dorme no mar () 2dias-1 noite () 3 dias-2 noites () 4 dias-3 noites () 5 dias-4 noites</p> <p>() 6 dias-5 noites () 7 dias-6 noites () mais. Esp:_____</p>
<p>19. Há uma divisão do trabalho que envolve o pescado (tratar, vender) entre os familiares?</p> <p>(1) Não. (2) Sim</p> <p>Esp.:_____</p>
<p>20. Qual o principal destino do seu pescado?</p> <p>(1) Consumo familiar (2) Restaurantes (3) Atravessador (4) venda direta ao consumidor (5)Outro Esp.:_____</p>
<p>21. Qual valor médio em reais que a pesca proporciona a família mensalmente?_____reais</p> <p>21.1. É maior ou menor que antigamente? () menor () maior</p> <p>21.2. Completa a renda com outra atividade?</p> <p>() Não () Sim. Esp.:_____</p>
<p>22. Qual a época do ano que você mais ganha dinheiro com a pesca? Qual o motivo?</p>

() produtividade dos peixes () maior procura por peixes () período de alta de preços
23. Seu peixe comercializado muda de preço em épocas do ano? Por quê? Qual período? _____
24. Vende o pescado assim que sai do mar ou armazena? (1) Vende (2) Armazena
25. Tem embarcação própria? (1) Não - passe para a questão 26 (2) Sim 25.1. Qual? (1) barco a motor (2) barco a vela (3) barco a remo (4) canoa a vela (5) canoa a motor (6) Lancha (9) Outro. Esp.: _____ 25.2. Desde que ano? _____ 25.3. Foi financiado por algum financiador? (1) Não. (2) Sim. Qual? _____ 25.4. É algum financiamento ligado diretamente a pesca? (1) Não. (2) Sim. Qual? _____
26. Utiliza a embarcação para outras atividades além da pesca? (1) Não. (2) Sim/Esp.: _____ 26.1. Caso a resposta for sim : desde que ano? _____ Motivo: _____
27. Pesca em grupo ou sozinho? (1) Em grupo (2) Só • Caso for em grupo, como é feita a partilha do pescado? Motivo: _____
28. Possui registro na Colônia de Pesca? (1) Não. (2) Sim 28.1. Há quanto tempo? Em anos: _____ 28.2. Qual sede da colônia? _____
29. Possui carteira de pescador? () Não () Sim 29.1. Há quanto tempo tem a carteira de pescador? _____
30. Participa de defeso? 30.1. De que animal? _____

<p>30.2. Qual época do ano? _____</p> <p>30.3. Quando está no defeso exerce outra atividade de trabalho? (1) Não. (2) Sim</p> <p>30.4. Qual? _____</p>
<p>31. Recebe algum apoio financeiro do governo para a prática da pesca? (1) Não. (2) Sim</p>
<p>32. Participa ou participou de algum projeto ligado a pesca? (1) Não. (2) Sim/ Esp.: _____</p>
<p>33. Recebe alguma ajuda financeira? (1) Não. (2) Sim/ Esp.: _____</p>
<p>34. As ajudas do governo interferem nas suas idas a pescar? (1) Não. (2) Sim/Esp.: _____</p>
<p>35. É contatado para fornecer informação de suas produções a alguma empresa estatística? (1) Não passe para a questão 35 (2) Sim</p> <ul style="list-style-type: none"> • <u>Caso foi sim.</u> Qual frequência? (1) Diário (2)semanal (3) mensal (4) semestral (5)anual <p>Última vez que foi contatado? _____</p>
<p>36. Tomou algum curso que ajudou a pesca? (1) Não. (2) Sim/Esp.: _____</p> <p>36.1. Alguém financiou? (1) Não. (2) Sim/Esp.: _____</p> <p>36.2. Ajudou em algo? (1) Não. (2) Sim/Esp.: _____</p>
<p>37. Tem vontade de sair do local onde mora para morar em outro lugar? (1) Não. (2) Sim</p> <p>Motivo: _____</p>
<p>38. Aparecendo uma vaga de trabalho fora da pesca, você largaria a pesca? (1) Não. Passe para a questão 38 (2) Sim/ Motivo: _____</p> <ul style="list-style-type: none"> • Caso a resposta for sim: <p>38.1. Mesmo exercendo outra atividade, você pescaria nas horas vagas? (2) Não. (2) Sim. Por quê? _____</p>

39. Há algum diálogo entre pescadores e comerciantes locais?
40. Tem diferença no preço que você vende o pescado para atravessador, comercio, restaurante ou para o próprio consumidor? (1) Não. (2) Sim Motivo: _____
41. No verão ou em alta estação, aluga a casa para turistas? Por quê? Quem indica? (1) Não. (2) Sim. Motivo: _____
42. Qual o estabelecimento você e sua família costuma frequentar na comunidade? _____
43. Quais os locais em que os familiares mais frequentam na localidade? _____
44. Quais as causas você atribui a baixa do numero de pescado? _____
45. Quais os principais problemas vividos pela pesca aqui na localidade? _____
46. Quais os conflitos existentes na pesca no mar? _____
47. Existem áreas que eram utilizadas pela comunidade, pescadores ou para a passagem para ir pescar, que hoje é proibida? _____
48. Alguma manifestação em prol ou melhoria do território pesqueiro? _____
49. Costuma ir para reuniões da associação e da colônia? () Sim () Não Se a resposta for sim , como participa? _____ Se a resposta for não , qual o motivo? _____
50. Já ouviu falar da Campanha pelo Território Pesqueiro? _____
51. Vê problemas na aquicultura? _____
52. Existe algum local que você pescava, e hoje não pesca mais? Qual o motivo?

<p>53. Na estação turística você muda seus hábitos de pescaria? Por quê?</p> <p>_____</p>
<p>BLOCO 4: A PESCA E OS JOVENS</p>
<p>1. Em relação aos jovens, você observa o interesse dos mesmos pela profissão? () Sim () Não</p>
<p>2. Quais os motivos que você acha que esta influenciando aos jovens não verem a pescaria com bons olhos?</p> <p>_____</p>
<p>3. Você ver soluções que façam incentivar os jovens a manter o modo de pescar durante as próximas gerações?</p> <p>_____</p>
<p>4. Acha que a pescaria é uma profissão à ser seguida pelos jovens? (1) Sim (2) Não</p> <p>Motivo: _____</p>
<p>BLOCO 5: CONFLITOS NA PESCA</p>
<p>1. Possui algum tipo de conflito no espaço de pesca com outros pescadores?</p> <p>_____</p>
<p>2. Acha ruim outros pescadores irem pescar no espaço marítimo da localidade? (1) Não. (2) Sim/ Motivo: _____</p>
<p>3. Existe algum tipo de proibição na área de pesca, além do defeso?</p> <p>3.1. Qual?</p> <p>3.2. Proíbe práticas antigas e que hoje não podem?</p> <p>3.3. Quais?</p>
<p>4. Existe alguma arte de pesca proibida? Pq? (1) Não. (2) Sim/ Motivo: _____</p>
<p>5. Quais pontos positivos da pesca hoje?</p> <p>_____</p> <p>_____</p>
<p>6. Quais pontos negativos da pesca hoje?</p> <p>_____</p> <p>_____</p>
<p>7. O que falta para a pesca melhorar?</p>

8. A Petrobrás causa problemas para a pesca?

(1) Não. (2) Sim/

Motivo: _____

9. Para você qual o futuro da pesca, aqui em sua localidade?

10. Quando necessitam de alguma ação da prefeitura, colônia ou outra organização, articulam sozinhos ou com outros pescadores?
